UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

SILVIA AMARAL PALAZZI ZAKIA

**Construção, arquitetura e configuração urbana de Campinas nas
décadas de 1930 e 1940**

O papel de quatro engenheiros modernos

São Paulo

2012

SILVIA AMARAL PALAZZI ZAKIA

**Construção, arquitetura e configuração urbana de Campinas nas
décadas de 1930 e 1940:
o papel de quatro engenheiros modernos**

Tese apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Doutorado de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Área de Concentração – História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Mário Henrique Simão D’Agostino

São Paulo
2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL AUTORA: zakia@uol.com.br

E-MAIL ORIENTADOR: marioagostino@usp.br

Zakia, Silvia Amaral Palazzi
Z21c Construção, arquitetura e configuração urbana de Campinas nas décadas de 1930 e 1940. O papel de quatro engenheiros modernos / Silvia Amaral Palazzi Zakia. --São Paulo, 2012.
434p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.

Orientador: Mário Henrique Simão D'Agostino

1.Planejamento territorial urbano – Campinas (SP) 2.Arquitetura moderna 3.Arquitetura neocolonial 4.Arquitetura (Ensino ; Exposições) 5.Art deco 6.História da arquitetura 7.Exposição Brazil builds I.Título

CDU 711.4(816.12)C196

Para os queridos Arthur, José Victor e José

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possível graças ao apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à colaboração direta e indireta de muitas pessoas. De forma particular, agradeço:

Ao Professor Doutor Mário Henrique Simão D'Agostino, amigo e orientador, a atenção dedicada ao trabalho e a mim especialmente.

Às Professoras Doutoradas da banca de qualificação Mônica Junqueira de Camargo e Silvia Ferreira Santos Wolff, que contribuíram com observações valiosas.

À professora Doutora Monique Eleb, que me acolheu como sua estagiária, em Paris, *Laboratoire Architecture, Culture, Société XIXe-XXIe siècles – École Nationale Supérieure d'Architecture Paris-Malaquais*, e cuja colaboração em muito enriqueceu o trabalho.

Aos filhos e netas dos engenheiros Badaró, Lix da Cunha e Segurado - Ricardo Badaró, José Carlos Cunha (*in memoriam*) e Marjorie, e Rubens Segurado e Leda Maria –, a gentileza das entrevistas e empréstimo de material para a pesquisa.

Às ex-secretárias dos escritórios de Lix da Cunha e Segurado, Maria Katayama e Angélica, a pronta colaboração.

À amiga Heloísa Nassif, o apoio e o auxílio nas versões de língua inglesa.

Aos funcionários do Arquivo Municipal, Galdino e Regina dos Santos, prestimosa e incansável na busca pelos inúmeros documentos solicitados durante os meses em que lá pesquisei.

À responsável pela Biblioteca do Setor Jurídico da Prefeitura Municipal de Campinas, Renata Grilli.

Ao Museu da Imagem e do Som de Campinas e ao Centro de Memória da Unicamp, que disponibilizaram importante material iconográfico.

À Cecília Testa pela rigorosa revisão gramatical do texto.

À Professora Doutora Margareth da Silva Pereira, que gentilmente estabeleceu o contato com a Prof^a. Dr^a Monique Eleb, possibilitando a realização de significativo estágio, em Paris.

Ao Centro de Documentação da Rede Anhanguera de Comunicação, em especial ao funcionário Boscolo, por sua presteza.

À *Bibliothèque de la Cité de l'architecture et du patrimoine*, à *Fondation Le Corbusier*, à *Bibliothèque nationale de France* e, sobretudo à *Bibliothèque de l'ENSA Paris-Malaquais*, em Paris, que permitiu meu acesso, mesmo no período de férias.

À *Association de la Maison de verre*, em Paris, que possibilitou a visita guiada, sem o agendamento usual.

Ao museu D. João VI da Escola Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

Ao técnico em informática, Silval Moreira, o pronto socorro quando dos percalços da informática.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação e das Bibliotecas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Aos amigos, familiares, em especial, Cecília, minha tia, pelo incentivo.

Aos meus queridos “meninos”, Arthur e José Victor, pela paciência e afeto.

Ao querido José, que me apoiou o tempo todo com o carinho de sempre.

SUMÁRIO

<u>Resumo</u>	<u>07</u>
<u>Abstract</u>	<u>08</u>
<u>Introdução</u>	<u>09</u>
<u>Capítulo I - Um projeto para Campinas: ações para implantação do</u> <u>Plano de Melhoramentos Urbanos</u>	<u>14</u>
<u>Capítulo II – Duas obras, dois eventos: modernidade</u>	<u>86</u>
<u>Capítulo III – Os anos de formação e exercício profissional</u>	<u>148</u>
<u>Capítulo IV – Moradias modernas – décadas de 1930 e 1940</u>	<u>199</u>
<u>Capítulo V – Edifícios públicos: uma nova urbanidade</u>	<u>277</u>
<u>Considerações Finais</u>	<u>352</u>
<u>Anexos</u>	<u>358</u>

☐ Anexo A - Relação de representantes do Poder Legislativo: 1929-1951

☐ Anexo B - Relação dos representantes de associações civis e
comissões de urbanismo

☐ Anexo C - Histórico escolar do engenheiro-arquiteto

Eduardo Edargê Badaró

- ☐ Anexo D - Histórico escolar do engenheiro-arquiteto
Mário de Camargo Penteado
- ☐ Anexo E - Quadro demonstrativo de obras aprovadas: 1929-1951
- ☐ Anexo F - Relação de número de obras aprovados por profissional, entre
1935 e 1944

Bibliografia

375

- ☐ Fontes primárias e Bibliografia consultada

Apêndices

387

- ☐ Apêndice A - Biografias
- ☐ Apêndice B - Relação de profissionais diplomados / licenciados;
Relação de obras profissionais diplomados / obras
de profissionais licenciados
- ☐ Apêndice C - Tabelas com identificação de localização de obras
residenciais por rua, bairro Cambuí
- ☐ Apêndice D - Mapas de localização das residências
- ☐ Apêndice E - Mapa do Cambuí
- ☐ Apêndice F - Tabelas edifícios públicos da região central
- ☐ Apêndice G - Tabelas condomínios verticais da região central
- ☐ Apêndice H - Mapa geral
- ☐ Apêndice I – Banco de dados (conteúdo em formato digital): 1. Catálogo
de residências; 2. Catálogo de obras públicas

RESUMO

O trabalho analisa como a produção arquitetônica e a atuação política de quatro engenheiros contribuiu para o processo de modernização espacial da cidade de Campinas nas décadas de 1930 e 1940. O período estudado coincide com o momento de elaboração e implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos, desenvolvido pelo urbanista Prestes Maia, sob encomenda do poder municipal. Entre o grupo restrito de atores envolvidos no projeto de modernização da cidade, destacou-se a participação dos engenheiros Eduardo Badaró, Hoche Néger Segurado, Lix da Cunha e Mário Penteado. O primeiro, funcionário da prefeitura, foi responsável pela implantação do plano, e os demais representavam os escritórios de engenharia mais operosos da cidade. Estuda a forma como a produção arquitetônica desses engenheiros foi realizada e investiga os fatores envolvidos no processo de sua constituição: referências artísticas e conceituais influenciadas pelos ecos tardios do embate teórico entre modernos e acadêmicos, travado nas primeiras décadas do século XX e que motivou engenheiros e arquitetos na busca por novos paradigmas inspirados nas vanguardas europeias; os meios materiais tendo no concreto armado um novo definidor do sistema construtivo; a herança das formações acadêmicas distintas; os jogos econômicos atrelados à industrialização da cidade; as estratégias políticas para a legitimação da implantação do plano de modernização urbana; as ações dos recém-fundados órgãos de classe no processo de afirmação da categoria profissional e, por fim, as demandas e aspirações de suas clientelas. Ao abordar as circunstâncias que envolveram a transformação do espaço urbano, tendo como corresponsáveis esses profissionais, a investigação dá ensejo a uma reflexão sobre ideias de modernidade que ultrapassam o campo das artes, que não obedecem a uma linha evolutiva homogênea e, sobretudo, que reconhecem a existência de várias categorias arquitetônicas, representantes das muitas correntes envolvidas em um processo de modernização multifacetado.

Palavras-Chave: Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas; urbanismo; arquitetura neocolonial; arquitetura modernista; *art déco*; ensino de arquitetura; exposição *Brazil builds*; exposições de arquitetura.

ABSTRACT

This paper analyses how the architectural production and political action of four engineers contributed to the spatial modernization process of the city of Campinas in the 1930s and 1940s. The studied period coincides with the time of the preparation and implementation of the Urban Improvement Plan, developed by the urban planner Prestes Maia and commissioned by the municipal power. Among the group of professionals involved in the modernization project of the city, the participation of the engineers Eduardo Badaró, Hoche Neger Segurado, Lix da Cunha and Mario Penteado stood out. The first engineer, who worked for the city hall, was responsible for implementing the plan, and the other engineers represented the most distinguished architecture offices in the city. It is of great interest to understand how the architectural production of these engineers was carried out and investigate the factors involved in its creation: conceptual and artistic references influenced by the late echoes of the clash between modern and academic in the early decades of the twentieth century that motivated engineers and architects in the search for new paradigms inspired by the European avant-gardes; the material resources having in the reinforced concrete a new determinant in the construction system; the inheritance of different academic backgrounds; the economic relations closely related to the industrialization of the city; the political strategies for the legitimation of the implementation of the urban modernization plan; the actions of the newly founded professional entities in the process of assertion of the professional category, and finally, the demands and aspirations of their clientele. By addressing the circumstances surrounding the transformation of the urban space, having these professionals as mutually responsible for all these changes, the investigation brings up a reflection on an idea of modernity that goes beyond the arts, does not follow a smooth evolutionary path and, above all, that recognizes the existence of various architectural categories, representing many streams of a multifaceted modernity.

Keywords: Urban Improvement Plan of Campinas; neocolonial architecture, modernist architecture, art deco; teaching of architecture; Brazil builds exposition; architecture's exposition.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1930, a cidade de Campinas foi alvo de um intenso processo de reformulação urbana, ensejado pela gradual transição da estrutura econômica preponderantemente rural para industrial. Num cenário de marcantes alterações estruturais, o espaço físico da urbe é reorganizado segundo uma visão progressista.

Instaura-se, então, em Campinas, um grande projeto modernizador da paisagem urbana, delineado desde o final da década de 1920, e oficializado, em 1934, com a contratação, pelo poder público, do engenheiro e urbanista Francisco Prestes Maia.

A demanda por uma espacialidade urbana, que introduz novos programas funcionais, aliada ao expressivo aumento do contingente de cidadãos, ofereceu um vasto campo de trabalho para os profissionais ligados à construção civil e à recém-instituída disciplina do urbanismo.

A atuação da categoria de engenheiros foi decisiva para a viabilização da grande empreita modernizadora. Entre o grupo restrito de profissionais que participaram desse processo, destacamos quatro, em especial: Eduardo Edargê Badaró, engenheiro-arquiteto e urbanista, Hoche Néger Segurado, engenheiro civil, Lix da Cunha, engenheiro-arquiteto e Mário de Camargo Penteado, engenheiro-arquiteto. O primeiro deles, funcionário da prefeitura municipal, foi responsável pela implantação do plano de urbanismo de Prestes Maia, os demais, representavam os escritórios de engenharia e arquitetura mais atuantes da cidade, aos quais foi entregue a maior parte das encomendas edilícias do período estudado: décadas de 1930 e 1940.

A nova configuração urbana da Campinas industrializada foi também resultante de suas atuações políticas visando à implantação do plano e do expressivo número de obras que construíram. Realizaram várias obras públicas no centro urbano reformulado, entre elas as mais significativas edificações que conformaram os pontos estratégicos do plano. Também impressiona a quantia de habitações que edificaram no bairro Cambuí, locus eleito pela elite burguesa. Por todas as vias do bairro, encontram-se obras desses engenheiros. Nas vias principais, as residências mais opulentas, e, nas vias secundárias, moradias mais modestas, por vezes, pequenos conjuntos geminados aos pares. Sua carteira de clientes era vasta: pequenos e grandes comerciantes, industriais, profissionais liberais, poder público, igreja, remanescentes da oligarquia rural dentre outros.

Os projetos eram elaborados segundo premissas modernas de distribuição funcional, de racionalização construtiva, de economia de meios, de confortabilidade, de sujeição às regras higienistas de insolação e ventilação e de despojamento decorativo, sobretudo para os projetos de caráter público, reservando ao programa residencial aplicação de repertórios ornamentais.

Tomando como referência teórica as linhas de estudo histórico desenvolvidas por Jean-Pierre Epron, Jean-Louis Cohen e Panayotis Tournikiotis, o trabalho se propôs analisar a vasta obra que os quatro engenheiros realizaram no período fixado pela pesquisa. Essa produção arquitetural contribuiu para consolidar o processo de modernização em curso, não apenas do plano físico-espacial da cidade, mas também da estrutura social, política, cultural e econômica. Buscou-se compreender o complexo jogo que envolvia a produção dessa arquitetura sob diversos pontos de vista.

Como salienta Epron, interessa entender a maneira como a arquitetura é produzida e inserida na sociedade. O que implica pensar as formulações teóricas e estéticas a que estava submetida, os procedimentos de sua materialização, os processos de desenho, as conexões urbanísticas, os jogos políticos e econômicos envolvidos na sua produção, a maneira como as demandas sociais foram atendidas, as influências da formação acadêmica. Um campo ampliado de abordagens que favorecem a compreensão do objeto arquitetural como expressão artística de seu tempo.

As colocações que Tournikiotis fez em relação ao significado da historiografia da arquitetura moderna ou do movimento moderno, nos anos 20 e 30 do século XX, foram, para o trabalho em questão, bastante pertinentes.

No caso brasileiro, ainda que não possamos definir Lúcio Costa como um historiador da arquitetura brasileira, sua posição teórica de destaque, bem evidenciado, não só contribuiu para legitimar uma corrente arquitetônica no País, fato já bastante comentado, como também coíbi, ainda nos dias de hoje, uma visão mais crítica da produção arquitetônica da primeira metade do século XX. O discurso operativo e legitimador lançado por Costa foi bastante difundido e ainda reverbera nas instituições acadêmicas por conta de sua relevância e intrínseca qualidade teórica, fato que tem dificultado a aceitação da existência e o estudo de outras arquiteturas modernizadoras.

A fim de avançar no sentido de ampliar o campo de estudo da história da arquitetura brasileira, precisa-se incluir a vasta produção coetânea e “diversa” da obra dos nossos grandes mestres modernos. Rever certos discursos com um olhar crítico - que o afastamento temporal permite, sem mais os arroubos de paixão da época -, impedindo que a análise dessa produção seja impregnada pela visão maniqueísta que definiu em duas únicas chaves toda a produção arquitetônica do período: uma que se filia ao que esses teóricos entendiam como moderna, e, portanto, a “boa arquitetura”, e a outra que considera toda produção restante como eclética, sem qualidade arquitetônica, representando uma estética passadista de soluções compositivas conservadoras.

O viver e o habitar urbano na Campinas das décadas de 1930 e 1940 já estavam inseridos num mundo de plena modernidade, no entanto se verificou no decorrer da pesquisa que coexistem às inovações tecnológicas permanências de costumes e hábitos sociais. Todos se proclamaram modernos: os da vanguarda, que a tudo propuseram revolucionar, e aqueles que acompanharam as demandas do seu presente, a quem a pesquisa contempla. A obra desses engenheiros não propunha transformar hábitos e padrões sociais, ela acompanhava o seu próprio presente, de um tempo que já era moderno.

Para a análise específica do imenso conjunto de residências que esses engenheiros construíram, cerca de duzentos projetos, tomou-se também como modelo a metodologia aplicada pela historiadora Monique Eleb: foram realizadas leituras das plantas, evidenciando procedimentos padrões de distribuição espacial, de lógica de implantação nos lotes, das relações de proporção e dimensionamento dos cômodos, do sistema construtivo, das linguagens plásticas, da volumetria. O conjunto significativo de imagens fotográficas reunidas entre os muitos arquivos pesquisados ofereceu excelente arcabouço para o desenvolvimento do estudo.

O resultado do trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro deles aborda o conjunto de ações prévias que conformaram uma estrutura capaz de viabilizar a implantação do plano de urbanismo. Uma preparação que abrangeu diferentes esferas de atuação: política, para legitimar o projeto; econômica, para prover meios de financiamento; técnica e burocrática, para dispor o instrumental de operação e, por fim a legal, para permitir a execução. Já nesse contexto que antecede à execução das reformas urbanísticas, comprovou-se a participação intensa dos engenheiros no processo que viria transformar a paisagem urbana.

O segundo capítulo trata especificamente de duas obras que simbolizaram imagetivamente a inauguração da modernidade na cidade - a casa modernista de Penteado e o primeiro arranha-céu de Lix da Cunha - e de dois eventos fundamentais para o correr do projeto modernizador. A exposição-feira do bicentenário de fundação da cidade serviu como acontecimento oficial de apresentação pública do plano de urbanismo, e a mostra de arquitetura *Brazil builds* consolidou aspectos da modernidade ao manter a cidade em sintonia com as mais recentes questões ligadas à disciplina arquitetura.

O terceiro capítulo apresenta um estudo comparativo que permite identificar similitudes e diferenças na metodologia de ensino das instituições onde esses engenheiros se graduaram: Lix da Cunha, no Rose Polytechnic Institute, em 1918; Segurado, na Escola Politécnica de São Paulo, em 1919; Penteado e Badaró, na Escola Nacional de Belas Artes, respectivamente em 1931 e 1934. A estrutura dos escritórios, a forma de exercer a profissão e a própria obra por eles realizada espelham os traços de suas formações acadêmicas. No contexto histórico da década de 1920, a discussão político-estética levantada entre defensores de uma arte ligada aos conceitos de nacionalidade diante de outra em prol de uma arte universalizante dominou o meio intelectual, influenciou e contribuiu para a formação acadêmica deles.

O quarto e quinto capítulos trazem a análise do conjunto de obras que realizaram em Campinas. Foram levantados, selecionados e estudados junto aos arquivos municipal e particular dos referidos escritórios cerca de quinhentos projetos.

O estudo dos programas residenciais mereceu um capítulo especial, em detrimento da complexidade de questões envolvidas em seus projetos. De forma diversa dos demais programas de uso, a experiência projetual das habitações revela que coexistem aos traços intrínsecos de modernidade presentes em todo conjunto de obras estudadas permanências formais relacionadas aos padrões de morar, que evoluem em temporalidades distintas. A riqueza dos debates teóricos e estéticos daquele momento forneceu também subsídios que contribuíram para elucidar o emprego de múltiplas tendências plásticas: *art déco*, neocolonial, missões, pitoresco.

O último capítulo trata das edificações públicas que, em sintonia com as remodelações urbanísticas da região central, consolidavam a modernização da cidade. Toda sorte de programas funcionais foi objeto do exercício projetual desses escritórios técnicos de

engenharia. A adoção da linguagem moderna foi indistinta. Quando se tratou de projetar para o cidadão anônimo, o despojamento decorativo vigorou como expressão unânime de modernidade. A cidade ao final da década de 1940 exalava os ares da plena modernidade.

O Apêndice I, inserido em forma digital, é constituído por dois bancos de dados, que contêm informações sobre as obras analisadas: o primeiro relativo aos projetos residenciais e o segundo relativo às obras públicas.

A identificação e numeração dos projetos foi estabelecida da seguinte maneira: foi mantida a numeração original dos próprios escritórios de engenharia e adicionou-se as letras B, L, P e S para respectivamente identificar os projetos de Badaró, Lix da Cunha, Penteado e Segurado.

A opção pela designação de engenheiros para os quatro profissionais decorreu da estrita observância à suas titulações acadêmicas. Segurado era engenheiro civil e os demais engenheiros-arquitetos. Como, no contexto histórico, em estudo, o arquiteto era, pois, um engenheiro que tendo completado o Curso Especial de Arquitetura, na segunda parte de sua graduação, adquiria o título de engenheiro-arquiteto, decidiu-se pela denominação engenheiro a todos eles.

CAPÍTULO I.

**UM PROJETO PARA CAMPINAS:
AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO
DO PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS**

“Não! Paremos diante da tragédia hodierna. A cidade tentacular radica seus gânglios numa área territorial que abriga 600.000 almas. Há na angústia e na glória da sua luta odisséias mais formidáveis que as que cantou o aedo cego: a do operário reivindicando seus direitos; a do burguês defendendo sua arca; a dos funcionários deslizando nos trilhos dos regulamentos; a do industrial combatendo o combate da concorrência; a do aristocrata exibindo o seu fausto; a do político assegurando a sua escalada; a da mulher quebrando as algemas da sua escravidão secular nos gineceus eventrados pelas idéias libertárias post-bellum ... Tudo isso – e o automóvel, os fios elétricos, as usinas, os aeroplanos, a arte – forma os nossos elementos da estética moderna, fragmentos de pedra com que construiremos, dia a dia, a Babel do nosso sonho, no nosso desespero de exilados de um céu que fulge lá em cima, para o qual galgamos na ânsia devoradora de tocar as mãos as estrelas.” (Del Picchia, apud Teles, 2009, p.429)

Campinas: fatos antecedentes à elaboração do Plano de Melhoramentos Urbanos, de 1934.

A arquitetura realizada entre as décadas de 1930 e 1950 em Campinas, desenvolvida, sobretudo, pelos três escritórios de engenharia mais reconhecidos da cidade, contribuiu para modernizar a paisagem urbana da cidade, estando intrinsecamente vinculada à elaboração e à implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos, desenvolvido pelo urbanista Francisco Prestes Maia a partir de sua contratação pela prefeitura municipal em 1934.

Pode-se dizer que a contratação de Prestes Maia foi resultado de um processo que se iniciara no final da década de 1920, atendendo às perspectivas de modernização do espaço urbano e visando a um controle do crescimento da cidade e a sua adequação à nova ordem econômica decorrente da industrialização, que ganhava força, desde o final do século XIX, com a instalação de várias unidades fabris. O plano de urbanismo torna-se o instrumento de modernização do espaço urbano de uma cidade de capital industrial. Às preocupações sanitaristas/higienistas, de circulação, de fluxos, de adensamento, de alternativas de habitação e de lazer juntam-se as preocupações de caráter estético: todas presentes nos discursos dos profissionais envolvidos na elaboração do plano. A cidade moderna e industrializada necessita de uma gestão complexa de fluxos de movimento coordenado em massas, de novos modelos de habitação popular e também de espaços de lazer de massa, porque o lazer na cidade industrial é, na realidade, a preparação para o trabalho, como bem definiu Sevcenko: “o lazer

não é separado do trabalho, mas é a preparação para ele.” (1991, p.19) Essas eram, na essência, as questões principais que o plano de urbanismo visava a contemplar.

Outro fator merece ser comentado: se, de um lado, o plano vinha atender aos anseios da elite e do poder local, explicitados desde o final da década de 1920, por outro, ele estava em sintonia com o projeto de modernização e industrialização que o governo federal promoveria, a partir do Estado Novo, em todo o território nacional. As tratativas burocráticas e as concessões de verbas públicas para a implementação do plano de urbanismo deveriam obrigatoriamente contar com o aval do poder federal, que, no novo desenho da estrutura de poder político decorrente do golpe de 1930, centralizara todas as ações governamentais. O jogo político que possibilitou a implantação do plano de urbanismo será tratado mais adiante.

A modernização do espaço urbano promovida pela implantação do plano de urbanismo foi uma ação muito bem articulada pela elite local, representada, nesse novo contexto histórico, por uma classe de profissionais liberais, comerciantes, industriais e remanescentes da oligarquia rural cafeeira e pelo governo federal, cujo aval era imprescindível à concretização do plano. A materialização desse projeto foi possibilitada e endossada pelo centralizador e autoritário governo federal de Vargas quer por meio da liberação de verbas quer por meio da fluidez dos trâmites legais, decretos-leis do prefeito municipal, examinados pelo Departamento Administrativo do Estado, que os aprovava com presteza.

O plano era necessário, primeiramente, porque havia uma demanda de crescimento populacional, decorrente, sobretudo, do processo de industrialização, que pressionava a expansão da área urbana.

Muitos foram os autores que abordaram o processo de industrialização de São Paulo a partir da dinâmica cafeeira; Campinas, que foi um dos principais centros produtores de café, tem indubitavelmente sua industrialização atrelada ao capital cafeeiro. Como salienta Semeghini em relação ao processo de industrialização de Campinas¹, *“a matriz do capital industrial foi o capital cafeeiro”* (1991, p.75).

¹ Sobre o tema – industrialização de Campinas vide: Semeghini, 1991. *“A produção e a comercialização do café criaram as condições para o nascimento da indústria, ao propiciarem a acumulação dos capitais, organizarem um mercado de trabalho com um fluxo em grande escala de mão-de-obra livre, e garantirem, através da capacidade para importação gerada, a possibilidade de aquisição dos meios de produção e, no início, também dos bens necessários à reprodução da sua força de trabalho.”* (Semeghini, 1991, p.75)

Foram identificadas pela historiografia campineira, no processo de industrialização da cidade, etapas facilmente reconhecíveis e sinteticamente definidas pelos seguintes períodos:

- 1ª etapa – de 1875 a 1885 – coincide com o auge da cultura cafeeira² na cidade e corresponde à consolidação de um núcleo metalúrgico, mecânico e têxtil; os dois primeiros segmentos estavam vinculados à produção do café (fornecimento de maquinário destinado à plantação, colheita e beneficiamento do café) e à ferrovia;
- 2ª etapa – final da década de 1880 a 1900 – o crescimento da indústria é prejudicado pelos surtos de febre amarela, que foram responsáveis pela morte de parcela considerável da população campineira e pela migração de contingente expressivo de cidadãos para a capital e outras cidades próximas³. A economia da cidade foi duramente abalada pelo esvaziamento populacional;
- 3ª etapa – entre 1900 e 1920 – não houve um crescimento industrial expressivo, mas a

² O auge da cultura cafeeira na região de Campinas ocorreu em 1886, quando a produção de café atingiu a expressiva marca de 4.795.850 arrobas. Campinas tornava-se capital agrícola da província, computando a maior produção de café do país.

³ Sobre os surtos de febre amarela na cidade, vide: Santos Filho, 1996. Segundo Santos Filho:

1ª epidemia (final de fevereiro de 1889 a final de junho de 1889). Intenso surto que sendo o primeiro amedrontou a população, ocorrendo um esvaziamento na cidade. Segundo dados não oficiais e, portanto de difícil comprovação, como atesta Santos Filho, a população da cidade ficou reduzida a 3.000 habitantes, sendo que cerca de 1000 faleceram em decorrência da epidemia, por outro lado o êxodo foi generalizado, de fazendeiros da elite local aos mais pobres: quem pôde sair da cidade o fez.

2ª epidemia (janeiro de 1890 até maio de 1890). De menor intensidade que a primeira, porém não deixou de causar terror na cidade.

3ª epidemia (março a maio de 1892). Atingiu centenas de pessoas, mas o índice letal foi baixo devido à imunidade adquirida. Obras de saneamento de água e esgoto já vinham sendo realizadas pela prefeitura, fato que contribuiu para que os estragos não fossem igualmente devastadores como ocorrera em 1889.

4ª epidemia (janeiro a junho de 1896) Foi uma epidemia de grande porte. A cidade ganhara nesse período intermediário entre 1889 e 96 redes de água e esgoto, as autoridades municipais controlavam a higiene pública, mas mesmo assim a doença retornou e com força. Segundo relatório do médico Emílio Ribas, as cifras são de 1644 casos notificados e 787 óbitos. A maioria dos mortos eram novos imigrantes (italianos, sobretudo) ainda não imunizados.

5ª e última epidemia (janeiro a julho de 1897). A população não entrou em pânico e não abandonou a cidade. Segundo relatório de Emílio Ribas, 694 casos notificados e 325 óbitos.

Dados sobre população de Campinas:

Ano	População(nº de habitantes)
1854	14.201
1874	31.397
1886	41.253
1900	67.694
1918	105.160
1920	115.567

Fonte: IBGE, Fundação Seade (citados in: RAC, 2000, p.29)

continuidade de um processo de desenvolvimento vinculado ao aumento populacional, à expansão da ferrovia e à urbanização crescente. Momento de renascimento econômico da cidade que se refazia dos estragos provocados pelos surtos sucessivos de febre amarela do final do século XIX;

- 4ª etapa – década de 1920 – acompanhando a expressiva industrialização da capital, Campinas recebe novos e grandes estabelecimentos industriais de diversos setores. A própria legislação municipal encarregava-se de atrair a instalação de novas empresas ao conceder isenções fiscais e terras propícias ao seu estabelecimento;
- 5ª etapa – década de 1950 – há um grande impulso na consolidação do processo de industrialização da cidade; no entanto, nas décadas intermediárias de 1930 a 1950, Campinas já podia ser considerada como um dos polos industriais mais importantes do país.

A estrutura industrial de Campinas, em 1920, contava com 91 estabelecimentos cadastrados divididos em quinze categorias, empregando 2.865 operários. Saliente-se que a introdução das ferrovias⁴ teve papel fundamental no processo de industrialização da cidade. Pode-se dizer que a dinâmica cafeeira promoveu a expansão das funções urbanas tanto com a instalação de ferrovias, de indústrias e de empresas de serviços urbanos como com a ampliação da rede de serviços e comércio, não se esquecendo a imigração,⁵ que consolidou o trabalho livre, foi responsável pela introdução de novos hábitos na sociedade local e contribuiu com contingente expressivo de pessoas para a formação do setor terciário⁶.

⁴ A Companhia Paulista de Vias Férreas inaugurou o trecho Campinas-Jundiaí em 1872, e a Companhia Mogiana, que estabelecia a conexão Campinas com o interior, foi inaugurada em 1875. A Cia. Paulista se entroncava com São Paulo Railway e colocava Campinas em contato com São Paulo e Santos. Essa articulação de vias férreas proporcionada pelas Companhias Paulista e Mogiana permitiu que a cidade se tornasse um polo econômico regional de grande importância.

⁵ Dados da imigração para Campinas, no auge da produção cafeeira local. Os imigrantes representavam 16% da população da cidade, em 1900.

Período	Movimento imigratório europeu - Campinas
1882 – 1886	2.544
1887- 1900	8.087
Total	10.631

Fonte: Tabela citada em: Baeninger, 1996, p.31

⁶ Vide tabela contendo dados referentes à população economicamente ativa (PEA) de Campinas, em 1920.

	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário
PEA (%)	56,5	18,7	24,8

Fonte: RAC, 2000, p.11.

Campinas tornou-se um importante polo econômico regional em decorrência do entroncamento das vias férreas da Companhia Paulista, que partiam daqui para Jundiaí, encontrando em São Paulo a Railway, que se prolongava até Santos, e da Companhia Mogiana, que ligava a cidade ao interior do estado⁷. Como relata Semeghini, a influência de Campinas nos municípios da Paulista é de pouca significância, ao contrário da que exercia na zona Mogiana. O café produzido na região Mogiana⁸ tinha que passar por Campinas por falta de alternativa de circulação, assim como as mercadorias que lá chegavam obrigatoriamente tinham

⁷ No Oeste Velho de São Paulo, as primeiras lavouras de café foram estabelecidas no princípio do século XIX, tendo Campinas como grande polo de expansão duas irradiações marcadas pelas estradas de ferro. Uma linha de Campinas a Catanduva, denominada “zona paulista” (servida pela Cia. Paulista de Estradas), e a outra de Campinas a Ribeirão Preto e depois Franca, denominada “zona mogiana” (servida pela Cia. Mogiana de Estradas de Ferro).

Cia. Paulista: fundada, 1872 por fazendeiros, negociantes e capitalistas que necessitavam de um meio de escoar a produção do café para o porto de Santos. São seus fundadores: Antonio de Queiroz Telles (Visconde de Parnaíba), família Silva Prado, José Estanislau do Amaral. A primeira diretoria foi composta por: Antonio de Queiroz Telles, Ten. Cel. Egídio Souza Aranha, Antonio Pinheiro de Ulhôa Cintra (Barão de Jaguará), Cap. Joaquim Quirino dos Santos e Antonio Manoel Proença. O político Saldanha Marinho, que foi também presidente da Província de São Paulo, de 1867 a 1868, teve atuação fundamental na fundação da companhia, sobretudo na construção do trecho Jundiaí-Campinas. Ocuparam também por diversas vezes a presidência e vice-presidência da Província, Joaquim Egídio de Souza Aranha de 1878 a 1879, de 1881 a 1882; Antonio de Queiroz Telles, como vice, em 1885 e como presidente de 1886 a 1887; Antonio Pinheiro de Ulhôa Cintra, como presidente, em 1889.

Trecho	Data da abertura	Comprimento (Km)	Km
Jundiaí-Campinas	1872	44	44,042
Campinas-Vila Americana	1876	38	81,959
Vila Americana-Tatu	1876	12	93,794
Tatu-Limeira	1876	12	105,459
Limeira-Rio Claro	1876	28	133,84
Rio Claro-São Carlos	1884	72	206,308
São Carlos-Araraquara	1885	48	253,767
Araraquara-Rincão	1891	32	285,759
Rincão-Martinho Prado	1901	35	320
Martinho Prado-Passagem	1901	36	357,37
Passagem-Areia	1907	32	389
Areia-Bebedouro	1907	9	397,983
Bebedouro-Barretos	1909	55	454,930
Barretos-Adolfo Pinto	1926	30	483,463
Adolfo Pinto-Colômbia	1929	23	506,655

Fonte: www.wikipedia.org e www.estacoesferroviarias.com.br

Cia. Mogiana: fundada em 1872, por fazendeiros de café, com sede em Campinas. Foram seus fundadores: Conde Prates, José de Paula Leite de Barros, Conselheiro Antonio Prado, Cel. Antonio de Lacerda Franco, Luiz Tavares Alves Pereira.

Trecho	Data da abertura	Comprimento (Km)	km
Campinas-Jaguariuna	1875	34	34
Jaguariuna-Mogi-Mirim	1875	39	72,759
Mogi-Mirim-Casa Branca	1890	96	168,534
Casa Branca-Ribeirão Preto	1885	144	312,52
Ribeirão Preto- Franca	1887	104	416,461
Franca-Uberaba(MG)	1895	188	604,5
Uberaba-Uberlândia(MG)	1895	134	738,559
Uberlândia-Araguari(MG)	1896	45	783,428
Campinas-Araguari (MG)		783,4	

Fonte: www.cmef.com.br e www.estacoesferroviarias.com.br

⁸ O café da região mogiana era baldeado em Campinas e seguia até Santos pela Cia Paulista.

passado por esta cidade. Essa intermediação de mercadorias e passageiros impulsionou o crescimento de Campinas, que atendia às demandas regionais além das suas próprias.

A própria ferrovia gerava uma demanda industrial, de comércio e de serviços correlatos à sua existência. Muitos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços atendiam às necessidades da própria ferrovia, promovendo novas funções urbanas e gerando novos empregos. A ferrovia como elemento primordial dessa cidade agora industrializada condicionava pelo traçado das linhas férreas a própria malha urbana, fato que foi amplamente discutido entre aqueles que se debruçaram sobre os problemas de urbanismo de Campinas, como veremos nos planos apresentados pelo engenheiro ferroviário Carlos Stevenson e pelo urbanista Prestes Maia na década de 1930.

A cidade gradativamente deixa de depender exclusivamente do setor agrícola e vai ampliando seu setor secundário e terciário num processo que se completa, após 1930, em decorrência da *débâcle* da economia cafeeira após a quebra da bolsa de Nova York em outubro de 1929.

Os dados referentes ao recenseamento de Campinas realizado em 1918 demonstram uma tendência de ampliação da população urbana sobre a rural, caracterizando o momento de transição de uma economia exclusivamente agrícola para uma industrializada. O índice da População Economicamente Ativa (PEA) dos setores secundário e terciário somados correspondia a 43,5% do PEA da cidade, segundo recenseamento realizado em 1920, o que equivale a dizer que as funções urbanas tornavam-se progressivamente relevantes na estrutura econômica da cidade.

CAMPINAS 1918 – POPULAÇÃO						
DISTRITOS	POP. URBANA		POP. RURAL		TOTAL	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Campinas	41.004	54,94	32.291	44,06	73.295	100,00
Souzas	749	7,65	9.045	92,35	9.794	100,00
Vila Americana	2.211	32,82	4.525	67,18	6.736	100,00
Cosmópolis	822	15,49	4.282	84,08	5.164	100,00
Valinhos	800	14,59	4.684	85,41	5.484	100,00
Rebouças (Sumaré)	422	9,00	4.265	91,00	4.687	100,00
TOTAL	46.068	43,81	59.092	56,19	105.160	100,00

(Fonte: Semeghini, 1991, p.87)

OBS: A emancipação do município de Americana ocorreu em 1924, de Cosmópolis, em 1944, de Valinhos e de Sumaré, em 1953.

Observa-se que, no distrito de Campinas, o percentual da população urbana (55%) é superior ao da rural (44%). Considerando-se a população de todos os distritos do município, o percentual se inverte: 44% de população urbana para 56% de rural; esses dados, no entanto, revelam a tendência de urbanização da população. O fluxo migratório das zonas rurais para as urbanas tende a se intensificar durante o primeiro quartel do século XX. A década de 1930 será caracterizada pelo esvaziamento do campo e afluxo migratório para a cidade, decorrentes da erradicação cafeeira.⁹

Ressalte-se que vários fatores contribuíram para o processo de industrialização de Campinas, tais como a infraestrutura elétrica, o custo de vida inferior ao da capital do Estado, as facilidades concedidas pelo governo municipal às empresas que se instalassem na cidade e o agente externo da suspensão da navegação mercantil durante o período da Primeira Guerra, que, impossibilitando a entrada de produtos manufaturados, favoreceu o desenvolvimento de nosso parque fabril. As ações do governo municipal a fim de favorecer a instalação de um parque industrial em Campinas são expressas nos decretos e leis que concediam isenções de impostos e doavam terrenos estrategicamente localizados. A prática de incentivo à instalação de indústrias por parte do poder público local perdurou por mais de uma década. Procedimento investido a princípio para casos específicos, como o que trata a Resolução nº 606, de 21/12/1920¹⁰, e posteriormente de forma generalizada, pelo Ato nº 138, de 24/09/1938¹¹, que concedia favores às grandes e pequenas indústrias que se estabelecessem no município.

⁹ “Na década de 30, é intensa a erradicação dos cafeeiros na região de Campinas. A erradicação mais intensa ocorreu no próprio município de Campinas – o qual, além disso, era o que detinha o maior estoque de plantas, em 1930. A área plantada com café reduz-se em mais de dois terços, nesse período.” (Semeghini, 1991, p.103)

¹⁰ “Resolução nº 606, de 21/12/1920 – Isenta de impostos uma fábrica de tecidos elásticos
Art. 1º - Fica concedida isenção de impostos por dez annos, a partir de 1º de janeiro de 1921, ao dr. Silvino de Godoy, ou à sociedade que organizar, para uma fábrica de tecidos elásticos, que pretende installar nesta cidade.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Mando, portanto, a todas as autoridades a quem conhecimento e execução da presente resolução competir, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella contem.”

¹¹ “Ato nº 138, de 24/10/1938 – Concede favores às grandes indústrias que se estabelecerem no Município
Art. 1º - Será concedida isenção de impostos municipaes, pelo espaço de cinco annos, às indústrias, de qualquer espécie, que tenham se estabelecido neste município de 01 de janeiro do corrente anno a esta data, ou venham a se estabelecer ate 31 de dezembro de 1942, empregando em sua instalação capital superior a 2.000 contos de réis.
(...)
Art. 3º - Às indústrias de menor capital, a contar de 5000:000\$000 até o limite estabelecido pelo Art. 1º, e enquadradas no prazo estipulado pelo Art.1º, será também concedida isenção de todos os impostos municipais, depois das formalidades prescriptas pelo Art.2º, a juízo do Prefeito, porém nunca mais de dois annos.”

Os dados de crescimento populacional conjuntamente com os dados referentes às mudanças da economia da cidade, que de essencialmente rural passa a ter um forte setor secundário e terciário, fornecem subsídios para o entendimento da necessidade de elaboração de um plano de urbanismo que adequasse o espaço urbano à nova realidade da cidade.

Tabela de evolução comparativa entre população de Campinas, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasil

ano	Campinas		São Paulo		Rio de Janeiro (distrito federal)		Brasil	
	Pop.total	Taxa de cresc. a.a (%)	Pop.total	Taxa de cresc. a.a (%)	Pop.total	Taxa de cresc. a.a (%)	Pop.total	Taxa de cresc. a.a (%)
1900	67.694	2,48	239.820	4,81		-	17.318.550	2,9
1920	115.567	1,00	579.033	4,09	1.157.873	-	30.635.605	1,5
1934	132.819	-	1.074.877	-	1.668.077	-	40.741.589	
1940	132.342		1.326.261	5,2	1.783.300	-	41.236.315	2,3

(Fonte: IBGE, Censos demográficos)

Panorama da estrutura física de Campinas até a década de 1940, período que coincide com o início da implementação do plano de urbanismo

As mudanças na estrutura física de Campinas ocorreram de forma paulatina desde sua fundação até o primeiro quartel do século XX. Num primeiro momento, que corresponde aos anos iniciais de sua formação em meados do século XVIII até princípios do século XIX, a cidade é caracterizada fisicamente por três focos de povoamento – Tanquinho, Santa Cruz e Campinas Velha (os três são conformados por ruas estreitas e construções de pequena testada no alinhamento do lote e que se prolongam para o centro das quadras). O segundo momento corresponde ao período ligado à economia cafeeira, de meados do século XIX até o seu final, e é caracterizado pela inauguração das vias férreas e pelo aumento populacional. Durante esse período, a inauguração das estações ferroviárias cumpriu o papel de alavancar o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo promoveu inúmeras alterações no espaço urbano, pois, para os arredores da estação da Paulista, afluiu um grande contingente de estabelecimentos comerciais e de serviços. A rua 13 de Maio tornou-se a via de comunicação direta entre o centro da cidade e a estação, recebendo novas casas de comércio e depósitos de café. As terras circunvizinhas à estação foram arruadas e receberam os nomes dos fundadores e de políticos ligados à fundação da Companhia Paulista: Senador Saraiva, Joaquim Saldanha

Marinho, Visconde de Parnaíba. Nas proximidades da estação, foram primeiramente alocados as oficinas de conserto e todo o operariado diretamente ligado à ferrovia, favorecendo a formação do bairro Vila Industrial. No entanto, a Vila Industrial não pode ser considerada como o primeiro arrabalde da cidade, pois a população mais pobre, formada por trabalhadores e artesãos, não podendo acompanhar a valorização predial da área central, que já vinha se processando desde meados do século XIX, buscava se alojar nos bairros periféricos. Os bairros Ponte Preta, Bonfim, Fundão, Cambuí e Guanabara, que compunham essa periferia, estavam ligados ao centro por meio da extensão de vias públicas já existentes e de novas que iam sendo abertas: as avenidas Barão de Itapura e Andrade Neves, por exemplo, causaram admiração pela dimensão de suas larguras.

A construção das duas estações ferroviárias – Paulista e Mogiana – e o próprio traçado de suas linhas férreas contribuíam para estabelecer marcos físicos de segregação social na cidade: a população mais pobre alocava-se preponderantemente do “outro lado da linha”.

Em síntese, pode-se dizer que, do período da fundação da cidade até o período demarcado nesta pesquisa, Campinas passou por fases de expansão urbana correlacionadas às mudanças de sua estrutura econômica.

Durante as décadas de 1930 e 1940, Campinas apresentava uma configuração física composta de três bairros¹² distintos em seus aspectos físicos, características funcionais e de população. Esses bairros correspondem cronologicamente às manchas de expansão urbana. O primeiro bairro corresponde à parte mais antiga da cidade, onde preponderantemente se encontra o setor terciário: centro comercial, financeiro, de serviços, de agremiações sociais e de lazer cultural, e reúne estabelecimentos comerciais de atacado e de varejo, bancos, clubes, centros culturais, cinemas, teatro, escolas. É caracterizado por ruas estreitas e construções “apertadas”, isto é, construções no alinhamento da rua que ocupam geralmente a totalidade da testada do lote, também estreito em relação a sua profundidade e que se estende até o centro do bairro, conformando uma situação espacial adensada.

¹²A divisão por bairros segue a análise realizada no trabalho de Bergó, Maria Estela de Abreu. “Estudo Geográfico da Cidade de Campinas”. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. III, 1949.

Figura – Mapa de Campinas, 1929. Estudo com delimitação de Manchas de Ocupação.

(Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas)

O segundo, que se caracteriza pela expansão desse primeiro núcleo, mantém o modelo de ocupação dos lotes e de arruamento e pode ser denominado quarteirão ferroviário, formado pela área que engloba as duas estações, seus armazéns e oficinas e a Vila Industrial. Esse quarteirão é responsável pela demarcação física da divisão das classes sociais, que ficavam distribuídas da seguinte forma: as mais abastadas, no centro, e as mais pobres, nos arrabaldes, preponderantemente na porção sul da cidade, abaixo da linha férrea da Paulista.

O terceiro quarteirão, contemporâneo da intensificação industrial da década de 1920, resultou da transformação dos antigos cafezais das fazendas limítrofes do centro e teve sua ocupação facilitada pelos melhoramentos de infraestrutura promovidos pela extensão das linhas de força pela Companhia de Força e Luz e de abastecimento de água por meio da nova adutora do Atibaia. Nos arrabaldes desse quarteirão da cidade e, sobretudo, na região sul, abaixo da linha férrea, concentram-se a população mais pobre, as indústrias, asilos de doentes, matadouros e toda sorte de atividades marginalizadas.

A cidade foi crescendo no sentido da periferia de forma indistinta, para além da linha da Paulista, na região sul e sudoeste, onde se situava a maioria das indústrias. O Bonfim e a Vila Industrial abrigavam os primeiros estabelecimentos industriais desde o século XIX; para leste, o bairro da Ponte Preta recebeu a fábrica de seda em 1926 e teve sua população aumentada com o novo contingente de operários; dois outros bairros foram loteados pela prefeitura na porção sul da cidade, seguindo o modelo de urbanização dos bairros do Pacaembu e Jardim América, projetados pela Companhia City de São Paulo: o São Bernardo e o Parque Industrial. Em zonas de terrenos pouco valorizados, mas com ligação direta com a estrada de ferro, ambos eram bairros requisitados pelos industriais, que poderiam alocar suas indústrias na proximidade das vias de escoamento da produção e das moradias populares do operariado que ali se instalava.

A região do Fundão também recebeu várias indústrias, e o respectivo operariado foi sendo alocado nas proximidades, nos novos loteamentos que a prefeitura definiu como Vila Marieta e Vila Paraíso.

Figura – Mapa de Campinas, 1900.
(Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas)

Figura – Mapa de Campinas, 1929. Bairros do Chapadão e Taquaral.

(Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas)

Os bairros industriais e as vilas operárias identificadas na planta de Campinas de 1929 situavam-se preponderantemente na porção sul e sudoeste da cidade, logo abaixo da linha férrea da Paulista. É importante sublinhar que o governo municipal desempenhou um papel importante na indução da ocupação dessa área pelas indústrias e pelas moradias populares.

A expansão da cidade, no entanto, não se restringia a essas duas áreas, pois a mancha urbana espalhava-se também pela região oeste, norte e nordeste. As áreas de terra a oeste e norte, pertencentes respectivamente às Fazendas Chapadão e Taquaral, foram retalhadas, e extensas áreas de cafezais velhos foram substituídas por empreendimentos imobiliários mais intensificados entre 1926 e 1930.

Várias companhias se organizaram para arruar e promover a venda de terrenos a oeste do ramal férreo, formando o Jardim Guanabara e o Chapadão. Segundo o levantamento de Scarabelli¹³, onze loteamentos foram registrados na prefeitura entre 1924 e 1947. Boa parte deles seguia o modelo de bairro-jardim da Companhia City, de tão bem-sucedido que fora o empreendimento na capital paulista. Localizados entre o canal de saneamento (avenida Orozimbo Maia) e o ramal férreo da Mogiana e a oeste da linha ocupando uma extensa faixa de terra, são eles: Loteamento Rossi, Borghi & Cia (1924), Loteamento de Santiago Perez (1928), Loteamento Vila Itapura – San Paulo Land Company (1928), Loteamento Jardim Guanabara – San Paulo Land Company (1928), Loteamento João Dieberger (1930), Loteamento de Angelino Rossi (sem data), Loteamento da Companhia MacHardy (1936), Loteamento Bueno de Miranda (1941), Loteamento Vila Lane (1942), Loteamento Eduardo Lane (1942), loteamento sem identificação (1947).

Esses arruamentos, como também eram designados, estabeleciam um crescimento urbano desordenado que não obedecia a diretrizes formuladas pelo poder público. Pode-se afirmar que, nesse momento, o estado não agia como um regulador e organizador do crescimento do espaço urbano. Sua atuação, ao contrário de regular e restringir a proliferação de arruamentos, incentivava-os por meio de isenção de impostos. As discussões que surgem especificamente a partir de 1929 em relação à necessidade de elaboração de um plano de urbanismo também objetivavam dotar o executivo do controle sobre o crescimento da cidade. Ainda que essa ideia não esteja explicitada nos discursos dos interessados na questão, era mister que o poder público formulasse as diretrizes de crescimento urbano, não ficando com o

¹³ Scarabelli, Patricia. *Guanabara e arredores*. Dissertação de mestrado, CEATEC-PUCCAMP, Campinas, 2004.

ônus de fornecer infraestrutura para atender aos mais longínquos arruamentos comercializados pela iniciativa privada, ávida por parcelar porções de terras improdutivas de fazendas quase inoperantes após sucessivas crises no mercado de café que circundavam o núcleo urbano.

A sequência de leis e decretos abaixo listados, ao conceder sucessivas isenções de impostos aos agentes imobiliários, exemplifica a atuação do governo municipal no favorecimento da expansão desses loteamentos privados: Lei nº 432, de 05/10/1928 – isenta de impostos os terrenos pertencentes a Rossi, Borghi e Cia; Lei nº 441, de 28/12/1928 – aprova o plano de arruamento e loteação de terrenos do Jardim Guanabara, de propriedade de San Paulo Land & Company; Decreto nº 69, de 24/01/1934 – aprova prorrogação de isenção de impostos por mais cinco anos para os terrenos de San Paulo Land & Cia, situados no Jardim Guanabara; Decreto nº 77, de 03/05/1934 – aprova prorrogação de isenção de impostos a favor de terrenos de Rossi & Borghi no local denominado Vila Itapura; Ato nº 176, de 03/05/1939 – prorroga por mais cinco anos a isenção de impostos concedida a San Paulo Land & Cia; e, por fim, Ato nº 178, de 09/05/1939 – prorroga a isenção de impostos concedida a terrenos da Villa Itapura.

No período que antecede à contratação do plano de urbanismo, em 1934, e durante seu processo de implementação, o poder público incentivou, por meio de isenções fiscais, empreendimentos imobiliários privados, por exemplo, os situados na região do Guanabara.

Apesar do apoio do poder público e de intensa campanha publicitária veiculada na imprensa local, o movimento de vendas das companhias loteadoras não foi tão bem-sucedido como se esperava, pois o grande obstáculo para o sucesso de vendas era a falta de canalização d'água nas áreas mais altas da cidade. Para solucionar a questão da falta de abastecimento de água, a administração pública iniciou a construção da adutora do rio Atibaia e da rede de esgotos. A inauguração da adutora só aconteceu em 1936, em cerimônia concorrida por representantes da política local e estadual. Coincidiu com os festejos do centenário de nascimento de Carlos Gomes, evento patrocinado pela prefeitura.¹⁴

¹⁴ O filme *Campinas – berço de Carlos Gomes*, realizado para a comemoração apresenta imagens da inauguração da adutora do Atibaia.

A partir de 1936, após a inauguração da adutora do Atibaia, com a ampliação do abastecimento de água da cidade, várias empresas imobiliárias iniciam também um processo de loteamento da porção leste da cidade, quando surgem a Vila Almeida, Vila Amália, Vila Nova Campinas, Vila Jequitibá e, no primitivo bairro da Campinas Velha, o Jardim Paraíso. As artérias viárias responsáveis pela conexão dos novos bairros com o centro da cidade eram sempre estabelecidas pela prefeitura municipal: os bairros industriais da região sul estavam conectados pela avenida das Amoreiras; a avenida Barão de Itapura e a rua Coronel Quirino ligavam os outros bairros residenciais ao centro da cidade.

Alguns novos arruamentos localizavam-se nas proximidades de estabelecimentos industriais. A partição do espaço urbano entre funções distintas ainda não era questão observada. Dessa forma, podemos encontrar no bairro residencial Vila Itapura três importantes indústrias: Fábrica de Elásticos Godoy Valbert, Chapéus Cury e Companhia Campineira de Óleos, que reuniam em torno de si seu operariado e também as residências dos seus respectivos industriais. Nas esquinas da avenida Barão de Itapura com rua Barão Geraldo de Resende encontravam-se os palacetes¹⁵ dos industriais Silvino de Godoy e Miguel Vicente Cury, e há poucos metros, na mesma rua Barão Geraldo de Resende, estavam situadas suas respectivas unidades fabris.

A lógica do mercado imobiliário e o processo de transformação física urbana

Considere-se que a configuração urbana é também produto do modo capitalista de produção¹⁶ e que, nesse sentido, a organização espacial da cidade deve ser objetivada para facilitar a circulação de capital, de mercadorias, de informação e da massa de trabalhadores. A terra urbana é, outrossim, uma mercadoria cujo valor é estabelecido pela demanda e pelas condições de localização, que podem ser menos ou mais favoráveis aos rendimentos fundiários. Serve de exemplo o estabelecimento de um parque industrial nas proximidades das vias de escoamento da produção, fato que permite uma redução de gastos com transportes, tornando essa região mais atraente para o setor industrial.

Nesse processo de organização espacial urbana, três agentes atuam de forma distinta e

¹⁵ Os palacetes Godoy e Cury são de autoria e construção do engenheiro Lix da Cunha (projeto L nº 88 e L nº 73), tendo sido o segundo reformado e ampliado pelo engenheiro Hoche Néger Segurado.

¹⁶ Sobre o tema ver: Souza, 1988. Esse estudo está baseado nas teorias econômicas de Lamarche, Topalov e Harvey.

complementar: o promotor imobiliário (proprietário da terra, capital industrial e capital promotor), o capital financeiro e o Estado. O promotor imobiliário é o agente que compra o terreno, concebe um novo programa de utilização, comanda sua transformação, elabora projetos e articula sua venda. O capital financeiro participa sob a forma de empréstimo para a aquisição do terreno e financiamento da atividade de construção. Por último, o Estado, que disponibiliza serviços urbanos e infraestrutura com recursos captados por tributos e permite ao agente imobiliário a apropriação da renda¹⁷ alcançada com a valorização da gleba por meio dos investimentos públicos.

Nas décadas de 1920 e 1930, a maioria dos loteamentos privados de Campinas está localizada na porção oeste da cidade: Jardim Guanabara e Chapadão. Seguindo a teoria acima explicitada, citamos dois casos exemplares de agentes imobiliários: San Paulo Land & Company Ltda e Rossi & Borghi Cia. Ambos adquiriram porções de terra ocupadas por velhos cafezais das fazendas adjacentes à região central, propriedades de antigos fazendeiros de café representantes da velha aristocracia rural, conceberam projetos de parcelamento do solo e promoveram sua comercialização contando com a demanda que o crescimento econômico da cidade impulsionava. A comercialização dos lotes era amparada por uma ampla campanha publicitária que veiculava grandes anúncios de primeira página nos jornais locais. A infraestrutura dos empreendimentos foi fornecida pelo poder público, que ainda os favoreceu com sucessivas isenções de impostos sobre os lotes não comercializados.

¹⁷ A pesquisadora Souza, em seu estudo, estabelece que os ganhos dos empreendedores imobiliários podem ser identificados através de dois conceitos teóricos denominados renda diferencial I e II. A renda diferencial I é uma função das vantagens oferecidas pela localização da propriedade. Essas vantagens dependem em primeiro lugar da disponibilidade de serviços urbanos e infra-estrutura promovida pelos investimentos públicos, e em segundo lugar pela proximidade de centros de emprego, de áreas comerciais e de serviços já estabelecida por outros investidores. A renda diferencial II decorre da aplicação diferenciada de capital sobre a terra, isto é, das benfeitorias que o ocupante da gleba promove no seu terreno. Souza sintetiza a atuação dos agentes desse processo da seguinte forma:

		Categoria de remuneração			
Agentes		Renda	Lucros	Juros	Impostos
Setor imobiliário	Proprietário de terra	X			
	Capital industrial	X			
	Capital promotor		X		
Capital financeiro				X	
Estado					X

(Souza, 1988)

Relembre-se que o abastecimento de água foi promovido a partir de 1936, após a inauguração da adutora do Atibaia, e que esses loteamentos foram realizados ainda na década de 1920.

Figura – Propaganda de novos loteamentos – 1929.

(Fonte: *Correio Popular*, Campinas, 22 set. 1929.)

Urbanismo em Campinas

A nova disciplina urbanismo, que vinha desde a década de 1920 despertando interesse não só entre os profissionais diretamente vinculados à questão urbana – os engenheiros (civis ou arquitetos) – como também entre aqueles sintonizados com a modernidade e o progresso, é encarada como uma necessidade premente para o desenvolvimento de Campinas, pois essa cidade industrializada tornava-se palco de um processo progressivo e aleatório de urbanização regulado pelo capital imobiliário.

A questão do urbanismo em voga na Europa e nos EUA entra no repertório das preocupações cívicas da elite local, representada, nesse outro contexto econômico, por profissionais liberais, comerciantes e industriais. A classe política dirigente, composta por

essa elite burguesa, acreditava convictamente na ideia de progresso da coletividade identificado com industrialização, crescimento econômico e modernidade. A ideia de um plano de urbanismo que pudesse organizar o espaço físico da cidade com vistas a exercer controle sobre o crescimento e o desenvolvimento urbano, resolvendo problemas presentes e futuros, entra na pauta das discussões públicas.

Estudos indicam que o primeiro personagem a conclamar publicamente a necessidade de elaboração de um plano de urbanismo para a cidade foi o vereador Waldemar Rangel Belfort de Mattos¹⁸ durante sessão da Câmara de 29 de maio de 1929, defendendo a introdução da prática do urbanismo na cidade. Como relatou Costa Santos, o vereador Belfort de Mattos não só defendeu a necessidade de se elaborar um plano¹⁹ para Campinas como também indicou o nome de Luís Ignácio de Anhaia Mello para tal empreita.

Em outras reuniões da câmara, Belfort de Mattos retomaria o tema urbanismo, insistindo na premência de contratação de um urbanista. Fundamentou inclusive um projeto de lei que autorizava o prefeito a contratar um urbanista para elaborar um plano de remodelação e expansão da cidade de Campinas. O vereador chegou a indicar a seus pares a leitura das conferências de seu amigo, o engenheiro Anhaia Mello, reunidas no livro *Problemas de urbanismo: bases para a resolução do problema técnico*²⁰.

¹⁸ Waldemar Rangel Belfot de Mattos, médico oftalmologista, residente em Campinas desde 1922 e formado pela Faculdade de Medicina de São Paulo, foi eleito vereador de Campinas, exercendo o mandato de 15 de janeiro de 1929 a 15 de outubro de 1930. Trabalhou no Instituto Oftalmológico Penido Burnier e em setembro de 1929 montou consultório particular. Como membro do Partido Democrático (PD), foi eleito em 24 de abril de 1929 como 2º vice-presidente do diretório de Campinas. Foi grande defensor público da elaboração de um plano de urbanismo para Campinas.

¹⁹ Ainda sobre Belfort de Mattos: “(...) a partir de seu mandato (de 15 de janeiro de 1929 a 15 de outubro de 1930), e principalmente, a contar do dia 29 de maio de 1929, passaria a defender politicamente a introdução da prática do urbanismo em Campinas. Nesse dia, apresentaria ‘a necessidade de se elaborar um plano, de acordo com os preceitos do urbanismo, para a remodelação de Campinas, partindo de contundentes críticas sobre o estado da cidade e afirmando que, ‘em matéria de urbanismo, nada tem sido feito em Campinas’” (Santos, 2002, p.239).

²⁰ O livro *Problemas de urbanismo: Bases para a Resolução do Problema Técnico* é uma publicação de 1929 que reúne seis palestras proferidas por Anhaia Mello e que descreve, no geral, exemplos de cidades norte-americanas. A primeira conferência foi realizada no Rotary Club de São Paulo, em 21 de setembro de 1928, intitulada: *O problema Psicológico: bases de uma campanha prática e eficiente em prol de São Paulo maior e melhor*. As outras cinco palestras aconteceram no Instituto de Engenharia, a saber: em 08/11/1928, *O Problema Psicológico: As associações americanas de urbanismo*; em 27/11/28, *A cidade, problema de governo*; em 13/12/28, *O governo das cidades*; em 28/12/28, *Urbanismo: regulamentação e expropriação*; e finalmente em 08/01/29, *Urbanismo: o problema financeiro*. Sobre palestras de Anhaia Mello vide Sylvia Ficher. (Ficher, 2005, p.146)

Poucos detinham conhecimento aprofundado sobre o tema urbanismo,²¹ mesmo assim, o assunto motivava debates. Os interlocutores mais destacados eram: o médico Belfort de Mattos, o engenheiro Carlos William Stevenson e alguns dirigentes do poder público, membros do corpo técnico da Diretoria de Obras e Viação e da Diretoria de Águas e Esgotos.

O ano de 1929 também foi marcado pela entrega da planta cadastral da cidade (em escala 1:10.000) – levantamento encomendado pelo prefeito Orozimbo Maia –, essencial para dar início a qualquer plano urbanístico na cidade. A planta cadastral foi realizada pelos engenheiros Jorge de Macedo Vieira²² e Carl A. Oelsner, que haviam sido escolhidos entre seis concorrentes. A planta, entregue em agosto de 1929, apontava o aumento desordenado da mancha urbana, que era uma das maiores preocupações sentidas pela administração pública. Macedo e Oelsner mencionaram também o problema relativo à identificação numérica das edificações, que a consideravam inadequada.

Os engenheiros sugeriram que fosse adotado um método de emplacamento²³ cuja numeração seria determinada por metro linear da via pública em que se situava o imóvel. Esse sistema permitiria benefícios públicos, inclusive a justa cobrança de impostos pela totalidade das edificações, uma vez que até o momento nem todas as edificações eram numeradas.

Nesse ínterim, o prefeito Orozimbo Maia decidiu aceitar as proposições do vereador oposicionista Belfort de Mattos e considerou a conveniência de elaboração de um plano de

²¹ O tema urbanismo era recente na literatura especializada. Segundo a historiadora Françoise Choay, o termo urbanismo aparece pela primeira vez em 1910, no *Bulletin de la Societé Géographique de Neufchatel*, escrito por P. Clerget. (Choay, 2007, p.2). Já o engenheiro urbanista Jean Raymond na introdução de *Précis d'urbanism moderne* atribui a primeira citação do termo à M. Clerget, em 1900, na *Revue Romande*. (Raymond, 1934, p. 1) Afora controvérsias, o termo e a disciplina eram por demais recentes entre o meio acadêmico de engenheiros e arquitetos do mundo inteiro.

²² Engenheiro Jorge de Macedo Vieira formado pela Escola Politécnica de São Paulo, em 1917, trabalhou como estagiário nos escritórios da Companhia City. Projetou mais de vinte bairros-jardins na cidade de São Paulo, assim como em outras cidades paulistas e do Rio de Janeiro. Em Campinas foi responsável pelo projeto da Vila Isa, da Chácara da Barra de do bairro da Nova Campinas. Foi responsável pelo projeto de urbanismo de quatro cidades: Águas de São Pedro (SP), Pontal do Sul, Maringá e Cianorte, todas três no estado do Paraná.

²³ A proposta metodológica de emplacamento, sugerida por Macedo de Vieira, consistia no sistema de numeração das edificações por metro linear e deveria ser implantada respeitando as seguintes indicações: 1- Apresentação de croquis dos quadros figurando os números antigos e os atuais e indicando as distâncias das esquinas em relação à origem da numeração; 2- organização de livros de registros de ruas por ordem alfabética; 3- relação geral das placas encomendadas; 4- estatísticas dos prédios numerados com distinção de pavimentos e indicação dos prédios construídos com recuo frontal; 5- planta geral na escala 1:5.000; 6- substituição de todas placas antigas e emplacamento de todas edificações situadas em zonas arruadas. (Ribeiro, 2007)

urbanismo, ainda que fatores externos decorrentes da crise mundial sem precedentes acarretassem dificuldades econômicas significativas, inclusive para o poder público local. Sua posição ficou explicitada no *Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1929 pelo prefeito Orozimbo Maia*, abaixo transcritas:

(...) em ofício que tive a honra de dirigir a V.V.Excias em 22 de outubro, ratificando as anteriores manifestações sobre o caso, fiz ponderações quanto á conveniência de se cuidar da elaboração de um plano de urbanismo. Poderá parecer a muitos ser uma temeridade cogitar-se deste assunto em ocasião de tamanhas aperturas, de uma crise mundial, sem precedentes (...). Campinas progride, com tendência a ser uma grande cidade, talhada a ser um centro industrial privilegiado pela sua situação e vias de comunicação. Desde que seja concluído o grande esforço do abastecimento de águas, em vias de execução, isso se evidenciará de modo positivo. (1930, p. 36)

Ainda nesse relatório de 1929, citava-se a contratação do urbanista Anhaia Mello:

De posse da planta da cidade, a Prefeitura procurou o engenheiro dr Anhaia Mello, catedrático de urbanismo da Escola Polythecnica de S. Paulo que, após ter visitado e observado a cidade, apresentou um memorial que teve larga divulgação pela imprensa²⁴ e foi remetido ao Legislativo conjuntamente com a proposta de honorários para execução do Plano Geral da cidade, dentro dum prazo approximadamente de um anno. (1930, p.38, grifo nosso)

Paralelamente à questão do plano, o grande problema da falta de abastecimento de água, que representava um empecilho para o crescimento da cidade, já vinha sendo equacionado por meio da construção da nova adutora do rio Atibaia, inaugurada em 1936. O sistema de captação de água do rio Atibaia incluía a construção de um reservatório do Cruzeiro – ponto mais alto da região do Fundão – que seria responsável pela distribuição da água por gravidade para os seguintes bairros: Fundão, Vila Maria, Vila Marieta e Paraíso.

²⁴ Compareceram ao Gabinete do Prefeito de Campinas por ocasião da apresentação do relatório do urbanista Anhaia Mello, os seguintes os representantes da imprensa: de O Estado de S. Paulo, Edmundo Barreto; do Diário do Povo, Synesio Passos; de A Gazeta, Alberto Sarmento Rodrigues; de Gazeta de Campinas, João Marcílio; do Correio Paulistano, José Pereira; do Diário da Noite, Anacleto da Silva Guimarães e do Correio Popular, Benedito Ferraz Bueno.

“A convite do Sr. Prefeito Municipal, reuniram-se, hontem, às 16 horas, no Gabinete da Prefeitura vários representantes da imprensa local e paulistana, com o fim de assistir a exposição de assumpto de interesse da cidade. (...) O prefeito, de inicio, expoz o seu ponto de vista sobre urbanismo, encarando-o como de facto é, uma necessidade para o desenvolvimento da cidade, de cuja execução redundava uma somma de benefícios. Contou que para a organização de um plano de remodelação da cidade, indispensável se tornava a confecção de uma planta cadastral que era um velho desejo seu, desde, há vinte tantos annos, quando, accidentalmente, occupara a Intendencia Municipal. (...) Agora, na sua nova gestão, no Executivo Municipal, conseguira ver materializado o seu desejo: a planta cadastral estava concluída e além de ser a única no Brasil, é um dos trabalhos mais perfeitos que se conhece.” (A necessidade da remodelação de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 19 de out. 1929.)

Foram planejadas concomitantemente subadutoras para prover o abastecimento do Chapadão e Ponte Preta, que já recebiam água proveniente da Rocinha.

O relatório de Anhaia Mello

Segundo preleção do urbanista, entregue oficialmente ao prefeito em 12 de outubro de 1929, seria de grande importância que a sociedade tomasse conhecimento dos objetivos do plano e que, por meio de uma comissão formada por habitantes da cidade, houvesse sempre a divulgação²⁵ e esclarecimento dos trabalhos realizados para a implantação do plano, assim como também caberia à comissão reportar ao urbanista e equipe técnica os anseios da população local. *“Organização de uma Comissão do Plano da Cidade – Esse dispositivo é essencial: é o traço de união entre as aspirações urbanas e o técnico que as satisfará (...) um plano de cidade que seja de fato a expressão perfeita da imagem popular da cidade ideal”* (Mello, 1929^a, grifo nosso). Cumpre ressaltar que, apesar de o discurso teórico de Anhaia Mello apregoar que caberia à comissão ser o elo entre aspirações da sociedade como um todo e o urbanista e que, dessa forma, o plano resultaria numa cidade que seria a própria imagem popular, sabe-se, no entanto, que, no contexto político da época, as camadas populares não tinham nenhuma representação na esfera de poder, e a própria composição da comissão era a comprovação disso. Anhaia Mello chega inclusive a sugerir a ocupação profissional de alguns dos membros que deveriam compor a comissão, todos pertencentes à elite local e imbuídos pelo ideário de modernização e de progresso tecnológico via industrialização.

O prefeito Orozimbo Maia, já seguindo as orientações do urbanista – *“sell the idea to the public”* –, inicia, uma semana após a sua entrega oficial, uma campanha de divulgação do plano ao convocar ao seu gabinete jornalistas da capital e da cidade para divulgar o relatório de Anhaia Mello, publicado na íntegra pelo jornal *Correio Popular* em 19 de outubro de

²⁵ Para o urbanista Anhaia Mello era imprescindível para a elaboração de um plano de urbanismo que a população local estivesse mobilizada e comprometida com a questão. A imprensa teria um papel relevante na divulgação das proposições do plano e por outro lado, deveria ser instituída uma comissão de caráter civil específica para a discussão do plano de urbanismo. Essas proposições de Anhaia Mello são acatadas de prontidão pelo prefeito como pode ser comprovado no relato da imprensa sobre a reunião no Gabinete: *“(...) Concluída a planta o Sr. Prefeito Municipal cogitou da organização do plano de remodelação da cidade, do que foi encarregado o dr. Anhaia Mello (...) Este urbanista aqui esteve varias vezes, visitando a cidade e declarando que nenhuma das obras executadas pela Prefeitura poderiam ser condenadas por qualquer plano de urbanismo e fez ver, ainda, a necessidade de uma propaganda em prol do urbanismo, afim de que a execução do futuro plano não encontrasse obstáculos da parte da população. Com esse fim o Sr. Prefeito Municipal dirigia um appello à imprensa a quem intensa propaganda em prol do urbanismo (...) Falou ainda da necessidade da organização de uma comissão para auxiliar esse trabalho de propaganda (...)”* (A necessidade da remodelação de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 19 de out. 1929, negrito nosso).

1929. O prefeito aproveitou também a ocasião para assumir politicamente a “paternidade” da ideia de elaboração de um plano de urbanismo. Esse fato gerou certo constrangimento, relatado em matéria datada de 24 de outubro no mesmo jornal. Na matéria jornalística intitulada *O prefeito é turrão*, comentava-se que a questão do urbanismo já vinha sendo apresentada pelo vereador Belfort de Mattos com bastante ênfase, e que o prefeito, num gesto de sagacidade, acatara-a, tomando-a para si. Com exceção desse fato, pode-se dizer que a divulgação do relatório de Anhaia Mello na coletiva concedida pelo prefeito não provocou grande repercussão na cidade.

Os dois grandes assuntos do momento eram o agravamento da crise econômica, com a proximidade da quebra da bolsa de Nova York, ocorrida em 29 de outubro, e o conturbado processo de eleição presidencial, que ocupava as primeiras páginas dos jornais há várias edições. Esses dois fatos de grande importância, sobretudo a crise política que viria logo a seguir, fizeram com que a ideia de elaboração de um plano de urbanismo ficasse latente durante os quatro anos subsequentes.

Querela política entre Belfort de Mattos e Orozimbo Maia – encenações políticas

As discussões tornadas públicas entre o médico Belfort de Mattos, vereador pelo Partido Democrático²⁶ (PD), e o prefeito Orozimbo Maia, do Partido Republicano Paulista (PRP), evidenciam o conflito pelo poder local até então dominado hegemonicamente pela oligarquia rural cafeeira. Com a ascensão da burguesia à esfera de poder, tornou-se cada vez mais frequente a presença de profissionais liberais, comerciantes e industriais no legislativo e no executivo.

²⁶ O Partido Democrático (PD) foi fundado, em 1926, por dissidentes do Partido Republicano Paulista (PRP), representando uma classe média tradicional urbana, mas ainda com vínculos em setores cafeeiros. Nas eleições presidenciais de 1930, o Partido Democrático apoiou a candidatura de Vargas, na chamada Aliança Liberal. Após o golpe de 1930 e a nomeação do líder tenentista capitão João Alberto Lins de Barros para o governo de São Paulo, inicia-se um processo de desentendimentos entre o PD e o interventor. Em abril de 1931, o PD rompe com o representante do governo federal no Estado – João Alberto, e aproxima-se do PRP formando a Frente Única Por São Paulo, que atuou na campanha pela Constituinte e depois na Revolução Constitucionalista de 1932. Em 1934, Armando Sales de Oliveira integrante do PD, cria o Partido Constitucionalista, o PD é incorporado à nova agremiação e extinto em fevereiro de 1934, oito anos depois de sua fundação.

A composição²⁷ da Câmara já contava com influentes vereadores de oposição, filiados ao PD. Na eleição para o triênio 1929-31, ocorrida em 30 de outubro de 1928, dois partidos disputaram cadeiras da Câmara Municipal: o PRP e o PD. Ainda que, entre os cinco candidatos mais votados do primeiro turno, quatro deles fossem do PD, tomaram posse em 15 de janeiro de 1929 somente dois deles: José Pires Neto e Waldemar Rangel Belfort de Mattos, pois um deles, o dr. Carlos Augusto de Barbosa Oliveira, faleceu antes da posse, e o outro, Pedro de Magalhães Jr., foi considerado inelegível por estar sujeito à condenação criminal. A câmara eleita para o triênio 1929-31 ficou composta majoritariamente por membros do PRP, que conquistou nove das onze cadeiras preenchidas. Entre os eleitos, escolhia-se o presidente, o vice-presidente, o secretário da mesa e também os chefes do executivo: prefeito e vice-prefeito. Entre os vereadores empossados, foram eleitos Anibal de Freitas, Pedro A. Anderson e Tácito Monteiro de Carvalho e Silva respectivamente para os postos da presidência, vice-presidência e secretaria da casa, bem como para o executivo foram eleitos Orozimbo Maia e Carlos Francisco de Paula para o cargo de prefeito e vice- prefeito de Campinas. Todos eram membros do PRP.

Cerca de cinquenta cidadãos campineiros candidataram-se ao pleito realizado em 30 de outubro de 1928; muitos deles obtiveram somente um voto, entre eles, o engenheiro Lix da Cunha²⁸. No entanto, esse fato em nada minimiza sua atuação política e profissional e sua participação direta e intensa no processo de construção da moderna *urbs* campineira. O aparente malogro de Lix da Cunha nas eleições de 1929 pode ser explicado, segundo relato de

²⁷ O golpe de 1930 suspendeu o poder legislativo em todo o país, com a cassação dos mandatos da legislatura de 1929-31. O município de Campinas passou a ter prefeitos nomeados pelo interventor federal do Estado de São Paulo. A Câmara extinta pela Revolução de 30, que funcionou de 15 de janeiro de 1929 a outubro de 1930 era composta pelos seguintes membros: Anibal de Freitas (presidente), Pedro Abraão Anderson (vice-presidente), Tácito Monteiro de Carvalho e Silva (secretário), Álvaro Bastos Machado, Benedito da Cunha Campos, Ernesto Kuhlmann, João Rodolpho Forster, José Pires Neto, Pedro de Magalhães Junior, Waldemar Rangel Belfort de Mattos, Carlos Francisco de Paula. (Martins, 1998, p.105) José Pires Neto e Waldemar R. B. de Mattos pertenciam ao partido de oposição PD. A composição da Câmara era em sua maioria formada por afiliados do PRP. Segundo matéria publicada em 11 de novembro de 1928, do jornal *Correio Popular*, pela apuração eleitoral tinham sido eleitos no 1º turno os seguintes candidatos: Orozimbo Maia (PRP) com 704 votos; Pedro Magalhães Junior (PD) com 618 – considerado inelegível, não foi empossado; José Pires Neto (PD) com 599 votos; Belfort de Mattos (PD) com 525 votos e Carlos Barbosa Oliveira (PD) com 513 votos, faleceu antes da posse. Reconhecidos pelo 2º turno: Benedito Cunha Campos (PRP) com 2825 votos; João Rodolpho Forster (PRP) com 2812 votos; Carlos Francisco de Paula (PRP) com 2805 votos; Annibal de Freitas (PRP) com 2787 votos; Tácito Monteiro C. Silva (PRP) com 2751 votos, Pedro A. Anderson (PRP) com 2745 votos e Ernesto Kuhlmann (PRP) com 2723 votos.

²⁸ Sobre apuração da eleição de 1929, vide: Apuração eleitoral. *Correio Popular*, Campinas, 11 de nov. 1929.

seu filho José Carlos Cunha²⁹, pela falta de entusiasmo e desinteresse em relação à sua própria candidatura (informação verbal).

Como já mencionado, Belfort de Mattos defendeu com veemência a elaboração de um plano de urbanização e a contratação de um urbanista, indicando seu colega de partido, em reunião da Câmara Municipal.³⁰

Após o golpe de 1930, Anhaia Mello, também membro do PD ³¹, partido que apoiou Vargas nas eleições presidenciais, é nomeado pelo interventor federal, João Alberto Lins de Barros, para o cargo de prefeito da capital paulista entre 6 de dezembro de 1930 e 25 de julho de 1931. Esse fato iria impedi-lo de dar prosseguimento à elaboração e implantação de um plano de urbanismo para Campinas, caso fosse oficialmente contratado. Já para Campinas, João Alberto nomeia como prefeito José Pires Neto, vereador eleito, em 1929, pelo PD. O novo prefeito assumiu a prefeitura entre 27 de outubro de 1930 e 10 de abril de 1931 e deu prosseguimento às tratativas do plano, criando, por meio do Decreto nº 11, de 19/02/1931, a Comissão de Urbanismo, que só pôde atuar efetivamente após 1935, quando foram nomeados seus integrantes pelo poder executivo.

Antes do golpe de 1930, Orozimbo Maia, membro do Partido Republicano Paulista, ocupando pela terceira vez o cargo de prefeito³² em Campinas, contava com o apoio político da maioria da Câmara também perrepista. E, na reunião realizada em seu gabinete em 19 de outubro de 1929, tendo como convidados os jornalistas mais importantes da cidade e da capital, declarou que, desde 1927, operava ele próprio um movimento em prol do urbanismo como sendo uma necessidade para o desenvolvimento da cidade.

²⁹ Entrevista com engenheiro José Carlos Valente da Cunha, realizada em 28/08/2009.

³⁰ Como informa Santos, segundo registro do Livro de Atas da Câmara Municipal de Campinas de 1929, em discurso proferido em 29 de maio de 1929, o vereador Belfort de Mattos defende politicamente a introdução da prática do urbanismo em Campinas. (Santos, 2002, p.239)

³¹ Sobre filiações político partidárias de Anhaia Mello, vide Ficher: *“Membro do Partido Democrático e, portanto, politicamente identificado com o grupo vencedor da revolução de outubro de 1930, logo após a instauração do governo provisório do interventor João Alberto Lins de Barros (25 nov. 1930 – 25 jul. 1931) assumiu a direção da Politécnica, que deixou em seguida, em 6 de dezembro, para assumir a Prefeitura Municipal”*. (Ficher, 2005, p.146)

³² Orozimbo Maia foi Intendente Geral (equivalente ao cargo de prefeito municipal) entre maio de 1904 e julho de 1904, prefeito entre 1908 e 1910 e entre abril de 1926 e novembro de 1930.

Sabe-se, no entanto, que Orozimbo Maia³³ já havia promovido em suas passagens pela prefeitura de Campinas obras urbanas de caráter sanitarista, mas o que propunha Belfort de Mattos era a elaboração de um plano de urbanismo cuja visão produtivista inseriria a cidade na modernidade. Com esse urbanismo de caráter progressista, o espaço físico da cidade seria organizado de forma a favorecer a nova ordem industrial. A cidade passaria a “funcionar” tal qual uma máquina, de forma eficiente e rápida: com um sistema de circulação viária previsto para o fluxo das massas e das mercadorias; o lazer sendo alçado na categoria de instrumento de reabilitação das forças da classe trabalhadora; o *zoning* atuando como elemento de aperfeiçoamento da “engrenagem da máquina urbana”.

A querela³⁴ entre ambos ultrapassou o escopo do tema urbanismo e assumiu caráter exclusivamente político, que foi dissipado pelo golpe de 1930.

Caso os acontecimentos econômicos e políticos de âmbito internacional e nacional não tivessem atropelado as ações do governo local, provavelmente a contratação de Anhaia Mello teria sido efetivada e seria ele o urbanista que desenvolveria um plano para a cidade, ainda na gestão do prefeito Orozimbo Maia.

Devido à reorganização do quadro político local, Campinas teria que aguardar momento mais apropriado para dar continuidade às tratativas do plano. Mesmo assim, os procedimentos propostos pelo urbanista Anhaia Mello foram posterior e parcialmente colocados em prática.

Em 1934, seria então a vez de o engenheiro e urbanista Francisco Prestes Maia receber o convite da prefeitura de Campinas para elaborar um plano de urbanismo e orientar sua implantação.

Durante as décadas de 1930 e 1940, vários engenheiros ocuparam postos do poder público, situação que parece ser semelhante à da capital paulista. O caso paulistano,

³³Orozimbo, na sua segunda administração como prefeito, promoveu um grande trabalho de calçamento e de alargamento de ruas e a continuidade do prolongamento do Canal de Saneamento (atual avenida Orozimbo Maia), trabalho iniciado no final do século XIX obedecendo projeto do engenheiro Saturnino de Brito. A questão do abastecimento de água foi também uma de suas preocupações.

³⁴Essas discussões foram objeto de matérias jornalísticas: O prefeito é turrão. *Correio Popular*, Campinas, 24 out. 1929 e Reuniu-se hontem a Comissão de Urbanismo – o Dr. Belfort falou novamente sobre o urbanismo. *Correio Popular*, Campinas, 31 out. 1929.

intensamente analisado pelo historiador Candido Malta Campos³⁵, é exemplar nesse sentido e aponta para a concorrência de personagens nas duas cidades mencionadas. Desde a década de 1910, engenheiros-arquitetos eram eleitos para a Câmara Municipal de São Paulo. Havia um intercâmbio de contatos entre os engenheiros professores da Politécnica, membros do Instituto de Engenharia, técnicos da Diretoria de Obras e Viação e vereadores. Por seguidas vezes, esses mesmos personagens se intercalaram entre essas entidades: acadêmicas, grêmios profissionais ou da esfera do poder público. Entre eles podem ser citados: Anhaia Mello e Prestes Maia. A discussão em torno do urbanismo, objeto dos mais novos estudos acadêmicos no âmbito internacional, integrava as plataformas políticas de muitos candidatos à câmara paulistana de 1922. O programa do candidato Orlando de Almeida Prado baseava-se essencialmente no urbanismo como solução redentora dos problemas da cidade. Seu interesse pelo urbanismo era tão grande que, após eleito, em 1923, sugeriu que o governo estadual criasse, no curso geral da Escola Politécnica, a cadeira especial de urbanismo. Sua proposta foi posteriormente concretizada pelo professor Anhaia Mello, em 1928, quando montou seu curso de Estética, Composição Geral e Urbanismo, oferecido, exclusivamente, aos alunos que optavam pela formação de engenheiro-arquiteto.

Respeitando-se as devidas proporções dos problemas urbanos das duas cidades, nota-se que a situação campineira guarda similaridade em relação à paulistana. Enquanto o médico Belfort de Mattos, em sua legislatura campineira, advogava em favor do urbanismo, na capital paulistana, vários vereadores, entre eles, importantes engenheiros, também evocavam o urbanismo como ciência moderna capaz de resolver os problemas do intenso processo de crescimento da cidade. A disciplina urbanismo era o tema do momento e despertava de tal forma o interesse público que, paralelamente à apresentação das ideias de Belfort em Campinas, em 1929, em São Paulo, em 23 de novembro do mesmo ano, Le Corbusier, em sua célebre visita à cidade, profere uma palestra³⁶ na câmara paulistana a convite do governo municipal. Com sua característica eloquência, Le Corbusier discorreu sobre o tema, após a preleção do vereador Goffredo Telles, também entusiástico da moderna ciência urbanismo,

³⁵ Campos, Candido. “Em nome da cidade: introdução e apropriação do urbanismo nos debates da Câmara paulistana na década de 20.” In: *V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – Cidades: temporalidades em confronto*. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1998.

³⁶ Le Corbusier recebeu a quantia de 10.000 francos pela palestra, paga pelo governo municipal. Sobre as tratativas da visita de Le Corbusier a São Paulo e dos honorários relativos às conferências vide: Santos, Cecília Rodrigues dos [et alli]. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: Tessela: Projeto editora, 1987. (p. 41-45)

consagrando o início de um outro ciclo de desenvolvimento de planos urbanísticos na cidade de São Paulo. Sobre a conferência na Câmara, Le Corbusier fez o seguinte comentário, em *Prólogo Americano*: “No Brasil sou recebido na Câmara da Cidade de São Paulo e o generoso orador que me dirige um discurso estende-se longamente (fico bem comovido) sobre a impressão que lá provocou, desde 1920, *L’Esprit Nouveau*, nossa revista de atividade contemporânea. O futuro presidente do Brasil sr. Júlio Prestes, está par de toda a cronologia de nossos esforços. Na véspera de assumir o poder, ele já se inquieta com as grandes obras de urbanismo que será necessário realizar.” (2004, p.16).

Aos engenheiros e interessados na reformulação urbanística da capital paulista, apregoadas por Le Corbusier, importava, *grosso modo*, extrair e salientar o viés funcionalista e utilitarista do discurso: a cidade percebida como máquina que deve funcionar, por um lado, com vistas à produção e circulação de mercadorias e, por outro, favorecendo a reprodução da força de trabalho.

Ainda em São Paulo, Le Corbusier realizou mais duas conferências, ambas na sede do Instituto de Engenharia, então presidido por Anhaia Mello: uma sobre a revolução arquitetural e a outra, em 27 de novembro, sobre urbanismo. Durante sua curta estadia em São Paulo, também visitou a residência do célebre casal modernista³⁷ – Tarsila e Oswald –, sendo acompanhado pela dançarina de vanguarda Josephine Baker, que conhecera no navio a caminho do Brasil. Partidários da modernidade formavam um grupo restrito e, sempre que possível, entrecruzavam-se.

Mudanças de rumo: de Anhaia Mello para Prestes Maia

As conhecidas divergências profissionais entre Anhaia e Prestes³⁸ não foram obstáculos para a substituição de um pelo outro; foram as circunstâncias políticas que

³⁷ “Quando entra o ano de 1929, a casa de Oswald e Tarsila continua sendo um ponto de reuniões e encontros de personalidades. Por ali passam o arquiteto Le Corbusier e a cantora Josephine Baker.” (Fonseca, 2007, p.213) Ainda sobre o relacionamento de Le Corbusier e Baker: “Quando em 27 de novembro de 1929, em São Paulo, Josephine Baker, num espetáculo idiota de variedades, cantou *Baby*, ela transmitiu-lhe uma sensibilidade tão intensa e dramática que as lágrimas invadiram minhas pálpebras.” (Le Corbusier, 2004, p.25); e (Santos, 1987, p.51).

³⁸ Ambos eram formados pela Politécnica de São Paulo: o primeiro, diplomado em 1913 como engenheiro-arquiteto e, o segundo, em 1917 como engenheiro-arquiteto e civil. Suas referências bibliográficas teóricas de urbanismo parecem ser as mesmas, e, ainda que fossem autodidatas no assunto, pois a disciplina urbanismo ainda não fazia parte da grade curricular das instituições nacionais, estavam em sintonia com as últimas discussões internacionais sobre o tema.

ocasionaram a permuta entre os urbanistas. As premissas do plano estabelecidas por Anhaia Mello, em 1929, foram seguidas por Prestes Maia, e as divergências teóricas que havia entre eles não puderam ser percebidas no caso campineiro, sobretudo porque o primeiro não chegou a elaborar um plano para a cidade, somente estabeleceu premissas que foram reafirmadas como necessárias pelo segundo, que, inclusive, deu prosseguimento a elas.

Grosso modo, pode-se dizer que ambos tinham como referência acadêmica os mais novos estudos sobre o urbanismo, tanto da França como, sobretudo, dos Estados Unidos, e que acreditavam num urbanismo de vertente progressista e funcional, baseado na prática do *zoning*. As questões sanitárias, por exemplo, estavam sempre em evidência para Anhaia Mello, que utilizava termos médicos, comparando a cidade a um organismo vivo: cirurgia, higiene urbana, condições higiênicas, medidas profiláticas de prevenção de males etc.

As referências teóricas norte-americanas³⁹ estão presentes tanto no discurso de Anhaia quanto no de Maia. Independentemente de divergências⁴⁰ políticas, ambos tinham como referência principal o urbanismo norte-americano. Eles compartilhavam a mesma opinião em relação à importância de comissões de urbanismo e de associações civis vinculadas aos problemas da cidade. Conjuntamente, fundaram a Sociedade de Amigos da Cidade de São Paulo, cuja função maior, acreditavam eles, era exigir melhoramentos urbanos e planos reguladores que elevassem a qualidade de vida da cidade como um todo. A associação deveria atuar junto à opinião pública, desenvolvendo campanhas de elucidação de proposições urbanísticas. Segundo pronunciamento de Anhaia Mello na cerimônia de fundação da sociedade: *“poderemos nós também, em que pese aos cépticos, realizar grandes coisas, por meio de legislação adequada, em parte, e por meio de educação, de disciplina, de propaganda, principalmente (...) só as atividades oficiais, é certo, são insuficientes para criar e manter uma opinião pública capaz de assegurar sucesso nessa matéria.”* (Ficher, 2005, p.148)

³⁹ Anhaia citou vários nomes de urbanistas no relatório que entregou ao prefeito campineiro: Scrive-Loyer; Jacob Crane Jr (engenheiro civil pela University of Michigan e urbanista pela Harvard); Stephen Child (arquiteto e urbanista formado no Massachusetts Institute of Technology – MIT); Thomas Adams (pioneiro do urbanismo, nasceu em Edimburgo/Escócia tendo trabalhado nos Estados Unidos e desenvolvido um plano para a cidade de Nova York).

⁴⁰ Como já foi relatado por Ficher e outros historiadores, as posições conflitantes entre os urbanistas apareceram mais acirradamente em suas proposições para a capital paulista no final da década de 1930, mas, desde o final da década de 1920, elas já se delineavam.

As ideias apregoadas por Anhaia Mello por ocasião de fundação da Sociedade de Amigos da Cidade de São Paulo, em 1935, estavam também presentes no relatório apresentado ao prefeito de Campinas em 1929, e que foram postas em prática por Prestes Maia, em Campinas, quando contratado pela prefeitura para elaborar um plano urbanístico. Não só Anhaia Mello pregava a participação da sociedade e a importância da propaganda como também acreditava na importância da organização de uma comissão de urbanismo⁴¹.

Ainda o relatório de Anhaia Mello

No relatório de Anhaia Mello para Campinas, estão descritas duas premissas essenciais, segundo ele, para a elaboração de um plano de urbanismo: organização de uma Comissão Consultiva do Plano da Cidade e contratação de um urbanista.

Prestes Maia, quando contratado pela prefeitura de Campinas, em 1934, deu prosseguimento às orientações de Anhaia Mello. Sobre a importância da organização de uma comissão consultiva, Anhaia Mello tinha plena convicção de que, para o êxito de um plano urbanístico, deveria a sociedade local estar, de forma atuante, envolvida nas discussões sobre o tema.

Sobre o papel da comissão do plano⁴² como instrumento de propaganda, Anhaia Mello coloca, de forma recorrente, a importância de divulgação e da publicidade em torno da elaboração e implementação de remodelações do espaço urbano. Tendo sempre como

⁴¹ Foram criadas comissões de urbanismo tanto em Campinas quanto em São Paulo. A Comissão do Plano da Cidade de São Paulo (Lei nº 3611, de 1937) não teve atuação relevante durante a gestão de Prestes Maia, mas, diferentemente do caso paulistano, as comissões criadas em Campinas tiveram papel importante na implantação do plano de Prestes Maia.

⁴² A importância que Anhaia Mello atribui à necessidade de formação de uma Comissão do Plano está claramente explicitada na Palestra 3 – O problema político e administrativo; para ele, o sucesso de um plano estava indissociado da formação de uma comissão aos moldes das norte-americanas – “*City Plan Commissions*”. Assim relata: “*Um outro dispositivo de administração das modernas e progressistas cidades americanas é a Comissão do Plano da Cidade. Ou nós adotamos dispositivo idêntico ou nunca faremos obra completa e durável em matéria de urbanismo. (...) é preciso lançar as bases de uma organização concreta para o início dos trabalhos de urbanização, a pedra angular do futuro monumento urbanístico, que é a Comissão do Plano de Cidades. Esta Comissão é instituída por lei, com funções por esta determinadas, de audiência obrigatória, vestal incumbida de zelar pelo fogo sagrado do desenvolvimento futuro da cidade; não é um simples convite a alguns cavalheiros distintos que podem ser ou não ouvidos, e cujas opiniões poder ser ou não atendidas. As administrações e os governos municipais passam; (...) É preciso continuidade de orientação, e isto só se pode obter pela Comissão do Plano da Cidade. (...) O funcionário está muito assoberbado com o detalhe do trabalho diário; não lhe sobram tempo e energia para os trabalhos do futuro. É preciso portanto um organismo livre das pressões diárias, sejam estas quais forem, colocado de tal forma que possa pensar calmamente no futuro, e em nome de toda a coletividade, sem parcialidades e sem preferências. Esse organismo é a Comissão do Plano da Cidade.*” (1929b, p.69-71)

referência teórica nomes do urbanismo norte-americano, o urbanista comenta no seu relatório de 1929, apresentado ao prefeito de Campinas:

Jacob Crane Jr, dos mais reputados urbanistas americanos, consultor do Plano Regional de Chicago e de muitas cidades americanas, assim enumera as bases fundamentais para a urbanização efetiva das cidades:

1. *Organização de uma Comissão do Plano da Cidade. Esse dispositivo é essencial: é o traço de união entre as aspirações urbanas e o técnico que as satisfará; é o penhor do projeto de realização do projeto organizado. (...)*
2. *Contrata-se um urbanista para consultor e orientador dos trabalhos.(...)*

Comissão e urbanista formularão os problemas essenciais da urbanização e darão início a uma campanha de divulgação e publicidade, afim de que todos se interessem pelo êxito do plano. È o que chamam os americanos: “sell the idea to the public” – vender a ideia ao público. (Anhaia Mello, 1929a.)

Essa sugestão é aceita pela municipalidade e, em 1931, por meio do Decreto nº 11, o prefeito nomeado, José Pires Neto, cria a Comissão de Urbanismo, que só seria oficialmente composta pelo Decreto nº135, de 1935, na segunda gestão de Pires Neto como prefeito de Campinas, sendo Prestes Maia o urbanista contratado para a elaboração do plano de Campinas. A composição da comissão seguia ainda as orientações de Anhaia Mello. Segundo ele: *“dessa Comissão deverão fazer parte o Prefeito Municipal, vereadores, o engenheiro chefe das obras municipais, representantes da Paulista, Mogiana, Sorocabana, das empresas de serviços coletivos, alguns cidadãos eminentes de Campinas e jornalistas locais.” (1929a)*

Ao cotejar as indicações do urbanista com a lista dos representantes oficiais da comissão, percebe-se que a administração pública tomou categoricamente como referência as indicações de Anhaia Mello.

A Comissão de Urbanismo ficou estabelecida, a partir do Decreto nº 135, da seguinte forma: José Pires Neto (prefeito), Perseu Leite de Barros (engº Diretor da Diretoria de Obras e Viação), Cyro Lustosa (engº diretor da Diretoria de águas e Esgotos), Arthur Canguçu (engº da Cia Paulista), Horácio Costa (engº da Cia Mogiana), João da Silva Monteiro Filho (engº da CCTL e Força), Manoel Galvão (Cia Telefônica), Azael Lobo (médico), Lino de Moraes Leme (advogado), **Lix da Cunha** (engº), Carlos W. Stevenson (engº), Sylvinio de Godoy (industrial). Theodureto de Camargo (diretor do IAC), Antonio Bernardes de Oliveira (Soc.

Amigos da Cidade), F. A. Roso (delegacia da Saúde), José Alves Teixeira Nogueira (proprietários de imóveis), Antonio Ribeiro Jr (imprensa), Edmundo Barreto (imprensa).

É digna de nota a participação do engenheiro Lix da Cunha na Comissão de Urbanismo, assim como também o será a do engenheiro Mário Penteado na Comissão de Melhoramentos Urbanos, criada em 1936. Além de participarem das comissões, também candidataram-se à Câmara Municipal. O primeiro, nas eleições de outubro de 1928, não teve êxito; já o segundo foi bem sucedido no pleito de 1936 e integrou o poder legislativo pelos poucos meses de vigência dessa Câmara. Os dois engenheiros trabalharam intensamente no processo de desenvolvimento do plano de urbanismo, quer no âmbito político quer no âmbito estritamente profissional da engenharia.

Outras recomendações de Anhaia Mello também foram oportunamente postas em prática: são fundadas, no período entre 1931 e 1935, instituições que dariam apoio, sustentação política e técnica ao plano futuro: o Rotary Club de Campinas (1931), a Associação de Engenheiros de Campinas – AEC (1933) e a Associação de Amigos da Cidade de Campinas⁴³ – AACC (1935). Essas associações de caráter cívico juntamente com a Comissão de Urbanismo (instituída oficialmente pelo poder público) conformavam a estrutura política necessária para a implantação do plano.

Anhaia Mello apregoava a importância do papel que as associações civis deveriam desempenhar no urbanismo da cidade e, por reiteradas vezes, diria que era preciso conquistar a opinião pública para a defesa do urbanismo.

É tudo pois questão de propaganda, de saber vender a mercadoria. Bem compreendendo esta feição da psicologia do público, os americanos começaram também a vender o urbanismo. E a propaganda para a venda ao grande público dessa mercadoria de escol que é o urbanismo,

⁴³ Na cerimônia de fundação da Sociedade Amigos da Cidade de Campinas, em 06 de junho de 1935, na Associação Comercial e Industrial, estavam presentes: **José Wilson Coelho de Souza**, **Carlos Stevenson Penteado**, José Dias Leme, Carlos Américo Arruda Botelho, Octaviano Alves de Lima. Dr. Passos Maia, João da Silva Monteiro Filho, Lauro Pimentel, José Henrique Tavares, F. Ruffier, **José Gerin Neto**, Arthur Maudonnet, Joaquim Gabriel Penteado, e membros da imprensa local. (Santos, 2002, p.338)

José Coelho de Souza foi posteriormente vice-prefeito de Campinas; **Carlos Stevenson** era filho do engenheiro homônimo, que foi grande incentivador do plano de urbanismo; **José Gerin Neto**, engenheiro-civil, sócio do engº-arquiteto Mário Penteado no início de sua carreira profissional.

Duas comissões foram criadas em Campinas: Comissão de Urbanismo, (decreto nº11 de 19/12/1931), esta comissão foi constituída provavelmente seguindo as premissas do relatório de Anhaia Mello, mas as mudanças políticas engavetaram todo o processo que estava em andamento no que se refere ao plano de urbanismo. A segunda comissão denominada Comissão de Melhoramentos Urbanos foi criada a partir da lei nº490 de 1936 e restabelecida pelo ato nº115, 18/03/1938.

necessidade premente e inadiável da vida moderna, é feita por todos os meios, pela imprensa, pela tribuna, revistas, cartazes, folhetos, sermões, exposições, cinema, rádio, e pelo contato pessoal principalmente, como estou fazendo aqui. Quais são os propagandistas, os cruzados dessa grande campanha para a conquista do público e para a formação de um ambiente que permita a consumação dos sacrifícios individuais que o urbanismo impõe a favor do interesse e do progresso da coletividade? São as associações americanas. (...) Os lidadores mais entusiastas são as associações cívicas, os Rotarys, as Câmaras de Comércio, as Associações comerciais e industriais, e os círculos de businessmen. (1929b, p.18-19)

Não se pretende dizer que as associações de Campinas anteriormente citadas foram fundadas exclusivamente para contribuir na estruturação desse projeto de modernização do espaço físico da cidade por meio do plano, mas é bastante significativo que tenham sido instituídas nesse exato momento; portanto, pode-se concluir que um de seus objetivos seria sem dúvida dar sustentação a esse grande projeto que vinha sendo delineado pelo mesmo grupo de homens, cujos nomes se sobrepõem na composição dessas entidades.

Influência norte-americana nos discursos de Anhaia Mello e de Prestes Maia

O plano elaborado para Campinas seguia as mesmas diretrizes do apresentado para São Paulo. Sobre o de Campinas, pode-se dizer que era um plano que contemplava o sistema viário de forma inequívoca, mas tratava de muitas outras questões: unidades residenciais, parques e jardins e preocupação com o caráter simbólico da praça central da cidade. A grande referência é sem dúvida o urbanismo norte-americano⁴⁴; no entanto, Prestes, na apresentação do programa de Campinas,

⁴⁴ No cotejamento das palestras realizadas por Anhaia Mello entre o final de 1928 e princípio de 29, publicadas pelo Instituto de Engenharia de São Paulo, com o relatório preliminar de Prestes Maia apresentado ao prefeito de Campinas em 1935, mais uma vez fica demonstrada a grande sintonia teórica entre ambos, embasada, sobretudo, pelas experiências norte-americanas exaustivamente citadas por Anhaia Mello.

“Os americanos, compreendendo admiravelmente bem este dado fundamental do problema urbano, procuraram sempre formar, e continuam a fazê-lo, um ambiente favorável às grandes realizações de remodelação e extensão urbanas, às grandes operações de alta cirurgia estética exigidas pela Haussmanização das suas cidades em xadrez.” (Anhaia Mello, 1929b, p.15) “Em matéria de Urbanismo os americanos estão na vanguarda do mundo; são wagnerianos dessa ciência e arte, enquanto nós ensaiamos ainda o la donna é móbile de projetos fracionados.” (Op.cit., p.31) “Os Americanos, mestres em todos os aspectos do Urbanismo, muito se têm esforçado para resolver o problema de governo das suas cidades e distritos metropolitanos.” (Op. cit, p.51) “Nossos mestres, os urbanistas americanos, aconselham que se tome como base para a fixação dos Standards urbanos, o desenvolvimento dentro de um prazo mínimo de 25 a 30 anos, no máximo 50 anos.” (Ibid.,p. 17)

refere-se à obra de Lanchester⁴⁵, arquiteto e urbanista inglês, como um modelo a ser seguido.

Assim, expõe Maia na apresentação do programa de intenções do plano ao Prefeito de Campinas, José Pires Neto: *“Passo a propor o caráter e o programa do plano da cidade, premissa essencial para o andamento dos estudos. Os programas para plano urbanístico estão mais ou menos standardizados nos países mais adiantados. Seguiremos mais de perto o de Lanchester, que pode ser considerado clássico. (in: Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, no exercício de 1934, 1936, p.89)*

Mais adiante, acrescenta: *“A experiência estrangeira é evidentemente útil, desde que o bom senso saiba pesar-lhe o valor. Dos exemplos coloco em primeiro lugar o americano e o alemão.”* (Ibid, p.90)

O plano de Maia estava baseado num sistema viário de radiais, que continha *parkways* que circundavam a cidade, formando um anel que interligava dois grandes parques: o do Taquaral e o da Vila Industrial. Um esquema semelhante ao de Lanchester.

Do modelo norte-americano foi transposta também a ideia de que associações cívicas contribuiriam de forma sistemática na elaboração do plano, divulgando-o e promovendo a sua defesa. A fundação da AACC, estabelecida com iguais objetivos aos da irmã paulistana⁴⁶, estava indubitavelmente sintonizada com as premissas do relatório de Anhaia Mello, posteriormente reafirmadas, em 1935, no Relatório Preliminar de Prestes Maia.

Uma estrutura, cuja gênese encontra-se nas premissas de Anhaia Mello, começa a se delinear com vistas a legitimar a implantação do plano de urbanismo. Na articulação dessa estrutura estão envolvidos personagens cujos nomes se repetem e se sobrepõem na composição das entidades e órgãos estabelecidos para dar suporte técnico, burocrático e político para a implantação do plano. O envolvimento de instituições da sociedade civil – AACC, AEC, Rotary Club etc – em assuntos da esfera pública favoreceria a legitimação do desenvolvimento do plano de urbanismo.

⁴⁵ Henry Vaughan Lanchester (1863-1953), arquiteto e urbanista inglês, autor do livro *The art of Town Planning*, de 1925. Apresentou na Conferência da *Royal Institute of British Architects* (RIBA) de 1910, sua teoria da configuração ideal para uma metrópolis. Tratava-se de um sistema de parques interligados ao redor da cidade através de boulevares ou *parkways*, localizados nas radiais da cidade.

⁴⁶ A Sociedade Amigos da Cidade de São Paulo foi fundada, em 25 de janeiro de 1935, tendo sido Prestes Maia seu primeiro presidente.

Figura – Mapa de Campinas, 1929. Croqui elaborado pelo urbanista Prestes Maia, apresentando as diretrizes de seu plano.

(Fonte: Lima, 2000)

O urbanismo como prática que se dissemina no Brasil

A década de 1930 é, no Brasil, marcada pela elaboração de planos que tinham por objetivo equacionar os problemas do conjunto total da área urbana. Não se restringiam às intervenções pontuais de caráter sanitaria ou de embelezamento estético. O urbanismo⁴⁷ consolidava-se como área de conhecimento e sua prática contribuía para a amplificação do campo de atuação dos engenheiros. Vários foram os profissionais contratados para elaborar planos no Brasil; podemos citar, além de Anhaia Mello e Prestes Maia, Atílio Correa de Lima, Armando de Godoy, Jorge de Macedo Vieira, Washington de Azevedo.

Sabe-se que tanto Anhaia Mello como Prestes Maia, dois dos mais significativos profissionais que se debruçavam sobre as questões urbanas, eram autodidatas e que Correa de Lima⁴⁸, no entanto, havia cursado entre 1927 e 1930 o Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris⁴⁹ (*l'Institut d'Urbanisme*) – uma das primeiras e mais importantes instituições de ensino do urbanismo do mundo. Fundado em 1924, o instituto – segundo relata o urbanista lá formado Jean Raymond na introdução de sua obra *Guide Pratique de l'Urbaniste*⁵⁰ – era o único que proporcionava o ensino completo do urbanismo. “*En France, l'enseignement complet de l'urbanisme n'existe qu'à l'Institut d'urbanisme de l'Université de Paris et le nombre des*

⁴⁷ O Urbanismo surge como a ciência que pode organizar as massas, resolver os problemas decorrentes da concentração desses grandes números de pessoas em certos pontos do espaço. Segundo Bardet, “*o aparecimento do urbanismo entre as ciências, e dos urbanistas entre os pesquisadores, foi portanto a consequência de novos problemas colocados por fenômenos cuja amplitude quase não conhecíamos exemplo na história.*” (1990, p.8-9)

⁴⁸ Atílio Correa de Lima formou-se engenheiro-arquiteto, em 1925 pela Escola Nacional de Belas Artes. Em 1926, recebeu da escola o “Prêmio de Viagem ao Exterior”, com estágio profissional em Paris. Realizou seus estudos de 1927 a 1930 no *Institut d'Urbanisme*, tendo participado do Congresso Internacional de Urbanismo de Paris, em 1928 e trabalhado com o professor Alfred Agache durante o ano de 1929. Em 1930, defende a tese “*Avant-projet d'aménagement et extension de la ville de Niteroi au Brésil*”, que posteriormente foi publicada na revista da instituição- *La vie urbaine*. Em 1933, é contratado para elaborar o projeto da nova capital do estado de Goiás. Realizou na área de urbanismo outros trabalhos: Cidade dos Motores FNM, no Rio de Janeiro; Plano de Volta Redonda, em 1941, Plano Urbanístico de Recife, em 1942.

⁴⁹ O Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris foi criado em 1924, dando prosseguimento às iniciativas de Marcel Poëte, que desde 1903, quando instituiu o Curso de Introdução à História de Paris já se debruçava sobre o assunto. Posteriormente, em 1919, Poëte auxiliou Henri Sellier, na criação da Escola Prática de Estudos Urbanos e de Administração Pública, que se tornaria o Instituto de urbanismo da Universidade de Paris, em 1924. Sobre o tema vide: (Bardet, 1947, p.25); (Choay, 2007, p.2.)

⁵⁰ Obra escrita pelo engenheiro urbanista Jean Raymond, formado no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, e publicada pelo editor Dunod, especializado em publicações sobre Urbanismo, Arquitetura e Engenharia.

étudiants y est encore assez restreint; cependant, d'innombrables techniciens tant aux colonies que dans la métropole ont à s'occuper de cette science." (1933, p.1)

A obra do urbanista Raymond norteou a proposta de remodelação urbana elaborada, em 1933, pelo engenheiro Stevenson para Campinas. Note-se que o *Guide Pratique de l'Urbaniste* foi publicado no mesmo ano em que Stevenson apresentou seu estudo. Especula-se que o livro⁵¹ de Raymond tenha sido emprestado a Stevenson por Prestes Maia. Sabe-se também que Anhaia Mello possuía várias obras de Raymond.

A partir do momento em que a questão do urbanismo entra na pauta das discussões das administrações públicas municipais, a elaboração de quadros e estatísticas referentes à vida urbana torna-se procedimento rotineiro nas atribuições das diretorias municipais. Todo esse material servirá de subsídio para a elaboração de projetos urbanos. Os relatórios dos trabalhos realizados pela prefeitura de Campinas eram cuidadosamente elaborados e continham uma quantidade de informação, de dados e números que impressionavam. Cada diretoria ou sessão do poder executivo elaborava e apresentava ao prefeito seus respectivos relatórios que eram posteriormente enviados à Câmara de Vereadores ou ao Departamento de Municipalidades durante o período do Estado Novo. Esses relatórios forneciam um quadro bastante preciso da realidade da cidade.

Instaura-se, em Campinas, na década de 1930, uma gestão administrada preponderantemente por engenheiros. Por quase duas décadas, eles ocuparam postos de mando na municipalidade: os engenheiros José Pires Neto⁵², Perseu Leite de Barros⁵³ e Euclides Viera⁵⁴

⁵¹ Independentemente de como Stevenson tenha adquirido o livro, todos os profissionais envolvidos no caso campineiro estavam muito bem informados a respeito do assunto. Raymond foi lido por Stevenson, por Anhaia Mello e por Prestes Maia. Por sua vez, Anhaia Mello foi lido por Belfort de Mattos e pelo engenheiro Lix da Cunha, que possuía, em sua biblioteca, um exemplar da obra *Problemas de Urbanismo*.

⁵² José Pires Neto foi vereador de 1929 a 1930 (Câmara extinta pela Revolução de 1930), membro do Conselho Municipal (os Conselhos substituíram o poder legislativo municipal até 1936, quando a Câmara volta a funcionar), de março de 1932 a 30 de julho de 1932; membro do Conselho Municipal de 30 de outubro de 1933 a 1936; vereador de 1936 a 1937 (Câmara dissolvida pelo golpe de novembro de 1937 – Implantação do Estado Novo); prefeito nomeado por duas vezes – ocupando o cargo de novembro de 1930 a março de 1931 e de agosto de 1934 a junho de 1936.

⁵³ Perseu Leite de Barros foi membro das duas comissões de urbanismo do Plano de Melhoramentos Urbanos, como diretor da Diretoria de Obas e Viação, foi nomeado prefeito por três vezes: de 7 de setembro de 1933 a 17 de setembro de 1934, de 25 de agosto de 1942 a 2 de setembro do mesmo ano, e de 19 de julho de 1943 a 15 de junho de 1945. Ocupou o cargo de engenheiro-diretor da Diretoria de Obras e Viação por sucessivas administrações.

foram nomeados pelos interventores federais mais de duas vezes e, durante aproximadamente quinze anos, eles se intercalaram no comando da prefeitura como interlocutores influentes na esfera de poder, ora do executivo, como prefeitos ou diretores das repartições, ora do legislativo, como vereadores ou como membros do conselho municipal. Na composição dos conselhos municipais, também estavam presentes os mesmos engenheiros de notoriedade da cidade: Carlos William Stevenson, José Pires Neto, Horácio Antonio da Costa e Verniaud Néger⁵⁵, assim como também nas associações civis que exerciam influência política na cidade: Rotary, Associação de Engenheiros de Campinas, Associação de Amigos da Cidade, Associação Comercial de Campinas. O poder hegemônico dos engenheiros nesse período é incontestável.

Somente em 1933, o debate sobre urbanismo, interrompido pela turbulência política, voltou à cena campineira com a palestra do engenheiro Carlos Stevenson proferida no Rotary Club de Campinas. O engenheiro Carlos Stevenson, na palestra intitulada *Acerca do Urbanismo*, realizada em novembro de 1933, fez pertinentes considerações a respeito da necessidade de elaboração de um plano de urbanismo para Campinas. Depois de fazer um breve retrato da situação da cidade no primeiro quartel do século XX, apresentou ao público as linhas gerais de seu projeto de urbanismo, fundamentadas na obra⁵⁶ de Raymond.

Saliente-se que suas preocupações eram prioritariamente vinculadas à circulação, fato relacionado à sua prática profissional como engenheiro ferroviário. O plano de Prestes Maia desenvolvido posteriormente seria muito mais abrangente do que as considerações que Stevenson propunha equacionar. No entanto, é de suma importância que o assunto urbanismo ganhe, com ele, em 1933, novos olhares, reiterando as ideias anunciadas anteriormente por Anhaia Mello.

⁵⁴ Euclides Vieira foi vereador de 1936 a 1937 (Câmara dissolvida pelo golpe de novembro de 1937 – Implantação do Estado Novo); foi prefeito nomeado por duas vezes: de maio de 1938 a julho de 1941 e de junho de 1945 a outubro do mesmo ano. Foi membro da Comissão do Plano de Melhoramentos Urbanos.

⁵⁵ Verniaud Néger, engenheiro da Companhia Mogiana de estradas de Ferro, é tio materno do também engenheiro Hoche Néger Segurado.

⁵⁶ “Sendo-me dado ler, porém, o recentíssimo livro de Jean Raymond – “*Guide Pratique de l’Urbaniste*” e atendendo para o elevadíssimo custo da execução desse primitivo plano, mudei de orientação no modo de encarar o problema, guiando-me pelos judiciosos conselhos.”(1933, p.11)

A palestra de Stevenson

Stevenson inicia sua preleção explanando a urgência da remodelação do espaço urbano da cidade, que não atendia eficientemente às demandas de crescimento que a industrialização da economia local apresentava. Ainda que apresentasse uma definição de urbanismo abrangente e tivesse consciência de que um plano urbanístico deveria abordar inúmeras questões, fazendo inclusive menção à nova feição da capital paulista, que se modernizou devido à ação artística do urbanismo, Stevenson se detém essencialmente nos problemas de circulação. Para ele, as ruelas estreitas da cidade não comportavam o tráfego necessário a uma urbe industrializada, que demandaria agilidade e eficiência na circulação de mercadorias e pessoas. *“Campinas, entretanto, somente pode oferecer, à circulação intensa da sua vida urbana, ruelas impróprias e destituídas das qualidades mais essenciais aos fins que lhes cabe satisfazer. A solução de seus problemas de urbanismo se impõe. Não há como adiá-la.”* (1933, p.5). Finalizando suas notas introdutórias, o engenheiro reforça a urgência de solução para Campinas aos moldes do que ocorrera na capital paulista.

Define o urbanismo como *“ciência ou arte de traçar cidades, de coordenar o conjunto de elementos que melhor correspondam, não somente às conveniências de circulação, higiene, conforto, às facilidades de trabalho e recreio de seus habitantes, como, ainda aos exigentes preceitos de estética e elegância próprio das cidades modernas”*. (Ibid, p.6)

Logo em seguida, Stevenson faz uma correção em sua definição, explicando que urbanismo é ciência e arte. É ciência quando visa a resolver problemas racionalmente estabelecidos: de habitação, sanitários, de conforto, de circulação, de lazer; e é arte quando trata da feição estética de seus edifícios, das vias públicas, praças e parques. Enfatiza a atualidade do tema e aponta norte-americanos e franceses como os que mais se debruçam no estudo das questões urbanas.

Identifica-se na sua forma de abordagem do tema a adoção de uma concepção fundada no que Choay classificou como urbanismo progressista.⁵⁷ Dessa vertente progressista, identificamos

⁵⁷ *“Um certo racionalismo, a ciência, a técnica devem possibilitar resolver problemas colocados pela relação dos homens com o meio e entre si. Esse pensamento otimista é orientado para o futuro, dominado pela ideia de progresso. A revolução industrial é o acontecimento histórico-chave que acarretará o devir humano e promoverá o bem-estar. Essas premissas ideológicas permitirão que chamemos de progressista o modelo que inspiram”*.(2007, p.8) *“A ideia-chave que subentende o urbanismo progressista é a ideia de modernidade.”*(Ibid, p.20)

referências que fundamentaram a proposta de Stevenson também a de Francisco Prestes Maia. O plano posteriormente apresentado por Prestes Maia guardava grande semelhança no tocante à definição das vias de circulação com a proposta de Stevenson, baseada em Raymond.

Uma vez que a obra de Raymond parece ter fundamentado o esboço do plano que alteraria o espaço urbano de Campinas, tornou-se apropriado o registro de algumas informações a seu respeito. Jean Raymond era engenheiro urbanista formado pelo *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris*, tendo publicado dois livros sobre o tema: *L'Urbanisme à la portée de tous*, em 1925, e *Guide Pratique de l'urbaniste*, em 1934, ambos pela editora Dunod, localizada em Paris e especializada no tema de recente interesse público. Entre 1925 e 1934, a editora já havia publicado doze trabalhos relacionados ao urbanismo, o que comprova a importância e a amplitude que o tema ganhava nas discussões da época. Raymond indica em suas referências bibliográficas vários trabalhos coetâneos, entre eles dois títulos de Le Corbusier: *Urbanisme* (1925) e *Précisions* (1930), e o elenco de estudos apresentados no Congresso da Associação Internacional de Arquitetura, em 1931, em Bruxelas.

O livro *Guide Pratique de l'urbaniste* consiste, como o próprio autor definiu, em um instrumento de trabalho destinado, sobretudo, àqueles que se dedicavam ao planejamento das cidades coloniais, que propiciavam um vasto campo de experimentação de ideias. Esse guia de urbanismo era dividido em duas partes: a primeira delas dedicada ao planejamento de uma cidade ferroviária implantada em terreno fictício, sem preocupações com topografia e relevo; a segunda apresentava um estudo de caso (Agadir-Plage) – estudo urbanístico para uma cidade balneária de luxo nas proximidades de Agadir, Marrocos.

Stevenson buscou nas orientações do planejamento de uma cidade ferroviária contidas na primeira parte do guia de Raymond as bases para sua proposta de remodelação viária de Campinas. Parece bastante oportuno o cotejamento dos trechos traduzidos por Stevenson com o original de Raymond, salientando que a totalidade da proposta de Stevenson fundamenta-se em somente três parágrafos do primeiro item do segundo capítulo do guia urbanístico francês – *Chapitre II – Le tracé des voies publiques*. Raymond idealiza nesse estudo uma pequena cidade comercial e industrial situada na confluência de duas linhas férreas, que denomina Cidade Ferroviária, Cidade dos Trilhos. “*C'est l'étude de cette ville coloniale, commerciale et industrielle appelée la Cité du Rail que nous allons présenter.*” (Raymond, 1933, p.5)

Stevenson inicia com o seguinte trecho: *“O arcabouço do traçado das ruas de uma cidade deve inspirar-se no das estradas existentes. O traçado da estrada de ferro deve formar parte da periferia da cidade. Ao longo da via férrea deve-se abrir uma avenida. Será a Avenida Ferroviária.”* (Stevenson, 1933, p.11)

O trecho acima traduzido por Stevenson encontra-se no primeiro parágrafo da página 12 do original: *“La charpente du trace dès voies d’une ville nouvelle doit généralement s’inspirer du trace des chemins ou pistes existents; à La Cité Du Rail, les pistes suivent sensiblement le trace du chemin de fer et comme nous désirons laisser les voies ferrées à la périphérie de la ville, Il s’ensuivra que les pistes ne pourront pas servir à la charpente du trace.”* (Raymond, 1933, p.12)

Continua Stevenson sua argumentação, citando novamente Raymond: *“Tracemos, agora, uma grande via que divida a cidade em partes proximamente iguais, partindo da estrada de ferro, com direção ao centro. Será a Avenida do Comércio. A 400 metros da estação, faremos uma praça retangular que será o Centro Cívico da vida social. Pelo Centro Cívico, faremos passar uma avenida paralela à via férrea, cortando a cidade de um a outro extremo. Será a Avenida Transversal.”* (Stevenson, 1933, p.11)

O trecho acima pode ser encontrado no sétimo parágrafo do segundo capítulo do original: *“Nous allons tout d’abord tracer une grande voie qui partagera la future ville en deux parties sensiblement égales, qui aboutira à la gare des voyageurs et qui sera normale à la voie ferrée Nord-Sud; nous l’appellerons Avenue du Commerce.- A 400 mètres environ de la gare, sur cette grande voie et au milieu de notre future agglomération, nous tracerons une place rectangulaire (...) qui deviendra par la suite le centre civique de la Cité. (...)”* (Raymond, 1933, p.14)

Stevenson explica como então aplicaria essas orientações no traçado já existente da cidade de Campinas, empregando nessa demonstração o recente levantamento cartográfico da região central de Campinas.

A despeito do estudo de Stevenson, a prefeitura de Campinas contratou no ano seguinte, 1934, os serviços do engenheiro Francisco Prestes Maia: *“A prefeitura entregou ao engenheiro architecto F. Prestes Maia, o estudo do plano urbanístico de Campinas. Este estudo obedecerá à orientação geral esboçada no programma apresentado pelo urbanista, transcripto em annexo. O plano deverá ser concluído em cerca de 12 meses de estudo. Tendo havido uma interrupção de 2 meses nos trabalhos, por motivos particulares ao urbanista,*

possivelmente o plano será apresentado no 2º semestre de 1935.” (Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura no exercício de 1934, 1936, p.83)

Figura – Croqui da proposta vária que Stevenson apresentou conjuntamente à palestra Acerca do Urbanismo, 1933. (Fonte: recorte extraído do canto direito da Planta Cadastral de Campinas, 1929.)

A despeito do estudo de Stevenson, a prefeitura de Campinas contratou no ano seguinte, 1934, os serviços do engenheiro Francisco Prestes Maia: “A prefeitura entregou ao engenheiro architecto F. Prestes Maia, o estudo do plano urbanístico de Campinas. Este estudo obedecerá à orientação geral esboçada no programma apresentado pelo urbanista, transcripto em annexo. O plano deverá ser concluído em cerca de 12 meses de estudo. Tendo havido uma interrupção de 2 meses nos trabalhos, por motivos particulares ao urbanista, possivelmente o plano será apresentado no 2º semestre de 1935.” (Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura no exercício de 1934, 1936, p.83)

No balanço dos acontecimentos até o momento relatados, identificamos a seguinte situação:

Foi necessária a montagem de uma ampla e complexa estrutura que pudesse fornecer todo o suporte necessário para a concretização do grande projeto de inserção da cidade na modernidade; faltava, pois, adequar o espaço urbano a essa nova realidade de uma cidade industrial. O suporte técnico e burocrático vinha sendo realizado desde 1929, com a elaboração da Planta Cadastral, com a realização dos minuciosos quadros e estatísticas produzidos pela prefeitura que forneciam subsídios para o equacionamento das necessidades da cidade, com a reorganização das Repartições Municipais e os reajustamentos dos vencimentos dos respectivos funcionários⁵⁸, com a nomeação⁵⁹ do engenheiro-arquiteto Eduardo Edargê Badaró, o responsável pela implantação do plano de Prestes Maia.

Na estruturação da máquina pública ainda faltava o suporte legal, que foi providenciado por meio da formulação do Código de Construções⁶⁰, de 1934, elaborado por

⁵⁸ “Decreto nº 97, 29/12/1934 – reorganiza as repartições municipais e reajusta os vencimentos dos respectivos funcionários. O prefeito José Pires Neto, prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere a lei, de acordo com o Parecer nº101 de 1934, do Conselho Consultivo Municipal decreta: (...) Capítulo II: Art5º - Diretoria de Obras e Viação - As suas atribuições ficarão assim discriminadas :(...) 2ª Secção –Arquitetura e urbanismo: Incumbe a esta Secção colaborar com o urbanista, contratado pela Prefeitura, na organização do Plano da Cidade; zelar pela execução do plano; confeccionar parte arquitetônica de todos os projetos municipais; reforma, execução e conservação dos serviços de parques jardins e cemitérios; fiscalização das construções particulares; aprovação de plantas, censura de fachadas etc; padrão de construção.”

⁵⁹ “Decreto nº 116, 08/02/1935 – nomeia engenheiro-arquiteto na Diretoria de Obras e Viação. José Pires Neto, prefeito Municipal de Campinas, usando das atribuições que lhe confere a lei, Decreta: Art1º- Fica nomeado de acordo com as disposições constantes do decreto nº97, de 29 de Dezembro de 1934, para ocupar interinamente o cargo de Engenheiro Architecto, na Segunda Secção da Diretoria de Obras e Viação, o engenheiro Eduardo Edargê Badaró, que terá a classificação da letra A, nº4, do Capítulo III daquele Decreto.

Art.2º - O funcionário ora nomeado terá os vencimentos relativos à sua classificação acima, correndo os mesmos pela respectiva verba orçamentária.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.”

⁶⁰ Código de Construções – Decreto nº 76 (16/03/1934)

“Em 16/03/1934, após aprovação do Conselho Consultivo pelo decreto nº76 entra em vigor o “Código de Construções, neste município, que é uma separata do Código de Posturas Municipais. Trata-se de um importante trabalho de indiscutível valor técnico e larga visão, capaz de manter prolongada atuação sobre o assunto que versa, por mais que a cidade progrida e se modernize. A elaboração do Código esteve a cargo de uma comissão composta pelos distintos engenheiros Carlos Stevenson, **Hoche Néger Segurado e Lix da Cunha**, nela tomando parte também o chefe da Repartição de Obras e Viação. Seria óbvio consignar aqui, que essa comissão desempenhou-se com relevante galhardia da incumbência que recebeu, ficando a administração municipal a lhe dever tão útil quão proficiente trabalho.” (Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas, durante o exercício de 1934 apresentado ao Conselho Consultivo pelo prefeito José Pires Neto, 1934, p.23)

uma comissão composta pelos engenheiros Carlos William Stevenson, Hoche Néger Segurado, Lix da Cunha e o chefe da Repartição de Obras e Viação, Perseu Leite de Barros. Com exceção do engenheiro da prefeitura, os outros quatro membros da comissão foram convidados pelo prefeito para colaborar na formulação do primeiro código de construções de Campinas. A presença dos engenheiros Lix da Cunha e Segurado nessa comissão vem corroborar a ideia de que ambos, além de possuírem saber notório na área, estavam amplamente comprometidos com o projeto de modernização da cidade. O novo código estabelecia um padrão municipal e não só estipulava as regras de construção como também o novo perímetro do município, portanto reformulava por completo o arcabouço legal que permitiria qualquer intervenção no espaço físico da cidade.

Figura – Mapa de Campinas, 1929. Perímetros definidos pelo Código de Construções de 1934.
(Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas)

O Código de Construções de 1934

Por meio do cotejamento entre os Códigos de Construções de Campinas, de 1934, e o de São Paulo, denominado Código de Obras Arthur Saboya⁶¹, de 1929, pode-se constatar que ambos guardam grande similaridade no tocante à maioria dos assuntos abordados, havendo por vezes algumas diferenças em relação a questões específicas a cada município. Esse fato permite asseverar que o código de Campinas é uma compilação do de Arthur Saboya. Esses códigos normatizam e estabelecem inúmeras regras preconizadas, em sua maioria, segundo uma visão higienista.

O Código de Saboya era baseado nos estudos pioneiros dos engenheiros politécnicos sobre as teorias modernas de higiene das habitações. O estudo do professor Alexandre Albuquerque, publicado em 1916, intitulado *Insolação – orientação e largura das ruas, altura dos edifícios*, abordava a questão da insolação de forma científica. Por meio desse estudo, foram estabelecidas as fórmulas que garantiriam insolação adequada às edificações. Um gráfico⁶² impresso em papel transparente possibilitava aos projetistas efetuar os cálculos e alcançar os níveis estabelecidos de insolação desejados, um mínimo de três horas diárias. A rua deixava de ser exclusivamente espaço público delimitado pelas construções e incorporava a qualidade peculiar de prover ar e luz abundante para as edificações. A partir dessa premissa, um novo modelo de ocupação dos lotes é estabelecido. Criteriosos cálculos fixam proporções entre altura dos edifícios e largura de ruas e avenidas. O modelo de ocupação de lotes vigente até então é posto em xeque. Um novo paradigma é estabelecido. Se o adensamento construtivo decorrente do modelo antigo de ocupação de lotes favorecia os empreendedores imobiliários, a diminuição de altura dos pés-direitos, no novo código, conciliava de certa forma os interesses desejados de salubridade e os de lucros imobiliários. A redução na exigência de alturas mínimas de pé-direito permitia o aumento de número de andares, sem elevar a altura dos edifícios. Dessa forma, as novas regras garantiam uma verticalização comedida nos centros urbanos.

⁶¹ Código de Obras Arthur Saboya, São Paulo – lei nº 3.427 de 19/11/1929. Sabóia, engenheiro civil formado pela Poly-SP, em 1908, desenvolveu sua carreira na prefeitura de São Paulo. Sendo nomeado, em 1927, para a Diretoria das Obras Municipais. O Código de Sabóia, apresentado à Câmara de São Paulo, em 1928, era uma combinação do código de 1920 com a lei de loteamentos de 1923, mais alguns adendos. (Campos, 2002, p. 352)

⁶² A aplicação desses gráficos no cálculo de insolação perdurou no ensino de arquitetura, pelo menos até a década de 1980, como bem me lembro. Segundo Lemos: “Esse gráfico, parece que exclusividade da Casa Rosenhein, tornou-se peça indispensável nos escritórios de arquitetura. Não se podia projetar sem ele.” (1999, p.75)

Em suma, as medidas que estipulavam as condições mínimas de ventilação, insolação e iluminação preconizadas pelo urbanismo moderno eram atendidas por meio do estabelecimento de recuos e afastamentos da edificação em relação aos limites do lote; da supressão das alcovas; da redução das dimensões dos cômodos e dos pés-direitos; da eliminação dos porões habitáveis; do estabelecimento de taxas máximas de ocupação do lote, com uma fração de espaço livre obrigatório no lote; e de exigências de áreas de ventilação permanente nas aberturas dos dormitórios (janelas venezianas).

As medidas sanitárias, porém, não se restringiam aos cálculos de insolação e aeração dos cômodos: a umidade proveniente do solo também gerava preocupações que foram dirimidas com a exigência de impermeabilização⁶³ e isolamento dos pisos de porões e dos alicerces.

Ainda que o tema salubridade permeasse boa parte do corpo do texto dos referidos códigos, eles versavam sobre inúmeros tópicos, inclusive sobre as atribuições dos profissionais construtores, privilegiando a classe de engenheiros diplomados em detrimento dos licenciados. Os códigos podem ser vistos também como instrumentos de garantia de um corporativismo profissional aos engenheiros. Em resumo, os códigos:

- Estabeleceram zonas no município;
- Normatizaram a numeração de ruas;
- Definiram e classificam as vias públicas;
- Estabeleceram normas de arborização pública;
- Estabeleceram regras para arruamentos;
- Definiram as atribuições dos profissionais: licenciados, construtores, engenheiros e arquitetos;
- Estabeleceram regras de apresentação de projetos;
- Versaram sobre licenças para construir, vistorias, fiscalizações, aprovações de projetos, alvarás, emolumentos e taxas, embargos e penas;

⁶³ “Art. 285 – toda superfície do solo ocupada por edificação será revestida de camada isolante, de material liso e impermeável, assente sobre camada de concreto de oito a dez centímetros de espessura com declividade suficiente para escoamento das águas.” (Código Saboya, 1930, p.94-95)

“Art. 191 – toda a superfície do solo ocupada pelas edificações deverá ser revestida com camada isolante de material impermeável, assente sobre lastro de concreto, com espessura mínima de oito centímetros, ou de tijolo, com argamassa de cal e areia, no traço de 1:4.” (Código de Construções, 1935, p.66)

- Trataram dos alinhamentos, dos padrões de recuos e afastamentos para as construções;
- Estabeleceram regras para as alturas dos edifícios;
- Estabeleceram níveis de insolação, iluminação e ventilação para todos cômodos das construções em geral;
- Estabeleceram áreas mínimas dos cômodos;
- Trataram dos materiais construtivos;
- Discorreram sobre questões estéticas;
- Examinaram as condições dos compartimentos das moradias;
- Trataram das condições das casas populares e cortiços;
- Estabeleceram medidas específicas para construções classificadas como de fins especiais: fábricas, teatros, cinemas, escolas, igrejas, hospitais, hotéis, açougues, matadouros, padarias e estabelecimentos de gêneros alimentícios, laticínios, cocheiras, estábulos etc.

Na essência, os códigos seguiam uma visão sanitarista própria do receituário moderno: preocupações referentes à insolação e à ventilação de todos os cômodos, estabelecimento de novos padrões de implantação nos lotes, com recuos e afastamentos definidos de forma a garantir níveis considerados adequados de insolação, normas de impermeabilização de banheiros, cozinhas, e outros cômodos. Estabeleciam regras que inviabilizavam o adensamento excessivo, sobretudo nos novos loteamentos. Instituíam padrão de verticalização segundo critérios que também garantiam níveis definidos de insolação e ventilação. Estabeleciam normas específicas para cada programa funcional: residencial singular e coletivo, cortiços e casas operárias, escolas, indústrias, hospitais, matadouros, açougues, comércio, casas de reuniões e diversões públicas, laticínios etc. Também abordavam as atribuições dos profissionais ligados à construção civil, assegurando certas prerrogativas aos profissionais diplomados: somente os engenheiros poderiam ser responsáveis técnicos por obras de grande vulto que exigiam cálculos estruturais, quer fossem de estrutura de ferro, quer de concreto armado. Concediam permissão para edificar aos demais profissionais desde que obedecessem às restrições impostas pelo poder público. Se, por um lado, esses códigos buscavam estabelecer padrões modernos de construção, seguindo um receituário de salubridade, por outro, no tocante às questões estéticas, prevalecia ainda um discurso

conservador e tradicionalista que impunha observância ao decoro⁶⁴ das fachadas e a submissão de projetos a uma comissão crítica de estética definida pelo poder público.

O Código de Construções de Campinas estabelecia: “Art. 232º - *O estilo arquitetônico e decorativo é livre, dentro dos limites do decoro público e das regras da arte, a juízo da Prefeitura, ficando para tal fim, instituída a censura estética dos edifícios.* § Único – *Todas as vezes que a Prefeitura julgar conveniente, poderá submeter à crítica de uma comissão de estética as fachadas apresentadas, e negar aprovação àquelas que forem rejeitadas pela mesma comissão.*” (1935, p.78)

Curiosamente, em Campinas, às vésperas da entrada em vigor do Código de Construções (16/03/1934), que, como o de São Paulo, impunha restrições estéticas às fachadas das edificações, a primeira casa modernista da cidade é aprovada e seu projeto considerado de grande valor artístico⁶⁵. A inauguração da residência teve matéria publicada no jornal local e foi festejada com uma exposição aberta à visitação pública. Essa obra viria também a contribuir no plano simbólico e físico-espacial para a consolidação de uma imagem modernizadora da cidade.

Todavia, ainda que a questão dos estilos subsistisse no escopo desses códigos, sua importância, pouco a pouco, desaparecia, pois a linguagem estética não seria mais definida por estilo, e a exigência de tal cumprimento legal se tornava impertinente.

Paulatinamente, o receituário moderno seria incorporado no gosto das classes burguesas, quer pelas próprias mudanças no modo de viver, quer pela influência dos meios de

⁶⁴ A mesma regra estava contida no Código Saboya: “Art. 146 – *Todas as vezes que a Prefeitura julgar conveniente poderá submeter à crítica de uma Comissão de Estética as fachadas apresentadas e negar aprovação àquelas que forem rejeitadas pela mesma comissão.* Parágrafo 1º – *A Comissão de Estética será de três membros, de exclusiva escolha do prefeito e recairá sobre profissionais de notória competência que a exercerão pro honores.* Parágrafo 2º - *O estilo arquitetônico e decorativo é completamente livre, enquanto não se oponha ao decoro e às regras fundamentais da arte de construir.* A Diretoria de Obras poderá recusar os projetos de fachadas que acusem um flagrante desacordo com os preceitos básicos da arquitetura.” (1930, p.54-56, grifo nosso.)

⁶⁵ Por conta das restrições estéticas impostas pelos códigos de obras da época, vale comentar o artifício que o arquiteto Gregori Warchavchik, autor do projeto da primeira casa modernista do Brasil, realizada entre 1927 e 1928, foi obrigado a utilizar para conseguir sua aprovação junto aos órgãos burocráticos da prefeitura de São Paulo. “*Obedecendo aos novos padrões que prescreviam uma arquitetura despojada de ornatos, Warchavchik tropeça, no momento de obter a aprovação do projeto, numa restrição formulada por aqueles censores e que consistia em obrigar o uso de elementos decorativos nas edificações. Seu estratagema consistiu em mandar um desenho da fachada provido de cornijas e outros adereços em voga, para depois, ao término da obra, justificar a ausência alegando falta de dinheiro para aplicá-los.*” (Farias, 1992, p.15)

comunicação: cinema, revistas, jornais e toda sorte de publicidade que veiculava a modernidade. As alterações arquitetônicas tornam-se perceptíveis na configuração espacial da residência: divisão funcional entre as áreas da habitação; adoção das regras de ventilação, insolação e iluminação modernas impostas pelos códigos; supressão do porão empregado também como artifício estético de enobrecimento da edificação; e inovações tecnológicas do sistema construtivo.

O código de construções elaborado pelos cinco engenheiros de Campinas, tendo como parâmetro o código Saboya, prepara legalmente a cidade para a modernização urbana que já se operava em outros âmbitos: econômico, político e social.

A partir da aprovação do Código de Construções, de 1934, a complementação do aparato legal vai sendo fornecida de acordo com a tramitação do plano: no primeiro momento, leis que possibilitam a elaboração do plano; depois, leis ou atos que permitem sua execução, como o Ato nº 118, de 23/04//1938, que aprovava o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas.

Lista de atos, leis e decretos referentes à instrumentalização legal do plano, a partir de 1934:

- Decreto nº 76, 16/03/1934 – Código de Construções;
- Decreto nº 97, 29/12/1934 – reorganiza as repartições municipais;
- Decreto nº 116, 08/02/1935 – nomeia engenheiro-arquiteto na Diretoria de Obras e Viação;
- Decreto nº 85, 21/10/1935 – aprova Regimento Interno da Comissão de Urbanismo;
- Decreto nº 148, 28/12/1935 – cria o Imposto Territorial Urbano;
- Lei nº 490, 23/11/1936 – cria a Comissão de Melhoramentos Urbanos;
- Lei nº 496, 14/12/1936 – autoriza isenção de impostos para os prédios com mais de três andares;
- Lei nº 497, 16/12/1936 – concede favores para construção de habitações populares;
- Lei nº 498, 16/12/1936 – providencia sobre construção de habitações populares;

- Ato nº 115, 18/03/1938 – cria a Comissão de Melhoramentos Urbanos;
- Ato nº 118, 23/04/1938 – aprova o Plano de Melhoramentos Urbanos da Cidade de Campinas e dá outras providências;
- Ato nº 138, 24/10/1938 – concede favores às grandes indústrias que se estabelecerem no Município;
- Decreto-lei nº 31, 13/03/1940 – demarca as zonas urbanas e suburbanas das sedes do Município e dos Distritos de Campinas;
- Decreto-lei nº 55, 01/07/1940 – autoriza a construção de edifício para o Centro de Saúde e dá outras providências;
- Decreto-lei nº 82, 26/12/1940 – estabelece normas para facilitar a formação de núcleos de habitação popular.

O terreno para a elaboração do plano já havia sido preparado, o projeto devidamente apresentado, aprovado, legitimado pelas comissões e entidades cívicas mais influentes da cidade, e concomitantemente um jogo político estava sendo montado para prover a municipalidade dos recursos financeiros que essa empreitada exigiria. Seria indispensável um tranquilo relacionamento entre a administração municipal e a esfera federal, que nesse contexto político centralizava todo o poder decisório do país.

Esse grande projeto de modernização da cidade delineado pelos agentes locais só poderia se concretizar com o apoio do governo federal, que, a partir de 1937, no Estado Novo, centralizava toda a esfera de poder, restringindo os recursos dos estados mediante aprovação prévia do governo federal, que por meio de seus interventores controlava o poder político de forma global. Dessa forma, as tradicionais forças políticas locais, sobretudo paulistas, tinham o poder restringido.

O plano de urbanismo estava sintonizado, na nova ordem econômica focada no setor industrial, com o ideário de modernização que o Estado Novo se empenhava em consolidar, mas isso não seria garantia suficiente para a implantação do plano.

O custeio dos melhoramentos deveria provir das liberações orçamentárias da União; o município não tinha verbas suficientes para o tamanho da empreitada, apesar da criação do Imposto Territorial Urbano pelo Decreto nº 148, 28/12/1935, que consistia em mais uma

medida legal para o aumento das receitas do município (1% do valor do terreno, com base na avaliação do m²).

Segundo Anhaia Mello, *“no antigo sistema o negócio das cidades era governo, no novo o governo das cidades é um negócio. (...) Dirigir as grandes cidades modernas não é fazer leis às centenas. Porque chamar de governo as atividades de construção, calçamento, direção de serviços coletivos, água, gás, esgotos, transways, força e luz elétrica? São negócios, business operations em toda a latitude do termo.”* (1929b, p.59)

Se o governo federal precisava custear o plano, somente um jogo político bem desenhado entre as instâncias do executivo federal, representado pela figura do interventor no estado, e do executivo municipal poderia assegurar o êxito desejado.

A costura política

O golpe de 1930 colocou um ponto final no longo período de hegemonia política do PRP, representado pela oligarquia rural no comando da política federal e estadual: era o fim da Primeira República.

O governo provisório que se instalou a partir de 1930, chefiado por Getúlio Vargas, tinha nos pilares de sua sustentação política um grupo de tenentes que haviam conduzido, juntamente com ele, a tomada do poder, e que, após o golpe, reivindicavam mudanças significativas na vida política e econômica do país: a manutenção do poder nas mãos de Vargas e o adiamento da constitucionalização. Interventores federais foram nomeados pelo então presidente em substituição aos chefes dos executivos estaduais. Diversos grupos políticos lutavam para indicar os interventores federais. No caso paulista, a interventoria ficou nas mãos do tenente João Alberto, o que desagradou aos representantes do PD, que haviam participado da aliança revolucionária e esperavam ser recompensados. Na lógica dos golpistas, era preciso que toda força política paulista fosse neutralizada, pois o estado que fora tão importante e poderoso durante o primeiro período republicano não poderia formar um foco de resistência antirrevolucionária. A atitude de Vargas ao nomear o tenente alagoano causou o rompimento com os representantes do PD. O partido, que havia sido fundado por dissidentes do PRP, constituído por uma classe média tradicional vinculada ao setor cafeeiro, mas, sobretudo, urbana, reaproxima-se novamente do PRP e juntos formam a Frente Única

por São Paulo Unido, que passa a reivindicar o retorno do país ao regime constitucional e a recuperação da autonomia estadual dos paulistas.

Pode-se perceber que as nomeações dos interventores não transcorreram sem problemas; por conta disso, em 29 de agosto de 1931, Vargas, por meio do Decreto nº 20.348, instituiu Conselhos Consultivos nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios e estabeleceu normas sobre a administração local, regulamentando o controle a ser exercido sobre as interventorias dos estados. Se, por um lado, a denúncia de abuso de poder por parte dos interventores extrapolava o âmbito estadual e influenciava os rumos da política nacional, por outro, a insatisfação com a nomeação de certos interventores, caso paulista, favorecia focos permanentes de crise. O decreto estabelecia um instrumento de centralização do poder nas mãos de Vargas.

Os políticos de São Paulo, sem a esperada adesão de mineiros e gaúchos, arregimentaram tropas para deflagrar a Revolução Constitucionalista em julho de 1932, que visava à derrubada de Vargas. O movimento fracassou, e, em outubro do mesmo ano, após a rendição, os líderes do PD foram para o exílio.

Foram realizadas, em 1933, as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte; a Frente Única por São Paulo, formada por membros do PD e PRP que haviam permanecido no país, vence as eleições no estado. Nesse mesmo momento, Armando Salles de Oliveira⁶⁶, vinculado ao PD, é nomeado para a interventoria de São Paulo. Como ele agregasse bom relacionamento entre as forças políticas do estado, poderia arrefecer a animosidade que causara a revolução de 1932: os ânimos precisavam ser acalmados.

O próprio Salles de Oliveira, que em 1934 estaria à frente da criação do Partido Constitucionalista, como interventor nomeado durante dois períodos – de 27/08/33 a 11/04/35

⁶⁶ Salles de Oliveira possuía um círculo de amizades políticas em Campinas, desde o final do século XIX. Vide Santos, 2002, p.269-271. Entre o círculo de relação de Salles de Oliveira, formado por importantes políticos contrários a Vargas deve ser destacado o nome de seu cunhado, o jornalista proprietário do jornal O Estado de S. Paulo, Julio de Mesquita Filho, que tendo articulado e lutado no conflito armado da Revolução Constitucionalista fora deportado para Portugal após a derrota da insurreição. Retornou ao país em 1933. Mesquita desde 1925 esboçava suas ideias sobre a criação de Universidade de São Paulo, que compartilhadas por Salles de Oliveira se materializam em 25 de janeiro de 1934, quando é assinado o decreto que cria a Universidade de São Paulo. O jornal continuou a fazer oposição a Vargas, e em 1937, durante a ditadura do Estado Novo, seus diretores são presos e exilados. A família Mesquita perde o controle do jornal para a ditadura, em 1940, retomando-o somente em 1945. Calava-se um importante órgão da imprensa.

e de 11/04/35 a 19/12/36 –, negociou com Vargas a devolução dos fundos municipais contrarrevolucionários à prefeitura de Campinas, favorecendo seus colegas locais Perseu Leite de Barros e José Pires Neto⁶⁷, que, como prefeitos nomeados durante esse mesmo período, puderam financiar a ampliação da rede de esgoto e de abastecimento de água. Segundo o historiador Santos, essa conquista política do interventor e dos dois prefeitos legitimaria essa burocracia estatal no comando do grande projeto de remodelação da cidade. Durante todo o processo de implantação do plano de Prestes Maia, apresentado em 1934 e aprovado somente em 1938, esses mesmos representantes do poder local permaneceriam no comando do poder, o que garantia a concretização de boa parte das proposições do urbanista. O jogo político estabelecido com o governo federal garantia a liberação de verbas e não causava nenhum empecilho na elaboração e aprovação de atos e decretos municipais por parte do órgão fiscalizador federal, que, após a instauração do Estado Novo, seria representado pelo Departamento de Administração das Municipalidades.

Após o golpe de 1937, que dissolveu a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembleias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais de uma só vez, Vargas concretizava o processo de centralização política e esvaziamento do poder das oligarquias regionais por meio do controle da autonomia política, econômica, tributária, administrativa e militar dos diversos estados da nação. O Estado Novo principiava-se.

Vimos que figuras políticas locais expressivas continuavam no poder, apesar das revoluções de 30 e 32, e, nesse sentido, favoreciam o prosseguimento do plano de modernização da cidade: o engenheiro Carlos William Stevenson, sempre como presidente, e José Pires Neto, como membro, estavam presentes na formação dos Conselhos Municipais. O próprio Pires Neto foi presidente da Câmara de 1936, que durou poucos meses e fora dissolvida pelo golpe de 37. Atuando ora no Legislativo, ora no Executivo, eles permaneciam na esfera do poder, garantindo assim a implantação do plano.

Vargas, por meio do Decreto-lei nº 1.202, de 08/04/1939 (Código dos Interventores), instituiu os Departamentos Administrativos dos Estados; de forma sagaz, o presidente tentava acomodar, articular e agregar interesses regionais, reduzindo o poder dos interventores nos

⁶⁷ Perseu Leite de Barros e José Pires Neto administraram Campinas por cinco vezes, durante as décadas de 30 e 40. José Pires Neto, do Partido Constitucionalista, foi o vereador mais votado nas eleições municipais de 1936, com 1.782 votos. A câmara de 1936 não completou seu mandato e foi dissolvida pela ditadura imposta pelo Estado Novo, de Getúlio Vargas, em 1937.

estados. Tratava-se de uma manobra política, que ao mesmo tempo tentava evitar o excesso de poder dos interventores e coibir o orçamento dos estados de forma a impedir que forças policiais estaduais pudessem rivalizar com o Exército. Nenhum Estado poderia contrair empréstimos sem a prévia autorização do governo federal.

Era atribuição dos Departamentos Administrativos examinar todos os projetos de decretos-leis a serem baixados pelo Interventor ou pelos prefeitos nomeados, além dos projetos de orçamento e a execução orçamentária do estado e de todos os municípios. Os Departamentos Administrativos também cumpriam as funções das extintas Câmaras Municipais e foram estrategicamente criados para pôr fim à concorrência pelo controle do poder no plano estadual, dividindo as funções governamentais entre duas entidades: a Interventoria e o Departamento Administrativo (Departamento de Administração do Estado de São Paulo - DAESP). Vargas nomeava de quatro a dez conselheiros por Estado, o que dependia do tamanho, da importância e dos problemas específicos de cada estado. Em São Paulo, Vargas estabeleceu um mecanismo de contrapeso ao poder do interventor, nomeando como conselheiros do DAESP tradicionais políticos do PRP, não alinhados com o interventor federal. Dessa forma, Vargas equacionava e acomodava as forças políticas paulistas dando certa expressão aos “derrotados” de 1930 e 1932.

Em Campinas, percebe-se que as alterações de poder no âmbito da esfera federal não inviabilizaram o grande projeto de modernização urbana; pode-se dizer que, ao contrário, as gestões dos prefeitos nomeados foram bastante pragmáticas e possibilitaram, com o respaldo dos interventores, dos Conselhos Municipais e do Departamento Administrativo das Municipalidades, o bom andamento dos trabalhos para a efetiva concretização do plano. O governo municipal contava com o aval dos Conselhos e depois do próprio Departamento das Municipalidades⁶⁸ para aprovar os decretos e favorecer a liberação de verbas: dois instrumentos necessários para a implantação do plano.

Mais do que a análise do Plano de Melhoramentos Urbanos apresentado por Prestes Maia, interessa ao trabalho identificar como foi montada a estrutura que dera sustentação à

⁶⁸ Os Departamentos Administrativos tinham por função: aprovar projetos de decretos-leis a serem baixados pelo governador ou pelos prefeitos, aprovar os projetos de orçamento do Estado e dos Municípios e fiscalizar sua execução. Os relatórios dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas eram enviados ao Conselho de Municipalidades para serem aprovados. Após o estabelecimento do poder legislativo, em 1945, os relatórios do executivo voltam a ser encaminhados à Câmara de Vereadores para aprovação.

implantação do plano, como os personagens envolvidos nessa montagem atuaram e se beneficiaram dela e quais as estratégias de legitimação da implementação. Todo esse complexo projeto de remodelação urbana visava consolidar a inserção da cidade na modernidade. A concretização espacial desse plano de modernização dependia também da construção de novas edificações sintonizadas com a estética modernizada. A arquitetura realizada nesse período juntamente com todas as outras alterações sugeridas pelo plano seriam responsáveis pela nova paisagem da cidade, sobretudo da região central e do bairro Cambuí.

Plano de Melhoramentos Urbanos

Uma exposição de preliminares sobre os estudos de urbanismo que vinham sendo desenvolvidos por Prestes Maia foi apresentada, em 1934, ao prefeito de Campinas, José Pires Neto, e, em 1935, foi-lhe entregue o relatório final em cinquenta e nove páginas, no qual o urbanista dissertava sobre as ideias gerais do plano, divididas em quinze itens, sintetizados abaixo:

Item I – palavras introdutórias à explicação do estudo;

Item II – entrada da cidade: comentários a respeito da necessidade estética e funcional do alargamento da via principal de chegada à cidade: av. João Jorge, extensão da rodovia Campinas-São Paulo. A importância do automóvel é uma constante preocupação para o urbanista. A fluidez de circulação é premissa básica para um urbanismo de visão produtivista. *“As grandes rodovias devem imitar segundo as ideias modernas, os metropolitanos e as ferrovias, que possuem leitos próprios e cruzamentos em desnível (...). Na era do automóvel são já consideradas defeituosas as estradas que não permitem a estes a máxima velocidade.”* (1935, p.71) O resultado dessa proposição foi a construção posterior, na década de 1950, do viaduto Cury.

Item III – perimetral externa: o tema da circulação de veículos era sempre retomado. Nesse item, o urbanista estabelecia o percurso da via de contorno, que tinha por objetivos: liberar o centro da cidade de congestionamentos desnecessários; ligava os arrabaldes; e servia de passeio quando essas fossem tratadas como *park-ways*.

Item IV – parques: partindo do conceito de lazer ativo, Maia sugeria a criação de um sistema de parques e jardins. Nesse conceito, o lazer é encarado como um preparo para o

trabalho; se a cidade é uma máquina, cujas funções são estabelecidas visando à otimização da produção, elaborar espaços de “recreio”, como são por ele designados, é necessário para a preparação dos trabalhadores ao retorno de suas atividades produtivas. Questões higienistas também influíam no cálculo de áreas necessárias ao contingente de população existente e estimado pelo crescimento futuro. Importante lembrar que o projeto visava a uma implantação em etapas que perdurariam por aproximadamente 25 anos.

O sistema de parques preconizado pelo urbanista consistia na definição de três categorias de áreas de lazer: os *play-grounds* de quarteirão, que atendiam à população local de conjuntos habitacionais já existentes; os jardins médios, que deveriam ocupar entre 10 a 25% da área dos novos loteamentos residenciais; e os grandes parques, que se destinariam às grandes instalações esportivas e ao lazer de todos os cidadãos, inclusive nas folgas semanais. “*Destinam-se a grandes instalações esportivas, jogos coletivos, adultos, folgas semanais, passeios de automóvel, escolas de débeis, etc.*” (Ibid, p.76)

Seriam dois: o Parque Taquaral na região norte e o Parque da Vila Industrial⁶⁹, ao sul, próximo a fábricas e bairros populosos.

Item V – grandes radiais: mais uma vez o tema da circulação. Eram as artérias principais de fluxo da cidade. Maia propunha o melhoramento das existentes (estradas de Valinhos, São Paulo, Itu, Viracopos, Roseira, Limeira, Cosmópolis, Mogi, Anhumas, Pedreiras e Souzas) e a criação de outras novas: no Chapadão e na encosta além do córrego do Novaes.

Item VI – unidades residenciais: consistia na aplicação do *zoning* na cidade, que estabelecia funções específicas em determinados pontos geográficos, instituindo unidades residenciais cujo conceito remetia à influência do urbanismo norte-americano, e que devia ser aplicado nas novas áreas a serem loteadas, na zona de expansão, que no momento ainda eram de propriedade de fazendeiros e não haviam sido parceladas. Constituem-se de um bairro residencial provido de comércio e serviços locais, necessários à demanda exclusiva dessa comunidade. “*A Prefeitura estabelecerá a grande malha e os proprietários farão o arruamento interno sob orientação do princípio exposto, incluindo zoneamento simultâneo. (...) Para ilustrar o que tenho dito figuram no esboço do plano duas unidades residenciais*

⁶⁹ Sobre o tema: Lima, 2000.

esquemáticamente traçadas, uma no Chapadão, outra na encosta do Novaes. As áreas quadriculadas significam áreas zoneadas como comerciais, as hachuradas ou tracejadas significam zoneamento para apartamentos ou casas mais compactas, não grandes prédios, mas os pequenos do tipo, por exemplo, há pouco construído na capital na rua Augusta, intermediário entre a casa individual e a maison de rapport típica.” (Maia, 1935, p.84-85)

Item VII – plano escolar: sempre tendo como parâmetro o urbanismo norte-americano, Maia propunha para cada unidade residencial a constituição de um centro da comunidade composto pela escola local e instalações afins, como salas de leitura, de conferências, ginásios, etc.

Item VIII e Item IX – radiais internas e perimetral média: ao sistema viário Maia dedicava quase que exclusivamente o plano. O urbanista estabelecia um sistema viário hierarquizado de acordo com um fluxo previamente estabelecido. Determinava as larguras das vias de forma a assegurar a melhor fluidez possível.

Item X – centro da cidade: No diagnóstico realizado a respeito da configuração espacial da área central da cidade, Maia tomava como base as premissas de Stevenson: “(...) como melhorar e impedir que se agravem as condições duma cidade cujas ruas mais centrais são todas muito estreitas e, por conseguinte, desagradáveis e de circulação incômoda.” (Ibid, p.93)

Como solução para o problema do centro da cidade, o urbanista propunha sua remodelação a partir do estabelecimento de duas vias centrais que se entrecruzavam e determinavam a grande praça cívica: o lócus privilegiado da cidade. Na cidade moderna, é a praça cívica o centro das atividades mais importantes, não mais o átrio da igreja. Dentre muitas opções de ruas, escolheu pelo alargamento da rua Campos Salles e da rua Francisco Glicério. A grande praça cívica teria à sua frente o edifício do Fórum. O empecilho para tal empreitada era a demolição da Igreja do Rosário, e, nesse sentido, o urbanista fez apelo à Comissão de Urbanismo para conseguir o aval necessário à legitimação da referida obra.

Nesse momento, verifica-se uma mudança na estrutura de poder simbolizada pela demolição da Igreja em detrimento da configuração de um espaço de caráter cívico, o novo centro da *urbs*. É a sublimação de uma cidade moderna, não mais orientada por preceitos religiosos. O átrio da Igreja não é mais o ponto principal da cidade. A demolição do templo,

Matriz do Rosário, consolidava simbolicamente a diminuição da influência política da Igreja católica na esfera de poder local de um governo asseveradamente laico. *“A solução ideal para a Praça Indaiatuba consiste em ampliá-la, demolir a Igreja, colocar um edifício público numa face. Esta seria na rua regente Feijó, onde existem uns prédios pouco importantes, ou na própria área da praça atual, o que inverteria a praça”* (Ibid, p.99)

Figura – Igreja do Rosário e o Fórum, no segundo plano – década de 1950
(Fonte: Centro de Memória da Unicamp – CMU)

Figura – Demolição da Igreja do Rosário, 1956. (Fonte: CMU)

Item XI e XII – melhoramentos centrais suplementares e edifícios públicos e semipúblicos: abordava a necessidade de outras intervenções no centro da cidade, como o alargamento parcial de outras ruas; previa a construção de determinados edifícios de caráter público e semipúblico e a remoção de outros, no prazo estimado entre 25 e 50 anos. Na sua lista, constavam os seguintes edifícios: paço municipal; fórum e repartições estaduais; correios e telégrafos; hotel; centro de comunidade – biblioteca pública, museu, ginásio, etc; remoção da Igreja do Rosário; do matadouro; do mercado. Essas edificações comporiam a nova paisagem e seriam os pontos de referência da cidade modernizada: pontos simbólicos da cidade moderna. Assim Maia justifica: “*A necessidade desses edifícios, se por um lado complica, por outro ajuda a composição arquitetônica da urbs. Eles auxiliarão sobretudo a rematar ou dar fundo ao centro, e em particular a av. transversal (av. Francisco Glicério)*” (Ibid, p.103).

Item XIII – perimetral interna: define o percurso da perimetral interna, citando o estudo de Stevenson.

Item XIV – estradas de ferro: comentava a difícil tarefa de modificar o trajeto das linhas férreas que cruzavam a cidade e prejudicavam a ligação; aconselhava a remoção da estação da Sorocabana, cuja localização atendia a interesses particulares e que prejudicava a ligação entre

determinadas áreas e o centro da cidade. *“A localização da estação Sorocabana no ponto onde está parece-me exemplificar uma questão de plano e interesse geral resolvido ao sabor de interesses particulares ou de momento. O fato é que sua remoção deve ser aconselhada, o que libertaria esse ponto da cidade e permitiria a av. Barão de Itapura vir até o Campo de Corridas e ligar-se perfeitamente a estrada de Limeira e à rua Pereira Lima”* (Ibid, p.106).

A estação permanece até hoje no local.

Item XV – assuntos diversos, orçamento e custos, plano não material, função da comissão: sobre esse item, vale comentar como Maia efetuava os cálculos orçamentários previstos para a execução da obra e como sugeria a captação de tal montante: constatava que um aumento dos tributos municipais só poderia assegurar parte da execução dos trabalhos e que uma reivindicação junto ao governo federal seria premente, pois só a liberação de verbas federais garantiria o bom andamento do plano.

O plano não material consistia na proposição de criação de uma seção agrícola; na participação das comissões civis no processo de implantação do plano como entidades que colaborariam na legitimação dos trabalhos; na instituição de um juiz municipal; na racionalização da administração por meio da criação de alguns mecanismos, como guichês de reclamação; na remodelação da seção de estatísticas, instrumento importante para o planejamento da cidade; na criação de escolas rurais e, por último, na proposição de edificação de um hotel, de uma biblioteca municipal e de um centro médico.

Maia comenta o papel das comissões cívicas: *“Elas concorrem às vezes para mudanças benéficas de atitudes e de opiniões. (...) Os rotarys, os amigos da cidade, as associações técnicas, ou mesmo de interesses, etc, constituem por vezes um passo no mesmo sentido. Estão porém muito longe de alcançarem os fins colimados, que exigem uma certa responsabilidade não só moral como efetiva, atitudes sistemáticas e não acidentais, funcionamento regular, contatos imediatos, etc. Podem ser, não obstante, viveiros de membros para as comissões.”* (Ibid, p.121)

Essa descrição geral do relatório apresentado por Prestes Maia permite a visualização de um panorama das intervenções que seriam efetivadas a partir da aprovação do plano, ocorrida em 1938, na administração do prefeito Euclydes Vieira, por meio do Decreto nº118, de 23/04/1938.

No entanto, até a aprovação do plano de urbanismo, diversas medidas foram tomadas a fim de viabilizar o futuro plano. Durante o ano de 1935, o urbanista Prestes Maia teve oportunidade de expor suas ideias sobre o plano em três reuniões da primeira Comissão de Urbanismo, instituída em 1935. Como relatou a matéria jornalística: “*Reuniu-se hontem a Commissão de Urbanismo – o Dr. Prestes Maia proseguiu a exposição verbal do esquema do plano de remodelação da cidade.*” (*Correio Popular*, 23 nov. 1935)

Na ocasião, o urbanista dava prosseguimento à exposição do Plano de Remodelação Urbana apresentado à Comissão de Urbanismo, presidida pelo prefeito e que se reunia pela quarta vez. Não tendo sido concluída, a apresentação do plano ficou agendada para a sessão seguinte⁷⁰, que deveria ocorrer em 06/12/1935.

Essas três exposições foram reunidas e sintetizadas no relatório que o urbanista entregou à Prefeitura, intitulado *Rascunho de exposição preliminar* e publicado no *Relatório dos trabalhos realizados pela prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1935*, anteriormente citado. As linhas gerais do plano foram aprovadas por essa comissão, que foi extinta com a instalação da nova Câmara Municipal, em 17 de julho de 1936.

Nesse mesmo ano, uma nova comissão⁷¹ foi criada, a Comissão de Melhoramentos Urbanos, por meio da Lei nº 490, de 23 de setembro de 1936.

Segundo o relatório do ano de 1936, a Comissão de Melhoramentos Urbanos foi assim constituída: “(...) Além do Prefeito (João Alves dos Santos) e engenheiros municipais (Perseu Leite de Barros, engenheiro-diretor da Diretoria de Obras e Viação e Cyro de Carvalho Lustosa,

⁷⁰ Entre os dezoito membros da comissão, não compareceram cinco deles: o representante dos advogados, Lino Moraes Leme, o representante da Companhia Mogiana, Horácio Costa, o representante da imprensa de São Paulo, Edmundo Barreto, e os representantes dos engenheiros civis e arquitetos, respectivamente, Carlos Stevenson e Lix da Cunha.

⁷¹ Como consta do Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura no exercício do ano de 1936: “*Continua ainda em estudos o importante problema urbanístico de Campinas, cuja solução será a elaboração de um plano de remodelação da cidade e de diretrizes para a sua expansão futura. Esses estudos, como se sabe, estão a cargo do urbanista Prestes Maia, cujo ante-projeto já foi apresentado à Comissão de Urbanismo criada pelo decreto nº135 de 1935, e que funcionou até os primeiros meses de exercício de que tratamos, para ser substituída pela Comissão de Melhoramentos Urbanos, instituída pela própria Lei Orgânica dos Municípios, e criada, em Campinas, pela lei nº 490 de 23 de novembro de 1936. Essa nova Comissão, composta como se acha de elementos de maior destaque em todas as atividades locais certamente se empenhará para dotar a nossa cidade dos elementos que ela carece para corresponder às exigências do seu notório progresso, e da sua crescente população. É oportuno consignar-se que a demora em se entregar ao conhecimento público as conclusões definitivas sobre tão momentoso assunto, será amplamente justificado pela sua altitude incontestada, oportunamente confirmadas.*” (1939, p.16)

engenheiro-diretor da Diretoria de Águas e Esgotos), pelos seguintes cidadãos, dr Azael Alvares Lobo, dr. Edmundo Barreto, Sr. José Alves Teixeira Nogueira, engº Arthur Canguçu, engº Euclydes Vieira (vereador eleito), engº Mário de Camargo Penteado (vereador eleito), que já aceitaram a nomeação feita pela Prefeitura. Esta comissão não foi empossada, porém estamos certos, será digna continuadora dos trabalhos encetados pela comissão anterior.” (1939, p.56)

A segunda comissão foi reduzida em relação à anterior, havendo uma menor participação de representantes da sociedade civil, o que permitia maior controle das decisões por parte do governo municipal. A nova comissão trabalhou cerca de um ano e foi dissolvida concomitantemente à Câmara Municipal, em decorrência do golpe de 1937, que instaurou a ditadura do Estado Novo (de 10/11/1937 até 1945). Os trabalhos dessa comissão iniciaram-se em 17/03/1937 e terminaram em 15/03/1938, tendo sido registradas vinte e seis reuniões, dentre elas quinze não ocorreram por falta de quórum.

Pouco poderia ser discutido nas reuniões da comissão sem o retorno prévio do parecer da câmara sobre o plano, o que justifica a frequente falta de quórum nas reuniões da comissão. Na 17ª reunião, o engº Cyro Lustosa sugeriu inclusive que os trabalhos da comissão fossem suspensos até que a câmara se manifestasse sobre o plano de urbanismo. Ficou resolvido que os dois vereadores membros da comissão enviariam mais um apelo à câmara para que se manifestasse o mais breve possível, visto que inúmeros casos de construção e reformas de prédios na zona prevista do plano estavam à espera.

Outra preocupação dos membros da comissão se dava em torno do alargamento da rua Campos Sales em detrimento do da rua general Osório, mas o urbanista Prestes Maia havia se comprometido a trazer um trabalho comprovando a desvantagem da opção sugerida pela comissão. Na sessão seguinte, Mário Penteado se disse desobrigado do convite aos vereadores para que comparecessem à presente sessão para estudos em conjunto do plano de urbanismo. Prestes Maia apresentou o estudo a respeito do alargamento da rua Campos Salles. Em todas as demais reuniões, não houve quórum.

Em 15 de março de 1938, o prefeito João Alves dos Santos declarou que, em virtude da extinção da Câmara Municipal, estava também extinta a Comissão de Melhoramentos Urbanos. Ele ainda historiou os últimos trabalhos da comissão, alegando que ela tinha cumprido seu papel de dar a Campinas um plano de urbanismo e que por algum tempo interrompeu suas atividades

aguardando o pronunciamento da câmara municipal sobre o projeto elaborado, pois só depois de aprovado esse plano a comissão poderia prosseguir nos seus trabalhos, estudando e fazendo sugestões sobre o detalhamento da obra. Com a dissolução do Poder Legislativo, privou-se o povo campineiro do conhecimento do parecer da Câmara, *“embora os vereadores já houvessem manifestado a necessidade de aprovação imediata de um plano de urbanismo a fim de serem corrigidos os defeitos da cidade e prepara esta última para o progresso futuro dentro das normas de beleza, estética e bem estar da população”*. (João Alves dos Santos)

Verificou-se que as atividades dessa comissão foram limitadas pelo aguardo da manifestação do poder legislativo municipal em relação ao projeto e, portanto, foram pouco significativas para a elaboração e ou implantação do plano. A comissão não pôde avançar nos estudos sobre os detalhes de implantação do projeto, mas serviu para legitimar junto à população a decisão do poder executivo. A paralisia no andamento dos trabalhos da comissão imposta pela câmara também causava certa ansiedade e descontentamento ao urbanista Prestes Maia. De qualquer forma, a existência das comissões serviu para legitimar o conteúdo do plano junto à comunidade, possibilitando sua implantação no decorrer de 25 anos.

O desempenho dos engenheiros Lix da Cunha e Mário Penteado, especificamente como integrantes das duas comissões, foi limitado. Mas a presença de ambos já assegura o seu interesse e sinaliza para o engajamento político e técnico no processo de modernização urbana. Eles indubitavelmente estavam inclusos no grupo seletivo que dirigia os rumos da cidade.

Se a atuação das comissões havia sido encerrada nesse primeiro momento de elaboração do plano, o papel representado por parte de seus membros prosseguiria concomitantemente à aplicação de novas estratégias de convencimento do público.

Além das comissões de urbanismo, outros fóruns de discussões afinados com os ideais progressistas participaram desse processo de consolidação de implantação do plano. Nesse sentido, o Rotary Club teve papel fundamental, pois muitos dos integrantes das duas comissões, além de representantes da câmara eleita, em 1936, eram associados da entidade. Pertenciam ao Rotary Club os seguintes membros da Comissão de Urbanismo: engº Cyro Lustosa (DAE), Azael Lobo, Carlos W. Stevenson e Sylvino de Godoy (22% dos membros), e os seguintes membros da Comissão de Melhoramentos Urbanos: engº Cyro Lustosa, Nelson Omegna, Azael Lobo, Mário Penteado (36% dos membros eram rotarianos). Eram rotarianos na Câmara Municipal de 1936-

39: Mário Penteado, João Penido Burnier, Marinho Ferreira Jorge e Sylvino de Godoy (23% dos vereadores eram rotarianos).

O ano de 1934 não só foi marcado pela contratação do urbanista Prestes Maia como também pela aprovação do Código de Construções, que estabelecia, entre muitas novidades, um novo padrão de implantação das edificações nos lotes. As edificações residenciais unifamiliares seriam obrigadas a respeitar recuos frontais, afastamentos laterais e de fundo. Uma nova configuração espacial que estava sendo posta em prática visava a atender melhores níveis de insolação e ventilação para as residências: conceitos baseados numa visão higienista própria da modernidade. Antecedendo as grandes alterações postas em prática a partir da aprovação do plano, muitas obras já vinham sendo executadas, entre elas a primeira casa modernista e o primeiro arranha-céu da cidade. A casa modernista foi construída em 1934, no bairro Cambuí, já obedecendo às novas regras estabelecidas pelo código, com projeto do engenheiro-arquiteto Mário de Camargo Penteado; a edificação se destacava na paisagem do bairro ainda pouco ocupado. No ano seguinte, 1935, o primeiro arranha-céu é construído na região central de Campinas, renunciando todas as modificações que estariam por vir com a implantação do plano então em gestão. As primeiras vozes da modernidade ecoavam também por meio da arquitetura e do urbanismo.

A partir de 1938, quando o plano sai das pranchetas, inicia-se um grande processo de desapropriações na região central da cidade. A prefeitura adquiria, mediante desapropriações, o imóvel da rua José Paulino, esquina com Campos Salles, cuja demolição tornava-se necessária para o alargamento das ruas Campos Salles e José Paulino, onde seria localizado o fórum. Outros entendimentos para desapropriações estavam sendo organizados.

O ano de 1939 também foi abundante em matéria de desapropriações e demolições: vinte prédios e cinco terrenos foram desapropriados para o alargamento de ruas e retificação de alinhamentos diversos previstos no plano.

Com o pretexto de comemorar o bicentenário de fundação da cidade, em 1939, foi organizada pela prefeitura uma grande feira-exposição que seria o fórum propício para a apresentação do plano ao público; no pavilhão da prefeitura, foram expostos vários desenhos e perspectivas, além de uma grande maquete do plano. O interventor do Estado esteve na cidade para abrir a exposição dos festejos e por ocasião dessa visita foram inauguradas as pedras fundamentais do fórum e do Centro de Saúde, dois projetos de relevância no panorama da cidade,

que nesse momento renascia moderna.

O processo de gestação do plano estava terminando, todas as tratativas já haviam sido feitas, e a partir desse momento começariam definitivamente as obras urbanas. Um grande campo de ação para os engenheiros locais tinha sido aberto: os edifícios da região central e as residências de bairro mudariam por completo a paisagem da cidade. Os engenheiros Lix da Cunha, Hoche Néger Segurado, Mário Penteado e outros poucos favorecidos pelas circunstâncias da implantação do plano espalhariam pela cidade suas obras durante as décadas de 1930 e 1940.

Figura - Vista Geral, 1946. Início da verticalização do centro.

(Fonte: CMU)

Em síntese, por meio da análise do contexto físico-espacial, econômico e social da cidade no período que antecede à elaboração do plano de urbanismo, denominado Plano de Melhoramentos Urbanos, foi possível identificar uma gama variada de demandas que justificaram sua elaboração. A primeira delas, de caráter físico, evidenciava-se pela expansão descontrolada da mancha urbana, impulsionada pelo loteamento semi desprovido de infraestrutura, de áreas anteriormente rurais, ocupadas por parcelas inutilizadas de antigos cafezais, por meio de empresas privadas. Essa expansão da ocupação territorial visava a atender ao significativo aumento populacional desencadeado a partir do processo de industrialização da cidade. O plano de urbanismo também teria como objetivo regular os empreendimentos imobiliários privados que proliferaram indistintamente nos arredores do núcleo urbano central.

A reorganização espacial respondia também às novas exigências de uma cidade cuja economia se encaminhava do setor agrícola para o industrial. Ficou demonstrado que, desde o princípio do século XX, os setores secundário e terciário ganhavam corpo na estrutura econômica da cidade. A industrialização se processava de forma rápida, atraindo um grande contingente populacional que migrava das áreas rurais para a urbana. Essa população recém-chegada contribuiria para a constituição de uma sociedade diversificada composta por pequenos e grandes comerciantes, operários, industriais, profissionais autônomos do setor de serviços, antigos fazendeiros, profissionais liberais e toda sorte de ofícios que comportam um núcleo urbano. Essa população instituiu um novo modo de viver e, conseqüentemente, novos programas funcionais foram inseridos na rotina da vida urbana, tais como as atividades de lazer esportivo e cultural. Os próprios estabelecimentos industriais também traziam suas especificidades em relação às construções e à infraestrutura.

A tais demandas acresçam-se a de caráter simbólico, de igual importância. No âmbito simbólico, era necessário vincular a cidade à modernidade, demarcar a ruptura com o passado rural atrelado à ideia de atraso e de conservadorismo. O momento era de crença no progresso industrial; as palavras de ordem eram: modernidade, progresso, industrialização. A tríade exaustivamente aclamada não perde, não obstante, seu valor expressivo.

No plano do espaço físico, esse vínculo com a modernidade seria expresso por um novo padrão de vias e de espaços públicos, por outra estética arquitetônica e pela substituição do modelo de ocupação dos lotes. As ruas estreitas conformadas pelo sequenciamento do

casario na testada do lote eram sinônimos de atraso, do obsoleto, ou melhor, eram formas urbanas reconhecidas como passadistas, arcaicas. Agora era a vez das avenidas largas, dos bulevares, dos grandes parques, dos arranha-céus, das edificações residenciais implantadas no centro dos lotes, esbanjando níveis de ventilação e insolação, da cidade saudável, higiênica, onde os edifícios eram dispostos racionalmente segundo as funções especificadas pelo *zooning*: a grande vedete urbanística do momento.

Mas, para que toda essa miríade de transformações espaciais se realizasse, era necessário montar como apoio para o desenvolvimento do plano de urbanismo uma estrutura que pode ser esquematizada por meio de quatro eixos: aparato burocrático, aparato legal, meios financeiros e, por último, estratégias de legitimação.

1. Aparato burocrático: dispositivos técnicos fornecidos pelo poder público para tornar possível a elaboração do plano, a saber: preparação da planta cadastral da cidade; realização de variados quadros estatísticos; contratação de um urbanista; reestruturação da burocracia estatal, com a criação da Secção de Arquitetura dentro da Diretoria de Obras e Viação; e, por último, a ampliação do fornecimento de água por meio da inauguração da adutora do Atibaia, item essencial de infraestrutura para o crescimento urbano.
2. Aparato legal: item crucial para o sucesso da empreita de modernização do espaço urbano. Consistiu na elaboração de um novo Código de Obras, concluído e aprovado em 1934, que estabelecia as regras para as novas edificações e definia o novo perímetro do município. A par disso, a instituição de uma série de atos, leis e decretos que dariam suporte legal para a concretização das ideias propostas no plano.
3. Meios financeiros: esses subsídios dependiam da competente costura política entre as esferas de poder municipal, estadual e federal. Só o jogo político hábil poderia viabilizar a concessão de verbas públicas necessárias à concretização do plano. No âmbito municipal, deve ser mencionada a contribuição que da criação do Imposto Territorial Urbano poderia advir.
4. Estratégias de legitimação: no intuito de legitimar a elaboração do plano foram criadas comissões oficiais – as comissões de urbanismo – e fundadas associações e entidades cívicas: Associação de Amigos da Cidade, Associação

dos Engenheiros de Campinas e Rotary Club, que tinham como objetivo promover e divulgar o plano. Uma intensa veiculação na imprensa e a utilização de eventos cívicos e culturais como forma de promoção do plano faziam parte dessa estratégia. Dois eventos merecem destaque no processo de vinculação com a modernidade: a Exposição-Feira do Bicentenário, em 1939, e a mostra de arquitetura *Brazil builds*, em 1945.

O equacionamento de tudo isso foi orquestrado por um grupo bastante restrito de personagens, entre eles os engenheiros Eduardo Edargê Badaró, Lix da Cunha, Hoche Néger Segurado e Mário Penteado, protagonistas do grande projeto de consolidação da modernidade na cidade. Quer por meio de atuações políticas no Poder Legislativo ou nas associações e entidades cívicas, quer pela atuação profissional de servidor público encarregado da implantação do plano, quer pelo trabalho profissional desenvolvido nos próprios escritórios de engenharia, que respondiam pela grande soma das novas construções modernas que se espalhavam pela cidade, foram eles os grandes responsáveis pela configuração da nova paisagem urbana adquirida a partir da implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos.

CAMPINAS FINAL DA DÉCADA DE 40

(Fonte da imagem: Sílvia Zakia)

Legenda

- 1. Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Funcionários da Zona Mogiana (Penteado) 1946**
2. Igreja do Carmo
3. Edifício Prudência
4. Praça Bento Quirino
- 5. Edifício Regina (Segurado) 1946**
- 6. Banco Nacional da Cidade de São Paulo (Penteado) 1945**
7. Edifício Caixa Econômica Estadual 1939
8. Edifício residencial Lucarelli 1946
9. Largo das Andorinhas
- 10. Cine Voga (Penteado – Lix da Cunha) 1941**
11. Praça Carlos Gomes
12. **Edifício Anchieta (Lix da Cunha) 1946**
- 13. Edifício do Correio Popular (Lix da Cunha) 1940**
- 14. Edifício Santa Teresa (Segurado) 1944**
- 15. Edifício da Caixa Econômica Federal (Lix da Cunha – reforma) 1949**
- 16. Edifício Piratininga (Segurado) 1946**
- 17. Edifício Sant’Ana (Lix da Cunha) 1935**
- 18. Edifício R. Monteiro (Segurado) 1946**
19. Correios e Telégrafos 1943
20. Banco Noroeste do Estado de São Paulo 1942
- 21. Edifício Colúmbia (Lix da Cunha) 1938**
- 22. Edifício Cury (Segurado) 1943**
23. Palácio dos Azulejos (Prefeitura Municipal)
- 24. Edifício São Paulo (Lix da Cunha) 1946**
25. Igreja do Rosário (demolida em 1956)
26. Catedral
27. Edifício Euclides de Arruda Camargo 1946
- 28. Edifício Rosário (Lix da Cunha) 1946**
29. Fórum
- 30. Edifício Associação Comercial de Campinas (Segurado) 1940**
31. IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários)
32. Edifício comercial
- 33. Cine Carlos Gomes (Lix da Cunha) 1945**

CAPÍTULO II.

**DUAS OBRAS, DOIS EVENTOS:
MODERNIDADE**

“Queremos luz, ar ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, idealismos, motores, chaminé de fábricas, sangue, velocidade sonho, na nossa Arte! E que o rufo de um automóvel, nos trilhos de dois versos, espante da poesia o último deus homérico, que ficou, anacronicamente, a dormir e sonhar, na era do jazz-band e do cinema, com a flauta dos pastores da Arcádia e os seios divinos de Helena!” (Del Picchia, apud Teles, 2009, p.425)

Estratégias de convencimento – ícones de modernidade, publicidade

Um novo repertório de conceitos - progresso, industrialização, urbanização, escala de massas - mesclava-se às ideias de modernidade, de eficiência, de energia, de velocidade, de fluxos de mobilização. Clichês e imagens da cidade moderna foram exaustivamente explorados – cidade que vibra, que pulsa; cidadãos que correm apressados para seus afazeres, indústrias, máquinas, engrenagens, arranha-céus, aviões, automóveis, transatlânticos, ritmos frenéticos de dança, jazz, cinema, buzinas e mais uma miríade de figuras retratava essa nova realidade urbana.

Nesse contexto, emergia necessariamente a construção de um novo espaço urbano. O papel dos engenheiros foi crucial na estruturação e montagem da cidade moderna em que Campinas se transformava. Foi necessário um trabalho intenso e eficiente desenvolvido pelo poder público com auxílio de um contingente expressivo de interessados no processo de modernização da estrutura urbana da cidade.

Ferramentas simbólicas foram utilizadas para legitimar e consolidar o projeto de modernização física da cidade. Dessa estratégia de convencimento adotada, destacam-se a exploração publicitária de alguns edifícios evocados como ícones da modernidade - a casa modernista da rua Silva Telles e o edifício Santana - além da promoção de dois eventos - a Exposição-Feira comemorativa do Bicentenário de fundação da cidade e a mostra de arquitetura *Brazil builds*.

Casa modernista da rua Silva Telles

Em 1934, o engenheiro-arquiteto Mario de Camargo Penteado projetou e construiu duas casas concomitantemente, a de Zelina Pontes Ferreira e a de seu pai, José Ferreira

Penteado, sendo esta última a primeira casa modernista¹ de Campinas, popularmente conhecida como casa do navio, em clara alusão à imagem náutica, construída seis anos após a casa de Warchavchik (rua Santa Cruz, na Vila Mariana, em São Paulo).

Penteado colocou a casa em exposição e utilizou a mesma estratégia que Warchavchik utilizara quatro anos antes, quando da exposição da casa modernista da Companhia City na rua Itápolis², no Pacaembu, em 1930. Penteado inclusive encomendara a Warchavchik, seu professor na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), onde havia se diplomado, as luminárias³ para sua obra.

A exposição da casa modernista de Penteado obteve grande repercussão na mídia local. Um livro de presença atesta que aproximadamente quatrocentas pessoas visitaram a edificação: membros da comunidade local, familiares, amigos, colegas de profissão, profissionais liberais (médicos, professores, advogados, engenheiros⁴, construtores), muitas mulheres e a significativa presença do representante da igreja, o Arcebispo de Goiás, o primeiro a assinar o livro, com a seguinte frase. “*Se procurar um monumento novíssimo (da arte moderna) olha em redor*”. Alguns termos reprisados nesse livro repleto de citações que não ultrapassam os lugares-comuns amenos permitem, no entanto, a contextualização da época: “*originalidade de concepção*”, “*síntese da arte moderna*”, “*lúcida construção*”,

¹ O Alvará de construção foi expedido em 14/12/1933, o habite-se em 13/10/1934. A exposição de inauguração foi iniciada em 11/10/1934. A casa foi tombada pelo Conselho de Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas, Condepacc, em 2007 - Processo nº 013/2001. Relator: Silvia Zakia.

² Entre 26 de março e 20 de abril de 1930 foi realizada nesta casa a “Exposição de uma casa modernista”, que chegou a receber 20.000 visitantes, para uma população paulistana de cerca de 900 mil pessoas. Além da própria arquitetura, uma seleção de obras dos artistas de vanguarda brasileiros fazia parte também da exposição: obras de Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Victor Brecheret, Anita Malfatti, Lasar Segall, co-cunhado de Warchavchik, acessórios de decoração de Regina Gomide Graz, tapete importado dos ateliers da Bauhaus e por fim, o jardim tropical desenvolvido pela esposa do arquiteto, Mina Klabin. Como relata Wolff, “*Essa exposição – que passou para a história da arquitetura moderna como um dos eventos da política de divulgação de seus princípios pelo arquiteto pioneiro desse movimento em São Paulo – foi um evento que também interessou à estratégia promocional da City. Em maio de 1931, durante a realização do 1º Congresso de Habitação a empresa montou um estande para divulgar suas atividades em mais de dez anos de atuação na cidade e lançar o Jardim América. Também fez parte da programação do congresso um a excursão de visita a todos os loteamentos da City e às casas construídas, inclusive à casa modernista do arquiteto Warchavchik, que era de propriedade da empresa, assim como a outra de arquitetura tradicional.*” (2001, p.113)

³ Em depoimento oral (05/11/2010), o arquiteto Carlos Warchavchik, neto de Gregori, comentou que não tem conhecimento de qualquer tipo de registro da oficina de seu avô. O que impossibilita a comprovação de que Penteado tenha encomendado as luminárias nas oficinas de seu professor da ENBA, ou talvez até a encomenda do mobiliário moderno de aço, que Penteado também utilizou na obra.

⁴ O colega Lix da Cunha registrou o seguinte comentário: “*De tudo que observei na construção, acabamento e minuciosos detalhes tive a melhor das impressões. Felicito sinceramente o collega pelo bom gosto e competência técnica*”.

”audaciosa concepção”, “(...) arte moderna nascida da inteligência promissora”, e muitos comentários sobre o “estilo” moderno da residência.

O artigo publicado no jornal Correio Popular relatou que à inauguração compareceram membros do Sindicato Médico, da Associação de Engenheiros, da Sociedade de Medicina e da imprensa. Os objetivos da exposição eram divulgar o trabalho do recém-formado engenheiro-arquiteto e a originalidade de sua arquitetura e, conseqüentemente, atrair clientes. Aproveitando-se do financiamento de seu pai, Penteado pôde para esse projeto propor e concretizar ideias novas resultantes da recente formação acadêmica na insurgente ENBA. Era preciso conquistar a clientela da cidade já afeita às inovações tecnológicas, mas ainda atada ao conservadorismo estético, sem as encomendas dos clientes, um arquiteto não poderia subsistir profissionalmente, era necessário seduzir o público para o novo. A obra era pioneira não só enquanto objeto arquitetônico, mas por que também inaugurava no plano concreto a modernização da paisagem urbana. A casa veiculava a imagem de modernidade, um microcosmo da cidade moderna pretendida com a implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos, em gestação, era a síntese da experiência vivida por Penteado quando estudante na ENBA no Rio de Janeiro.

Os ares da modernidade ali estavam presentes, sobretudo pela existência da laje terraço que substituiu a cobertura convencional de telhas cerâmicas, do mobiliário com cadeiras de desenho da Bauhaus e de uma estética despojada de ornamentos. Bastante oportuna a comparação que se pode efetuar entre a casa de Warchavchik e a de Penteado, através da leitura do comentário que Mário de Andrade escreveu a respeito da primeira:

“O edifício é todo em cimento armado, com revestimentos de reboco pontilhado de mica. A mica brilhante torna as paredes muito decorativas e assim o artista pôde prescindir de molduras, colunatas e demais enfeites superficiais e superpostos. A leitura da arquitetura moderna é para evitar toda superposição decorativa e fazer dos próprios elementos essenciais a uma habitação, os motivos de beleza arquitetônica. É a composição dos volumes (aposentos), a distribuição das superfícies (paredes), das aberturas (janelas, portas), e o caráter do material, que originando a forma e o jogo da luz, são os motivos legítimos de beleza arquitetônica”. (Andrade, *Diário Nacional*. Rio de Janeiro. 17 jun. 1928.)

O comentário de Mário de Andrade acima transcrito pode perfeitamente ser emprestado à obra de Penteado.

CAMPINAS -- SEXTA-FEIRA, 12 DE OUTUBRO DE 1934

UMA ELEGANTE E MODERNA RESIDENCIA INAUGURADA HONTEM, A RUA CEL. SILVA TELLES N.º 165

— A moderna e agradável residencia da rua Cel. Silva Telles n. 165 —

Uma elegante e moderna residencia foi inaugurada hontem, á rua Cel. Silva Telles n. 165. Esse predio foi construido sob a direcção do dr. Mario Pentead, engenheiro-arquitecto, que o habitará.

É um predio de estylo moderno, que obedece á tendencia erradamento chamada de futurista. Foi constituido sob uma orientação eminentemente racional, logica, que visou, aproveitando e economizando o espaço, dotar o predio do maximo do conforto.

Além, uma preocupação constante de evitar o superfluo se mostra nos minimos detalhes da residencia.

Não poderemos exprimir aqui a impressão exacta que recebemos da visita ao predio em apreço, porque seria necessario um conhecimento profundo da moderna tendencia architectonica.

Através destas rapidas notas, procuraremos dar ao leitor uma ideia geral de que seja o bello predio que visitamos. Porque, a impressão nitida e perfeita só poderia ser proporcionada por uma visita.

O EXTERIOR

O "cliche" que illustra estas linhas melhor do que as nossas palavras, mostra o que seja o aspecto exterior da encantadora residencia. É em linhas rectas, predominando o "estilo" vertical. O revestimento exterior, rustico, é prateado. Os belcos, contrastando magnificamente, foram pintados de encarnado.

Rodeia o predio um moderno jardim, que ostenta plantas rusticas, principalmente grande variedade de "cactus".

UM INTERESSANTE PROCESSO DE IMPERMEABILIZAÇÃO

A casa, situada em terreno de forma rectangular, foi feita em tres lages. A primeira é impermeabilizada, para evitar a humidade por capillaridade.

A segunda, serve de tecto ao andar terreo e de piso para o primeiro pavimento. A terceira lage serve de terraço superior.

Essa lage foi feita com especial cuidado, devido á permeabilização do concreto. Foi impermeabilizada principalmente com um preparado betuminoso, sobre o qual se collocou, com asfalto quente, placas de cortica de 2 polegadas. Ainda com asfalto quente foram collocadas sobre as placas de cortica duas membranas de feltro betuminoso. Sobrepostas ao feltro um cimento com juntas de dilatação, cheias de asfalto quente, formando quadros de mais ou menos um metro qua-

drado. Essa lage tem uma inclinação de 2 %, para saída de aguas pluvias.

Esse interessante processo de impermeabilização, muito em voga, recomenda sobremaneira a capacidade profissional do dr. Mario Pentead.

O INTERIOR

Se do exterior colhemos optima impressão, subiu do ponto a nossa admiração quando demos entrada no predio.

No vestibulo, passamos á sala de estar, de forma semi-circular, onde se abrem janelas bem largas.

A pintura, discreta e que denota um refinado bom gosto, é de um verde uniforme e opaco. O tecto tem duas alturas. A iluminação, que em todos os compartimentos é indirecta, na sala de estar parte de uma viga luminosa, collocada no rescalto formado pelas duas alturas.

Os moveis são de ego, estofados de velludo verde. Nas galerias de metal chromado notamos cortinas de palha de seda.

Separada da sala de estar por um vão recto, cujos cantos foram revestidos de ago, está a sala de jantar, de forma rectangular, em co-

modo "draise". Em todos os compartimentos, no-lhe o soalho "parqué", em 4 cores, em madeira do Pará.

A sala do jantar ainda não está mobiliada e se comunica com o "hall" por uma porta pintada de cinza, em dois tons, como aliás são as restantes.

O "hall" é revestido de massas esponjadas, formando desenhos modernos.

Ainda no andar terreo ha um "water closed", revestido de marmore preto e verde. Mais para deante, a copa, em cor azul, com revestimento imitando marmore cinza. A cozinha, igualmente revestida e pintada, tem armarios embutidos e ventilados, fogão electrico, aquecedor, etc.

A garage tem communicação directa com a copa. Finalmente, o quarto de passar roupa completa o andar terreo.

A communicação do andar terreo com o pavimento superior se faz por duas rampas de escada. A escada é em degraus de pisos brancos e espelhos pretos.

SENHORINHA

Um só de INGLEZ e DA CTYLOGRAPHIA custa pouco e vale muito. Aproveite o seu tempo estudando. Curso só para mulheres. aulas individuais. Horario a combinar.

Nessa pavimento, se vê, primeiramente, um dormitorio para solteiro, pintado de verde, communicando com um terraço semi-circular. Segue-se um dormitorio de cor prateada, para casal. O fino mobiliario que se encontra ali denota a preocupação de unir o bom gosto ao conforto. Mais adiante, um quarto de "toilette", em surpreendente cor de ouro, tendo communicação com outro terraço, de forma rectangular.

Digno de menção é o quarto de banho, revestido de marmore verde e preto, com banheiro embutido.

O segundo pavimento, que é um terraço espaçoso, abriga caixas de agua quente e fria. Finalmente, as caixas de agua se sobrepõem um ultimo terraço, que se comunica por uma escada metalica com o terraço inferior.

A INAUGURAÇÃO

A inauguração revestiu-se de simplicidade. Compareceram á bella residencia membros do Syndicato Medico, Associação dos Engenheiros, Sociedade de Medicina, e representantes da imprensa, que, em companhia dos srs. dr. Mario Pentead e José Ferreira-Pentead, visitaram-na minuciosamente.

De hoje a domingo, o predio será franqueado a visita do publico, das 14 ás 22 horas.

Resumindo, diremos que o dr. Mario Pentead, profissional de reconhecida competencia, firmou definitivamente a sua reputação de architecto intelligente e esclarecido, que acompanha de perto o movimento de renovação que se processa em sua especialidade.

Terminando, diremos ainda que estas notas, naturalmente falhas, só poderão dar ao leitor uma ideia geral da residencia da rua Cel. Silva Telles n.º 165. Uma visita proporcionará a impressão definitiva, que não deixará de ser, como a nossa, excellente.

PLISSÉS
TROUTROU
ROYAL
BOTOES
COBERTOS
BORDADOS

Figura — matéria publicada no jornal Correio Popular.
(fonte: Correio Popular, Campinas, 12 out. 1935.)

As premissas modernas eram representadas pela introdução de novas técnicas construtivas, pela utilização de um vocabulário formal renovado, sem os excessos decorativos, e pela adoção de princípios higienistas preconizados pelas normas estabelecidas pelo coetâneo Código de Construções de 1934. Fórmulas de cálculo de áreas necessárias para insolação e ventilação dos cômodos foram definidas pelo novo código, assim como a exigências de aplicação de materiais construtivos e procedimentos técnicos específicos: impermeabilização de fundações, de pisos térreos, emprego de revestimentos impermeabilizantes, como azulejos e etc.

A edificação obedecia aos novos padrões de implantação no lote, com limites de recuo e afastamentos que permitiriam um grau maior de ventilação e insolação aos cômodos internos. As aberturas externas também passavam a ser objeto de cálculos que visavam atender aos princípios higienistas.

As redes de esgoto, de distribuição de água, de eletricidade e de telefone asseguravam conforto e modificavam o modo de viver e a habitação. Os progressos tecnológicos garantiam a inserção ou ampliação da aplicação de novos materiais construtivos: o concreto armado, o emprego amplificado do ferro na caixilharia e demais elementos da construção, o uso abundante do vidro permitem que engenheiros e arquitetos possam propor novas soluções projetuais.

A distribuição espacial de caráter funcionalista se consolidava como solução projetual racionalista. O programa habitacional seguia a divisão entre três setores: íntimo, social e de serviços. A composição das fachadas não se rendia mais às noções de simetria e refletia a disposição interna dos espaços. A noção de programa funcional se impunha à de composição.

Essas mudanças consolidavam uma forma de concepção de projeto própria da modernidade. Consubstanciando essas alterações e inovações, a “casa do navio” era, para Campinas, a representante moderna no campo da arquitetura. Localizada na confluência da rua Silva Telles com rua Santa Cruz, ela apresentava um jogo volumétrico assimétrico interessante que tirou partido da situação de esquina, criando um terraço semicircular sobre a sala com vista privilegiada. O terreno de aproximadamente 330m² situado na convergência das duas ruas possibilitou uma boa visibilidade da edificação no seu todo. A linguagem plástica asséptica anunciava o vanguardismo. Elementos de construção como guarda-corpos tubulares, caixilhos de ferro em forma de escotilhas numa clara alusão náutica, e o próprio

revestimento externo em mica tornavam a edificação um ponto marcante na paisagem urbana ainda pouco ocupada do bairro. Curiosamente, até o nome da rua (Santa Cruz) traz à memória a construção da primeira casa modernista de São Paulo de Warchavchik (1927-28).

A casa de proporções modestas ocupava 123,00m² do lote para uma área total construída de 207,30m² estava implantada obedecendo aos recuos prescritos no novo Código de Construções de 1934 que estava em sintonia com as proposições do Plano de Melhoramentos Urbanos.

Todos os detalhes da obra foram estudados, desde a paginação abstrata no calçamento da rua em mosaico português, o jardim com plantas tropicais, as luminárias desenvolvidas por Warchavchik, o piso de granilite da escada, o revestimento interno das paredes formando na argamassa desenhos geométricos, o mobiliário moderno de cadeiras da Bauhaus (vide fotos no terraço onde estão expostas várias cadeiras modernas, inclusive o modelo de Mart Stam de 1926 - Bauhaus), até a presença do automóvel que foi incorporada tanto nas fotos como nas plantas para completar o quadro do “todo moderno e cosmopolita”. Pode-se dizer que imperava a concepção moderna de projeto unificado, da laje-terraço ao mobiliário e ao paisagismo de ares tropicalizados.

Figura – Projeto original da residência José Ferreira Penteadó, (P nº2), Penteadó - 1934.
(Fonte: Centro de Áudio-visual CAV- CEATEC – PUC-Campinas)

Figura – Laje-terraço e mobiliário moderno, cadeira Mart Stan, design 1928.
(Fonte: CAV- CEATEC – PUCC)

Figura – Jardim e piso de mosaico português com desenhos geométricos vistos da laje-terraço.
(Fonte: CAV- CEATEC – PUCC)

Figura – Efeito brilhante do revestimento de mica sob luzes noturnas.
(Fonte: CAV- CEATEC – PUCC)

Figura – Detalhe da discreta entrada principal marcada pela laje em balanço, pelos desníveis de piso, pela porta de ferro e vidro trabalhada com desenhos geométricos, luminária de Warchavchik e cadeira moderna de aço tubular.
(Fonte: CAV- CEATEC – PUCC)

A composição das fachadas seguindo a distribuição e organização funcional dos espaços internos e adotando uma linguagem estética de linhas geométricas desprovida dos excessos de ornamentação contribuía para assegurar o caráter moderno da obra.

A entrada da residência é marcada pelo desnível sutil de piso, por uma discreta laje em balanço que protege a porta principal de ferro e vidro com motivos geométricos, que dá acesso ao vestíbulo de distribuição dos ambientes. Os setores social e de serviços estão situados no térreo e o íntimo no pavimento superior. Os ambientes sociais estão voltados para as ruas que margeiam o lote e o de serviços localizados ao fundo. Trata-se de uma planta compartimentada vinculada ao sistema construtivo de alvenaria estrutural, os cômodos superiores ficam justapostos aos do pavimento inferior. Ainda que a cobertura fosse uma laje-terraço, os espaços internos foram divididos segundo as possibilidades que a alvenaria estrutural oferecia. A divisão compartimentada do programa não promovia a ideia cara às vanguardas modernas de espaço contínuo, no entanto outras premissas modernas estavam muito bem representadas nessa exemplar residência.

As associações de imagens de ícones modernos – automóveis, transatlânticos, arquitetura e etc - são exploradas com o objetivo de veicular essa ideia de modernidade para seduzir o público, de consumidores de mercadorias, de clientes de um escritório de engenharia, ou até mesmo a própria população de uma cidade. Nesse sentido, parece bastante pertinente confrontar a relação estabelecida pelos anúncios publicitários da época entre produtos comerciais e, por exemplo, a arquitetura. As estratégias da publicidade, uma atividade profissional específica da modernidade, são empregadas nos mais variados campos de atividade profissional⁵. E, por outro lado, é interessante observar como a própria publicidade se vale de imagens dos mais variados campos para associar determinados produtos a atividades e comportamentos instituídos ou característicos dos tempos modernos. Exemplos dessas associações entre ícones modernos e produtos comerciais ocorrem em profusão: propagandas de automóveis e arquitetura; astros de cinema e cigarros, bebidas e festas dançantes, aviões e lazer de massas, mobiliário e conforto, moda e lazer, etc.

Vivia-se o momento da exaustiva veiculação de imagens caras à modernidade. Inserido nesse contexto da época, Penteado não só introduziu na representação gráfica de seu

⁵ Relembrar as estratégias do urbanista Anhaia Mello no processo de convencimento dos cidadãos ao necessário engajamento da sociedade em relação à modernização urbanística, à adequação do espaço urbano aos novos padrões de vida. É bastante significativo o emprego, por parte do urbanista, da expressão “*Sell the idea*”.

projeto a imagem do automóvel do ano, como também, na seleção de fotos da casa, incluiu o próprio automóvel “último tipo” Ford V-8, 1934.

Figura – Importante presença do automóvel “último tipo” compõe a imagem de modernidade que o arquiteto anuncia com a construção de sua primeira obra.
(Fonte: CAV-CEATEC – PUCC)

Modern Comfort and Modern Beauty

One of the most important features of the New Ford V-8 for 1935 is its remarkable riding comfort—especially in the back seat. This is achieved by fundamental changes in weight distribution, new seat position, and longer springs of unusual flexibility. You ride forward, toward the center of the car—center poised between the springs. This gives rear-seat passengers the comfort of a “front-seat ride” and makes every road a smoother road. . . . There’s increased leg room, body room and luggage room and the front seats are 4 to 5½ inches wider. . . . New and modern also are the distinctive lines and colors of the New Ford V-8 and the luxurious upholstery and appointments of the De Luxe body types. . . . The all-steel bodies are equipped with Safety Glass throughout at no additional cost. . . . Ease of steering, new cam-pressure clutch, improved quick-stopping brakes, and the dependable, economical performance of the V-8 engine are additional reasons why it is such a satisfactory choice for the woman motorist. . . . The New Ford V-8 for 1935 is modern in every detail.

Ford, 1934

The Modern Car With The V-8 Engine

You will have a feeling that you are driving a truly fine car when you drive the 1936 Ford. And you are! For today’s Ford is a fine car in everything but the price. It is modern in line and style and appointment. . . . Comfortable and roomy. . . . An unusually safe car to drive because of ease of handling, welded steel body, Safety Glass throughout (at no extra cost), and sure, dependable, quick-stopping brakes. . . . And it has a modern V-8 engine. . . . You will find that this makes quite a difference in driving enjoyment—it is smoother, quieter and more responsive, with a comforting reserve of power. There is something thrilling, too, about the way a V-8 helps you to step out ahead at traffic lights. . . . It is never any effort to drive a Ford—that is why it is so kind to your nerves and disposition. Two new features for 1936 are easier steering and easier gear shifting.

FORD V-8 FOR 1936

\$15 a month, with special down-payment, buys any new Ford V-8 car on U.C.C. 1% PER CENT PER MONTH FINANCE PLAN

Ford, 1936

Figura – Imagens publicitárias de automóveis associadas à arquitetura moderna.
(Fonte: *All-American Ads 30’s.*)

Interessa também relevar o registro realizado pela máquina fotográfica ao flagrar a presença de uma carroça que transitava na via pública, ao fundo da imagem da casa do navio. Essa imagem documenta de maneira clara o processo ainda incipiente de modernização da cidade: de um lado, a arquitetura inovadora da casa, implantada num bairro de ocupação renovada, e do outro, o veículo de transporte tecnicamente ultrapassado, representação do passado rural já superado pela industrialização econômica da cidade.

Figura – O jogo volumétrico assimétrico da edificação aproveita a situação privilegiada que o lote de esquina oferece. O bairro ainda pouco ocupado será o lócus escolhido pela burguesia local. O jardim recém-plantado é composto por plantas tropicais. Ao fundo, a imagem de uma carroça atrelada ao cavalo se contrapõe à modernidade da moradia.

(Fonte: CAV- CEATEC – PUCC)

A exposição de variadas cadeiras modernas de tubo metálico no alto da laje-terraço evidencia a preocupação do arquiteto em elaborar um projeto moderno no todo: o mobiliário também reflete a ânsia em apresentar ao público um modo de habitar renovado: sobre o telhado que é também terraço-mirante, descortina-se a paisagem do bairro, e ali, posicionado confortavelmente nas cadeiras ergonômicas e de *design* revolucionário da Escola Bauhaus, o morador poderia vivenciar essa experiência moderna fascinante.

A casa de Penteado é um marco arquitetônico que inaugura o processo, em elaboração, de modernização urbanística de Campinas, favorecendo a construção da nova imagem moderna de cidade.

Edifício Santana: o primeiro arranha-céu de Campinas

Figura – Edifício Santana, projeto e construção do escritório técnico Gouvea & Cunha (L n° 182) - 1936.
(Fonte: Museu da Imagem e do Som de Campinas - MIS)

O edifício Santana, construído em Campinas, em 1936, iniciou o processo de verticalização da cidade. Situada em uma das principais áreas de comércio da cidade - rua Barão de Jaguará esquina com rua César Bierrenbach -, a construção de apenas seis pavimentos foi à época laureada publicamente com o título de primeiro arranha-céu de Campinas, expressão cunhada até nos documentos oficiais⁶ da prefeitura municipal. Trata-se da primeira construção da cidade a romper com o padrão de três pavimentos; dessa forma, sua imagem estava associada aos prodígios tecnológicos verticalizados das grandes metrópoles. Seu programa funcional dedicado exclusivamente ao uso comercial era mais um aspecto da instituição da modernidade na cidade. O Santana rapidamente tornou-se um valioso ícone no processo de construção imagética da cidade moderna.

Arranha-céus: ícones modernos

O termo arranha-céu, tradução de *skyscraper*, difundiu-se a partir da Escola de Chicago, no final do século XIX e princípios do XX, como sinônimo de edificação de grande porte de altura. A construção desses edifícios de grande número de pavimentos foi possibilitada pelos avanços tecnológicos que liberavam as alvenarias da estrutura por meio das ossaturas de concreto armado ou de ferro pré-fabricado e pela disseminação do elevador, que fora inventado, em 1852, por Elisha Otis e aperfeiçoado, em 1880, por W. Von Siemens. Durante a década de 1920, essa nova tipologia arquitetônica, difundida, sobretudo pela Escola de Chicago, caracterizava simbolicamente o progresso industrial das grandes cidades. O arranha-céu tornou-se símbolo por excelência da modernidade. A pujança econômica e os avanços tecnológicos da indústria da construção civil identificavam-se com a nova tipologia da arquitetura verticalizada produzida pela latente potência mundial dos Estados Unidos da América.

Em 1931, é inaugurado o emblemático *Empire State Building*, em Nova York, com 102 andares e 381 metros de altura. Ironicamente, no auge da depressão de 1929, o *Empire State* representava o ápice da modernidade progressista norte-americana. Por mais de quarenta anos ostentou o título de maior edifício do mundo. Sua arquitetura serviu de inspiração para edificações em diversas localidades, inclusive para o projeto do edifício Altino Arantes (Banespa), em São Paulo, construído entre as décadas de 1930 e 1940.

⁶ “Registrou-se neste exercício a construção pelo engº Lix da Cunha do 1º arranha-céu da cidade. (edifício de concreto armado ainda com 8 pavimentos).” (Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1936, 1939, p.53)

Figura – Imagens publicitárias referentes ao *Empire State* – 1930 (comercialização imobiliária dos escritórios / propaganda da marca dos elevadores que serviam à edificação mais alta do mundo).
(Fonte: *All-American Ads 30's.*)

Figura – Cinema e arquitetura, uma associação imagética de modernidade.
Cartaz publicitário do filme *King Kong* – 1931
(Fonte: WWW.interfilms.com. Acesso em 05 jun. 2010)

Os primeiros arranha-céus do Brasil: Edifício Martinelli e Edifício A Noite

Os primeiros sinais da tipologia do arranha-céu no Brasil surgiram no final da década de 1920: quase simultaneamente dois edifícios de mais de cem metros de altura são construídos nas principais cidades do país: Rio de Janeiro e São Paulo. Nesta última, o imigrante italiano Guiseppe Martinelli assumiu a grande empresa de construir o mais alto prédio da capital paulista, preliminarmente com 14 andares, com a possibilidade de um aumento de mais quatro. O projeto foi iniciado em 1924 e concluído em 1929; o prédio com seus 105,65 metros de altura simbolizava a ascensão do imigrante pobre.

Em 1928, Martinelli decidiu aumentar o número de pavimentos para vinte, sendo uma nova planta desenvolvida pelo engenheiro José Freitas, formado na Politécnica de São Paulo. A partir dessa alteração de projeto, uma polêmica envolvendo os calculistas - os engenheiros Raul Silveira Simões e José de Campos Amaral - é tornada pública: eles se eximem da responsabilidade pela construção do prédio uma vez que os cálculos para a estrutura de concreto teriam sido realizados por eles para no máximo 18 andares. O prédio foi embargado temporariamente até que um novo projeto fosse aprovado, no entanto o prefeito José Pires, do Rio de Janeiro, atropelou os trâmites legais e interveio em favor da continuidade da construção do edifício, pois politicamente era interessante que São Paulo tivesse um arranha-céu. O então diretor de obras da Prefeitura de São Paulo, Arthur Saboya, nomeou uma comissão composta por dois engenheiros e um perito indicado por Martinelli para realizar uma inspeção na obra com o objetivo de averiguar se estruturalmente o prédio oferecia algum perigo. Afora todas as controvérsias, o prédio Martinelli foi concluído em 1929, com vinte e cinco pavimentos e 105,65 metros de altura. Com uma linguagem estética eclética, o edifício tornava-se um cartão postal da cidade, ostentando o título de prédio mais alto do mundo construído em concreto armado. No seu programa de uso multifuncional, estava incluída a existência de apartamentos residenciais (247), cinema, restaurantes, salões de chá, cassinos, *night clubs*, barbearias, escritórios (960), um hotel e lojas no térreo. O edifício era servido por telefones automáticos e doze elevadores importados da Suíça⁷.

Enquanto São Paulo exibia seu cartão de visitas, os cariocas se orgulhavam do prédio A Noite, projeto dos engenheiros Joseph Gire e Elisiário da Cunha Bahiana. A Noite foi construído também com a técnica do concreto armado pela firma Gusmão, Dourado &

⁷ Mais dados sobre o edifício, como área construída, por exemplo, vide: (Homem, 1984, p. 87)

Baldassini Ltda entre 1928 e 1929. Uma massa vertical de 22 pavimentos com 102,80 metros de altura era o primeiro arranha-céu da capital do país. Ignorando o Martinelli, uma publicação carioca de 1929 reivindicava para o prédio A Noite o título de maior edifício em concreto armado do mundo. Como comenta a historiadora M. Cecília N. Homem: *“E assim, São Paulo tinha agora do que se orgulhar. Podia fazer frente ao Rio, favorecido pelas belezas naturais e pelos monumentos coloniais e neoclássicos do tempo do Império. Podia até rivalizar com Buenos Aires, muito maior, mais rica e culta, metrópole por excelência da América do Sul, a qual, no entanto, só teria seu primeiro arranha-céu em 1935, o Edifício Kavanagh, com vinte e seis andares e, por ironia, considerado o mais alto do mundo pelos argentinos.”* (Homem, 1984, p.103)

Disputas em torno dessa questão parecem ser relevantes quando se tratava da imagem progressista que as grandes cidades almejavam. A construção de prédios altos, portanto, interessava também ao poder público, como pode ser constatado no caso paulista.

A questão dos arranha-céus despertava o interesse público nesse primeiro quartel do século XX, chegando inclusive a ser tema de matéria⁸ publicada em três edições dominicais do jornal carioca *O País*, em julho de 1928, quando quatro escritórios proeminentes de engenharia da capital são indagados a respeito do assunto: seis perguntas⁹ sobre o tema dos arranha-céus foram formuladas aos seguintes profissionais: Lúcio Costa¹⁰, Cortez & Bruhns¹¹ e Joseph Gire¹², Preston e Curtis, Cypriano de Lemos¹³ e Archimedes Memória¹⁴.

⁸ Sobre o tema vide (Leonídio, 2007, p.40).

⁹ As seis perguntas foram: 1. Como justifica a existência do arranha-céu?; 2. Acredita que o arranha-céu tende a se fixar nas grandes capitais?; 3. Julga o arranha-céu susceptível de receber novas manifestações arquitetônicas?; 4. Qual o processo de construção que convém ao arranha-céu?; 5. Em que estilo deve ser tratado o arranha-céu?; 6. Acha o arranha-céu compatível com o nosso ambiente? (LEONÍDIO, 2007, p.40)

¹⁰ Lúcio Costa até a data da entrevista não havia sido nomeado para dirigir a Escola Nacional de Belas Artes, o que só ocorreria em 1930. Sua produção arquitetônica era nesse momento vinculada ao movimento neocolonial. Sobre a primeira pergunta, assinalou que fatalmente todas as grandes cidades modernas teriam que aceitar esse partido de construção.

¹¹ Angelo Bruhns presidiu o IAB no biênio 1932-33. Foi responsável juntamente com José Cortez pelo projeto do Instituto da Educação, edificação neocolonial de 1928.

¹² Joseph Gire foi responsável juntamente com Elisiário da Cunha Bahiana pelo projeto do edifício A Noite.

¹³ Cypriano de Lemos presidiu o IAB no biênio 1928-29.

¹⁴ Archimedes Memória possuía um dos escritórios mais importantes da capital, professor da cátedra de Composição de Arquitetura desde 1921 para as turmas do 4º, 5º e 6º ano do curso especial de arquitetura. Foi nomeado para dirigir a ENBA após a curta gestão de Lúcio Costa, ex-aluno e estagiário de seu escritório em 1922.

O tema ganhava destaque, sobretudo considerando o impacto que a construção do edifício A Noite, concluído no início dos anos 30, já provocava. A utilização da tecnologia do concreto armado nas edificações pode ser considerada como marco do início da verticalização no centro do Rio de Janeiro. Situado na Praça Mauá nº7, o edifício se destacava pela massa vertical com seus 24 pavimentos e 102,50 metros de altura.

O tema da verticalização despertava interesse generalizado não apenas nas duas capitais mais importantes do país, mas também em Campinas, que, em 1936, desejando equiparar-se às grandes cidades progressistas, festejou a construção de seu modesto arranha-céu de concreto armado. Pode parecer inapropriada a denominação de arranha-céu para uma edificação de somente seis pavimentos, mas, sob um olhar mais acurado, desvela-se um contexto no qual o edifício Santana inaugurava um processo de modernização do espaço urbano, que já vinha sendo delineado por meio da implantação do plano de urbanismo de Prestes Maia e da consolidação de uma nova imagem de cidade desvinculada da tradição agrária: uma cidade que se industrializava.

Como já comentado, uma das ferramentas técnicas necessárias para implantação do plano era a elaboração, em 1934, de um código de obras para Campinas, que ficou a cargo de uma comissão formada por quatro engenheiros: Perseu Leite de Barros, único representante do poder público, Carlos W. Stevenson, Hoche Néger Segurado e Lix da Cunha. Os dois últimos seriam pelos anos seguintes os responsáveis pelos escritórios¹⁵ de engenharia mais operosos da cidade, sendo o escritório de Lix da Cunha responsável pelo projeto e construção do edifício Santana. Lix mantinha também em São Paulo um escritório de engenharia, ambos em sociedade com o engenheiro mecânico Antonio Gouvêa. O pavimento térreo e a sobreloja do edifício Santana haviam sido projetados inicialmente pelo colega Segurado e posteriormente foram alterados pelo engenheiro Lix da Cunha.

Lix da Cunha e Segurado partilharam um caminho profissional similar; o primeiro, formado em 1918, nos Estados Unidos da América, e o segundo, formado em 1919, na Escola Politécnica de São Paulo. Em 1922, os dois engenheiros foram trabalhar na capital Rio de Janeiro, ficaram hospedados na mesma pensão com suas respectivas esposas. Lix da Cunha trabalhava no departamento de engenharia da empresa *Standard Oil Company* e Segurado

¹⁵ Escritório de engenharia Hoche Néger Segurado situado à rua Barreto Leme, 1049. Escritório Técnico de engenharia Gouvea & Cunha situado à rua Gal Osório, 981, em Campinas e à rua Líbero Badaró, 51, em São Paulo.

para a construtora Monteiro & Aranha, empresa que também atuava em São Paulo¹⁶. Os recém-formados engenheiros puderam vivenciar um mundo mais cosmopolita, diverso da provinciana Campinas para a qual retornariam e prosseguiriam suas carreiras bem sucedidas, implantando com saber acadêmico e técnico diferenciado e já alguma experiência profissional escritórios de engenharia que seriam os responsáveis pela modernização do padrão arquitetônico da cidade.

A partir da entrada em vigor do Código de Construções, as novas edificações erigidas na cidade passaram a obedecer aos novos padrões impostos pelo código, que sinalizava para a verticalização acanhada da área central de Campinas. Nas ruas centrais estipuladas pelo código, todos os prédios novos ou sujeitos a reformas deveriam conter no mínimo dois pavimentos. *“Artigo 343º - Nenhum prédio poderá ser construído, reconstruído ou reformado, sem ter, no mínimo, dois pavimentos, nas ruas e praças abaixo especificadas”.* (Código de Construções, 1935, p. 106)

Induzindo a uma verticalização modesta na zona central da cidade, o artigo 223º estabelecia o limite de altura para os prédios no alinhamento em proporção à largura das ruas:

Largura da rua (m)	Altura do prédio (m)	
9 metros	2 vezes a largura da rua	18 metros
Entre 9 e 12 metros	2,5 vezes a largura da rua	22,50 a 30
Acima de 12 metros	3 vezes a largura da rua	36 metros

(Fonte: Dados obtidos do artigo 223º do Código de Construções de 1935, p.75)

Para as demais zonas, ficou estabelecido o limite máximo de altura de uma vez e meia a largura da rua.

¹⁶ Foi encontrado no acervo do escritório de Segurado, cópias heliográficas de projeto residencial do cliente do escritório técnico Monteiro & Aranha, dr. A. Castro Prado. Como integrante do escritório, Segurado trabalhou no projeto dessa residência a ser construída na avenida Angélica, em São Paulo, entre março e abril de 1923, como constam nos desenhos encontrados. Alberto Monteiro de Carvalho e Olavo Egídio de Souza Aranha Junior eram engenheiros civis e arquitetos, diplomados na Politécnica de São Paulo, em 1909 e 1910. Como relata Malta Campos, *“Haviam se associado a Roberto Simonsen na pavimentação de Santos e trabalhado em sua Companhia Construtora de Santos até 1919, quando formaram a empreiteira contratada para calçar São Paulo, embrião de um dos maiores grupos empresariais do país. (...) Em 1923, o prefeito Firmino Pinto contratou a firma Monteiro & Aranha para asfaltar 100 mil metros quadrados de logradouros públicos.”* (Campos, 2002, p.63-64) A contratação pela prefeitura de São Paulo foi realizada sem concorrência pública ocasionando o “escândalo do asfaltamento”.

As regras para definição de altura das edificações de Campinas são as mesmas estabelecidas em São Paulo pelo Código Arthur Saboya, de 1929.

“Art. 118 – Nos edifícios construídos no alinhamento das vias públicas da zona Central, a altura será:

- a) no mínimo, de cinco metros;*
- b) no máximo, de duas vezes a largura da rua, quando esta for de menos de nove metros;*
- c) de duas vezes e meia, quando a largura da rua for de nove a doze metros;*
- d) de três vezes, quando a largura da rua for de mais de doze metros”.*

Art. 119 – Fora dessa zona, a altura dos edifícios construídos no alinhamento da via pública, será no mínimo, de três metros, sob condição de não servirem para habitação.

Art. 120 – Fora dessa zona a altura dos edifícios construídos no alinhamento das vias públicas será, no máximo, de uma vez e meia a largura da rua.” (Código Arthur Saboya, 1930, p.48)

Ambos os códigos apontam para uma solução que liberava a verticalização da zona central, ainda que de forma moderada. O Código de Saboya coordenava as leis que o precederam, a Lei nº2332, de 1920, e a Lei nº2611, de 1923. A primeira estabelecia um padrão municipal para as construções particulares e, inclusive, estipulava as alturas máximas para edificações segundo uma relação com a largura das vias públicas, e a segunda determinava regras de arruamento, de classificação de vias e de definição de suas larguras e apresentava também uma tentativa de zoneamento, baseada no *Building Code* de Nova York. (Somekh, 1997, p.77)

Embora se possa dizer que o processo de verticalização de São Paulo começou por volta da década de 1920, para a construção do edifício Martinelli - o primeiro arranha-céu da cidade, o proprietário teve que negociar com a municipalidade utilizando como precedente a aprovação do projeto do edifício Sampaio Moreira, construído em 1924, com 50 metros de altura. O engenheiro Christiano Stockler das Neves, autor do projeto Sampaio Moreira, conseguiu a aprovação da edificação junto ao Diretor de Obras da Prefeitura, Victor da Silva Freire, abrindo precedente para construções acima do limite imposto pela Lei vigente de nº2332.

Empregando como modelo o Código de Saboya, os engenheiros de Campinas estabeleceram um padrão municipal de construção que permitia, além da viabilização da implementação do plano de urbanismo, o início do processo de verticalização comedida da região central da cidade. O edifício Santana, à época denominado Palacete Sant'Anna, inaugurou a trajetória de modernização da paisagem urbana campineira.

Campinas estava sendo redesenhada a partir das demandas de outra estrutura econômica, da participação de novos atores políticos no jogo do poder e de mudanças sociais que estabeleciam novos padrões de convívio e de fruição do espaço urbano. Os planos de urbanismo e as figuras míticas dos arranha-céus são por excelência a expressão da modernidade de uma cidade industrial na qual Campinas havia se transformado.

Nesse sentido, é possível compreender porque um edifício de apenas seis andares seria considerado um arranha-céu, louvado pela população e pelo poder público. Sua existência na paisagem campineira vem consolidar uma imagem de modernidade sintonizada inclusive com o ideário estabelecido na esfera federal pelo governo de Vargas, que, repleto de jargões, exaltava o Brasil, país do futuro: moderno, progressista e industrializado.

O edifício Santana torna-se um cartão postal da cidade, figurando nas propagandas comerciais ou institucionais. O filme realizado pela Prefeitura, em 1936, para comemorar o centenário de Carlos Gomes é revelador: na busca por uma visão panorâmica da cidade, a câmera se detém por longo período à frente do Santana (onze segundos) e de outros poucos edifícios também modernos, como, por exemplo, a casa projetada por Mario Penteado, em 1934 (oito segundos).

Portar como endereço comercial o Santana atribuía ao profissional ou ao negócio um *status* de vanguarda e modernidade. A loja de Chapéus Cury, uma das mais prestigiosas indústrias do estado de São Paulo, ocupava o térreo do edifício. No jornal Correio Popular, de 4 de agosto de 1936, um anúncio da chapelaria Cury demonstra o quão oportuno era essa associação. Abaixo desse mesmo anúncio, um dentista participava seu consultório no mesmo prestigiado endereço.

Figura – Propagandas vinculadas à imagem moderna do edifício Santana.
(Fonte: *Correio Popular*, Campinas 04 ago. 1936.)

Figura - Propaganda comercial publicada no jornal *Correio Popular*, com imagem do edifício Santana à direita.
(Fonte: *Correio Popular*, Campinas, 03 set. 1939)

A publicidade, ferramenta fundamental da modernidade, é amplamente empregada na sedução e convencimento das massas não só para venda de mercadorias como também de ideias e conceitos. Esse recurso foi bastante aplicado no processo de modernização urbana de Campinas: de um lado, a associação de imagens de certos objetos - automóveis, aviões, transatlânticos e arranha-céus - com o conceito de moderno, e, por outro lado, por meio de uma estratégia de persuasão pública para conquistar a adesão da sociedade na realização do projeto urbanístico.

Envolvidos na elaboração do plano de urbanismo, os engenheiros Prestes Maia e Anhaia Melo insistiram nessa prática, emprestando inclusive expressões específicas do *marketing* empresarial, como, por exemplo, fazia Anhaia Melo em suas dissertações a respeito de urbanismo¹⁷: *“Selling city planning – é o título de uma contribuição de Carl Hunt ao Congresso de urbanismo da Florida, de 1926. E a propaganda para a venda ao grande publico dessa mercadoria de escol que é o urbanismo, necessidade premente e inadiável da vida moderna, é feita por todos os meios, pela imprensa, pela tribuna, revistas, cartazes, folhetos, sermões, exposições, cinema, radio, e pelo contacto pessoal principalmente, como estou fazendo aqui.”*(Mello, 1929, p.18)

A adesão e a necessidade de engajamento da sociedade em relação à implantação do plano parecem ser condicionantes de sucesso para a realização da grande empreitada. Não só foi divulgado um discurso de convencimento como também foi montada toda uma estrutura para sua veiculação, por meio da criação de comissões cívicas e de fundação de entidades, grêmios e associações profissionais também envolvidas no projeto de modernização espacial da cidade, como já foi analisado no capítulo anterior.

A estratégia de convencimento para legitimação do grande projeto modernizador valia-se da publicidade em torno do emprego da própria palavra moderno, da associação do conceito de modernidade a certas imagens, objetos ou atividades e também da linguagem plástica modernizada da arquitetura.

O importante é ser moderno

A própria palavra moderno, comenta Sevcenko, *“adquire conotações simbólicas que vão do exótico ao mágico, passando pelo revolucionário. Assim como os talismãs são objetos-fetiches, assim também a palavra moderno se torna algo como uma palavra-fetiche que, quando agregada a um objeto, o introduz num universo de evocações e reverberações prodigiosas, muito para além e para acima do cotidiano de homens e mulheres. (...) Não há limite para o seu uso e, embora na sua raiz ela comporte um mero registro temporal, na semântica publicitária ela capitaliza as melhores energias da imaginação e se traduz, por si só, no mais sólido predicado ético em meio à vasta expectativa por uma vida melhor.”* (1992, p. 227-228, grifo nosso)

¹⁷ “Em matéria de urbanismo, para Anhaia Mello, o segredo não era a alma do negócio, mas, sim, a ampla publicidade, “porque ninguém tem mais direito de conhecer antecipadamente os detalhes do negócio do que o capitalista, que é o público.” (Somekh, 1997, p.45)

A construção do Prédio Santana

Em 1929, o terreno onde foi construído o edifício Santana pelo escritório técnico de engenharia Gouvea & Cunha para o cliente Severiano do Amaral Campos, já havia sido objeto de estudo para um projeto também comercial realizado pelo engenheiro Segurado para os proprietários originais do lote, família Souza Queiroz - Elmira de Souza Queiroz.

O projeto do escritório de Segurado de nº42 foi desenvolvido em setembro de 1929: trata-se do Palacete Souza Queiroz, uma construção em estilo eclético de dois pavimentos ocupando 1566 m². O térreo comportaria sete lojas e os dois pavimentos superiores dezessete salas comerciais cada um, mas essa edificação não foi construída, outro projeto foi desenvolvido pelo mesmo engenheiro e para o mesmo cliente, o projeto nº46, do qual só foi encontrada uma perspectiva que apresenta um edifício comercial de quatro pavimentos, já empregando a linguagem estética própria do *art déco*. Presume-se que esse segundo projeto de Segurado para o mesmo lote de esquina tenha sido construído parcialmente, isto é, somente o térreo e a sobreloja. O protocolo nº4617 de 01/08/1935, assinado pela firma Gouvea & Cunha, pede a aprovação de demolição de construção no lote onde seria então edificado o Santana. “Os abaixo assignados, engenheiros architectos, vem requerer a V. Excia mandar a Directoria de Obras e Viacção expedir o alvará para a demolição do prédio sito à rua Barão de Jaguará , 1132 e 1338, de propriedade do snr. Severiano do Amaral Campos.

Figura - Planta do projeto Palacete Souza Queiroz (S nº42), Segurado.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura - Elevação do projeto Palacete Souza Queiroz (S n°42), Segurado.
(Fonte: Arquivo particular Segurado)

As plantas do edifício Santana desenvolvidas no projeto de Lix da Cunha apresentam uma variação estética na parte térrea voltada para a rua Cesar Bierrenbach, o que indica ser essa porção da edificação remanescente do projeto de Segurado.

Figura – Perspectiva do projeto do edifício Santana, autoria de Segurado.
(Fonte: Arquivo particular Segurado)

O projeto de Gouvêa & Cunha para o cliente Severiano do Amaral Campos foi realizado em 14 de agosto de 1935; cinco dias depois, um novo protocolo fôra encaminhado à Diretoria de Obras e Viação da prefeitura requerendo sua aprovação. O alvará de construção foi expedido em 12 de setembro de 1935 e o *habite-se* foi concedido em 7 de julho de 1936.

A edificação apresentava uma solução vertical para um programa exclusivamente comercial: no térreo estão dispostas sete lojas; na sobreloja, dezoito salas comerciais, e nos cinco pavimentos superiores, seis salas por andar. O acesso aos andares superiores era possibilitado pelo uso de um elevador da marca Atlas¹⁸. O pavimento térreo e a sobreloja ocupam praticamente todo o lote: uma área três vezes maior que a ocupada pela laje do pavimento-tipo. Os cinco pavimentos superiores estão localizados na confluência da principal rua de comércio campineiro, Barão de Jaguara, com rua Cesar Bierrenbach. O pavimento da sobreloja está dividido em dezoito lojas e contém dois banheiros; os pavimentos-tipo estão divididos em seis salas comerciais acessíveis por escada e por elevador e atendidas por dois banheiros. Na cobertura encontra-se a caixa d'água. A entrada despretensiosa do edifício se encontra na rua barão de Jaguara: uma porta dupla de madeira com vidros bizotados dá acesso ao simples e funcional *hall* do elevador. As paredes externas do andar térreo foram revestidas de granito polido até a altura de 1,5 metro, uma maneira de conciliar praticidade e enobrecimento da fachada. Se o primeiro aspecto atende a um receituário pragmático e moderno, o segundo ainda está vinculado a uma postura projetual mais conservadora. Mas, aparentemente, em relação ao conjunto total da obra, prevalecem as escolhas funcionais, técnicas e econômicas, não há excessos de acabamentos: a opção foi por uma estética asséptica.

Com uma linguagem estética desprovida de ornamentações e empregando materiais de acabamento sem sofisticação, mas de qualidade, a edificação se sobressaía na paisagem pelo porte e pelo interessante jogo volumétrico proporcionado pela alternância de saliências e reentrâncias produzidas pelas sacadas. Apesar do inovador emprego da tecnologia construtiva do concreto armado, a composição da planta era rigorosamente conservadora; as paredes,

¹⁸ Elevadores Atlas – em 1918, uma pequena oficina situada em São Paulo, no bairro Canindé, é responsável pela instalação e manutenção de elevadores importados. Em 1935, a pequena oficina se transforma em indústria de produtos de alta qualidade e é criada a marca Atlas de elevadores. (www.atlas.schidler.com. Acesso em 23 jun. 2010). Sobre elevadores em São Paulo, vide também: Somekh, 1997, p.73.

ainda que não fossem estruturais, incorporam os pilares que se mantêm ocultos entre elas. A cobertura também mantém a solução tradicional de telhas de barro e estrutura de madeira.

Trata-se de uma arquitetura que mescla inovação tecnológica do sistema construtivo, adotando ainda uma composição conservadora, isto é, a estrutura de pilares e vigas de concreto fica incógnita por entre as paredes divisórias, como se não existissem.

Como se pode notar por meio do desenho reproduzido a seguir, há uma diferença estética na fachada do térreo da porção voltada para a rua Cesar Bierrenbach, que se trata evidentemente de parte da edificação existente projetada anteriormente por Segurado.

Figura - Elevação do edifício Santana (L n°182), Gouvea & Cunha.
(Fonte: Arquivo Municipal de Campinas)

Segundo o memorial descritivo apresentado à prefeitura pelo escritório de engenharia Gouvêa & Cunha, o edifício seria construído de acordo com as seguintes especificações:

- Estrutura de concreto armado (fundações, colunas, vigas e lajes);
- Paredes de alvenaria de tijolos;
- Revestimento externo: argamassa de cimento raspado;

- Cobertura: estrutura de madeira, telhas de barro tipo francesa, calhas e condutores de ferro galvanizado nº 24;
- Piso: tacos de madeira (*parquet* paulista) de peroba rosa nas salas comerciais;
Corredores e WCs: piso com ladrilhos tipo “ceramit”, paredes revestidas até altura de 1,50m de azulejos importados brancos;
- Escadas: concreto armado revestido de mármore branco nacional, balaustrada de ferro, corrimão de madeira, soleiras de mármore branco nacional;
- Portas internas: madeira cedro;
- Porta de entrada: com vidros bizotados;
- Fachada revestida de granito polido até a altura de 1,50m (granito artificial);
- Elevador Atlas: lotação para nove passageiros.

Figura - Planta do pavimento-tipo do edifício Santana (L nº182), de Gouvea & Cunha.
(Fonte: Arquivo Municipal de Campinas)

Todos os cálculos do projeto estrutural acompanham o projeto arquitetônico, ambos desenvolvidos pelo engenheiro Lix da Cunha, que cursou Rose Polytechnic Institute, Terre Haute, Indiana, USA, de 1914 a 1918, onde se diplomou engenheiro civil e arquiteto.

Por conta do projeto do edifício Santana, Lix da Cunha recebeu, em 1968, o primeiro título honorífico de doutor¹⁹ em engenharia concedido a um estrangeiro pela instituição Rose Polytechnic Institute.

¹⁹ Desde a fundação da instituição, em 1871, até esse momento, somente 32 ex-alunos tinham recebido títulos semelhantes.

Em suma, o edifício Santana, construído pelo escritório técnico de engenharia Gouvêa & Cunha sob encomenda do empresário Severiano do Amaral Campos, inaugura o processo de modernização do espaço urbano de Campinas. Com um programa funcional exclusivamente comercial e adotando uma linguagem estética que valorizava o jogo volumétrico em detrimento da aplicação de elementos decorativos ornamentais, o edifício simbolizava um ideário de modernidade vinculado ao progresso industrial que se consolidava juntamente com a implantação do plano de urbanismo.

A Exposição-Feira do Bicentenário de Campinas

A exposição-feira foi escolhida como locus especial para aclamar o tempo moderno que se inaugurava. Um erro histórico proposital, baseado em discrepâncias em relação à data de fundação da cidade – 1739 ou 1774 -, engendrou um recurso estratégico que contribuiu para a legitimação da implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos. A confusão em torno da data de fundação foi bastante conveniente nesse sentido e serviu de base para a organização do evento que apresentaria pública e oficialmente à sociedade o projeto grandioso de modernização urbana.

Os festejos tiveram início em 3 de setembro de 1939 e prolongaram-se por noventa dias. Matéria publicada nesse mesmo dia no jornal *Correio Popular*, da qual transcrevemos trecho a seguir, fornece-nos o retrato do processo de modernização em curso e o modo como era explorada a imagem de modernidade à qual se pretendia vincular: “*Campinas, uma cidade que cresce sob o dinamismo de uma administração moderna.*”

Sobre o Plano de Melhoramentos urbanos:

Bem acertada foi portanto a iniciativa dos governos da nossa cidade ,mandando estudar um plano de melhoramentos urbanos, (...). O plano elaborado pelo dr. Prestes Maia, (...) foi apresentado ao poder publico, e atravez de uma Commissão composta dos elementos mais representativos de Campinas, foi ventilado minuciosamente, sendo debatidos os seus prontos capitães e, uma vez acceito, enquadrou-se em uma legislação em vigor desde 23 de abril de 1938. (...) Assim já se acha executando grande parte dos projetos de novos traçados de vias publicas, de rectificações de alinhamentos (...). Edifícios de grandes interesses foram e estão sendo projectados. O prédio do futuro Centro de Saúde, (...) foi projetado de forma a attender amplamente a sua nobre missão, dentro dos moldes mais modernos. O edifício do Fórum que será localizado no

quarteirão 16 tem o seu projecto quase concluído, que está sendo feito pela Secretaria da Viação de Obras Publicas pelo architecto José Maria da Silva Neves.(...) Constituirá um novo passo para apresentação esthetica de nosso centro urbano. O quartel do 8º Batalhão da Força Publica cujo projecto está em vias de conclusão será construído em local escolhido (...), virá por certo atender as necessidades do Batalhão, dando-lhe o merecido conforto e virá constituir um recanto esthetico para Campinas. Estimulo às iniciativas particulares: As iniciativas particulares têm sido estimuladas pelo movimento de melhoramentos urbanos. Assim vimos se erguer o edificio Columbia, o edificio da Caixa Econômica do Estado, já iniciado, o prédio da Associação Commercial com o seu projecto concluído e em vias de execução. Dois grandes cinemas estão sendo estudados e em breve virão servir nosso publico cobrindo uma falha que há muito se tem feito notar. As construções particulares tem sido estimuladas. (...) O nosso Cambuhy se apresenta hoje com características de grande bairro residencial que poderá figurar sem favor nas grandes capitães. As construções na avenida Itapura e outros bairros tem augmentado espalhando-se assim o desenvolvimento residencial. Quanto às construcções industriais entre outras destacam-se a Industria da Swift, da Fábrica de Óleo à avenida Barão de Itapura, Emerson Moreira & Cia, (...) industrias estas que vem ampliar o nosso parque industrial já que se apresentava com um total de 176 fábricas (...) Quanto às edificações commerciais o seu padrão vem melhorando sensivelmente e o seu numero se ampliando em franco progresso. (...) Na parte central reformas e construcções novas vem dando à cidade um aspecto mais elevado concernente com seu progresso e desenvolvimento commercial. (...) Uma administração dinamica e moderna que tem sabido conduzir com segurança o progresso de Campinas. Das notas publicadas acima illustradas com eloquência dos quadros estatiscos que as acompanham, vê o leitor o que é Campinas no esplendor actual, quando vae commemorar o seu segundo centenário. É a grande cidade do hinterland magestos edificios, com as importantes fabricas que constituem o seu magnífico parque industrial, com seu commercio solido e adiantado, com as suas escolas, os seus hospitaes, as suas instituições de cultura, enfim com tudo o necessário e imprescindível a uma civitas moderna.

A ênfase moderna estava vinculada aos setores econômicos secundário e terciário, isto é, à indústria e ao comércio e à construção dos edifícios que representavam a modernidade. Pretendia-se apagar o passado rural que naquele momento imageticamente era associado ao atraso, ao que é antiquado, às ideias ultrapassadas.

A Exposição-Feira²⁰ foi promovida pela Prefeitura, responsável pela coordenação do evento e contratação de profissionais competentes para a realização do evento. O Pavilhão do Município foi uma das atrações da exposição; aproveitando a ocasião, o Plano de Melhoramentos Urbanos foi largamente divulgado por meio de plantas, perspectivas e maquete²¹, além de mapas em alto relevo do município e de fotografias de áreas diversas.

A exposição servia simbolicamente para demarcar o “nascimento” da cidade industrial e moderna. Até a ideia de realizar uma exposição-feira comemorativa estava em sintonia com o contexto de modernidade que se desejava afirmar. Enquanto, no mesmo ano, a Feira Mundial de Nova York²² intitulada “O mundo de amanhã” apresentava ao público todas as novidades do mundo moderno, em Campinas, a Feira-exposição do Bicentenário apresentava a cidade moderna, industrial e progressista que Campinas havia se transformado. Estava, pois, oficialmente, consolidada a inserção da outrora provinciana Campinas no mundo moderno. Os festejos foram inaugurados com a presença do interventor estadual e dos representantes do poder público municipal.

A publicidade em torno do evento foi maciça, mas o que mais importava era a veiculação das reformas urbanísticas.

²⁰ “Foram levadas a efeito, em 1939, significativas comemorações, com a finalidade de festejar, de maneira condigna, e, à altura da importância moral e material da cidade, passagem do bi-centenário de fundação de Campinas, comemorações essas, patrocinadas por essa prefeitura e promovidas por uma Comissão Oficial, composta de 35 membros. Tendo tido, as aludidas comemorações, larga repercussão, através de todo o Estado e dos maiores centros do Brasil, não podiam ficar – sem um registro oficial, sobre as cerimônias cívicas, culturais – desportivas e religiosas, que aqui se realizaram, com suntuosidade grandiosa. (...) Comemorando o bi-centenário da fundação da cidade, a Prefeitura promoveu, com grande sucesso, uma Exposição nos terrenos do Jockey Club. Coube a esta Diretoria (DOV) a execução do arruamento do local, escadarias de acesso ao pórtico de entrada, pavimentação, revestimento das ruas e ajardinamento, diversas vedações, etc. com uma despesa total de 26:310\$600. Por intermédio desta Diretoria, a Prefeitura concorreu com 51:722\$800 para pagamento do Pavilhão do Município, maquete do plano de urbanismo (10:000\$000); mapa do Município em alto relevo (1:50\$000); fotografia áreas diversas (4:500\$000), etc., tendo ainda sido despendida a importância de 2:771\$000, com a guarda do Pavilhão. Em total as despesas com a Exposição, nesta Diretoria, elevaram-se a 80:804\$000. O Pavilhão do Município foi uma das atrações da Exposição.” (Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas no exercício de 1939. Campinas: Casa Azul, 1940, p.24 e p.55)

²¹ A maquete foi realizada pelo artista Otavio Papais, suas dimensões eram de 4,0m por 2,50m. Seu custo foi de 10:000\$000.

²² 1939 – Nova York – *New York World’s Fair*: Tema – “O mundo de amanhã”; Área (ha) – 493; Público – 57 milhões de pessoas; Duração - de 30/04/1939 a 31/10/1939 e de 11/05/40 a 27/10/40; Custo (US\$) – 155 milhões.

Figura - Capa da Revista Oficial da Exposição- Feira do bicentenário de fundação de Campinas.
(Fonte: Revista Oficial da Exposição-Feira, 1939)

Figura – Pórtico Monumental da entrada do parque da Exposição-Feira.
(Fonte: Revista Oficial da Exposição-Feira, 1939)

Figura – Políticos presentes na abertura da Exposição do Bicentenário, em 3 de setembro de 1939, o interventor federal, Adhemar de Barros, o prefeito de São Paulo Prestes Maia e o prefeito de Campinas, Euclides Vieira.
(Fonte: Revista oficial da Exposição-Feira, 1939)

Figura – Políticos presentes na abertura da Exposição do Bicentenário, em 3 de setembro de 1939, o interventor federal, Adhemar de Barros, o prefeito de São Paulo Prestes Maia, o prefeito de Campinas, Euclides Vieira, e o Comissário Geral do evento, João Artacho Jurado.
(Fonte: Revista oficial da Exposição-Feira)

O papel das feiras mundiais como expressão da modernidade

As feiras mundiais foram instituídas para exaltar o triunfo do capitalismo e representavam uma grande vitrine do progresso técnico alcançado pela modernidade. Eram grandes eventos que duravam meses, situados em cidades consideradas epicentros da modernidade e onde milhares de expositores de muitos países exibiam produtos manufaturados, industriais e toda sorte de avanços tecnológicos. Os países menos desenvolvidos, por sua vez, eram conclamados a apresentar seus aspectos “exóticos”, como numa vitrine antropológica de povos desconhecidos. Eram investidas nas feiras cifras consideráveis para expor todo o progresso alçado pela modernidade da civilização ocidental.

O êxito do capitalismo era exibido em gigantescos pavilhões únicos, como no caso do Palácio de Cristal (Londres – 1851) e da Rotonda (Viena – 1873), ou em vários pavilhões separados. Cada exposição atraía um número crescente de visitantes nacionais e estrangeiros. Pode-se dizer, inclusive, que as exposições estão na origem da indústria turística atual e que as viagens de um dia para as massas eram estabelecidas através das Exposições Universais que atraíam um vasto contingente populacional.

A primeira exposição ocorreu em Londres em 1851 – *International Exhibition*. A partir de 1928, foi fundado o *Bureau International des Expositions* (BIE), sediado em Paris, e lá eram decidido onde e quando seriam os próximos eventos, uma prática que perdura até os dias de hoje. Essas exposições não obedecem a um ciclo regular, como, por exemplo, as olimpíadas. No período entre 1888 e 1889 foram realizadas cinco exposições em países diferentes. As cidades²³ onde eram montadas as feiras representavam os epicentros da modernidade - Londres, Paris, Chicago, Nova York e outras cidades.

²³ Lista das Exposições Universais pelo BIE (Bureau International des Expositions): 1851 – **LONDRES** (Inglaterra); 1853 – **DUBLIN** (Irlanda); 1853/54 – **NOVA YORK** (EUA); 1855 – **PARIS** (França); 1862 – **LONDRES** (Inglaterra); 1865 – **DUBLIN** (Irlanda); 1867 – **PARIS** (França); 1871 – **LONDRES** (Inglaterra); 1872 – **LONDRES** (Inglaterra); 1873 – **VIENA** (Áustria); 1873 – **LONDRES** (Inglaterra); 1874 – **LONDRES** (Inglaterra); 1876 – **FILADÉLFIA** (EUA); 1878 – **PARIS** (França); 1879/80 – **SIDNEY** (Austrália); 1880/81 – **MELBOURNE** (Austrália); 1883 – **AMSTERDAM** (Holanda); 1884/85 – **NEW ORLEANS** (EUA); 1885 – **ANTUÉRPIA** (Bélgica); 1888 – **BRUXELAS** (Bélgica); 1888 – **GLASGOW** (Irlanda); 1888 – **BARCELONA** (Espanha); 1888/89 – **MELBOURNE** (Austrália); 1889 – **PARIS** (França); 1893 – **CHICAGO** (EUA); 1894 – **ANTUÉRPIA** (Bélgica); 1894 – **SÃO FRANCISCO** (EUA); 1897 – **BRUXELAS** (Bélgica); 1900 – **PARIS** (França); 1901 – **GLASGOW** (Irlanda); 1904 – **SAINT-LOUIS** (EUA); 1905 – **LIÈGE** (Bélgica); 1906 – **MILÃO** (Itália); 1910 – **BRUXELAS** (Bélgica); 1911 – **TURIM** (Itália); 1913 – **GANT** (Bélgica); 1915 – **SAN FRANCISCO** (EUA); 1922 – **RIO DE JANEIRO** (Brasil); 1926 – **FILADÉLFIA** (EUA); 1929 – **BARCELONA** (Espanha); 1930 – **ANTUÉRPIA** (Bélgica); 1933/34 – **CHICAGO** (EUA); 1935 – **BRUXELAS** (Bélgica); 1937 – **PARIS** (França); 1939/40 – **SAN FRANCISCO** (EUA); 1939/40 – **NOVA YORK** (EUA); 1958 – **BRUXELAS** (Bélgica); 1962 – **SEATTLE** (EUA); 1964/65 – **NOVA YORK** (EUA); 1967 – **MONTREAL** (Canadá); 1968 – **SAN FRANCISCO** (EUA); 1970 – **OSAKA** (Japão); 1974 – **SPOKANE** (EUA); 1975 – **OKINAWA** (Japão); 1982 – **KNOXVILLE** (EUA); 1984 – **NEW ORLEANS** (EUA); 1985 – **TSUKUBA** (Japão); 1986 – **VANCOUVER** (Canadá); 1988 – **BRISBANE** (Austrália); 1992 – **SEVILHA** (Espanha); 1998 – **LISBOA** (Portugal); 2000 – **HANNOVER** (Alemanha).

As exposições serviam como vitrine do progresso industrial e dos avanços técnicos alcançados pelas diferentes nações, cada qual exibindo sua melhor produção científica, tecnológica ou de recursos naturais. A divisão internacional dos mercados se delineava nas exposições, onde os países exibiam suas melhores mercadorias. Elas eram um grande panorama do conhecimento desenvolvido pelo homem e de suas possíveis aplicações práticas, objetivando o comércio internacional e garantindo a crescente prosperidade dos países mais desenvolvidos.

No início do século XX, as exposições ficaram também conhecidas como Feiras Mundiais (World's Fairs), estando sempre associadas a festas e calendários nacionais e a momentos de reconciliação entre as nações. Pelo BIE foram registradas cerca de 61 exposições no período entre 1851 (Londres) e 2000 (Hannover). O interesse pelas feiras diminuiu com as crises econômicas e os conflitos mundiais. As grandes guerras mundiais contribuíram para que perdessem seu brilho e prestígio originais. Mas, em 1939, as feiras eram ainda um grande acontecimento que despertava muitos olhares.

Enquanto na Europa iniciava-se a Segunda Guerra, os Estados Unidos promoviam, no mesmo ano de 1939, duas exposições internacionais: a de Nova York e a de São Francisco²⁴. A de São Francisco durou até 1940 e tinha como tema a inauguração do aeroporto de Treasure Island e das duas pontes que ligam a ilha à cidade – Bay Bridge e Golden Gate Bridge. A de Nova York aconteceu em duas temporadas: de 30/04 a 31/10/1939 e de 11/05 a 27/10/40 e tinha como tema o Mundo de Amanhã. Suas principais atrações eram a Perisphere, que no seu interior apresentava a cidade do futuro, e Trylon, uma grande antena localizada ao lado da Perisphere, símbolo da nascente era das comunicações. Foi nessa exposição que a televisão, um aparelho recém-criado, executou a primeira transmissão ao vivo, anunciando-se como o principal meio de informação do futuro.

O Brasil participou das duas exposições de 1939. Na primeira delas, construiu um pavilhão projetado pelo norte-americano Garder Dailey: tratava-se de um volume vertical, com coroamento *art déco* e painel colorido contrastando com o corpo horizontal da fachada envidraçada. Em seu interior, uma exposição da flora brasileira, principalmente bromélias. Na segunda delas, o Pavilhão Brasileiro tornou-se um grande sucesso de público pela qualidade

²⁴ 1939 – São Francisco – *Golden Gate International Exposition*: Tema: inauguração do aeroporto *Treasure Island* e das duas pontes que ligam a ilha à cidade – *Bay Bridge* e *Golden Gate Bridge*; Duração – 11,5 meses.

de sua arquitetura. Projetado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, o pavilhão representava a consagração internacional da arquitetura moderna brasileira.

Se, do outro lado da linha do equador, a tecnologia e o progresso modernos eram festejados, em Campinas, a situação não era diferente. A transposição da lógica das feiras internacionais para a feira-exposição do bicentenário colocava a cidade em sintonia direta com os aparatos ideológicos da Modernidade.

A exposição-feira, seus organizadores, suas atrações, os pavilhões, sua arquitetura

Uma comissão de festejos²⁵ foi criada e oficializada pela Prefeitura de Campinas em 28 de fevereiro de 1939. Havia a comissão central, que dirigiu as solenidades comemorativas e mais cinco subcomissões: subcomissão de arte, encarregada da organização artística de concertos sinfônicos e espetáculos líricos; a subcomissão de ornamentação e publicidade, encarregada da publicidade de todas as festividades; a subcomissão de esportes, encarregada de organizar competições esportivas e demonstrações físicas de todos os colegiais campineiros; a subcomissão de festejos populares, encarregada de organizar espetáculos no Teatro Municipal, e, por último, a subcomissão de festejos religiosos, encarregada de organizar as cerimônias religiosas católicas.

Como parte das comemorações, foi organizado também o IV Campeonato de Jogos do Interior, foi instituído um cassino de jogos, com salão para danças e apresentação de variedades, situado no próprio recinto da exposição-feira, além da produção de um filme cinematográfico pela Garnier Film, de São Paulo, que focalizou vários detalhes das festividades e apresentou os principais aspectos urbanos considerados modernos.

Para a montagem da exposição-feira, localizada nos terrenos do Jockey Club, ocupando uma área de 100.000m², foram construídos catorze pavilhões. O comissário João

²⁵ Os membros que compunham a Comissão Oficial dos festejos estavam divididos entre: **Comissão Central:** Luiz Albino Barbosa de Oliveira, Alfredo Gomes Júlio, Joaquim de Castro Tibiriçá, Nelson Omegna e Sylvino de Godoy; **Sub-Comissão de Arte:** José Wilson Coelho de Souza, Carlos Penteado Stevenson, Reinaldo Prestes, Gabriel Porto e Passos Maia; **Sub-Comissão de Ornamentação e Publicidade:** Sylvino de Godoy, Bráulio Mendes Nogueira, Francisco Machado de Carvalho, Aluísio de Menezes Greenhalg, Antonio T. Pagano, Washington Cardoso e Francisco Soares; **Sub-Comissão de Esportes:** Edgar Ariani, Ary Rodrigues, Renesse Santos, João Marcílio, Mário Pernambuco e Antonio Boaventura da Silva; **Sub-Comissão de Festejos Populares:** Alfredo Ribeiro Nogueira, Lourenço Lunardi Gallo, Vicente Ghilardi, Francisco Ursaia e Odilon Maudonet; **Sub-Comissão de Festejos Religiosos:** Monsenhor Luiz Gonzaga de Moura, Sebastião Otranto, Monsenhor João Loschi, Cláudio Celestino Soares e Cícero de Souza Moraes.

Artacho Jurado²⁶, responsável pela organização do certame, afirmou que se tratava do maior evento já realizado no interior do estado. Artacho Jurado, profissional não diplomado, que já havia organizado a bem sucedida Feira do Centenário, em Santos, inaugurada em fevereiro do mesmo ano, recebeu o jornalista do Correio Popular no próprio parque onde faltavam ainda pequenos trabalhos a serem concluídos até a abertura da feira, para comentar o grande evento, cuja inauguração se aproximava. A entrevista foi publicada no suplemento dominical de 3 de setembro de 1939.

“É o Sr. João Artacho Jurado, conforme se pode observar junto às obras em andamento no Hypodromo Campineiro, onde se estão realizando os trabalhos de instalação da importante organização, um perfeito conhecedor de construções daquelle gênero. Technico, com larga visão sobre exposições, não é de hoje que o commissario geral da Exposição-Feira do Bi-Centenario de Campinas se emprega a effeito nesta cidade. De um, ainda recente, cuja citação somente o pode recommendar, nos lembramos. É a Exposição do Centenario da Cidade de Santos, que lhe deu credenciaes apreciáveis para o trabalho que está levando a effeito nesta cidade.”

Nessa visita do jornalista ao parque de exposição, Artacho Jurado apresentou a construção dos pavilhões, a infraestrutura fornecida pela prefeitura, inclusive com a construção do próprio pavilhão do Município, e as atividades e atrações que seriam desenvolvidas durante o evento.

Jurado projetava e comercializava estandes e demais equipamentos para a realização de feiras. Desenhava até os postes de iluminação, que estilizados lembravam cenários de filmes de Flash Gordon. É grande a semelhança entre os estandes de Santos e os de Campinas, o que nos permite supor que os estandes e demais equipamentos utilizados na feira de Campinas eram adaptações provenientes do evento de Santos, que fôra encerrado em fim de maio. Como relata o historiador Ruy Franco: *“Durante alguns anos, Jurado projetou, vendeu e comercializou seus estandes em exposições em sua cidade natal (São Paulo) e em outras do estado, como Campinas, onde , em 1939, também projetou e montou estandes para*

²⁶ João Artacho Jurado iniciou sua vida profissional como letrista, passando logo a seguir a produzir em sua própria empresa, de sociedade com o irmão, luminosos em néon, bastante apreciados na década de 1930. Em 1938, através de contatos estabelecidos com o importante empresário da construção, Roberto Simonsen, proprietário da Companhia Construtora Santista, recebeu a incumbência de organizar a Feira do Centenário de Santos. O sucesso da empreita impulsionou sua carreira, colocando-o em contato com políticos de destaque, o interventor federal em São Paulo, Adhemar de Barros. Mais informações sobre sua trajetória como organizador de exposições, vide: Franco, 2008, p.82-99.

os festejos do bicentenário daquela cidade. Mas, como Jurado era o proprietário dos estandes que construía, comumente os alugava, reformando-os ou adaptando-os a cada novo evento. Nesse cenário, graças à sua competência e à influência das recentes amizades, é incumbido da organização da Feira Industrial em São Paulo.” (2008, p. 88-89)

Franco comenta ainda a durabilidade desses equipamentos: *“Por serem ao ar livre, pois não existiam ambientes edificadas com o fim de abrigar exposições, os pavilhões eram construídos com solidez e requintes de acabamento de obras civis, isto é, eram feitos para resistir, sem infiltrações, a toda sorte de intempéries. Essas instalações eram verdadeiros edifícios urbanos.”* (2008, p.94)

A arquitetura dos pavilhões, em sintonia com o ideário moderno apresentado, guardava grande semelhança entre si: todos empregavam a linguagem estética do *art déco*, o que também permite asseverar que eram desenhados por um mesmo profissional: Artacho Jurado.

O arruamento do local, a pavimentação, o revestimento das ruas, o ajardinamento, a construção das escadarias de acesso ao pórtico de entrada e de diversas vedações foram executados pela Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal, computando o total de 26:310\$800. Os valores pagos ao comissário geral Artacho Jurado não foram mencionados no relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura durante o ano de 1939. Nesse documento, somente consta a contratação do técnico: *“O contrato para a realização da Exposição-Feira, foi concedido ao snr. João Artacho Jurado, cuja idoneidade moral e reconhecido tirocínio técnico, em empresas dêste gênero, ficaram mais uma vez provados, - na organização do citado empreendimento, que atraiu, para Campinas, a atenção da população dos mais longínquos Municípios paulistas.”* (1941, p.31)

A entrada do parque de exposição dava-se por meio de um portal monumental ladeado por um totem de iluminação feérica. Na visitação, que deveria se dar principalmente no período noturno, a iluminação era um grande espetáculo, como veiculado no jornal *Correio Popular*, de 10 de setembro de 1939:

“A iluminação do recinto, um empolgante espectáculo feérico. Como a Exposição deve ser vista mais à noite, o problema da iluminação foi dos que maior atenção exigiu. A estatística da força e luz, só para emprego no recinto, pavilhões e outras installações, é numericamente fabulosa. (...) o numero de lâmpadas ali empregadas sobe a 7 mil. (...) Ao

longo das ruas, avenidas e praças, em todo o recinto, estão collocadas centenas de columnas destinadas a receber annuncios e desenhos, tendo cada uma, na extremidade superior, cerca de 20 focos, dando a impressão de formar uma espiga luminosa e brilhante.”

A cerimônia de abertura ocorreu em 23 de setembro às 15 horas e contou com a presença do Interventor Federal, Adhemar de Barros, do Comissário Geral, João Artacho Jurado, do Prefeito Municipal de São Paulo, Francisco Prestes Maia, do Prefeito Municipal de Campinas, Euclides Vieira e demais políticos locais.

Durante a cerimônia de abertura, o prefeito em seu discurso inaugural apresentou brevemente dados históricos do município e da economia da cidade:

*Hoje, no entanto, Campinas não é mais tão somente um município agrícola, como fôra outrora. As suas indústrias passaram a primeiro plano com 52,5% da renda commercial total, a ellas cedendo o seu lugar a agricultura, que baixou a sua renda a 47,5%. **Eis a justificativa para uma exposição industrial de Campinas.** (...) Campinas já possui 191 estabelecimentos fabris, com um capital empregado de 60 mil contos por anno e dando serviço a 3.500 operarios. Não incluímos nesses números, as officinas de estradas de ferro e se incluíssemos, os algarismos seriam muito differentes. (...) Em breve resumo, como demonstração das fontes de riqueza econômica do Município, citaremos as percentagens com que concorrem a agricultura e pecuária e as industrias de Campinas, com as suas produções, considerados os dados estatísticos de 1938: Na agricultura e pecuária concorreram: o algodão com 18%, frutas diversas com 7,4%, cereaes com 6,1%, café com 4,9%, canna com 4,1%, hortaliças com 3,7% e o leite com 3,3%, attingindo um total de 47,5%. Nas industrias concorreram: perfumarias com 13,1%, cortumes com 9,8%, óleos alimenticeos com 7,4%, fiação e tecelagem com 5,7%, chapéus com 5,3%, artefactos de ferro 3,3%, bebidas com 2,2%, moveis com 1,3% , lápis com 1,1%, productos alimentícios 0,9%, diversos 1,2%, attingindo um total de 52,5% (Correio Popular, Campinas, 10 set. 1939)*

Na lista de pavilhões construídos para a feira, constavam os que representavam oficialmente a Secretaria da Agricultura, os municípios de Campinas, Amparo e de Americana; os que representavam o setor da indústria e do comércio; o das companhias ferroviárias (Mogiana e Paulista) e de telefonia, além dos espaços destinados ao lazer: bar-concerto, sorveteria, cafés, cassino e o parque de diversões com montanha-russa e demais brinquedos (autódromo, circo de anões, “chicote”, “dangle”, palácio da gargalhada, expresso de Prata, roda gigante, etc.). Uma rádio-estúdio com quinze altofalantes espelhados pelo parque dava conta da sonorização do evento.

Figura – Avenida principal do parque organizado para receber a Exposição-Feira, 1939.
(Fonte: Revista da Exposição-feira, 1939)

Figura – O grande lago localizado na avenida principal do parque, 1939.
(Fonte: Revista da Exposição-feira, 1939)

Os pavilhões da indústria e comércio eram os representantes do progresso econômico e tecnológico incontestes que a cidade perseguia. O pavilhão da prefeitura, o verdadeiro estande de vendas do plano urbanístico. A linguagem arquitetônica dos pavilhões deixava a marca indubitável do moderno – *art déco*. O funcionamento noturno da exposição, a iluminação feérica do portal de entrada, as atrações esfuziantes para todo o público - crianças, jovens, adultos e idosos -, que variavam da montanha-russa ao cassino dançante, em suma, tudo evocava o mundo moderno, onde os cidadãos eram convidados ao êxtase que só a modernidade cosmopolita podia oferecer.

Figura – Pavilhão da Indústria e Comércio, 1939.
(Fonte: Revista da Exposição-feira, 1939)

Figura – Pavilhão da Prefeitura de Campinas, 1939.
(Fonte: Revista da Exposição-feira, 1939)

Figura – perspectiva do Plano de Melhoramentos Urbanos, Pavilhão da Prefeitura de Campinas, 1939.
(Fonte: Revista da Exposição-feira, 1939)

Figura – perspectiva do Plano de Melhoramentos Urbanos, Pavilhão da Prefeitura de Campinas, 1939.
(Fonte: Revista da Exposição-feira, 1939)

Figura – Maquete do Plano de Melhoramentos Urbanos (dimensões de 4,0m x 2,0m), Pavilhão da Prefeitura de Campinas, 1939. Realização do artista Otavio Papais
(Fonte: Revista da Exposição-feira, 1939)

Figura– Matéria publicada no jornal Correio Popular evocando a Exposição-Feira.
(Fonte: *Correio Popular*, Campinas, 24 set. 1939)

9)

O próprio parque de diversões apresentava de forma reduzida toda a magia lúdica que a cidade real moderna oferece aos cidadãos. O cassino, o salão para danças, os brinquedos de velocidade e movimento, como o bate-carro e a montanha-russa, transpunham para o plano lúdico o êxtase e o frenesi da cidade real: espelhavam o corre-corre, a agitação, os barulhos (apitos de fábricas, buzinas), o alvoroço e toda sorte de emoções que só o viver urbano pode incitar.

O pavilhão municipal de Campinas serviu de estande de venda da grande mercadoria: o espaço urbano. Estava sendo vendida a ideologia de um urbanismo moderno de caráter progressista apresentado com toda pompa por meio de belos desenhos e impressionante maquete. O plano se impunha como o veículo da modernização da cidade. Enquanto no pavilhão municipal a mercadoria ‘cidade moderna’ era exposta, o cidadão podia antecipadamente desfrutar dentro do parque a vivência urbana moderna de forma reduzida, estereotipada e maquiada.

Com o sucesso da exposição, mais uma etapa desse grande projeto de modernização estava concluída. Toda a estrutura para efetivar a concretização do plano estava pronta; era o momento de partir para as obras.

Exposição *Brazil builds*

Boa parte da historiografia da arquitetura moderna brasileira faz referência à mostra “*Brazil builds*”; muitos autores atribuem à exposição um papel relevante na divulgação da arquitetura moderna brasileira no âmbito internacional; outros tantos postulam sua importância como fator de afirmação da vertente moderna sobre a acadêmica no seio das querelas que grassavam internamente nos meios culturais do país.

Pouco se comenta no campo da disciplina arquitetura as repercussões da mostra apresentada em cidades brasileiras criteriosamente selecionadas, entre elas Campinas. O empenho do poder público e de setores da elite local desvela uma teia de interesses vinculados à exposição de arquitetura, cujo alvo maior seria sua utilização como instrumento simbólico no processo de legitimação da implantação do plano de urbanismo: o Plano de Melhoramentos Urbanos. Como visto, o projeto de modernização do espaço urbano estava fundido à ideia de progresso e de desenvolvimento econômico por meio da industrialização, tendo como consequência a melhoria das condições de vida da população local. Como

comenta Azevedo, “*O plano urbanístico promoveria o aprimoramento das condições urbanas de Campinas de modo a instrumentalizá-la para o desejado desenvolvimento, ou no jargão da época, o progresso, que então identificava-se com a industrialização*”. (Badaró, 1996, p.8-9)

O processo de implantação do plano iniciou-se no final da década de 1930, após o decreto oficial de sua aprovação, em 1938. As desapropriações, as ampliações de vias públicas e a construção de novas edificações na área central da cidade estabelecidas pelo plano ocorreram de forma intensa durante toda a década de 1940.

O artigo publicado no jornal Correio Popular, em 4 de setembro de 1947, intitulado “*Plano de urbanismo monumento do futuro!*”, apresenta uma síntese dos trabalhos realizados pela prefeitura feita pelo engenheiro Eduardo Edargê Badaró, responsável pela Chefia do Serviço de Obras Particulares e Urbanismo da Diretoria de Obras e Viação.

Vale salientar que durante os nove anos corridos desde a aprovação do plano, muitas obras já haviam sido realizadas, sobretudo as situadas na região central da cidade, como relata Badaró: “*Era intenção do plano que se realizasse a parte central dentro de dez anos, aproximadamente, e o restante num espaço de mais ou menos trinta ou quarenta anos, sendo certo que um dos artigos do plano diz: Em todos os prédios e terrenos alcançados pelo plano não serão permitidas reformas e construções que contribuam para aumentar a durabilidade da obra...*”

A descrição da cidade feita pelo jornalista Danilo Glauco Pereira Villagelim, responsável pela matéria, dá o tom das mudanças que o espaço urbano vinha sofrendo: “*O povo assiste pouco a pouco, maravilhado e contente, à transformação da sua terra; ruas que são alargadas, avenidas que se abrem, prédios velhos que são demolidos e outros novos que os substituem; todos os dias a picareta, a pá e o pedreiro apontam nova paisagem presente e futura. A cidade remoja e se veste de novo. Da poeira antiga e das cinzas de outrora ressurge a bela adormecida. Nova Campinas vem surgindo aí, na ponta de cada esquina, na linha de cada rua, no monumento das novas vivendas.*”

Muito haveria ainda de ser realizado, mas a cidade já se configurava de forma diferente, e nesse sentido cumpre lembrar o papel importante que a mostra de arquitetura *Brazil builds*, apresentada em 1945, poderia desempenhar ao vincular simbolicamente a

arquitetura moderna exposta na mostra à modernização urbana proposta no plano em andamento.

No âmbito local, a vinda da mostra para Campinas, naquele preciso momento, era de interesse da elite local diretamente ligada ao processo de modernização urbana da cidade, em especial do grupo de engenheiros envolvidos nessa empresa.

Ao promover a arquitetura, a mostra consolidava a imagem prestigiosa do arquiteto, garantindo aos engenheiros civis e arquitetos o mercado de trabalho até então disputado com profissionais não diplomados, uma vez que a profissão de arquiteto havia sido instituída pelo decreto federal nº 569, em 1933, mas os profissionais não diplomados que tinham licença pra construir (arquitetos licenciados, construtores e mestres de obra) competiam por um mesmo mercado de trabalho com os engenheiros. Essa situação perdurou por toda a década de 1930 e também pela de 1940.

A imagem emblemática de um Brasil moderno e do futuro que a mostra veicula, por meio da arquitetura, seria cooptada pelo poder público para enfatizar o caráter de modernidade que estava sendo construído na cidade.

No âmbito internacional, a mostra representava mais um elemento da estratégia diplomática de aproximação entre Estados Unidos e Brasil. Segundo as formulações de Bordieu, a arte é um importante instrumento simbólico de poder. No caso em questão, é possível identificar a utilização das artes como poder simbólico na estruturação da política de boa vizinhança. O intercâmbio cultural e artístico empregado na disseminação da política de boa vizinhança assegurava o vínculo comercial e estratégico necessário entre a emergente potência americana e os países da América Latina, que se apresentavam, simultaneamente, como promissores mercados consumidores para os produtos americanos e fornecedores de matérias-primas estratégicas no período da grande guerra.

Os eventos culturais desenvolvidos pela política de boa vizinhança extrapolam o eixo Rio de Janeiro - São Paulo, e até a cidade de Campinas entra para o circuito da exposição por meio de uma combinação de fatores.

A exposição montada pelo *Museum of Modern Art* de Nova York (MoMA) é apresentada em Campinas em 27 de fevereiro de 1945, tendo sido patrocinada pela Prefeitura Municipal, pelo Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA), com o apoio do Instituto dos

Arquitetos do Brasil (IAB) e da Associação dos Engenheiros de Campinas (AEC), importantes instituições, cujos membros exerciam influência na esfera do poder local.

A mostra de arquitetura, cuja produção de qualidade inegável evidenciava a sintonia com as proposições das vanguardas artísticas do século vigente, foi amplamente divulgada pela imprensa local²⁷.

Pode-se dizer que os interesses do poder público e dos engenheiros locais na exaltação da arquitetura apresentada pela mostra resumem-se a:

- Identificar a imagem veiculada de Brasil moderno com a modernização da própria cidade;
- Divulgar a profissão de arquiteto, que ganha prestígio com a consagração internacional da exposição;
- Assegurar aos profissionais diplomados (engenheiros civis e engenheiros-arquitetos) mercado de trabalho, reafirmando sua posição social.
- Explicitar o alinhamento político do poder público local com os interesses nacionais que favoreceram a política de boa vizinhança entre Brasil e EUA.

A apresentação da emblemática mostra de arquitetura em Campinas naquele momento, patrocinada pelos mesmos agentes promotores do plano de modernização do espaço urbano da cidade, era mais um instrumento de inserção simbólica do município na modernidade.

Brazil builds

A exposição de arquitetura brasileira realizada pelo Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) foi aberta ao público em 13 de janeiro de 1943. Sua realização ficou sob a incumbência de Philip L. Goodwin, com a colaboração do governo brasileiro representado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), ministro Gustavo Capanema, Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), F. P. Assis Figueiredo, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Rodrigo de Mello Franco; pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, presidente Nestor Egydio de Figueiredo, e por parte dos arquitetos

²⁷ Segundo os dados obtidos na pesquisa, os dois jornais mais importantes da cidade divulgaram a mostra de arquitetura por cerca de oito vezes: *Diário do Povo* – divulgou três vezes, sempre na primeira página. Dias 23/02; 25/02 e 27/02. *Correio Popular* – divulgou cinco vezes, sempre na primeira página. Dias 20/02; 22/02; 25/02; 27/02 e 28/02.

cujas obras modernas foram selecionadas para a mostra. A participação de Lúcio Costa na elaboração da mostra foi notória, ainda que não tenha sido declarada oficialmente. Tanto a seleção de obras como a própria fundamentação teórica da exposição tiveram seu crivo. Como fundamentação, entenda-se a valorização da arquitetura do passado colonial engenhosamente associada à arquitetura moderna desenvolvida, sobretudo, pelo grupo carioca ligado ao arquiteto.

A idealização da exposição estava sob orientação da agência criada pelo governo americano de Roosevelt - *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA)²⁸, órgão criado em 1940 - cujo objetivo era estreitar as relações com os países latino-americanos, no que se convencionou chamar política de boa vizinhança - e presidido pelo empresário americano Nelson Rockefeller²⁹.

Nesse sentido, o MoMA³⁰ teve um papel fundamental no estreitamento das relações do governo norte-americano com os países da América Latina, em especial o Brasil. “*O MoMA foi aos poucos transformado em verdadeiro território livre para as manifestações artísticas da América Latina, e teve grande importância para a política norte-americana em relação ao subcontinente.*” (Tota, 2000, p.45)

Não se deve, no entanto, vincular o interesse dos norte-americanos pela produção artística latina a fatores exclusivamente de ordem econômica e política. No intuito de instituir outro pólo cultural que rivalizasse com a Europa e reduzisse sua preponderância, os norte-americanos principiaram um intercâmbio artístico com os países latino-americanos³¹. Já em

²⁸ Ao longo do texto será usado o termo agência ou *bureau* para identificar o organismo dirigido por Rockefeller.

²⁹ Nelson Aldrich Rockefeller, jovem empresário de 32 anos, entra para a máquina política americana do governo Roosevelt como o responsável pela agência OCIAA. Membro da multimilionária família Rockefeller detentora da Standard Oil Company, empresa presente em vários países da América latina. (Tota, 2000, p. 44-46) Como comenta Tota, “*Não era bom aluno nem tinha muita vocação para os negócios, como confessou ao pai em algumas cartas. Tinha, isto sim, inclinação para as artes,... A familiaridade com as artes foi usada com habilidade por Nelson, para navegar entre a política e os negócios.*” (Tota, 2000, p.44)

³⁰ O MoMA foi fundado em 1929 por Mrs Lille P. Bliss, Mrs Cornelius J. Sullivan e Mrs John D. Rockefeller Jr, mãe de Nelson Aldrich Rockefeller. Tinha como objetivo ajudar a compreensão e fruição das obras de arte contemporâneas. (www.moma.org – acessado em 15/08/08). Graças à intervenção da mãe de Aldrich, que este se tornou presidente do museu.

³¹ “*El interés estadounidense por los países del sur en el campo de las artes contemporáneas había tenido sus primeras expresiones con el descubrimiento de los moralistas mexicanos, especialmente a partir de 1927, y se materializó en los distintos encargos a Rivera, Siqueiros y Orozco, consagrándose con la exposición sobre arte mexicano organizada por René d’Harnoncourt en el Metropolitan Museum of Art de New York en 1930.*” (Lienur, 1999, p.24)

1930, o *Metropolitan Museum of Art* de Nova York realizou uma exposição consagrada à arte mexicana: representava a “descoberta” dos muralistas mexicanos. A construção dessas alianças pan-americanas fez parte de um projeto de hegemonia norte-americana, e às artes coube o papel simbólico de legitimação desse poderio.

Por meio dessa política que evocava ideais pan-americanos, a arquitetura realizada por um grupo restrito de arquitetos brasileiros liderados por Lúcio Costa se beneficiou, ganhando projeção internacional, e consequentemente consagrando uma corrente de arquitetura que se fundava nos princípios da vanguarda moderna preconizada pelo mestre Le Corbusier, cujos contatos com o Brasil datam de 1929, ocasião de sua primeira passagem pelo país, onde fez palestras sobre arquitetura³² – no Rio de Janeiro, na Escola Nacional de Belas Artes, e em São Paulo, na Câmara Municipal e no Instituto de Engenharia.

Política de boa vizinhança - dimensão política, econômica e cultural

A política de boa vizinhança foi implementada durante os governos (1933-45) do presidente americano Roosevelt como estratégia de relacionamento com a América Latina. Essa estratégia tinha como objetivo o estreitamento das relações políticas e comerciais entre os Estados Unidos e os países da América Latina, sobretudo o Brasil. A cooperação econômica e militar proposta nessa política americana visava a impedir a influência alemã na região.

³² Le Corbusier esteve no Brasil realizando palestras por duas ocasiões: em 1929, em São Paulo e no Rio de Janeiro e em 1936, quando realizou seis conferências na capital federal, Rio de Janeiro (31/07/36 – “A máquina e o homem”; 05/08/36 – “A desnaturalização do fenômeno urbano”; 07/08/36 – “A máquina reduz o tempo de trabalho”; 10/08/36 – “A pequena habitação considerada como prolongamento dos serviços públicos”; 12/08/36 – “Os tempos novos e a vocação do arquiteto”; 14/08/36 - .

Interessante o cotejamento entre dois depoimentos coetâneos sobre as impressões da palestra realizada por Corbusier, de 1929, no Rio de Janeiro: Segundo relato de Alcides da Rocha Miranda, em 1989, a respeito da palestra de Le Corbusier na ENBA, em 1929: “*O fato de a conferência ser em francês já restringia o público. Lembro-me que havia só uns dez, doze na primeira conferência de Le Corbusier*”. (Cavalcanti, 1995, p.66)

Lúcio Costa comenta: “*No Rio, na 1ª conferência que fez em 29, a sala estava cheia, abarrotada. Pessoas interessadas, assim como em qualquer parte onde ele fosse porque tinha a palavra fácil e precisa*”. (Costa, 1995, p.145).

Sobre a audiência das palestras de Le Corbusier, em 1936, no Rio de Janeiro é relevante o comentário de Manoel Bandeira em carta endereçada à Mário de Andrade. “*Mário, recebi por intermédio do José Portinari os exemplares da sua oração de paraninfo. Muito boa. Já conhecia, aliás, essas suas ideias. O que você diz da música é verdade para outras coisas – para arquitetura, por exemplo. Todos esses rapazes (são centenas) que estudam na Escola de Belas não querem saber senão de cavar o diploma. O Le Corbusier fez seis conferências aqui, e era natural que os alunos de arquitetura da Escola enchessem a sala. Pois tinha lá uma meia dúzia...*” (2001, p.624, grifo nosso)

Durante a década de 1930, o governo brasileiro manteve simultaneamente relações comerciais com as duas grandes potências em ascensão no mundo – os Estados Unidos e a Alemanha. Após a crise de 1929, quando vários países da Europa e os Estados Unidos optaram por uma rígida política protecionista, o governo alemão e o americano decidiram reativar o comércio internacional como forma de recuperação de suas economias internas.

Nesse contexto pré-Segunda Guerra, os Estados Unidos implementaram a chamada política de boa vizinhança: “*A retórica da solidariedade e os métodos cooperativos no relacionamento com os países latino-americanos facilitavam a formação de mercados externos para os produtos e investimentos norte-americanos, além de garantir o suprimento de matérias-primas para suas indústrias.*” (IN: *Anos de Incerteza (1930-37) Relações Internacionais* - www.cpdoc.fgv.br/. Acesso em 20 ago. 2008)

Depois que o partido nazista assumiu o poder na Alemanha, iniciou-se um período de projeção germânica no plano internacional. O governo alemão estabeleceu com o governo brasileiro o comércio de compensação, isto é, de troca de mercadorias e/ou produtos, sem necessidade do uso de moedas. Na região Sul do país, devido ao grande número de descendentes alemães, as ideologias germânicas eram vistas com certa simpatia pelos brasileiros. Os valores nacionais-socialistas eram difundidos por embaixadas, consulados, clubes, agências distribuidoras de notícias, empresas comerciais e outros.

Os Estados Unidos, no entanto, por meio da política de boa vizinhança, um instrumento de americanização, difundiam os valores liberais, democráticos e o padrão americano de vida. Com esse intuito, é criado por Roosevelt, em 16 de agosto de 1940, um *bureau*³³ chefiado por Nelson Rockefeller – *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*. Um ano depois, o nome do *bureau* ou agência é alterado para *Office of Coordination of Inter-American Affairs*.

³³ “*Its purpose, as stated in the Executive order was to provide for the development of commercial and cultural relations between the American Republics and thereby to increase the solidarity of the Western Hemisphere and further the spirit of cooperations between the Americas in the interest of Hemisphere defense. More specifically, the Office was directed to formulate and execute programs in the commercial and economic fields and the files of the arts and sciences, education and travel, the radio, the press, and the cinema that would further national defense and strengthen the bonds between the nations of the Western hemisphere.*” (www.archives.gov/research/holocaust/finding-ais/civilian/rg-229.html. Acesso em 15 ago. 2008)

A mostra de arquitetura moderna: uma seleção propositada

Na divulgação do estilo de vida norte-americano, o cinema e as revistas desempenharam um importante papel; no caso específico da arquitetura, o estilo neocolonial californiano ou *missões* se disseminava, sendo amplamente empregado nos projetos residenciais da burguesia brasileira. Como salientou Costa, as pessoas saíam do cinema vendo o neocolonial californiano e sonhando com edificações semelhantes³⁴. No entanto, não deixa de causar estranhamento o fato de que a arquitetura selecionada pelo MoMA, sob orientação do *bureau* de Rockefeller, fosse a arquitetura moderna filiada aos ideais da vanguarda europeia de vertente corbuseana. A seleção da mostra de arquitetura pode ser mais bem compreendida quando se analisam as relações estabelecidas, nesse período de guerra, entre os artistas europeus “exilados” que se encontravam nos Estados Unidos, sobretudo em Nova York, a direção do MoMA, representada pelo próprio Rockefeller, e os laços de amizade entre tais artistas e os arquitetos brasileiros “discípulos” de Corbusier.

Mais uma vez uma trama se forma: de um lado, Lucio Costa ‘colaborando’ na seleção de obras e, mais ainda, atuando tal qual um curador, ainda que nada disso fosse oficialmente declarado. De outro lado, Rockefeller na direção da instituição que mantinha contato direto com os artistas europeus da vanguarda, parte deles abrigada nos EUA.

Pode-se dizer que, a partir dessa mostra e graças à política de boa vizinhança estabelecida pelos Estados Unidos, as realizações arquitetônicas da *geração heroica*, isto é, do grupo de arquitetos brasileiros, sobretudo dos discípulos de Le Corbusier, ganham visibilidade internacional sem precedentes.

³⁴ Sobre a influência das fitas de cinema americano no cotidiano da classe média interessante o comentário de Aracy Amaral e não menos significativo o de Lúcio Costa, em seu texto canônico *Documentação Necessária*, de 1938.

Seguem-se abaixo: Lúcio Costa – “Do encontro desses dois indivíduos – o proprietário, saído do cinema a sonhar com a casa vista em tal fita, e o arquiteto, saído da escola a sonhar com a ocasião de mostrar as suas habilidades -, o resultado não se fez esperar: em dois tempos transferiam da tela para as ruas da cidade – desfigurados, pois haviam de fazer “barato – o “bungalow”, a casa espanhola americanizada e o castelinho”.

Aracy Amaral : “(...) a industrialização, em ritmo rápido, bem como a intensificação dos meios de comunicação de massa (o rádio, o cinematógrafo, os periódicos), já começavam a divulgar formas, ambientes e materiais novos em combinações inéditas, refletindo uma diversificação antes desconhecida é o começo da era do plástico, galalite ou baquelite e metais cromados). Uma sala linda como esta de casa de artista de cinema já é referência dos anos 30, espelhando novos modelos, irradiadores de uma fantasia e um comportamento que procedem, cada dia mais, da informação da estética do universo norte-americano.” (1997, p.83)

Percebe-se que havia uma rede de contatos estabelecida entre artistas e arquitetos europeus expatriados e entre alguns deles e o próprio Rockefeller. Aliás, Sigfried Giedion, arquiteto próximo de Le Corbusier, encontrava-se em Nova York no mesmo período em que Costa e Oscar Niemeyer estavam ocupados com a elaboração do projeto para o Pavilhão Brasileiro da Feira Mundial de 1939. Costa e Niemeyer, que estavam diretamente ligados ideologicamente à vanguarda europeia, tiveram então a oportunidade de se aproximar de seus colegas europeus por ocasião da elaboração e execução do projeto do pavilhão, em sua permanência oportuna, nada breve e às expensas do governo brasileiro, nos Estados Unidos.³⁵

Vários arquitetos, artistas e intelectuais vindos da Europa encontravam-se nos Estados Unidos naquele momento³⁶: Walter Gropius, Marcel Breuer, László Moholy-Nagy, Mies van der Rohe, Joseph Albers, Serge Chermayef, Sigfried Giedion, Piet Mondrian, Fernand Léger, Marc Chagall, Jacques Lipchitz, André Breton, Marcel Duchamp, Josep Lluís Sert, e outros.

Alguns desses artistas também mantinham contato com Rockefeller, possivelmente por conta da atuação do MoMA, instituição voltada às artes do presente. Rockefeller já inclusive conhecia Sert por ocasião da execução de um mural, de autoria de seu tio, realizado no edifício Rockefeller Center³⁷. Léger era outro artista também integrante do círculo de contatos de Rockefeller que teria inclusive colaborado na decoração de sua residência particular³⁸.

Costa e Niemeyer tinham trabalhado em 1938 no escritório de arquitetura de Wallace Harrison, arquiteto chefe da Feira de 1939 e responsável por seus prédios símbolos: o Trylon

³⁵ “Costa e Niemeyer passaram quase um ano em Nova York, entrando em contato com a cena americana e internacional, realizando uma das melhores obras de nosso modernismo.” (Cavalcanti, 2001, p.20)

³⁶ Sobre o tema, Joan Ockman traz informações significativas: “Joseph Luis Sert arrived in New York in June 1939, a few months after the civil war ended in Spain (...) Paris, where he had been living for the last years, was on the eve of world war. New York, meanwhile, was pulsating with excitement. The World’s Fair had opened in Flushing Meadows with its “World of Tomorrow” theme and the notable participation of international architects like Alvar Aalto, Sven Markellius and Oscar Niemeyer.” (1997, p.22). Sobre encontro de Sert com outros artistas expatriados Ockman relata: “Sert became a frequent guest at Calder’s farmhouse in Connecticut, where he met other “artists in exile”, expatriates and members of international avant-garde displaced by circumstance or choice.” (1997, p.22)

³⁷ “Sert also had a personal connection to New York in the mural that had recently been executed in the lobby of the RCA Building at Rockefeller Center by his uncle, José Maria Sert, a painter who had designed sets for Diaghilev’s ballets in the teens and twenties.” (Ockman, 1997, p.22)

³⁸ “In the 1930s Léger had opportunities to realize his muralist ambitions at the Palais de la Découverte in Paris (1937) and in decorations for Nelson Rockefeller’s residence in New York (1938-39).” (Ockman, 1997, p.30)

e a Esfera; pouco tempo depois da Feira de 1939, Harrison foi nomeado por Rockefeller para a chefia do departamento cultural de seu *bureau*³⁹.

O que se pretende demonstrar é a existência de uma relação de proximidade entre os artistas, arquitetos e intelectuais europeus que estavam “exilados” nos EUA por ocasião da guerra e entre eles e os arquitetos brasileiros liderados por Lúcio Costa, que mantinham forte vínculo ideológico com a vanguarda moderna europeia, sobretudo a de vertente corbuseana. Fica também evidenciada a existência de uma relação entre esse grupo de artistas e o magnata Nelson Rockefeller, coordenador do OCIAA.

Tratou-se de um jogo intrincado de relações que no decorrer do tempo vão se entrelaçando até o momento em que a exposição *Brazil builds* despontou como um instrumento de aproximação das relações entre Brasil e EUA, mais uma vez ressaltando a utilização da arte como meio de estreitamento de relações políticas e comerciais entre os dois países.

A escolha da arquitetura moderna, que estava sendo realizada nesse momento no país pelo grupo liderado por Costa, não é fortuita: sua seleção é fruto dessa teia de contatos e interesses mútuos. Assim como já havia um entrosamento de ideias entre os brasileiros e os europeus que estavam nos EUA, havia também uma ligação entre Nelson Rockefeller, o coordenador da agência OCIAA, e esses artistas estrangeiros representantes da vanguarda europeia.

A Feira Internacional⁴⁰ de Nova York de 1939 foi também decisiva para a consolidação de relações entre os dois países. O excepcional projeto de arquitetura do Pavilhão Brasileiro elaborado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer foi marco referencial da exposição ao divulgar a qualidade arquitetônica da nova geração de profissionais brasileiros, até então desconhecidos do público internacional.

³⁹ Informações retiradas de: Cavalcanti, 2006, p.157.

⁴⁰ A Feira serviu para divulgar produtos, riquezas naturais e a cultura brasileira. No pavilhão, encontravam-se expostos o café, em destaque, fibras naturais, madeiras, pedras semipreciosas, borracha, minérios, frutos e etc. Mas, o que mais impressionou aos americanos foi a arquitetura do prédio, seu jardim e a música brasileira, uma das atrações diárias do restaurante.

O próprio discurso de lançamento da pedra fundamental do Pavilhão Brasileiro, realizado pelo ministro da Indústria, Comércio e Trabalho, Waldemar Falcão, foi transmitido em ondas curtas do Brasil para os Estados Unidos por meio da montagem de um laboratório experimental de transmissões radiofônicas.

O intercâmbio cultural promovido pela política de boa vizinhança partia primordialmente do MoMA, instituição que estava envolvida diretamente na divulgação da cultura brasileira⁴¹. No caso específico do trabalho, interessa focalizar a exposição de arquitetura *Brazil builds*, cuja documentação organizada num livro-catálogo contribuiu para a divulgação da arquitetura moderna brasileira pelo mundo todo.

A mostra

Brazil builds foi inicialmente exibida no próprio MoMA de 13 de janeiro a 28 de fevereiro de 1943, ocupando o *hall* de entrada e todo o andar térreo do museu que se situava à época num edifício da *West Fifty-third Street*, em Nova York.

Tanto a mostra como o catálogo foram divididos em duas partes: a primeira devotada à arquitetura colonial, e, a segunda, mais significativa, apresentava a arquitetura moderna. Philip Goodwin⁴² prefaciou o catálogo da mostra, enfatizando a importância do intercâmbio cultural e artístico como forma de estreitamento das relações entre os dois países: “*O Museu de Arte Moderna, de Nova York, e o Instituto Norte-Americano de Arquitetos achavam-se ambos, na primavera de 1942, ansiosos por travar relações com Brasil, um país que ia ser nosso futuro aliado.*” (1943, p.7)

A mostra recebeu um número expressivo de visitantes, sobretudo considerando-se o fato de ela ter ocorrido num período de guerra. Cerca de 59.633 pessoas visitaram o museu nos primeiros dois meses do ano de 1943⁴³. Sua repercussão foi tão significativa que dela

⁴¹ Em 1940, o museu realizou um festival de música brasileira, *Festival of Brazilian Music*. Em 1941, Portinari expôs seus quadros na instituição.

⁴² Philip L. Goodwin - Arquiteto, presidente da Comissão de Relações Exteriores (A.I.A.), da Comissão de Arquitetura do Museu de Arte Moderna de Nova York e membro correspondente do Instituto de Arquitetos do Brasil.

⁴³ Nesse mesmo período foram também realizadas no MoMA outras três exposições – *Twentieth Century Portraits, the Arts in Therapy e Americans. Brazil builds* ocupava praticamente todo o térreo do edifício. “*Taking into consideration the location and size of the Brazil Builds exhibition, which occupied almost the entire ground floor of the Museum, a considerable percentage of general visitors must have had at least a sight of it.*” (Quezado, 2001, p.132)

derivaram o livro *Brazil builds* e versões itinerantes: uma grande que circulou pelos Estados Unidos, Canadá, México e Inglaterra e uma versão reduzida que veio ao Brasil.

A agência de negócios interamericanos que desempenhava papel decisivo na divulgação da mostra⁴⁴ distribuiu catálogos para várias personalidades e preparou extenso material de publicidade destinado à publicação em jornais e outros meios de comunicação, tornando profícuos os efeitos dessa verdadeira campanha publicitária. Edições especiais⁴⁵ da mostra foram preparadas atendendo ao pedido do *Office of Inter-American Affairs* e da Embaixada Brasileira de Londres para circular pelo Brasil.

No Brasil, a mostra foi exibida primeiramente no Ministério da Educação e Saúde (MES), em novembro de 1943, instalada por Niemeyer e inaugurada por Gustavo Capanema. Seguiu para Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e por outras cidades paulistas – Santos, Campinas, Jundiaí e Franca.

A mostra inicial exibida no MoMA era composta por painéis fotográficos, maquetes, um mapa do Brasil⁴⁶ e um *Slide Show* que, situado na entrada do espaço museográfico, apresentava numa tela continuamente 48 expositivos. Era dividida em duas secções: a primeira dedicada à arquitetura colonial, com 53 painéis, e a segunda dedicada à arquitetura moderna, contendo 113 painéis e duas maquetes, do MES e do Pavilhão Brasileiro de 1939.

A maior ênfase foi dada às obras modernas e a dois edifícios em especial: o Pavilhão Brasileiro, obra reverenciada pela crítica e pelo público norte-americano, e o prédio do MES: primeiro ícone da arquitetura brasileira. Sem nenhuma pretensão de obliterar as qualidades artísticas e técnicas dessa grande obra da nossa arquitetura, essa classificação pode ser atribuída, em parte, à influência que Costa detinha nos meios intelectuais e políticos do governo varguista.

⁴⁴ “*The Office of Inter-American Affairs maintained an efficient network of agents in Brazil to implement and report on the success of the Office initiatives; Carleton Sprague-Smith accompanied the tour to several places as the representative of the Museum of Modern Art. Presentation copies of the book were distributed to influential people, with personalized dedications; invitations were sent by messenger; posters were printed with the cover of the book; extensive publicity material and photographs were released to newspapers; attendances were counted – 66.388 came in São Paulo.*” (Quezado, 2001, p.133)

⁴⁵ “*The Department of Circulating exhibitions prepared a small version comprising 60 photographs for colleges and small galleries, wich travelled from February 1944 to May 1946.*” (Quezado, 2001, p.133)

⁴⁶ Houve a preocupação de atribuir um tratamento didático à apresentação, afinal o Brasil era um país sul-americano pouco conhecido pelo público norte-americano. Na entrada da mostra um grande mapa identificava as cidades onde as obras arquitetônicas se situavam.

A seleção das obras e a própria constituição da exposição contou com a participação impositiva de Costa: divulgou-se o que interessava ser legitimado como opção estética de arquitetura: a vertente moderna de viés corbuseano.

Brazil Builds em Campinas

Em 27 de fevereiro de 1945, uma versão reduzida da mostra é inaugurada no Teatro Municipal de Campinas. A cerimônia contou com a presença de importantes personalidades locais e do poder público, do representante do *bureau* americano, T. A. Scott, e do representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). A exposição foi amplamente divulgada pelos jornais da época, tendo sido noticiada pelos dois jornais mais importantes de Campinas por cerca de oito vezes, sempre na primeira página e de forma destacada.

Com antecedência de uma semana, os jornais locais já divulgavam a chegada da mostra de arquitetura, que ocupava lugar de destaque na própria diagramação da primeira página. O tema arquitetura parece despertar a atenção na cidade, fruto da conjunção do bom trabalho de divulgação realizado pelo *bureau* e dos interesses de setores da sociedade local na promoção da exposição.

Figura – Matéria publicada no jornal Correio Popular sobre a mostra *Brazil builds*.
(Fonte: *Correio Popular*, Campinas, 20 fev. 1945)

CORREIO POPULAR
TERÇA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 1945

Militar

Morreu Mário de Andrade!

MÁRIO DE ANDRADE

Uma notícia contristadora para o mundo intelectual paulista — morreu Mário de Andrade! O fato, além de trazer uma perda irreparável para as letras em nosso Estado e mesmo em todo o Brasil, se torna ainda mais chocante pelo seu imprevisto, uma vez que o festejado roman-

Inaugura-se hoje a exposição «Brasil Builds»

Trata-se de uma admirável mostra de fotografias da arquitetura brasileira antiga e moderna.

Hoje, às 17 horas, no "foyer" do Teatro Municipal, terá lugar o ato inaugural da Exposição "Brasil Builds", organizada pelo Escritório da Coordenação dos Negócios Inter-Americanos em São Paulo, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal, da Associação dos Engenheiros e do Centro de Ciências, Letras e Artes.

Por nosso intermédio as diretorias dessas entidades convidam os seus sócios e o público em geral para assistirem ao ato inaugural, que terá a presença de representantes do Escritório do Coordenador do Conselho de Bibliotecas e Museus, do Departamento das Municipalidades e do Instituto de Arquitetos.

A Exposição "Brasil Builds" é uma coleção de magníficas fotografias que focalizam as construções do Brasil num período que vai de 1652 a 1942. Na seção de edifícios antigos, vêem-se as mansões senhoriais das fazendas fluminenses, as famosas igrejas de Minas, Bahia, Espírito Santo e Pernambuco e outras construções em diversos Estados, do mais alto valor para a história da arquitetura colonial brasileira.

Entre os modernos edifícios, atestados do alto grau do progresso alcançado pela arquitetura brasileira, são apresentadas as construções de cimento armado, edifícios de escritórios, apartamentos e hotéis; escolas, hospitais e bibliotecas; edifícios de sistemas de transportes residenciais e prédios de recreação.

SUSPENSÃO A EXIGÊNCIA DE SALVO-CONDUTO

Comunicamos a Secretaria da Segurança Pública que, a partir da presente data, não mais são necessários os salvo-condutos aos nacionais e estrangeiros que façam viagem para fora da Capital.

Continua em vigor a exigência do salvo-conduto para alemães e japoneses que se destinem a Santos e outras cidades do litoral. Esses subditos do "eixo" somente poderão viajar por estrada de ferro.

Na Delegacia de Ordem Política e Social continua funcio-

Os
ten
Col

Ass
as
Foj

Figura – Matéria publicada no jornal Correio Popular sobre a mostra *Brazil builds*.
(Fonte: *Correio Popular*, Campinas, 27 fev. 1945)

A exposição em Campinas aconteceu em decorrência da junção das iniciativas do *bureau* americano, do Conselho de Bibliotecas e Museus das Municipalidades (órgão estadual) e da Prefeitura de Campinas, sob o patrocínio da Associação de Engenheiros de Campinas⁴⁷ (AEC) e do Centro de Ciências, Letras e Artes⁴⁸ (CCLA). Estavam presentes à inauguração T. Scott, representando o Coordenador dos Negócios Interamericanos, o prefeito Perseu Leite de Barros, o arquiteto Léo Ribeiro de Moraes, do IAB, o presidente da AEC, engº Alberto Jordano Ribeiro, engº Hoche Néger Segurado, membro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, o presidente do CCLA, engº-arquiteto Eduardo Edargê Badaró, que pronunciou o discurso oficial de abertura da mostra, e outras figuras representativas da sociedade local.

⁴⁷ A Associação de Engenheiros de Campinas foi fundada em 17 de maio de 1933. "O engenheiro Carlos William Stevenson teria, como companheiros de diretoria, engenheiros que ocupavam importantes postos na emergente burocracia estatal do município, como Cyro Lustosa e Perseu Leite de Barros e futuros empresários da construção civil local, Júlio Gerin, Oscar Canguçu, Verniaud Néger e Lix da Cunha. (Santos, 2002, p.260)

⁴⁸ Sobre a participação da entidade na realização da mostra em Campinas não foi encontrado nenhum documento. Como consta da história do clube não houve registro de nenhuma das reuniões do órgão durante um período de aproximadamente dez anos (1945 – 1953), e não há também explicação para o fato. O único indício de contatos estabelecidos entre o *bureau* americano e o CCLA foi o registro de recebimento de uma carta da "American Society for Public Adminstration" na ata da 597ª sessão realizada em 17 de janeiro de 1945.

Do grupo restrito de profissionais liberais que atuavam na cidade, alguns deles tinham forte ligação com os colegas cariocas, cujas obras estavam sendo apresentadas na mostra. Entre os representantes de entidades de classe, de instituições culturais e profissionais diretamente envolvidos na cruzada modernizante da cidade devem ser destacados os seguintes nomes:

- Engº-arquiteto e urbanista, Eduardo Edargê Badaró, Chefe da Seção de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura Municipal - profissional responsável pelo desenvolvimento e implantação do plano de urbanismo.
- Engº-arquiteto Mário Penteado, profissional atuante no setor da construção civil. Participou ativamente da elaboração do plano urbanístico como membro da Comissão de Melhoramentos Urbanos.

Na inauguração da exposição *Brazil Builds*, em Campinas, como também presidente do CCLA, Badaró proferiu o discurso oficial de abertura da mostra.

“Após ter o sr. Prefeito Municipal declarado inaugurada a Exposição, o dr. Eduardo Edargê Badaró, presidente do Centro de Ciências, proferiu o discurso oficial. Inicialmente, o orador agradeceu a todos que, com sua presença, concorreram para o brilhantismo da cerimônia. Esclareceu a significação do certame que se inaugurava, que era uma documentação do progresso da arquitetura brasileira, desde os tempos coloniais até os dias de hoje. Enaltecendo o valor do trabalho dos arquitetos que realizaram essa obra grandiosa, lastimou o orador, ao finalizar o seu discurso, que o Brasil, que apresenta um tão alto padrão de arquitetura, ainda não tenha dispensado a atenção que mercê o problema da construção de casas residenciais médias e mínimas.” (“Inaugurou-se ontem a Exposição Brazil Builds” in: *Diário do Povo*, Campinas, 28 fev. 1945)

Penteado foi um pioneiro na divulgação da atividade profissional do arquiteto e também da arquitetura moderna na cidade. Com o objetivo de promover a profissão, realizou algumas palestras no Rotary Club. Na palestra intitulada *“Arquitetura Moderna Brasileira”*, realizada em 13 de novembro de 1944, ele fez uma apologia da arquitetura moderna realizada no Brasil por seus colegas cariocas coetâneos de formação, demonstrando estar em sintonia com os últimos acontecimentos relacionados à arquitetura, possivelmente porque mantinha contato com seus colegas de turma da ENBA. A palestra foi praticamente uma síntese do catálogo da mostra *Brazil Builds*, revelando que Penteado poderia ter visto a exposição antes

de sua montagem em Campinas, uma vez que mantinha estreita relação com órgãos de classe, como o IAB do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Assim comenta Penteado: *“O compêndio Brasil Builds, editado pelo Museu de Arte de Nova York é testemunho do nosso adiantamento e constitui motivo de admiração as exposições realizadas em diversas cidades americanas, sob o patrocínio desse mesmo museu. Idênticas mostras artísticas foram efetuadas no Rio de Janeiro e São Paulo pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, ambas coroadas do mais completo êxito. Não parou aí o sucesso de nossa arquitetura; ainda recentemente um grande tributo à moderna arquitetura brasileira foi prestado por Lord Portal, Ministro de Construções e Planejamentos, que ao inaugurar a exposição organizada em Londres, sob os auspícios da Sociedade Anglo-Brasileira disse: nenhum dos novos países da América fizeram melhor uso da herança artística e das tradições da Europa do que o Brasil, segundo se pode ver pelos edifícios mais velhos, mas também pelas modernas construções.”* (1943)

Os agentes envolvidos na apresentação da mostra de arquitetura em Campinas são os mesmos personagens vinculados ao processo de modernização do espaço urbano. A mostra colaborou especificamente no contexto local como um instrumento de legitimação de interesses daqueles que visavam a implantação do plano de urbanismo.

A mostra de arquitetura, serviu simultaneamente como instrumento de legitimação na implementação de um plano de urbanismo e como elemento de estreitamento das relações político-militares e econômicas entre Estados Unidos e Brasil. Uma intrincada combinação de interesses é responsável pela vinda e pela exibição da mostra em Campinas.

No âmbito local, a mostra simbolizava o Brasil moderno e essa ideia é devidamente cooptada pelos agentes envolvidos no processo de modernização do espaço urbano da cidade, associando-a ao progresso e à industrialização. Sua realização ocorre justamente num momento propício para favorecer a legitimação da implantação do plano de urbanismo, que ampliaria o campo de trabalho para os profissionais locais e de quebra contribuiria para valorização do profissional diplomado, em especial o arquiteto. A escolha da cidade de Campinas como uma das locações selecionadas para a mostra provavelmente foi muito bem articulada pelos agentes interessados, como pretende-se desvelar.

No âmbito nacional e internacional, a chegada da mostra organizada pelo MoMA em consonância com indicações da agência de negócios interamericanos comandada por

Rockefeller simbolizava o perfeito entrosamento entre as nações parceiras – Estados Unidos e Brasil. O estreitamento das relações entre os dois países foi em parte difundido por meio do campo artístico e cultural, mas os objetivos principais eram de caráter estratégico-militar e sobretudo econômico.

Os resultados positivos da mostra foram profícuos para todos os interessados na sua execução: Estados Unidos, governo brasileiro, arquitetos da *geração heróica*, intelectuais e artistas da vanguarda nacional e internacional.

O sucesso da mostra favoreceu a consagração da arquitetura moderna brasileira, tornando-a um paradigma no país. Nesse sentido, o papel de Lúcio Costa como mentor do elo engendrado entre arquitetura colonial e moderna não foi fortuito. Seu objetivo era afirmar a vertente moderna em relação à acadêmica, por ele criticada a partir de 1930, obscurecendo a produção arquitetônica de estilos preconizada nas escolas e de ampla aceitação no seio da classe média. Com a repercussão positiva da mostra internacionalmente, a vertente moderna ganhou seus defensores e conquistou o gosto do público, disseminando não só uma opção estilística, mas uma nova forma de habitar adequada ao novo homem do século XX.

Se a mostra representava mais um dos instrumentos simbólicos de poder empregados na política de boa vizinhança pelos Estados Unidos, representava também para Costa um instrumento de legitimação da vertente arquitetônica por ele defendida, sem haver nisso qualquer juízo de valor, pois é incontestável a qualidade estética das obras selecionadas para a mostra. Na rota⁴⁹ da divulgação da mostra aparece a cidade de Campinas, não fortuitamente selecionada para a exibição da mostra *Brazil Builds*.

Em suma, a casa da rua Silva Telles, o prédio Santana, a Exposição-Feira e a mostra de arquitetura *Brazil builds* serviram como ferramentas simbólicas para a consolidação e reafirmação do projeto de modernização espacial da cidade.

⁴⁹ Roteiro da versão brasileira da exposição *Brazil builds* in: (Quezado, 2001, p.226):

1943 – nov/dez – Rio de Janeiro (Ministério da Educação e Saúde);

1944 – fev – Belo Horizonte (Ed Mariana);

mar/abril – São Paulo (Galeria Prestes Maia);

abril/ maio – Santos (Associação dos Engenheiros de Santos);

1945 – fev – **Campinas** (Teatro Municipal);

fev – Curitiba ;

fev – Florianópolis;

fev – Porto Alegre;

out – Jundiaí;

1946 – jul – Franca.

O processo de modernização urbana torna-se oficialmente público por meio da Exposição-Feira comemorativa do Bicentenário de Campinas, realizada em setembro de 1939. O evento foi organizado estrategicamente para divulgar e legitimar o grande projeto de modernização urbana. A falta de precisão em relação à data de fundação da cidade foi deliberadamente apropriada, transformando um premeditado engodo em importante acontecimento público: a espetacular Exposição-Feira.

Forjou-se um equívoco com o propósito de celebrar o batismo da cidade na modernidade. A exposição foi articulada como momento de “refundação” da cidade e seu consequente sucesso contribuiu para a implantação do plano de urbanismo como pretendido.

De forma diversa e sem a mesma repercussão, os dois projetos arquitetônicos modernistas contribuíram também como ícones de um imaginário moderno. Ambas edificações foram, com esse intuito, exploradas imagetivamente pela imprensa escrita, em associação à publicidade comercial e até pelo poder público, como, por exemplo, por meio do filme encomendado pela Prefeitura municipal, produzido especialmente para as comemorações de centenário de Carlos Gomes, em 1936, que apresentava imagens panorâmicas da cidade e fixava-se por vários segundos nas imagens das duas novas e emblemáticas edificações, além de alguns outros monumentos significantes da história campineira.

Por último, cabe salientar a inserção da cidade na rota de exposição da mostra *Brazil builds*, em fevereiro de 1945. Após sete anos de aprovação do Plano de Melhoramentos Urbanos e no auge de sua aplicação, a mostra reafirma o vínculo estabelecido entre o projeto urbano modernizador e a produção de vanguarda arquitetônica brasileira. Ainda que essa arquitetura moderna não tivesse representação local, o que interessava era estabelecer o elo de modernidade. O papel da mostra era apresentar uma arquitetura de qualidade excepcional e divulgar simbolicamente o Brasil moderno, e Campinas precisava também reafirmar sua participação nesse processo de inserção nos parâmetros da modernidade.

O fato de maior relevância é a congruente participação do mesmo grupo de personagens, com especial destaque para a presença dos quatro engenheiros: Lix, Segurado, Badaró e Penteado, que, ora envolvidos na organização da exposição-feira, ora no projeto e construção das edificações modernistas, ora na apresentação da mostra *Brazil builds* na cidade, atuaram como peças fundamentais na construção da nova paisagem urbana.

CAPÍTULO III.

OS ANOS DE FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

“Você não acha que tenho razão? Ser moderno, ser antimoderno, ora bolas! Sou, isso é que é importante.”

(Andrade, apud Moraes, 2001, p.201)

O presente capítulo aborda primeiramente a formação acadêmica dos quatro engenheiros, cotejando grades curriculares das instituições nas quais se formaram, procurando identificar as correntes teóricas que nortearam o projeto acadêmico dessas instituições e que os influenciaram nas suas carreiras profissionais. As questões estéticas que direcionaram os debates teóricos da década de 1920 repercutem no meio acadêmico. Essas ressonâncias fazem-se presentes nas obras que realizaram, e, por mais distintas que aparentem ser, o resultado do conjunto das obras desses engenheiros é análogo, independentemente da diversidade de escolas e do distanciamento temporal entre as titulações, o que aponta para uma concorrência de postulados acadêmicos, que a pesquisa tenta desvelar.

No segundo momento, interessa apresentar a forma pela qual esses engenheiros se organizaram para o exercício profissional: participação em entidades de classe, atuação na consolidação da categoria, estruturação dos escritórios técnicos, estratégias de divulgação profissional e perfil da clientela.

As instituições de ensino: Escola Politécnica de São Paulo, Rose Polytechnic Institute e Escola Nacional de Belas Artes

Os engenheiros Lix da Cunha e Segurado são coetâneos na graduação; o primeiro formado em 1918 e o segundo em 1919, mas provenientes de diferentes escolas: uma norte-americana, *Rose Polytechnic Institute* (Rose Poly) e outra brasileira, Escola Politécnica de São Paulo. Os outros dois formaram-se na mesma instituição, a Escola Nacional de Belas Artes, com um intervalo temporal de três anos: Penteado, em 1931, e Badaró, em 1934. O traçar de um rápido panorama da fundação dessas instituições parece convir ao propósito de desvendar as filiações teóricas embutidas nos projetos acadêmicos em curso quando esses engenheiros eram membros do corpo discente.

Lix da Cunha é o único entre eles que não cursou engenharia no País. Realizou seus estudos nos Estados Unidos da América. Ingressou no Rose Polytechnic Institute, situado na pequena cidade Terre-Haute, estado de Indiana, em 16 de setembro de 1914.

Lix já se encontrava no país¹ desde 1913, realizando um curso preparatório na instituição *Randolph-Macon Academy*². Frequentou o instituto Rose até 1918, quando recebeu o grau de engenheiro civil pela instituição, em 4 de janeiro.

O instituto politécnico norte-americano foi fundado³ pelo empresário Chauncey Rose, que, depois de enfrentar dificuldades para encontrar mão-de-obra especializada para trabalhar na ferrovia que estava construindo no estado de Indiana, decide criar uma instituição de ensino voltada exclusivamente à formação de engenheiros. A escola viria suprir a escassez de profissionais habilitados ao desenvolvimento tecnológico e econômico da região. Para viabilizar o projeto de criação do instituto politécnico, o empresário contratou o diretor de uma escola considerada por ele como exemplar: Worcester Polytechnic Institute, localizada no estado de Massachusetts.

Após uma viagem à Europa, com o objetivo de analisar os métodos pedagógicos estrangeiros, o diretor escolhido organizou os primeiros cursos que seriam oferecidos na instituição: o inaugural de mecânica e os posteriores de engenharia civil, química, elétrica e arquitetura, respectivamente em 1883, 1887, 1889, 1893 e 1898.

Todos os professores que foram sendo contratados desde a fundação já eram docentes em outras entidades educacionais, inclusive europeias; a maioria tinha pós-graduação com títulos de mestrado (MS. - Master of Science, MA- Master of Arts, M.E. – Master of engineering) ou doutorado (Ph.D. - Doctor of Philosophy).

O projeto pedagógico da escola era fundado na concepção de ensino que mesclava a formação teórica à prática: das 52 horas semanais de aula do primeiro ano, por exemplo, 25 eram destinadas às aulas práticas nos laboratórios da instituição. Para o ingresso na escola, os candidatos, com idade mínima de dezesseis anos e curso médio completo, deveriam passar por um exame de seleção, cujas provas abordavam as disciplinas de matemática, gramática e redação, história norte-americana e geografia. O ensino era gratuito para os moradores do

¹ Livros encontrados na biblioteca de Lix da Cunha atestam sua estada nos Estados Unidos da América desde, pelo menos, 1913. Foram encontrados os livros: *O mestre popular ou o inglês sem mestre* e *O mestre popular ou o francês sem mestre*, com as seguintes anotações: “*Lix da Cunha. Bedford City – nov, 10/1913*”.

² Instituição de ensino fundada em 1892, localizada em *Bedford City*, estado de Virginia, e que a partir de 1918 transformou-se em escola militar.

³ Em 1883, o primeiro curso da escola, o de engenharia mecânica, começava a ser ministrado. A aula inaugural ocorreu em 3 de março do referido ano.

município de Vigo County e os provenientes de outras regiões deveriam pagar uma taxa anual de setenta e cinco dólares.

Os cursos eram organizados em quatro anos com uma carga horária de 52 horas de aula por semana (1º ano – *fresh year*; 2º ano – *sophomore year*; 3º ano – *junior year* e 4º ano – *senior year*). O ano regular era dividido em três períodos (trimestres): o primeiro, de catorze semanas (18/09 a 23/12); o segundo, de treze semanas (02/01 a 30/03), e o terceiro, de doze semanas (09/04 a 29/06). Entre os períodos, havia uma semana de descanso, e as férias de verão duravam onze semanas e tinham início após o término do terceiro período.

Os cursos de engenharia oferecidos mantinham idêntica grade curricular nos dois primeiros períodos do primeiro ano, e, ao final do segundo período, o aluno deveria selecionar um dos cursos. A carga horária total dos cursos era de 8.112 horas de aula. O aluno do quarto ano, para se graduar, deveria desenvolver uma tese, cujo tema era de sua livre escolha, mas deveria incluir todo o escopo do curso. Cinco semanas do inverno mais o período da primavera eram devotados à elaboração da tese. Ao final, os trabalhos eram submetidos a uma banca de professores de vários departamentos. As teses eram lidas pelo autor, acompanhadas de desenhos e ilustrações, e, depois de aprovadas, tornavam-se propriedade da biblioteca da instituição.

Não houve improvisações na estruturação da escola, que foi organizada com o claro propósito de formar engenheiros com capacitação para o desenvolvimento industrial da região. Por ocasião da guerra, a escola introduziu na grade curricular treinamento militar, que incluía cursos eletivos aos alunos do terceiro e quarto ano: cartografia militar, balística, aerodinâmica, sinalização visual e telegráfica. Outra medida excepcional adotada pela escola nos tempos da guerra foi a supressão de feriados e das férias da turma que se formaria em 13 de junho de 1918, antecipando sua graduação para 4 de janeiro de 1918. Lix da Cunha pertencia exatamente à turma que se formou em janeiro de 1918, tendo obrigatoriamente participado do treinamento militar oferecido⁴. Essa experiência adquirida durante a graduação provavelmente lhe foi útil quando de sua participação na luta armada de 1932, na Revolução Constitucionalista.

⁴ Lix deveria ter se formado em 13 de junho de 1918, mas por conta da Guerra Mundial a graduação foi antecipada acontecendo em 04 de janeiro de 1918.

Figura – Página interna de livro pertencente ao aluno Lix da Cunha, 1 ° ano, abril de 1915.

Selo do grêmio estudantil da escola
(Fonte: acervo particular Lix da Cunha)

O ensino na Escola Politécnica de São Paulo (Poli), onde Segurado estudou, não parece diferir muito do projeto pedagógico do instituto Rose Poly. Segurado ingressou em 1913, e concluiu a graduação em 1919.

A Poli, escola superior de matemáticas e ciências aplicadas às artes e industriais, foi a primeira escola de engenharia estabelecida no período republicano. As escolas⁵ que a precederam foram a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, fundada em 1874, e a Escola de Minas de Ouro Preto, de 1875.

⁵ Até o fim do período imperial só existiam cinco faculdades de ensino superior no país: direito, em São Paulo e Recife; medicina, na Bahia e Rio de Janeiro, e engenharia, no Rio.

A Poli foi criada por meio da lei estadual nº191 de 24 de agosto de 1893, com vocação multidisciplinar, já oferecendo três cursos de nível superior (engenharia civil, industrial e agrícola) e um curso anexo de nível médio de artes mecânicas. A escola nasceu como expressão dos ideais republicanos no âmbito do ensino superior, e tinha como ambição suprir o país de recursos humanos e tecnológicos, fornecendo infraestrutura básica para que o país passasse da economia rural à era industrial.

O engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, idealizador da escola, organizou o curso segundo a influência da escola germânica, que atribui igual peso para os ensinados prático e teórico, diferentemente da escola francesa, que prioriza o conhecimento científico e enfatiza a atividade científica pura, como era o caso da Politécnica do Rio de Janeiro. Paula Souza, inspirado na organização da escola alemã, estabeleceu, na Poli, as aulas de laboratórios - ou gabinetes, como eram denominados - tinham grande importância no curso.

Os engenheiros formados na Poli eram capacitados para aplicar, de forma pragmática, seus conhecimentos técnico-científicos recebidos por meio de uma metodologia até então única no país. Os politécnicos estavam aptos a contribuir para o desenvolvimento da indústria no país. Para ingressar na escola, exigia-se certidão de aprovação nas seguintes disciplinas: português, francês, latim, inglês ou alemão, geografia, história do Brasil, aritmética, matemática elementar, álgebra, geometria e trigonometria retilínea, desenho geométrico e elementar.

O corpo docente inicial era formado por professores e ex-alunos das duas únicas escolas de engenharia do país, a Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola de Minas, e por professores estrangeiros. Posteriormente, os próprios alunos egressos da Poli ajudaram a compor o quadro de professores. Os lentes catedráticos e os substitutos tinham formação de nível superior; já os professores de aulas nem sempre a tinham. Os cargos de catedráticos eram preenchidos por concursos, mas no geral eram ocupados pelos substitutos da secção, como relata a historiadora Silvia Ficher⁶.

Em janeiro de 1911, o decreto nº1922 estabeleceu o 5º regulamento da escola, reorganizando sua estrutura⁷, que permaneceu inalterada até 1931. O curso era dividido em

⁶ Ficher, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Fapesp: Edusp, 2005.

⁷ Na reestruturação da escola, foi criado o curso de Engenharia Mecânica e Elétrica, extintos o de mecânicos, maquinistas e condutores e o de engenharia agrônoma. Além disso, ficou estabelecido um novo calendário escolar, que principiava em 15 de fevereiro e terminava em 14 de novembro. Até o momento, o calendário letivo iniciava em 1º de setembro e finalizava em 31 de maio.

fundamental (um ano de curso preliminar e dois de curso geral) e especial (três anos de duração).

Segurado ingressou na Poli em 1913, quando efetuou a matrícula no curso preliminar. No ano seguinte, seu nome figurava novamente na lista dos matriculados do curso preliminar⁸. Segundo relato do ex-aluno D'Alessandro, autor da obra *A Escola Politécnica de São Paulo*, dos 120 alunos matriculados em 1914 somente 24 concluíram o curso, entre eles, Segurado.

O curso de engenharia civil cursado por Segurado, na Poli, estava organizado da seguinte maneira:

PRIMEIRO ANO - Curso preliminar

- 1ª Cadeira – complementos de matemática elementar e álgebra superior (prof. Carlos Gomes de Souza);
- 2ª Cadeira – geometria descritiva, geometria plana e no espaço. Trigonometria retilínea e esférica (prof. Carlos Gomes de Souza);
- 3ª Cadeira – física experimental e noções de biologia.
- Aula – escrituração mercantil e contabilidade.

SEGUNDO ANO – Curso geral – 1º Ano

- 1ª Cadeira – geometria analítica; cálculo infinitesimal;
- 2ª Cadeira – física experimental;

⁸ Segundo as informações de D'Alessandro:

	nº alunos matriculados no curso preliminar	no alunos que concluíram o curso seis anos depois	ano de formatura
1913	241	24	1918
1914	120	24	1919

(D'Alessandro, 1943, p.112)

Lista de formandos de 1919: Adriano Marchini (civil), Augusto Casaña Trujillo (civil), Boanerges Ferreira (civil), Camilo Soeiro (civil), Eduardo Lobo de Mendonça (civil), Eduardo Monteiro (civil), Fábio Goulart (civil), Francisco Azevedo (civil), Francisco José Longo (mecânico-eletricista), Francisco Malheiro Schmidt (civil), Henrique Hercules Florence (civil), Henrique Lefvre (mecânico-eletricista), **Hoche Néger Segurado (civil)**, Jair Abranches (civil), Jalles Machado de Siqueira (civil), João França Pinto (civil), Jorge Bueno Monteiro (civil), José Amadei (mecânico-eletricista), José Baptista Fraissat (mecânico-eletricista), José de Campos Amaral e Silva (civil), Marcílio Gomes (civil), Mariano de Oliveira Wendel (industrial), Nelson Ottoni de Rezende (civil), Nicolau Felizola (mecânico-eletricista), Nicolau Henrique Longo (civil), Perseu Leite de Barros (civil), Raul Silveira Simões (mecânico-eletricista). Dezenove engenheiros civis, seis engenheiros mecânico/eletricistas e dois industriais. (AAAEP, 1995, p.71)

- 3ª Cadeira – química;
- 4ª Cadeira – topografia;
- 5ª Cadeira – aplicações de geometria descritiva e geometria projetiva;
- Aula – desenho à mão livre e de ornamentos arquitetônicos (prof. Enrico Via);
- Aula – desenho topográfico.

TERCEIRO ANO – Curso geral – 2º Ano

- 1ª Cadeira – mecânica geral; hidrostática e hidrodinâmica;
- 2ª Cadeira – astronomia e geodésia;
- 3ª Cadeira – introdução à física;
- 4ª cadeira – química mineral; noções de química orgânica;
- Aula – desenho de perspectiva e de arquitetura;
- Aula – desenho cartográfico.

QUARTO ANO – Curso de engenheiros civis – 1º Ano

- 1ª Cadeira – teoria da resistência dos materiais;
- 2ª Cadeira – tecnologia das profissões elementares;
- 3ª Cadeira – física industrial (prof. Francisco Ferreira Ramos);
- 4ª Cadeira – arquitetura civil; higiene das habitações (prof. Alexandre Albuquerque, substituto de Ramos de Azevedo).

QUINTO ANO – Curso de engenheiros civil – 2º Ano

- 1ª Cadeira – estabilidade das construções (prof. Hippolyto Gustavo Pujol Jr. ou Guilherme Winter);
- 2ª Cadeira – tecnologia do construtor mecânico (prof. Felix Hegg);
- 3ª Cadeira – hidráulica; abastecimento de água e esgoto; saneamento das cidades (Pro. João Pereira Ferraz);
- 4ª Cadeira – mecânica aplicada às máquinas (I parte); bombas e motores hidráulicos;
- Aula – desenho de máquinas e levantamento de rascunhos.

SEXTO ANO – Curso de engenheiros civil – 3º Ano

- 1ª Cadeira – estradas, pontes e viadutos (prof. Guilherme Winter);
- 2ª Cadeira – rios, canais e portos de mar; faróis;
- 3ª Cadeira – motores térmicos; motores de ar comprimido, moinhos de vento. (prof. Felix Hegg);

- 4ª Cadeira – estradas de ferro;
- 5ª Cadeira - economia política; direito administrativo e estatística.

A rotina de atividades na escola foi estabelecida da seguinte forma: pela manhã, os alunos assistiam às aulas teóricas dos catedráticos, seguidas dos exercícios aplicados pelos ‘repetidores’ e as tardes eram reservadas aos trabalhos práticos nos laboratórios e oficinas.

Segurado formou-se na Escola Politécnica, então sob direção de Ramos de Azevedo⁹, que assumiu o cargo após a morte de Paula Souza, em 1917. Pode-se dizer que essa instituição, representando os ideais republicanos, apostava na inserção do país na economia industrial por meio do desenvolvimento tecnológico e da formação de recursos humanos aptos para tal propósito.

Tanto a *Rose Poly*, fundada em 1874, onde estudou Lix da Cunha, como a Escola Politécnica de São Paulo, fundada em 1894, onde estudou Segurado, foram orientadas segundo estruturas já experimentadas de escolas europeias. Vinha do continente europeu o modelo educacional a ser adotado, obviamente adaptando-se às especificidades de cada local.

As duas escolas tinham objetivos semelhantes, foram fundadas, sob uma visão positivista e progressista para, por meio da excelência científica, suprir uma demanda por recursos humanos. A norte-americana visava, a princípio, atender à demanda por técnicos capacitados aos empreendimentos privados de seu fundador e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico regional do estado de Indiana. A escola paulista visava contribuir para a concretização de um projeto nacional de desenvolvimento industrial.

O modelo de organização das duas instituições é europeu; até então o centro da vanguarda científica mundial, apostando num ensino que unificava teoria e prática. Ambas foram criteriosamente estruturadas para oferecer conhecimento científico mais atualizado possível.

A duração dos cursos e a composição da grade curricular são diversas, mas ainda assim a estrutura guarda similaridade em relação às disciplinas oferecidas, basicamente das ciências exatas. As aulas práticas realizadas em ateliers, oficinas, laboratórios ou gabinetes eram consideradas essenciais para a boa formação dos engenheiros, além da ênfase confiada ao exercício do desenho e das representações gráficas de maneira geral.

⁹ Ramos de Azevedo dirigiu a escola até 1928.

Figura – Exercício de Aula do Curso Preliminar – Desenho à Mão Livre (prof. Enrico Via) 1913, Segurado.
(Fonte: Arquivo Particular Segurado)

Figura – Exercício de Aula do Curso Preliminar – Desenho a Mão Livre (prof. EnricoVia), 1914. Segurado nº13.
(Fonte: Arquivo Particular Segurado)

Os engenheiros-arquitetos Mário Penteado e Eduardo Badaró formaram-se na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1931 e 1934 respectivamente: cerca de quinze anos depois dos dois engenheiros civis, Lix e Segurado.

Diferentemente do ensino dos institutos politécnicos, a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) era herdeira direta da Academia Francesa, fundada no Rio de Janeiro durante a monarquia, e que teve sua primeira organização elaborada pela Missão Francesa. O curso de engenharia da ENBA só ganhou destaque a partir da instauração do regime republicano, que, investindo na fundação de novas escolas e no aprimoramento das poucas existentes, entre elas a Politécnica do Rio de Janeiro, acabou por fornecer pessoal selecionado ao quadro docente da ENBA. Esses novos profissionais, membros da elite cultural, política e econômica do país, foram os responsáveis pelo fortalecimento da instituição; por meio de seus contatos políticos e de suas formações privilegiadas, podiam acompanhar os movimentos de vanguarda artística, cultural e científica do mundo¹⁰. Entre 1920 e 1933, a procura pelo curso de arquitetura foi expressiva e coincidiu com o acentuado aumento de construções na capital federal. Entre os engenheiros que passaram a figurar no corpo docente da ENBA, vale destacar Gastão Bahiana, engenheiro diplomado pela *École des Hautes Études Industrielles de Lilli*, em 1893; Arquimedes Memória, engenheiro-arquiteto diplomado na ENBA, em 1917; Adolfo Morales de Los Rios Filho, engenheiro-arquiteto pela ENBA, em 1914; Heitor de Mello, também diplomado na ENBA, em 1898; os politécnicos Felipe dos Santos Reis e Luiz Nogueira de Paula.

Durante a década de 1920, alunos e professores da ENBA compartilharam uma mesma preocupação: descontentamento com o ensino, que não favorecia a inserção dos arquitetos na partilha com engenheiros pela produção arquitetônica da capital.

Enquanto o número de construções aumentava de forma significativa, os arquitetos da ENBA, à margem dessa produção arquitetônica expressiva, iniciam um processo de questionamento do próprio método de ensino da escola, que eles consideravam desatualizado

¹⁰ O historiador Durand enfatiza que a importância que o curso de arquitetura da ENBA conquistou se deve em grande parte ao perfil sócio-econômico dos novos alunos e dos professores. “A alteração ‘para cima’ de base social de recrutamento do estudante de belas artes, e as iniciativas de organização profissional corporativa de engenheiros e de arquitetos exprimem novos interesses e um alinhamento de forças e de capacidade de protesto até então desconhecidos pelos dóceis aprendizes de escultura e pintura. É nessa ótica que se explica a vigência de uma ‘grande intranquilidade’ entre os estudantes de arquitetura da ENBA em 1928 e 1929, o que ensejou uma greve e acabou oferecendo a base de apoio necessária para, uma vez alterada a ordem política do país com a Revolução de 1930, o jovem arquiteto Lúcio Costa ser nomeado seu diretor.” (1989, p.73)

e arraigado aos preceitos da Academia Imperial, isto é, em descompasso com as demandas práticas da realidade. Essa defasagem tornava-se incômoda para os futuros arquitetos da ENBA, que desejavam um arquiteto no cargo de direção da escola, o professor Arquimedes Memória. Os arquitetos ansiavam por desempenhar um papel de destaque no campo da construção civil, então majoritariamente ocupado pelos engenheiros politécnicos do país ou estrangeiros. Almejavam o reconhecimento da categoria profissional, que reunia conhecimentos artísticos e técnicos.

Alguns avanços foram sentidos no sentido de fortalecer a categoria, como a criação de órgãos de classe - Sociedade Central de Arquitetos¹¹, Instituto Brasileiro de Arquitetos (1921), Instituto Central de Arquitetos (1925), o futuro Instituto de Arquitetos do Brasil IAB - e, sobretudo, pela regulamentação da profissão de arquiteto através do Decreto-lei nº 23.569¹² de 11/11/1933, que regulamentava o exercício profissional do engenheiro, arquiteto e

¹¹ Em 1920, Archimedes Memória participa como sócio e fundador da Sociedade Central de Arquitetos, sob presidência de Adolfo Morales de Los Rios. Em 26/01/1921, um grupo de arquitetos reunidos com Archimedes Memória, na sala de História e Teoria da Arquitetura da ENBA, funda o IAB, sob a presidência de Gastão Bahiana. (Memória, 2008, p.56)

Gestão de Bahiana presidiu o IAB de 1921 a 1924.

“Com um ano de idade o instituto rachou e Adolfo Morales de los Rios passou a dirigir a Sociedade Central de Arquitetos. Mas, esse divórcio não durou muito, pois em 1925 as duas bandas se fundiram no Instituto Central de Arquitetos, atendendo ao apelo de Jose Marianno Filho, médico de formação, mas diretor do instituto e espécie de mecenas do neocolonialismo.” (IAB 80 anos, 2001, p.9-10)

¹² “Decreto n.23.569, de 11 de dezembro de 1933. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. O chefe do Governo provisório da República dos Estados unidos do Brasil, na conformidade do art. 1º do decreto nº 19.398 de 11/11/1930, resolve subordinar o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor às disposições seguintes: Capítulo I – dos profissionais de engenharia, arquitetura e agrimensura.

Art. 1º - O exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor será somente permitido respectivamente:

- a) Aos diplomados pelas escolas ou cursos de engenharia, arquitetura ou agrimensura, oficiais, da União Federal, ou que sejam, ou tenham sido ao tempo da conclusão dos seus respectivos cursos, oficializadas, equiparadas às da União ou sujeitas ao regime de inspeção do Ministério da Educação e Saúde Pública;
- b) aos diplomados, em data anterior à respectiva oficialização ou equiparação às da União, por escolas nacionais de engenharia, arquitetura ou agrimensura cujos diplomas hajam sido reconhecidos em virtude de lei federal;
- c) Àqueles que, diplomados por escolas ou institutos técnicos superiores estrangeiros de engenharia, arquitetura ou agrimensura, após o curso regular e válido para exercício da profissão em todo o país onde se acharem situados, tenham revalidado os seus diplomas, de acordo com a legislação federal do ensino superior;
- d) Àqueles que, diplomados por escolas ou institutos estrangeiros de engenharia, arquitetura ou agrimensura, tenham registrado seus diplomas até 18 de junho de 1915, de acordo com o decreto nº 3.001 de 9 de outubro de 1880, ou os registraram consoante o disposto no art. 22, da lei nº 4.793, de 7 de janeiro de 1924.

Art. 3º - É garantido o exercício de suas funções dentro dos limites das respectivas licenças e circunscrições, aos arquitetos, arquitetos-construtores e agrimensores que, não diplomados, mas licenciados pelos Estados e Distrito Federal, provarem, com as competentes licenças o exercício das mesmas funções à data da publicação deste decreto, sem notas que os desabonem, a critério do Conselho de Engenharia e Arquitetura.” (Fonte: Revista da Prefeitura do Distrito Federal, ano II, nº8 – jan 1934, p.58)

agrimensor, restringindo as funções circunscritas aos arquitetos licenciados e construtores que sem titulação acadêmica ainda competiam no mercado de trabalho com os profissionais de nível superior. Regras mais rígidas são impostas pela nova legislação no sentido de valorização do título acadêmico. Até a década de 1920, foram poucos os profissionais formados nos cursos da Poli, de São Paulo ou do Rio, e da Belas Artes.

Essa situação de coexistência de tipos distintos de capacitação para um mesmo exercício profissional perdura por toda a década de 1930. A análise do quadro de profissionais atuantes no setor da construção civil, em Campinas, indica um valor expressivo de obras realizadas pelos licenciados. No entanto, as obras mais significativas e de caráter público eram exclusivamente atribuídas aos engenheiros civis ou arquitetos, como também seria a grande maioria das novas residências construídas no Cambuí. Essa questão será abordada no capítulo subsequente.

Outra conquista dos professores e alunos da ENBA foi a sua elevação a nível superior de ensino. Porém, ainda assim, o ensino não satisfazia aos anseios de atualização que a própria realidade impunha aos futuros profissionais. Foi a mudança drástica nos rumos da política, com o golpe de 1930, que possibilitou que a estrutura conservadora da instituição fosse também alterada. A força política do golpe animou os ânimos para reestruturação da Escola Nacional de Belas Artes.

A diretoria da escola foi dissolvida e foi nomeado¹³ para o cargo o jovem arquiteto Lúcio Costa (28 anos), formado pela própria ENBA, em 1924. Costa promoveu uma remodelação, ansiada pelos alunos, que refletia o grande debate teórico inscrito no campo das artes e da política, confrontando questões de nacionalidade/regionalismo às de universalismo/cosmopolitismo.

Afora as controvérsias que concorrem para sua nomeação como diretor da ENBA, Costa introduziu na academia o debate que circulava pelos meios culturais do momento. O mérito de sua gestão não reside na organização de uma nova estrutura pedagógica de ensino - uma vez que não desenvolveu um novo projeto metodológico de ensino, apesar de

¹³ Segundo seu depoimento, não tinha intenção de assumir cargo de tal magnitude, como assim declarou: *“Nunca pretendi ser diretor da ENBA. Não conhecia o ilustre Sr. Francisco Campos e o seu convite me surpreendeu. Chamado pelo então diretor do gabinete, dr. Rodrigo de Mello Franco de Andrade, que eu também não tinha o prazer de conhecer, tive a surpresa de saber da intenção do Governo.”* (Costa, 2007, p.41)

providenciar a contratação¹⁴ de profissionais engajados com o discurso das vanguardas modernas - , consiste, sim, na inclusão da academia no seio desse grande debate cultural.

Para além da queima simbólica do Vignola pelos alunos, as alterações não foram radicais. A grade curricular permaneceu a mesma, mas o conteúdo das disciplinas foi parcialmente alterado com a inclusão de temas práticos vinculados à vida cotidiana: casa mínima, clínicas, postos de gasolina, grupos escolares etc. Porém, para os alunos ansiosos pelas mudanças, “*a revolução do ensino de arquitetura foi total*”, como declarou o ex-aluno Abelardo de Souza. (1978, p. 26)

Figura – Caricatura de Lúcio Costa, por Gerson Pompeo Pinheiro, ex-aluno da ENBA. (Fonte: Revista de Arquitetura, ENBA. Rio de Janeiro, Ano I nº8, 1934, p.7)

¹⁴ Gregori Warchavchik (34 anos) foi contratado para a cadeira de Composição de Arquitetura do 4º ano - note-se que a disciplina continuava a mesma; o artista Leo Putz (61 anos) para a cadeira de Pintura; o escultor Celso Antonio (34 anos) para a cadeira de Escultura; Affonso Eduardo Reidy (20 anos) como assistente de Warchavchik; Felipe dos Santos Reis, catedrático da Poli, para a cadeira de Resistência dos Materiais; Edson Passos, catedrático da Poli para a cadeira de Materiais da Construção; Mello e Souza, famoso escritor, para a cadeira de Cálculo Integral.

Penteado e Badaró frequentaram o curso de arquitetura da ENBA justamente durante esse conturbado e fervilhante contexto cultural. Penteado ingressa na instituição¹⁵ em 19 de março de 1925, como atesta seu registro no Livro de Matrículas nº2 1921-1926, página 122.

“O Sr. Mário de Camargo Penteado, filho de José Ferreira Penteado e D. Alice de Camargo Penteado de 19 annos de idade, natural de Campinas, Estado de São Paulo, residente à rua Silveira Martins, 126, havendo satisfeito todas as exigências do Regulamento desta Escola, matriculou-se na Primeira serie do Curso Geral, em 19 de março de 1925.”

Em 24 de janeiro de 1931, Penteado recebeu o diploma de engenheiro-arquiteto pela Universidade do Rio de Janeiro, Escola Nacional de Belas Artes.

Figura – Diploma de Mário Penteado, que lhe conferiu o título de engenheiro-arquiteto, nº 90 da Escola Nacional de Belas Artes. (Fonte: CAD-PUCC)

Sabe-se que, no ano de 1930, Penteado esteve engajado no movimento estudantil em favor da manutenção de Costa na direção da escola, conforme relato de Mindlin sobre

¹⁵ Lista dos 57 alunos matriculados em 1925: Mario Moura Brasil do Amaral, Otto da Rocha e Silva, José Ovidio Romeiro Filho, Frederico Daguirre de Faro Filho, Gabriel de Queiroz Vieira, Cide de Moraes Vellez, Helio Freire Braga, Floriano Castilhos Saddock de Sá, Firmino Fernandes Saldanha, Francisco Monteiro Valente, Alberto da Silva Gordo, José Angelo de Oliveira, Thomaz Pires Rebello, Moacyr Santa Rosa Araujo, **Mario de Camargo Penteado**, Hugo Mamede, Helio de Queiroz Duarte, José Veríssimo de Sá, Carlos Eugenio d'Alcantara e Almeida Magalhães, Fernando S. Almeida, Germano Fernandes de Oliveira, Álvaro Burgos Carneiro Campos, Caio Graccho Maranhão, Eduardo Barros de Moraes, Dácio de Andrade Veiga, Leônidas Vargas Dantas, Aguinaldo da Costa Mattos, Paulo Armando Gouvêa, Cauby Pulcheri, Augusto Alfredo Barbosa C. Farias, Oswaldo José Rosas, Archimedes Marianno de Azevedo, Jayme Brasilio Araújo, Victor Treidler, João Dias Teixeira, Joaquim Ayres da Silva, Jorge de Oliveira Fernandes, Raul de Mello Rego, Carlos Cláudio da Silva Costa, Waldemiro Prado de Moura, Bolivar Miranda, Mario Gomes, Albino dos Santos Froufe, Oswaldo Dias Pereira, Marcelo Roberto Doria Baptista, Sebastião Claudino Oliveira Cruz, Aureliano Luiz de Farias, Annibal Martins Ferreira, José Correa Velho, Armando Pereira de Andrade, Deodoro Sarmento, Heitor de Paiva, Ito Dolabella, Tullio de Candia, Hildebrando Pelagio Rodrigues Pereira, Reynaldo Cruz dos Santos, Tupy Brack. (Fonte: Livro de Matrículas nº2 1921-1926 / 6202- Museu D. João VI / EBA –UFRJ)

participação dos estudantes na greve¹⁶: “Do grupo de alunos que viveu essa fase ‘heróica’ da arquitetura brasileira, e que recebeu o apoio da maioria absoluta dos estudantes, faziam parte Luiz Nunes (cuja morte prematura ceifou uma carreira promissora), Jorge Machado Moreira, Renato Vilela Carlos Leão, Annibal Melo Pinto, Ernani Mendes de Vasconcellos, Orlando Dourado, Raul Marques de Azevedo, **Mário Camargo Penteado**, Edison Nicoll, José Carvalho Castilhos, Regina Reis, Galdino Duprat da Costa Cunha Lima, Antonio Osório Jordão de Brito, José Regis dos Reis, Benedito de Barros, Alcides Rocha Miranda, Ary Garcia Roza, João Lourenço da Silva, Lauro Barbosa Coelho, Eugênio Proença Sigaud, Aldo Garcia Roza, Antonio Pinto, Ruy Costa, Francisco Saturnino de Brito e Edgard Guimarães do Valle.” (2000, p. 27, grifo nosso)

Durante o período em que Penteado¹⁷ frequentou a ENBA (1925-1931), o curso estava organizado conforme estabelecia o regulamento instituído pelo Decreto nº 11.749 de 13 abril 1915. Para obter a titulação de engenheiro-arquiteto, o aluno deveria frequentar o Curso Geral, dividido em três séries anuais, e o Curso Especial de Arquitetura, que correspondia aos três últimos anos da graduação. As disciplinas, perfazendo a carga horária de 30 horas semanais, eram organizadas na grade curricular¹⁸ da seguinte forma:

PRIMEIRO ANO - Curso geral

- Desenho figurado (prof. Modesto Brocos e Lucílio de Albuquerque);
- Desenho geométrico (prof. João Ludovico Maria Berna);
- História das belas artes (prof. José Flexa Pinto Ribeiro);

SEGUNDO ANO – Curso geral

- Desenho figurado (prof. Modesto Brocos e prof. Lucílio de Albuquerque);
- Desenho de ornatos e elementos da arquitetura (prof. Raul Lessa Saldanha da Gama e prof. Fernão Nereo Sampaio);
- Escultura de ornatos (prof. Petrus Verdié);

¹⁶ Nenhum dos nomes citados por Mindlin fez parte da turma de Penteado - 1926. Já da turma de 1929, a qual Badaró pertence, foram identificados os nomes sublinhados.

¹⁷ O histórico escolar de Penteado encontra-se no Anexo D.

¹⁸ Fonte: Carta do diretor Archimedes Memória ao Ministro Oswaldo Aranha (manuscrito), 04 out. 1931. – CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Arquivo Oswaldo Aranha. Livro de Matrículas nº2 1921-1926, p. 122. (6202) Museu D. João VI – UFRJ. Identificação de Professores: Uzeda, 2006, p. 431-432.

- Geometria descritiva e primeiras aplicações às sombras e à perspectiva (prof. Gastão Bahiana);
- História natural, física e química (prof. Cincinato Américo Lopes);

TERCEIRO ANO – Curso geral

- Desenho figurado (prof. Rodolfo Chambeland);
- Escultura de ornatos (prof. Petrus Verdié);
- Composições elementares de arquitetura (prof. Raul Lessa Saldanha da Gama);
- Geometria descritiva e primeiras aplicações às sombras e à perspectiva (prof. Gastão Bahiana);
- Matemática complementar (prof. José Gurgel Dantas, prof. Miguel Calmon du Pin e Almeida e prof. Julio Cesar de Melo e Souza);

QUARTO ANO – Curso especial de arquitetura

- Composição de arquitetura – grau mínimo (prof. Arquimedes Memória);
- Resistência dos materiais (prof. Heitor de Lyra e Silva, prof. José P. Meira de Vasconcelos, prof. Augusto B. Belfort Roxo e prof. Felipe dos Santos Reis);
- Construção: materiais (prof. José Pereira da graça Couto);
- Geometria descritiva e topografia (prof. Álvaro José Rodrigues);

QUINTO ANO – Curso especial de arquitetura

- Composição da arquitetura – grau médio (prof. Arquimedes Memória);
- História e teoria da arquitetura (prof. Adolfo Morales de los Rios e Filho);
- Legislação da construção e economia política (prof. Diogo Chalhéo);

SEXTO ANO – Curso especial de arquitetura

- Grandes composições de arquitetura – grau máximo (prof. Arquimedes Memória).

São valiosos alguns apontamentos que o arquiteto Souza, ex-aluno da ENBA, faz da instituição durante esse período que antecede à reforma de 1931. Souza faz críticas contumazes ao método de ensino, mas ao mesmo tempo reconhece sua importância para uma base sólida para o futuro exercício profissional. Sobre a Cadeira de Desenho Figurado, comenta: “*Copiávamos exaustivamente motivos de florões, capitéis¹⁹, bustos, sem direito a qualquer criação ou interpretação. Papel canson no cavalete, fusain (carvão) e miolo de pão*

¹⁹ Os desenhos de Segurado para a disciplina desenho à mão livre (Poli) parecem obedecer à mesma temática proposta na cadeira de desenho figurado da ENBA.

como borracha. Foi uma boa experiência, pois quase todos os ex-alunos, hoje formando a velha guarda da arquitetura brasileira, desenham bem. Na folga de alguma aula teórica nós íamos fazer ‘modelo vivo’, tanto em pintura como em escultura, o que foi de grande valia par nós, alunos.” (1978, p.21, grifo nosso.)

Sobre a cadeira de escultura e ornatos: “Tínhamos, na cadeira de Escultura de Ornatos, um professor francês Petrus Verdier, figura imponente, cavanhaque branco, olhos azuis. Copiávamos novamente, só que em barro, os mesmos capitéis, os mesmos florões, vasos e bustos. Esta cadeira nos dava a avaliação da terceira dimensão, muito importante para a nossa arquitetura.” (Ibid., grifo nosso.)

E continua Souza, de forma controversa, relatando sua experiência acadêmica: “A cadeira de descritiva era dada pelo professor Álvaro Rodrigues, realmente um grande mestre e profundo conhecedor da matéria. As épuras eram feitas em papel canson, sempre a nanquim e com as sombras marcadas e feitas com aguadas. Essa matéria é muito útil na vida profissional do arquiteto. (Ibid., p.22, grifo nosso.)

“A cadeira de Perspectiva e Sombras era dada pelo professor Gaston Bahiana, brasileiro criado na França e que falava com acentuado sotaque. (...) depois de dois anos de aulas teóricas e práticas e de nos ter ensinado, aliás muito bem inúmeros métodos de perspectiva, dizia no fim do ano, que sempre seria bom dar uma ajuda com o nosso sentimento, à perspectiva, mesmo quando feita dentro do mais rigoroso método.” (Ibid., p.22, grifo nosso.)

É curioso como Souza salienta a importância e a qualidade do ensino e dos professores, ao mesmo tempo ridicularizando enfaticamente a formação acadêmica que recebeu: “(...) tudo dentro da mais completa inutilidade” (...). E pensar que com aquele ensino, com aqueles professores completamente desatualizados da realidade, completamente ignorantes do que já se fazia no resto do mundo, se formaram arquitetos, citando apenas alguns, como Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Marcelo Roberto, Atílio Correa Lima, Paulo Antunes Ribeiro e Jayme da Silva Telles.” (Ibid., p.24)

Entretanto, exatamente por conta dessa formação acadêmica, graduaram-se na ENBA esses mesmos grandes arquitetos referidos por Souza e muitos outros.

Sobre a desatualização da realidade por conta dos professores, vale salientar que Le Corbusier proferiu palestras na escola²⁰, em dois momentos distintos, 1929 e 1936; se não foi à convite da instituição, ao menos contava com o aval da congregação dos professores.

As incongruências sublinhadas no depoimento de Souza nos revelam o caráter operativo desse discurso, que objetiva validar a corrente de arquitetura moderna brasileira, conformada, sobretudo, pela “geração heróica” carioca. É, de fato, um valioso documento de época.

Em 1931, após a destituição de Costa do cargo de diretor da escola, Arquimedes Memória foi nomeado diretor. Um novo regulamento estabelecido pelo decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, introduziu na grade curricular da escola três novas disciplinas - urbanismo, arquitetura paisagista e tecnologia e composição decorativa - e reduziu para cinco anos a duração do curso de arquitetura. Esse novo regulamento foi bastante semelhante ao projeto realizado, em 1927, pela própria congregação da escola, o que demonstra que as preocupações em torno de alterações no ensino da ENBA já eram objeto de questionamento por parte dos professores, ditos ‘conservadores’, que antecederam a gestão de Costa.

O engenheiro Badaró²¹ ingressou na ENBA em 16 de março de 1929, e se formou em janeiro de 1934, como consta nos livros da escola:

²⁰ O cotejamento entre diversos relatos sobre as palestras de Le Corbusier na ENBA nos revela o caráter operativo do discurso de Lúcio Costa. Costa relatou: “No Rio, na primeira conferência que fez, em 29, a sala estava cheia, abarrotada. Pessoas interessadas, assim como em qualquer parte onde ele fosse, porque tinha a palavra fácil e precisa.” (Costa, 2010, p.123) “Naturalmente, como essa conferência foi muito badalada, fui par o salão nobre da Escola de Belas Artes. Cheguei lá e já tinha começado. O salão estava cheio e as porás – as três porás que dão pra o hall da escada – estavam abarrotadas de pessoas olhando e querendo participar. (Ibid., p.154-155).

“O fato da conferência ser em francês já restringia o público. Lembro-me que havia só uns dez, doze na primeira conferência de Le Corbusier. (relato de Alcides da Rocha Miranda, em 1989)”. (Cavalcanti, 2006, p. 42).

A palestras realizadas em 1936 mesmo sendo divulgadas antecipadamente divulgadas pela Revista Arquitetura e Urbanismo (jul.-ago.1936) não tiveram a concorrência que se esperaria para um nome de vulto como o do orador.

A Carta de Manuel Bandeira a Mário de Andrade:

“Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1936.

Mário,

recebi por intermédio do José Portinari os exemplares da sua oração de paraninfo. Muito boa. Já conhecia, aliás, essas suas idéias. O que você diz da música é verdade para as outras coisas – para a arquitetura, por exemplo. Todos esses rapazes (são centenas) que estudam na Escola de Belas não querem saber senão de cavar diploma. O Le Corbusier fez seis conferências aqui, e era natural que os alunos da Escola enchessem a sala. Pois tinha lá uma meia dúzia ...” (Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira, 2001, p.624, grifo do autor)

²¹ Lista dos 102 alunos matriculados na ENBA, em 1929: Afranio de Faria, Arthur Oberlander de Carvalho, Affonso Celso Belfort de Ouro Preto, Alfredo Freire da Costa, Antonio Mario Barreto, Alverne Lins, Bianor de Almeida Lamare, Clito Barbosa Bokel, Deodato d’Annibale, Dyvaldo Ferreira de Oliveira, Djalma Landim,

“O Sr. Eduardo Edargê Badaró, filho de Eduardo Gé Badaró e de Stella Ivahy Badaró de 20 annos de idade natural de São Paulo, estado de São Paulo, residente à avenida Henrique Valladarez n°41, havendo satisfeito todas as exigências do Regulamento desta Escola, matricule-se na primeira serie do Curso Geral, em 16 de março de 1929.” (Fonte: Livro de Matrículas n°4 1929-1930 (6204), Museu D. João VI – UFRJ, p 83).

“Diploma de engenheiro-arquiteto. Universidade do Rio de Janeiro. Escola Nacional de Belas Artes. Em nome do governo da República dos Estados Unidos do Brasil, o diretor da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Rio de Janeiro, confere o título de engenheiro-arquiteto ao Sr. Eduardo Edargê Badaró, filho de Eduardo Gé Badaró e d. Stella Ivahy Badaró, nascido aos 25 dias do mês de julho de 1908, no Estado de São Paulo (capital), por ter completado o Curso Especial de Arquitetura de conformidade com o artigo n°193 do Regulamento anexo do Decreto n° 11.749 de 13 de outubro de 1915. E, para que goze dos direitos e prerrogativas inerentes à sua profissão, mandou passar o presente diploma de engenheiro arquiteto, que vae assinado pelo Reitor da Universidade, pelo Diretor da Escola, pelo Secretário e pelo titulado. Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Rio de Janeiro aos 08 de janeiro de 1934. Candido de Oliveira Filho, Reitor. Archimedes Memória, Diretor. Nelson Henrique Baptista, Secretário. Eduardo Edargê Badaró, titulado.” (Fonte: Livro de Registro de Títulos, Premiações e Diplomas Expedidos 1903-1970. (6217), Museu D. João VI – UFRJ, p 56).

Ernani Mendes de Vasconcellos, Eduardo da Fonseca, Euclides de Mello Boracho, Durval Brochado Martha, Eduardo Guidão da Cruz, Elmano da Silva Couto, Everardo Del Negro, Eugenio Pécora Seara, Eliseu Lagoeiro Torres, Eudoro de Barros F. Lacerda, Fernando Nogueira Castello Branco, Francisco Victor da Fonseca e Silva Palma, Francisco Alberto Domingues Machado, Felipe Moreira Caldas, Fricinal de Siqueira e Silva, Fideli Barbastefano Filho, Fabio Crissiuma de O. Figueiredo Gilberto de O. Ramos da Silva, Henrique Vaz Correa, Haroldo Isaac Werneck dos Santos, Henrique Canongia, José Watson, João de Mello Campos, José Regis dos Reis, Jesus Pinheiro da Motta, Joaquim de Moura Coutinho, Ila Schueler de Araripe Macedo, Jacques Barbosa Gonçalves Penna, Lino Ângulo, Lucien Remy Fiho, Lauro Andrade do Valle, Luiz de Azevedo Silveira, Lauro Gusmão Pereira Lessa, Martin Correa Garcia, Maurício M. Rodrigues, Manoel Eduardino da Silva Couto, Manoel Moreira Caldas, Mario Gonçalves Cortez, Manoel Rodrigues Leite Pitanga, Mary Abrantes Del Vecchio, Marcos Kaz, Lauro Durão Barbosa, Oscar Leite de Almeida, Omar Kaled, Oswaldo Valle Vieira, Prospero Vitalo, Pedro Carlos Tavares da Silva, Rosthan Pedro de Farias, Roberto John Taves, Raymundo Salles Filho, Rub Shueler de Araripe Macedo, Sebestião de Almeida Pocinho, Candido de Almeida, Sylvio Valença de Lemos, Themistocles França Coutinho, Valentim Peres de Oliveira Netto, Ivan Mariz, Lourival Nobre de Almeida, Orlando Velloso Dourado, Umbelino Pereira Martins, Haroldo Mauro, Edgar Guimarães do Valle, Ennio de Miranda Costa, Adhemar Marinho da Cunha, Mario Couto Cruz, Sylvio Benjamin Foster Vidal, Joaquim José de Sá Freire, Décio José de Carvalho Werneck, Jurandyr da Motta Guimarães, Alvaro Cesar de Mello Castro Menezes, Mucio Gomes da Silva, **Eduardo Edargê Badaró**, Pyro Curti Adolphsson, Eduardo Mendes Gonçalves, Eli de Almeida Lamare, Rubens Porto, Raul de Mello, Luiz Feliciano Gurjão Bentes, Mauro Renault Leite, Sara M. Bezerra de Menezes, Jeronymo Coimbra Bueno, Eduardo da Veiga Soares, Abelardo Coimbra Bueno, Cesar de Moura Coutinho, Oswaldo de Noronha, Ruth Soutinho de Figueiredo, Ernani Martins Rosa, Gilberto de Araújo Cavalcanti, Carlos Alberto Teixeira Soares, Raymundo Paesler, Ubaldino de Moraes Junior. (Fonte: Livro de Matrículas n°4 1929-1930 / 6204 – Museu D. João VI / EBA-UFRJ) Estão grifados os nomes dos alunos que participaram da greve de 1930.

Assim como Penteado, Badaró vivenciou todo o momento conturbado de reformulações da entidade, quando, ao final de sua graduação, em 1934, o novo regulamento já estava em vigor. Badaró, tendo cursado as novas disciplinas implementadas na grade curricular, adquiriu o conhecimento necessário para o exercício futuro da atividade de urbanista na Prefeitura de Campinas.²²

O domínio das representações gráficas de desenho, o controle compositivo do projeto juntamente com um saber técnico-construtivo são seguramente qualidades profissionais que os engenheiros-arquitetos Badaró e Penteado adquiriram em função do ensino acadêmico da ENBA.

Figura – Foto da formatura da turma de Badaró, assinalado à esquerda.
(Fonte: Revista de Arquitetura da ENBA, Rio de Janeiro, Ano I, nº 8, p.7, 1934.)

Em suma, as análises das estruturas das escolas e de suas metodologias de ensino demonstram que, independentemente da formação distinta dos quatro engenheiros, a produção arquitetônica desses profissionais guarda grande similaridade.

As características da obra que realizaram não é reflexo exclusivo de suas formações. Entretanto, o exame da estrutura dessas escolas e das respectivas metodologias de ensino fornece subsídios para tentar compreendê-la. O mercado, o gosto do cliente, as demandas

²² O histórico escolar de Badaró encontra-se no Anexo C.

sociais e espaciais do momento e o próprio perfil pessoal de cada um deles compuseram o conjunto de fatores que incidiu nessa produção coetânea e uniforme.

Sobre as duas politécnicas, pode-se dizer que ambas foram organizadas para atender ao processo de industrialização específica de suas localidades, fornecendo mão de obra especializada e capacitada para contribuir no desenvolvimento tecnológico e econômico. Seus programas de ensino correspondiam à evolução tecnológica do momento e foram estruturados segundo projetos de ensino claramente definidos com o objetivo de atender às respectivas demandas por recursos humanos de cada localidade de origem. As duas escolas tinham como traço principal a ênfase no aspecto técnico-construtivo; as disciplinas eram no geral dedicadas às ciências exatas. Formaram-se, nessas instituições, engenheiros suficientemente qualificados para o exercício profissional.

Lix da Cunha e Segurado estudaram e graduaram-se engenheiros civis, respectivamente em 1918 e 1919. O início de suas atividades profissionais coincidiu com o grande debate estético-político sobre as questões de nacionalidade²³ que fervilhavam no meio intelectual, cultural e acadêmico. Cerca de quinze anos depois, Badaró e Penteado formavam-se engenheiros-arquitetos pela ENBA. Era um momento histórico de bastante turbulência no campo político, social e cultural. Especificamente para a ENBA, foi um período rico em debates e questionamentos.

A ENBA historicamente foi uma instituição que sempre esteve às voltas com complicações, ora de ordem financeira, ora pela falta de alunos ou de professores, ora pela ausência de um programa educacional consistente. Desde sua origem, trouxe como legado um ensino de caráter acadêmico aos moldes da Escola de Belas Artes de Paris, porém era mal organizado. Com o advento da república e posteriormente com o golpe de 1930, a escola não simbolizava no campo artístico os interesses políticos do novo governo republicano. Seu método de ensino deveria se adequar à nova ordem vigente: estar vinculado ao projeto político de modernização do país que incluía a construção do estado nacional brasileiro. Juntou-se a essa vontade política de renovação o descontentamento dos próprios estudantes da escola, e o resultado foi a nomeação de um novo diretor, extrínseco ao corpo docente tradicional.

²³ Alexandre Albuquerque, um dos maiores defensores da causa nacionalista, foi professor de Segurado na Poli-SP.

Os alunos do curso de arquitetura desempenharam um papel significativo na pressão por reformulações no sistema educacional da escola. Como praticamente todos pertenciam à elite social, cultural, política e econômica do país, suas reivindicações tinham influência nos rumos do ensino da escola.

Penteado e Badaró enquanto estudavam na ENBA vivenciaram as grandes modificações no contexto político, econômico e cultural pelas quais o país passava. Foi um momento de efervescência cultural, sobretudo no campo da disciplina arquitetura. As questões da modernidade levantadas em oposição ao academicismo reinante na ENBA geraram tumultuados conflitos, primeiramente apaziguados pela contratação do jovem arquiteto Lúcio Costa, que muito agradou ao corpo discente, mas que, posteriormente, resultou na revolta do corpo docente da secular escola.

Independentemente das mudanças promovidas no ensino da escola a partir de 1930, a instituição sempre manteve como característica primordial o destaque no aspecto artístico; era na essência, uma escola de artes, e, como definiu Penteado, em palestra²⁴ realizada no Rotary de Campinas: *“Arquitetura é uma arte física que se completa com a ciência, mas é essencialmente arte – forma, beleza e estética – completada pela utilidade, estabilidade e durabilidade.”*

Essa talvez seja a principal diferença entre o ensino das politécnicas e o da Belas Artes. As primeiras são mais técnicas, com um ensino pragmático, e a segunda enfatiza a importância da intenção plástica no processo projetual. Entretanto, independentemente das diferenças de formação acadêmica, os quatro engenheiros atuaram como profissionais de seu tempo, atendendo às necessidades de seu momento histórico: construíram além de numerosa quantidade de casas burguesas, as principais edificações modernas de seu tempo – cinemas, indústrias, vilas operárias, hotéis, clubes, estádios, escolas, edifícios comerciais, edificações públicas e institucionais, bancos, hospitais e clínicas, enfim toda a sorte de programas funcionais próprios de uma cidade que, desejosa por romper com seu passado agrário, modernizava-se, industrializava-se e progredia, como no jargão da época.

O legado que esses engenheiros trouxeram para a vida profissional foi de intensa riqueza de discussões e reflete em sua produção arquitetônica a complexidade de questões que vivenciaram durante as décadas de 1920 e 1930. Fizeram parte de uma geração que se via

²⁴ Palestra intitulada *O arquiteto e sua missão na coletividade* proferida no Rotary Clube de Campinas, em 1943.

moderna e cuja produção multivariada conjugava princípios modernos aos acadêmicos. Eram homens de seu tempo: modernos por excelência. Só o contexto de seu tempo dá conta de explicar a pluralidade dessa produção arquitetônica.

O debate nacionalismo/universalismo, o gosto pelo nacional e a questão de identidade

A arquitetura dita neocolonial ou tradicionalista surge nas primeiras décadas do século XX, como movimento de afirmação de valores nacionais, que busca, por meio da colagem insólita de elementos provenientes da arquitetura colonial, legitimar símbolos de uma brasilidade que se tentava engendrar²⁵. Essa visita proposital a um passado específico tinha como objetivo valorizar aspectos regionais/nacionais em contraposição aos valores universais que a arte moderna sugeria.

O debate que mesclava temas estéticos aos políticos ocorreu, simultaneamente, em todas as Américas, coincidindo com as comemorações dos centenários de independência dos estados americanos. Dessa discussão derivou para a arquitetura uma linguagem plástica que transferia para os programas funcionais contemporâneos uma decoração repleta de ornamentos que evocavam as edificações coloniais. Sem constrangimentos, os arquitetos transpunham cópias de ornatos e decorações dos templos religiosos para projetos residenciais da burguesia. Uma onda de viagens às cidades históricas foi patrocinada entre jovens arquitetos e artistas para realizar um levantamento fidedigno do que seria a “genuína” arquitetura brasileira.

O líder carioca desse movimento, o médico José Mariano, financiou, em 1924, as viagens dos seguintes arquitetos: Lúcio Costa para Diamantina, Nestor de Figueiredo para Ouro Preto, Nereu Sampaio para São João Del Rey e Congonhas do Campo e Angelo Brunhs para Mariana. Em paralelo, o catedrático da Politécnica de São Paulo Alexandre Albuquerque incentivou também a ida de seus alunos às cidades históricas. Também Severo Penteado, engenheiro português iniciador desse movimento, promoveu a viagem do artista José Wasth Rodrigues para realização de um levantamento da arquitetura colonial brasileira. Do

²⁵ Os comentários levantados pelo editor de Documentário Arquitetônico, José de Barros Martins, explicam sucintamente o espírito nacionalista vigente à época – década de 20 e 30. “Vivia-se, na época dos Urupês, de Monteiro Lobato, de Juca Mulato, de Menotti del Picchia, da Alma Cabocla, de Paulo Setubal, dos Ipês, de Ricardo Gonçalves, da Revista do Brasil, onde Mário de Andrade divulgou os seus estudos sobre a ‘Arte religiosa no Brasil’, época onde em São Paulo se respirava um clima de brasilidade, mas que não era um movimento, uma campanha nacionalista ou de xenofobia, era, em São Paulo, mais uma vez e como sempre, uma intensa preocupação do Brasil e pelo Brasil, que iria desembocar na Semana da Arte Moderna com seus caminhos e veredas: Verdeamarelismo, Pau Brasil, Antropofagia ...” (Martins, José de Barros. “Nota do Editor” IN: Rodrigues, J. W. Documentário Arquitetônico. São Paulo: Martins editora/EDUSP, 1975.)

levantamento de Rodrigues resultou num estudo publicado em 1945, sob o título de *Documentário Arquitetônico*²⁶.

Na realidade, não se tratava de um movimento exclusivo às Américas. Nos anos vinte, a doutrina regionalista também se propagou pela França. O traumatismo da guerra, o esfacelamento das fronteiras e o declínio de ofícios tradicionais conduziram à valorização do mundo rural e do saber-fazer ancestral em detrimento da civilização urbana e industrial. Arquitetos regionalistas franceses faziam inclusive referência a conceitos de raça defendendo visões ultranacionalistas.²⁷

Uma série de nove artigos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1926, expõe o conteúdo do debate entre arte universal e arte nacional. Era preciso identificar as características daquilo que se pretendia genuinamente brasileiro. Enquanto a vanguarda internacional falava de um homem tipo, o movimento tradicional buscava a definição de um homem brasileiro²⁸. Viviam-se um tempo de legitimação e consolidação do estado nacional e, assim sendo, os valores e discursos que o evocassem eram bem-vindos. No calor dessas discussões teóricas, incidia a ênfase na questão racial, que seria hoje reconhecida como de caráter xenofóbico²⁹.

²⁶ O levantamento foi iniciado em 1918 e perdurou até 1930, dando origem à obra *Documentário Arquitetônico*, editada pela primeira vez em 1945.

²⁷ O cotejamento entre artigos nacionais e franceses revela uma congruência teórica surpreendente. “*Ce qui est bon pour le sanatorium, le garage ou le dock ne l’est pas pour la demeure de l’homme, qui n’est ni mécanique, ni un numéro, et qu’on veut loger, avec son intimité, son repos et son rêve; dans les cellules de ruches anonymes, hygiéniques, glaçantes. Nous moderniser n’est pas forcément nous américaniser, nous germaniser, nous bolcheviser, nous défranciser.*” (Mauclair apud Eleb 2004, p.132)

Outros teóricos franceses, entretanto criticavam essa postura considerada reacionária: “*Nous assistons aujourd’hui en de nombreux pays a une croisade contre l’architecture internationale. Certains écrivains – non moins théoriciens que d’autres – invoquent je ne sais quel mythe de la race pour réclamer une architecture nationale.*” (Hautecoeur apud Eleb, 2004, p.132)

²⁸ As questões que envolvem nacionalidade e identificação de um homem brasileiro são para nossa vanguarda moderna essenciais.

²⁹ Em defesa da arquitetura tradicional, José Mariano comentou: “*A architectura brasileira é a architectura da raça que nella reflecte as qualidades primaciais de seu próprio caracter. Se hoje falamos com sadio entusiasmo no estilo architectonico que nos coube por herança da raça portugueza, e profiamos por vê-lo integralisado na pátria immensa que lhe foi berço, não pensamos em cotejar a sua beleza com a de outros estilos indifferentes à nossa raça.*” (*O Estado de S. Paulo*, 21/04/1926, p.4)

Sobre a mesma temática Ricardo Severo discorreu: “*Não obstante o effeito nivelador da rasoura cosmopolita, que tende a fazer desaparecer as fronteiras e diferenças entre os povos, o facto é que, no intimo de cada povo, surge como um protesto, como um acto de rebelião, esse movimento de concentração nacionalista; pode dizer-se um processo de crystalisações em torno das suas características ethnicas, com as formas tradicionaes que impuzeram e distinguiram esse povo ou nacionalidade no meio de todas as demais. A própria America do Norte,*

Esse ideário de valorização da tradição e do caráter nacional circulava explicitamente, sem qualquer tipo de ressalva: *“Esse movimento aliás americano, de volta às tradições como fonte de inspiração, é determinado, como vimos, em parte, pela repulsa crescente das imitações servis e disparatadas, em parte, pelo desejo intenso de fazer surgir da arte antiga, uma nova apropriada ao meio physico e social que a viu formar-se. (...) a resposta que a todos acudiu e a única que se impõe imperativamente é esta: o estilo que mais nos convém é o ‘nosso’.”* (Artigo VIII. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 out. 1926)

Enquanto Warchavchik, no célebre artigo *Acerca da arquitetura moderna*, de 1925, e Flávio de Carvalho, com *A cidade do homem nu*, de 1930, defendiam o universal³⁰, José Mariano Filho, Wasth Rodrigues, Severo Penteado e Alexandre Albuquerque saíam em defesa do regional. Da série de artigos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, destacamos os seguintes trechos:

- De Wasth Rodrigues: *“Não faço mais do que seguir um movimento que me parece universal. O regionalismo é consequência do excesso de cosmopolitismo.”* (Rodrigues, *O Estado de S. Paulo*, 16 abr. 1926)
- De Mariano Filho: *“Não sei quem disse que architectura é a raça. É uma phrase de profunda e justa observação.”* (Mariano, *O Estado de S. Paulo*, 21 abr. 1926)
“A primeira coisa que se deve apreciar no estilo nacional de um povo, independentemente do interesse artístico de que ele se reveste é a sua profunda e absoluta adaptação às condições sociaes da raça e às exigências do meio physico em cujo cenário ella se formou.” (Mariano, *O Estado de S. Paulo*, 21 abr. 1926)
“Mas, a planta, o programa interior, o partido propriamente da habitação, continuam sempre os mesmos, inflexivelmente adstrictos às exigências sociaes

que é o paiz, melhor aparelhado para a arte ultramoderna, está procurando realizar o seu tradicionalismo.” (*O Estado de S. Paulo*, 15/04/1926, p.5)

E por fim, as palavras de Lúcio Costa, cujo discurso assume um tom mais contundente: *“Toda arquitetura é uma questão de raça, enquanto o nosso povo for essa coisa exótica que vemos pelas ruas a nossa arquitetura será forçosamente uma coisa exótica. Não é essa meia dúzia que viaja e se veste na rue de la Paix, mas essa multidão anônima que toma trens da Central e Leopoldina, gente de caras lívidas, que nos envergonha por toda a parte. O que podemos esperar em arquitetura de um povo assim? Tudo é função da raça. A raça sendo boa o governo é bom, será boa a arquitetura. Falem, discutam, gesticulem, nosso problema é a imigração selecionada, o resto é secundário, virá por si.”* (Costa apud Nobre, 2010, p. 25)

³⁰ O artigo *Acerca da arquitetura moderna* foi publicado no *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1925. O artigo *A cidade do homem nu* foi publicado no *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1930.

da raça e de acordo com o ambiente physico do paiz. Essa noções regionaes, ou melhor – nacionaes – formaram o substractum, o espírito da architectura do povo. Elas independem da moda, estão a cavaleiro das idéias futuristas dos habitantes da lua que se propõem criar tout court uma architectura especialmente acomodada aos reclamos sociaes do seculo, isto é, ao ‘dancing’ e ao aeroplano. Essas noções voltarão mais cedo ou mais tarde a prevalecer no estudo da habitação humana, por que elas representam a sabedoria popular na arte de construir, experimentada e corrigida incessantemente por todas as gerações anteriores.” (Mariano, O Estado de S. Paulo, 21 abr. 1926)

- Sem identificação de autoria: *“A reação tradicionalista, em architectura, pode ser também um aspecto desse movimento de nacionalismo que procura afirmar-se, é antes de tudo, porém, uma renascença do bom senso do gosto artístico de que se despojaram, na sua maior parte, as obras modernas dominadas inteiramente pela sedução dos catálogos parasitas da arte e pelas preocupações quase exclusivas de subordinar as formas às necessidades utilitárias. (...) Tem-se dito que nesta reacção ainda tímida contra os estilos forasteiros, nos esquecemos de que a architectura colonial é também inspirada num barrôco de importação”. (artigo I, O Estado de S. Paulo, 13 abr. 1926, grifo nosso)*

Em suma, pode-se definir o neocolonial como um movimento nacional de contraposição ao universalismo e que foi marcado por dois momentos claramente distintos:

- o primeiro, correspondente às primeiras décadas do século XX, de afirmação da nacionalidade diante da profusão de estilos ecléticos ou forasteiros; nesse sentido, seria uma manifestação promovida e/ou mais aceita pela aristocracia rural paulista na tentativa de garantir um *status quo* em relação aos imigrantes estrangeiros, revelando um caráter xenofóbico.
- o segundo momento, relativo ao final da década de 1920 e princípio da de 1930, que seria de afirmação da nacionalidade diante do universalismo proposto pelas vanguardas modernas e vinculado politicamente à consolidação de um estado nacional.

A repercussão desse movimento na arquitetura foi expressiva, tendo se propagado entre programas de caráter público e privado, nesse caso para as residências da elite. Entretanto, o

exemplo mais significativo aconteceu, em 1922, por ocasião da Feira do Centenário da Independência: a maioria dos pavilhões construídos para o evento empregou o neocolonial como símbolo de nossa nacionalidade.

No Brasil, a questão da nacionalidade ganha o reforço aparentemente incoerente e inusitado da própria vanguarda moderna local. O movimento em defesa de posições nacionalistas deflagrou, como resposta arquitetural, o neocolonial, que não é fruto de uma conduta conservadora, ao contrário, foi inclusive apoiado pelos intelectuais modernos. Nesse sentido, é possível compreender como na sessão de arquitetura da Semana de Arte Moderna foram apresentados inusitadamente projetos vinculados à corrente, posteriormente definida como neocolonial. A oscilação de humor entre um posicionamento pró-tradicionalismo arquitetônico ou pró-vanguardismo é recorrente entre aqueles que se intitularam modernos.

As questões éticas mescladas às políticas engendraram um discurso conflituoso e confuso. Como diz Mário de Andrade: *“Que significa ser moderno? A resposta disso é a coisa mais complicada deste mundo ou a mais simples (...)”*. (Carta de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, 18 abr. 1925).

Uma sequência de quatro pequenos artigos escritos por Mário de Andrade, em 1928 revela as peculiaridades do caso brasileiro. As transcrições selecionadas fornecem o panorama da situação indefinida, na qual a vanguarda brasileira se encontrava. No primeiro artigo, Andrade manifesta sua inquietação sobre a validade do discurso nacionalista: *“Os arquitetos brasileiros andam trabalhando num estilo de casa a que chamam de ‘colonial’ ou ‘neocolonial’. Por mais que certas idéias e tendências modernas se tenham incrustado na minha cabeça, não acho um mal isso não. (...) Meu espírito a esse respeito anda numa barafunda tamanha que resolvi adquirir idéias firmes sobre o caso”* (Diário Nacional, São Paulo, 23 ago. 1928)

No quarto e último artigo, a questão, aparentemente mais amadurecida, ainda não reflete uma postura definitiva em relação à arquitetura. Reconhecendo as incongruências, Andrade comenta:

Entre as circunstâncias que justificam a tentativa dum estilo arquitetônico brasileiro agora, apesar dele contrariar sob vários pontos de vista a orientação da arquitetura moderna universal, resta falar creio que só do fenômeno da nossa atualidade. (...) E o maior benefício que a atualidade estranha trouxe pra gente foi, não coincidindo com o regionalismo e o nacionalismo que já existiam por aqui, levar pela liberdade, pela procura do novo e da realidade nacional, que

se levou os modernistas a matutar sobre o dualismo do fenômeno universal-nacional. (...) Ora os arquitetos que estão trabalhando por normalizar no país um estilo nacional, 'neocolonial', ou o que diabos se chame, estão funcionando em relação à atualidade nacional. A função deles é pois perfeitamente justificável e mesmo justa. O que resta saber é se estão funcionando bem. (Diário Nacional, São Paulo, 26 ago.1928, grifo nosso)

O que se depreende das colocações de Andrade é que, naquele momento, ser moderno era estar em sintonia com questões nacionais e paradoxalmente defender uma linguagem artística moderna universal. Tanto os defensores da arquitetura tradicional quanto os defensores da vanguarda se arrogavam modernos. De fato, ambos estavam refletindo sobre as questões do seu presente. Os discursos operam no conflito e na incongruência. Coteje-se com trechos da entrevista concedida pelo engº Ricardo Severo para o jornal O Estado de S.Paulo, em 1926:

- De sorte que, pelo que estou ouvindo, o seu tradicionalismo não significa em caso algum oposição às modernas tendencias da architectura?
- Não há dique que se oponha à corrente natural dessas modernas tendencias, proprias de todos os tempos. A architectura, como todas as artes, procurará adaptar-se às condições de tempo, de lugar, de meios proprios da vida moderna; terá de adaptar-se ainda aos novos processos mecanicos da construcção; para esse fim procurará formas novas. Na orientação, porém dessa pesquisa ou invenção de novas formas, está o ponto crítico. Alguns, com pretensões a escola, tomaram como novissima aspiração social a praga nevrótica que assola a sociedade moderna; deram às suas artes expressões que são vícios ou molestias dos sentidos ou do genio – na pintura foram do symbolismo ao cubismo, nas letras até o dadaísmo, na esculptura até o manipanço, na architectura até o geometrismo rectilinear, na música até ao 'jazz-band'. (...) Por nenhum principio se pretende estabelecer, sob pretexto de um determinado estilo colonial, neocolonial ou nacional, um molde de archaica rigidez no qual tem de vasar-se a natural expansibilidade da arte moderna (grifo nosso): pretende-se tão somente marcar na composição das cidades e na architectura das casas publicas e privadas, um ou outro caracter que fixe indelevelmente a tradição nacional. (O Estado de S.Paulo, São Paulo, 15 abr. 1926, grifo nosso)

Esse conturbado quadro se prolongou por toda a década de 1920. A arquitetura neocolonial, ou melhor, a arquitetura tradicional, como definiam os defensores dessa linguagem, atraiu muitos adeptos, mas, ao final da década de 1930, esses argumentos de nacionalidade não estavam mais em voga com o mesmo clamor.

Por influência do cinema e das revistas de variedades, uma das versões norte-americanas de neocolonial aporta nas terras brasileiras e difunde-se como um modismo glamoroso: ao lado da arquitetura neocolonial brasileira, essa nova vertente tradicionalista estrangeira se dissemina. A versão do “neocolonial norte-americano” evoca uma decoração de

influência ibérica (ornatos mexicanizados) - estilo missões ou californiano³¹ -, que, pelo glamour de Hollywood, seduz e inspira o gosto da burguesia local. É o *way-of life* norte-americano exportado pela indústria cinematográfica que no período entre-guerras tem forte presença.

A assimilação do que se convencionou chamar missões não aconteceu sem ressalvas. O artista José Wasth Rodrigues, na introdução de sua obra Documentário Arquitetônico, que levou cerca de quinze anos, após o levantamento, para ser publicada, faz duras críticas à incorporação do estilo missões, vertente da arquitetura tradicionalista norte-americana:

Fosse feita há alguns anos atrás a sua divulgação, teria a presente coleção, com certeza, servido para corrigir num melhor sentido o neo colonial, fornecendo sugestões e detalhes autênticos, no que seria útil, ou então, - o mais provável – teria contribuído para agravar o seu aspecto já viciado, - salvo raras exceções – pelo predomínio de uma fantasia de mau gosto e pelos enxertos do ‘Mexicano’ e dos ‘Missões’, pois, uma obra nacional, para ser inteiramente útil a essa finalidade, deveria ter aparecido há mais de vinte anos, no momento do surto sentimental pela casa brasileira antiga, momento em que outros países americanos iniciaram publicações regionalistas sob o mesmo influxo. (1975, p.1, grifo nosso)

Figura - propaganda de automóvel, ao fundo edificação em estilo missões.
(Fonte: HEIMANN, Jim. 30's All-American Ads. Madri: Taschen, 2003)

³¹ Segundo informações de Wolff, estudos norte-americanos apontam para a existência de várias versões de neocolonial nos Estados Unidos da América. (depoimento oral, banca de qualificação do autor, em 09 fev. 2011)

Entretanto, não foi só o estilo missões que inspirou o gosto da sociedade burguesa brasileira. A linguagem moderna associada à exposição francesa de artes decorativas de 1925, posteriormente denominada *art déco*, foi bastante veiculada pelas fitas do cinema norte-americano. Essa estética modernizante, confundida com arquitetura moderna pelos próprios arquitetos da época, disseminou-se pelos mesmos meios de comunicação de massa. A linguagem *art déco*, oriunda de Paris, espalhou-se para o mundo por meio dos Estados Unidos da América: cinema, revistas, publicações de variedades e publicidade.

Figura - capa de importantes revistas norte-americanas de decoração.
(Fonte: HEIMANN, Jim. *30's All-American Ads*. Madri: Taschen, 2003.)

O papel das revistas e do cinema na difusão de modelos de moradia

Toma-se como verdade que parte da arquitetura realizada no Brasil no período entre-guerras, a tal arquitetura execrada pelo grupo moderno – o neocolonial brasileiro e a sua versão norte-americana: o missões – era quase que unicamente um desejo do cliente, influenciado que estava pelo cinema e pelas revistas nacionais e estrangeiras, que impeliavam o desenvolvimento de nossa arquitetura por caminhos tortuosos.

No antológico artigo *Documentação Necessária*, de 1938, Lúcio Costa ridiculariza o comportamento volúvel do arquiteto e do cliente:

(...) o desenvolvimento, também não previsto, do cinematógrafo, que abriu ao grande público, até então despreocupado 'dessas coisas' e habituado às casas simplórias, mas honestas, dos mestres-de-obras, novas perspectivas – 'bungalows', casas espanholas. Do encontro desses dois indivíduos – o proprietário, saído do cinema a sonhar com a casa vista em tal fita, e o arquiteto,

saído da escola a sonhar com a ocasião de mostrar as suas habilidades – o, resultado não se fez esperar: em dois tempos transferiram da tela para as ruas da cidade – desfigurados, pois haviam de fazer ‘barato’ – o ‘bungalow’, a casa espanhola americanizada e o castelinho. Foi quando surgiu, com a melhor das intenções, o chamado movimento tradicionalista de que também fizemos parte. (1995, p.161)

Assim como Costa condenava a frívola preferência estilística do público influenciado pelo cinema, Abelardo de Souza, compartilhando a mesma visão, comentou:

Antes dos anos trinta, a arquitetura brasileira era uma constante cópia de vários estilos que imperavam na época, vindos todos de outras terras. Para a arquitetura residencial, que era o que mais se fazia, copiava-se o ‘espanhol’; com seus grandes avarandados em arcos, suas janelas protegidas por grades de ferro retorcido formando desenhos os mais variados, seus pátios internos pavimentados com lajes de pedra e um poço no meio, geralmente sem água. Copiava-se também o ‘mexicano’, um ‘espanhol’ transportado para o Brasil via Hollywood, sem passar pelo México. (1978, p.15-16)

Curioso notar que Souza estabelece como anterior a 1930 a difusão do estilo mexicano por meio dos filmes hollywoodianos, no entanto essa linguagem arquitetônica é encontrada, sobretudo, nas obras construídas durante a década de 1930.

E sobre o papel das revistas, Souza aponta a influência negativa que periódicos inconsistentes exerciam na formação dos arquitetos:

Todos esses estilos, menos o nosso ‘colonial’ eram revistas ou livros de arquitetura que chegavam por aqui. Duas revistas que eram, a época muito difundidas entre os estudantes, na sua quase total maioria, que não podiam se dar ao luxo de comprar as revistas estrangeiras, eram a MI CASITA que se não nos enganamos, era de origem argentina e uma outra, bem brasileira feita por um então aluno da ENBA, seu proprietário, seu editor, seu redator, autor da maioria dos projetos apresentados, também seu distribuidor. Alguns de seus projetos eram antológicos: as fachadas das casas eram a reprodução das iniciais dos nomes de seus proprietários; (...) (Ibid, p.17-18)

As revistas e o cinema³² realmente criavam padrões de estilo de vida que serviam de inspiração para a formação do gosto do público. Esse influxo³³ era visto de forma negativa

³² Reiterando a ideia de difusão do *art déco* pelos meios de comunicação de massa, a historiadora Aracy Amaral constata: “(...) a industrialização, em ritmo rápido, bem como a intensificação dos meios de comunicação de massa (o rádio, o cinematógrafo, os periódicos), já começavam a divulgar formas, ambientes, e materiais novos em combinações inéditas, refletindo uma diversificação antes desconhecida (é o começo da era do plástico, galalite ou baquelite e metais cromados). “Uma sala linda, como de casa de artista de cinema” já é referência dos anos 30, espelhando os novos modelos, irradiadores de uma fantasia e um comportamento que procedem, cada dia mais, da informação da estética do universo norte-americano.” (Amaral, 1997, p.83)

para alguns arquitetos e de forma positiva para outros. O engenheiro-arquiteto Valentim de Oliveira, também colega de ENBA, reputava o cinema de maneira assaz positiva. Em artigo intitulado *Short*, publicado na prestigiosa revista moderna da ENBA, a Revista de Arquitetura nº 3, de julho de 1934, Valentim observa:

Os pioneiros da moderna arquitetura, sofreram, a principio, o menosprezo de todas as nossas classes sociais. (...) Hoje, no entanto, já se pode notar um ambiente francamente favorável às novas diretrizes da arquitetura. Interessante observar que o apoio das massas populares foi conquistado em grande parte pelo cinema. Não é possível negar o quanto impressionam os modernos e magestosos ambientes das superproduções cinematográficas. Os interiores residenciais dos filmes de uma Crawford, uma Shearer ou um Barrymore trouxeram o aplauso decidido pelos aspetos que a nova arquitetura criou. A mim, pelo menos, parece que Hollywood foi o mais valioso auxiliar na propaganda da nova causa, influindo energeticamente na aceitação desta, por parte do público. É preciso fazer notar, porém, que esta aceitação foi apenas de natureza estética e, por isso mesmo 'parcial'. Cabe a nós arquitetos completar a obra, por uma propaganda serena e intensiva, nas publicações e nas palestras, por todos os meios ao nosso alcance, interessando governantes e governados, fazendo compreender a todos as razões de ser da moderna arquitetura. As iniciativas pouco adiantam. Só com um movimento de classe organizado, poderemos nesta campanha, obter bons resultados. (1934, p.1, grifo nosso.)

Da transcrição acima pode-se extrair algumas importantes colocações: em primeiro lugar, a confirmação da importância do cinema como irradiador de modos e costumes de vida, contribuindo para a constituição do gosto das massas. Em segundo lugar, que o entendimento de moderno, ou melhor, do que seja arquitetura moderna, era, naquele momento, ambivalente. A estética moderna a que se refere o texto é hoje entendida como a linguagem modernizante que se convencionou chamar *art déco*.

Seguindo pelos caminhos do cinema norte-americano, a historiadora norte-americana Cristina Wilson sustenta que os cenários cinematográficos eram verdadeiras fontes de inspiração para o *design* de interiores da vida real. No artigo *Cedric Gibbons: architect of Hollywood's golden age*, Wilson disserta sobre o prestígio do diretor de arte dos estúdios cinematográficos da Metro-Godwyn-Mayer, Cedric Gibbons³⁴, responsável pela popularização de uma estética arquitetônica e de interiores modernizadores que se tornaram

³³ Tanto defensores da causa moderna como sectários da tradicionalista consideravam de forma negativa o poder dos meios de comunicação de massa. Os relatos de Costa e Souza, pelo lado moderno e de Wasth Rodrigues pela tradição são nesse sentido esclarecedores.

³⁴ Foi também criador da estatueta do Oscar.

modelo para revistas de decoração e de arquitetura. “As head of Metro-Goldwyn-Mayer’s art department, he gained unparalleled recognition as one of the film industry’s most influential designers. Gibbons set Hollywood’s artistic standards with elegant setting that attracted audiences to MGM films, garnered critical acclaim, and popularized ideas about architecture and interior design.” (2000, p.101)

Cedric Gibbons, o mais importante diretor de arte de *Hollywood*, teria certamente sido influenciado³⁵ pela linguagem do *art déco*. Entre os inúmeros trabalhos de Gibbons, dois, em especial, constituíam-se como modelos irradiadores de uma nova estética arquitetônica: *Grand Hotel*³⁶ e *The Women*³⁷. Os cenários do filme *Our Dancing Daughters*³⁸, de 1928, tornaram-se também inspiração de ambiência residencial veiculada por grandes revistas de decoração, como a *House Beautiful*, por exemplo. Gibbons empregava nos cenários desses filmes³⁹ uma estética modernizante que era assimilada pelo público leigo e reproduzida pelos profissionais da área. Se, em alguns casos, Gibbons abusava de uma linguagem moderna, em outros ele aplicava o que definiam como “colonial revival design”, sobretudo quando se tratava de cenários residenciais. Ele era um mestre na criação de ambientes que evocavam o gosto americano e seu modo de viver: o *American ideal of good living*. Dessa forma, o cinema norte-americano trazia tanto as influências internacionais modernizadoras como também as tipicamente regionais, ou seja, o estilo missões, por exemplo. A relevância que o

³⁵ “Gibbons, who created an elaborate architecture and design research library at MGM, frequently used films in the present to introduce ‘the most modern forms of architecture’, which he lauded for their considerable freshness in their visual impact. Gibbons use of the term modern suggest not the dogmatic high modernism promoted by the Bauhaus and the other ideologically inclined European architects, but the variety of styles and pseudostyles devolved from it – modern, streamline, and the like. Indeed, it has often been suggested that Gibbons pick up his knowledge of modern design while attending the Paris Exposition des Arts Décoratifs in 1925 – the fair whose name inspired the term art deco. (...) Nevertheless, he would certainly have been aware of the influential Paris event. As the New York Times reported in 1926, the fair’s design aesthetic of bold, abstracted forms an exquisite craftsmanship was ‘steaming toward us on every boat from France’ ”. (2000, p.104-105)

³⁶ O filme *Grand Hotel*, ganhador do Oscar de melhor filme em 1932, tinha no seu elenco os seguintes nomes: Joan Crawford, Greta Garbo, Lionel Barrymore e John Barrymore.

³⁷ O filme *The Women* (1939) estrelado por Norma Shearer, Joan Crawford, Rosalind Russell, Joan Fontaine e Paulette Goddard, se torna uma referência estética salientada inclusive pela revista *House Beautiful*, sempre atenta aos cenários desenvolvidos por Gibbons.

³⁸ *Our Dancing Daughters*, de 1928, foi estrelado por Joan Crawford.

³⁹ O elenco dos filmes *Grand Hotel* e *Our Dancing Daughters* é composto exatamente pelos artistas nomeados pelo arquiteto Valentim de Oliveira, em seu artigo *Short*, parcialmente transcrito anteriormente. É, pois, bastante provável que Valentim estivesse se referindo aos filmes ambientados por Gibbons.

cinema adquiriu como promotor de estética perdurou por toda a década de 1930 e 40. Ninguém ficou imune a essa influência, nem clientes, nem engenheiros e arquitetos.

Organização dos escritórios

Lix da Cunha, após retornar dos Estados Unidos da América, no começo da década de 1920, empregou-se na empresa norte-americana *Standard Oil Company*, com sede na capital, Rio de Janeiro. Em 1922, estava instalado na mesma pensão que o colega Segurado, que trabalhava à época para a construtora Monteiro & Aranha, também atuante em São Paulo. Os recém-formados engenheiros vivenciaram, na capital, os grandes debates do momento, aproveitando a vivência cosmopolita, bem diversa da provinciana Campinas, para a qual retornariam e prosseguiriam em suas carreiras. Enquanto profissionais, acompanharam o discurso acerca do movimento nacionalista em favor de uma arquitetura de viés tradicional, o neocolonial.

O primeiro registro⁴⁰ oficial de obras de Lix da Cunha em Campinas data de abril de 1926. Ele trabalhava, na ocasião, em sociedade com o engenheiro mecânico e eletricitista Antonio Dias de Gouvêa, também formado no instituto politécnico estadunidense. Formaram a empresa Gouvêa & Cunha⁴¹ – Engenheiros e Architectos, que atuava em Campinas e na capital paulista.

Figura - Papel timbrado identificando escritório de Lix de Cunha e Gouvêa
(Fonte: Arquivo Municipal)

⁴⁰ Livro de Registros dos Construtores 19, fls 19. “Apresentaram publica forma de diplomas expedidos pelo Instituto Polytechnico Rose- Lix da Cunha – Engenheiro Architecto (fls 82 verso, a 83 do livro de Registros de Diplomas de Engenheiros nº1 existente na 2ª Secção – Archivo e Registro da Secretaria de Agricultura) – Lix da Cunha – Engenheiros Civil (fls 83, verso, a 85 idem idem) aos 14 de janeiro de 1926. Antonio Dias de Gouvea – Engenheiro Mechanico (fls 79 verso, a 81 – 9/1926) – Engenheiro Electricista (fls 81 a 82 verso, 11/1926)”. (Fonte: Arquivo Municipal)

⁴¹ Em novembro de 1924, organiza a firma Gouvêa & Cunha, juntamente com o colega engenheiro Antonio Dias de Gouvêa, em São Paulo, com sede à rua Líbero Badaró, 51 e em Campinas, com sede à rua Gal. Osório, 981. Em junho de 1936, dissolve a sociedade, e mantém escritório próprio com sede em Campinas.

Figura - Papel timbrado identificando escritório de Lix de Cunha – 1941.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura - Papel timbrado identificando escritório de Lix de Cunha – 1948.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Segurado estabeleceu seu escritório em Campinas no começo da década de 1920. A obra res. Theodoro de Souza Campos (S nº17) consta no livro de Registro de Construtores⁴² como seu primeiro registro oficial, em julho de 1926. Em meados da década de 1930, seu escritório técnico estava instalado à rua Barreto Leme, 1049.

Figura – Papel timbrado identificando escritório de Segurado- 1936. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Papel timbrado identificando escritório de Segurado- 1938. (Fonte: Arquivo Municipal)

⁴² Livro de Registros dos Construtores 19, fls 24. “Engenheiro civil pela Escola Polytechnica de São Paulo – Registro Secretaria de Agricultura – Livro 4º fls 17 verso, a 19 verso, 19/02/1921.” (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Papel timbrado identificando escritório de Segurado - 1947. (Fonte: Arquivo Municipal)

Penteado inicia sua carreira profissional em sociedade com o engenheiro civil José Gerin Netto⁴³, – Gerin & Penteado – parceria que dura de 1931 a 1933⁴⁴. Em 1933, já desfeita a sociedade, Penteado⁴⁵, organizou seu próprio escritório, localizado na rua Gal. Osório, 1037.

Figura – Logotipo do escritório de Penteado – 1933. (fonte: Arquivo Municipal)

⁴³ Livro de Registro de Construtores 19, fls 74: “José Gerin Netto (Gerin & Penteado) – rua Barão de Jaguará, 1011 - Título – Secretaria da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, appenso ao requerimento nº388 de 21/2/1931 e passado em 09/12/1930.” (Fonte: Arquivo Municipal)

⁴⁴ A sociedade funcionou na rua Conceição, 63, 2º andar.

⁴⁵ Livro de Registro de Construtores 19, fls 78: “Apresentou Diploma da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro fornecido em 24/12/1931 e registrado no Ministério da Viação e Obras Públicas em 21/01/32 (fls 377-378 – Livro 6) e Secretaria de Viação e Obras Públicas de São Paulo em 11/03/32 (fls 52 Livro 3). Apresentou recibo de pagamento de Indústria e Profissões nº 71 e 72 série 15 da firma Gerin & Penteado. Rua Conceição, 63 / 2º andar. Apresentou carteira profissional nº 90 - Registro no CREA nº 1303. Diplomado pela Escola Nacional de Belas Artes em 24/4/31. Título: Engenheiro-architecto. Rua Gal Osório, 1037. Tel: 245. 09/11/34”

Em 1936, comunicou a alteração de endereço de seu escritório para o edifício comercial que construiu, entre 1935-36, para o cliente Francisco Andrade Nogueira⁴⁶, (P nº13), localizado à rua Campos Salles, 888.

Figura – Anúncio do escritório de Mário Penteado – 1936.
(Fonte: Correio Popular, 28 abr. 1936)

Figura – Logotipo do escritório de Penteado – 1939. (Fonte: Arquivo Municipal)

Badaró, diferentemente de seus colegas, atuou praticamente durante toda sua vida profissional no serviço público; foi contratado em 1934 pela prefeitura municipal para ocupar o cargo recém-criado de Chefe da Seção de Arquitetura do Departamento de Obras e Viação, criada pelo decreto municipal nº97 de 29/12/1934. Esse órgão seria, posteriormente, responsável pelo desenvolvimento e implantação do plano de urbanismo que Prestes Maia elaborara. Foi nomeado para o cargo por indicação do arquiteto Lúcio Costa em 08/02/1935, por meio do Decreto nº 116. Ocupou o cargo de Chefe da Seção de Arquitetura de 1935 a 1959, quando se aposentou. Como chefe da Seção de Arquitetura, foi responsável pela execução do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, e também autor de projetos de

⁴⁶ Habite-se do edifício foi concedido em 24/04/1936.

edificações públicas relevantes para a cidade: o Centro de Saúde e o Estádio da Associação Atlética Ponte Preta.

Constituiu também escritório de arquitetura, situado na rua Barão de Jaguará nº 1301, projetando e construindo uma série de obras, principalmente residenciais, durante os anos de 1941 e 1943, quando se afastou do cargo na prefeitura.

A primeira obra de seu escritório foi a residência José Faber de Almeida Prado, em janeiro de 1941⁴⁷, situada no bairro Cambuí. A casa foi inaugurada com uma exposição pública noticiada pelos jornais locais.

Figura – Papel timbrado com logotipo e endereço do escritório de Badaró.
(Fonte: Arquivo Particular de Badaró)

O cotejamento entre os diversos logotipos que esses engenheiros desenvolveram permite incorrer em certos apontamentos: Lix da Cunha, refletindo sua formação pragmática, não indica ter uma preocupação formal mais elaborada para seus logotipos, que se limitam a informar objetivamente seu ofício; Segurado, Penteado e Badaró, diferentemente do primeiro, sinalizam uma preocupação com expressão formal, adotando fontes gráficas modernizadas. Dessa forma, eles já comunicavam ao público sua atenção à plástica moderna; além da simples informação técnica, associavam o desenho gráfico à sua arquitetura. São logotipos desenvolvidos com intenção plástica referendada, sobretudo no caso de Badaró e Penteado, por uma formação voltada também às artes. A intenção plástica era indissociável do exercício projetual e não restrita à obra arquitetônica.

⁴⁷ “Coberta a primeira construção do Dr. Badaró, em Campinas”. *Diário Popular*, Campinas, 24 jan. 1941.

A qualidade da formação gráfica adquirida nas escolas de graduação permitia aos engenheiros atender às solicitações legais exigidas para a apresentação de projetos junto aos órgãos da municipalidade.

Trâmites legais para o exercício da profissão

Qualquer nova construção deveria ter alvará de construção, que só era emitido mediante a aprovação do projeto da obra em consonância com exigências legais a que o profissional deveria obedecer. Só os profissionais cadastrados⁴⁸ pela prefeitura tinham direito de exercer as atividades de projeto e construção de edificações. O artigo 142º do Código de Construções estabelecia: *“Art. 142º- Só poderão assinar projetos e plantas, dirigir ou superintender construções, reconstruções e demolições de qualquer natureza, totais ou parciais, os construtores cujos nomes estejam inscritos no Registro da Prefeitura, quites com os cofres municipais, por imposto de industria e profissão e multas por infração deste Código.”* (1934, p.19)

Para a obtenção da licença de construção, o profissional – engenheiro-arquiteto ou licenciado - ou o proprietário poderia encaminhar à prefeitura um requerimento contendo informações sobre a futura obra; esse requerimento era protocolado juntamente ao conjunto gráfico do projeto, que deveria conter os elementos necessários à sua compreensão: plantas dos pavimentos (especificação de cômodos com indicação de aberturas e respectivas dimensões), planta de cobertura, planta de implantação na quadra, indicação do norte, cortes transversais e longitudinais e as fachadas. Com exceção da planta de cobertura e de implantação na quadra, os desenhos eram realizados na escala 1:100. O desenho original empregava geralmente a técnica da tinta nanquim sobre papel vegetal.

O projeto abaixo exemplifica como a representação gráfica deveria ser apresentada ao órgão público, diretoria de obras e viação. A diagramação da folha variava segundo o escritório; somente na década de 1950, a prefeitura padronizou carimbo e estipulou novas

⁴⁸ O livro de Registro de Construtores tem no cabeçalho de cada página o nome do profissional, dados sobre sua titulação e inscrição nos órgãos competentes - Secretaria da Agricultura, por exemplo. Abaixo dessas informações preliminares eram listadas as obras, suas localizações e respectivas datas de protocolo.

Lix da Cunha: Livro 19 (fls 19,115, 162,197), Livro 19A (fls 29,86,133,181), Livro 19F (fls 119), Livro G (fls 63).

Hoche Neger Segurado: Livro 19 (fls 24, 93, 163,191), Livro 19A (fls 15, 56,121), Livro 19B (28,29), Livro 19C (fls 83), Livro 19F (fls 82), Livro G (fls 53).

Mário Penteado: Livro 19 (fls 74, 78, 97), Livro 19A (fls 23,123,179) Livro 19C (fls 121), Livro 19F (fls 47), Livro G (fls 7).

Eduardo Badaró: Livro 19A (fls 76)

regras. O modo de apresentação dos projetos não variava muito entre os escritórios: havia certa regularidade gráfica, até mesmo na grafia dos textos⁴⁹, herança provável do ensino acadêmico.

Figura - Projeto original da res. Souza Mariz (P n°11 -1935, projeto de Penteadó) desenho à nanquim sobre vegetal. Conjunto gráfico que obedece às orientações da prefeitura: planta baixa (esc 1:100), planta de cobertura (1:100), localização (1:250), perfil do terreno (1:100), indicação do norte, elevações, corte transversal e longitudinal e elevação do gradil (esc. 1:50). (Fonte: CAV-PUCC)

Apesar das semelhanças entre as obras dos três engenheiros, é possível identificar traços específicos de cada um deles, a começar pela representação gráfica: os desenhos de Lix da Cunha são mais técnicos e restritos à edificação; os de Segurado e Penteadó demonstram maior elaboração gráfica, com efeitos de sombra, inclusão de elementos externos à construção, como veículos, arborização, nuvens etc.

As cópias entregues à prefeitura, juntamente com um memorial descritivo da obra, eram de dois tipos: heliográficas em sépia ou azuis de ferro-prussiato (blueprint), com

⁴⁹ O normógrafo composto pelo conjunto de aranha e régua ainda não era utilizado nos escritórios técnicos. Os textos eram regulados e inscritos entre duas linhas paralelas traçadas com ajuda de esquadros e régua do tipo T.

desenho em negativo. Os artigos⁵⁰ 159º e o 164º instruíam sobre os procedimentos necessários à obtenção do alvará de construção.

De forma semelhante, os engenheiros desses escritórios técnicos eram responsáveis pelo desenvolvimento do projeto, da apresentação gráfica, dos cálculos construtivos, da parte elétrica e hidráulica. Foram poucos os casos em que o projeto de arquitetura foi desenvolvido por outro engenheiro⁵¹. Nesse contexto ainda não havia uma divisão profissional: quem desenvolvia o projeto também ficava encarregado dos cálculos e da construção. Por vezes, contava-se com a ajuda de um desenhista. Todos eles, por conta de suas formações acadêmicas, tinham o domínio da representação gráfica em variadas técnicas, sendo as mais comumente empregadas na época: desenhos à nanquim sobre papel tela⁵², sobre papel vegetal e posteriormente também sobre papel manteiga; lápis sobre vegetal ou manteiga e aquarelas que ilustravam perspectivas ou elevações. A produção gráfica esmerada é marca registrada de todos eles.

⁵⁰ “Art. 159º - Para obtenção da licença, o proprietário ou seu representante fará um requerimento à prefeitura, indicando, com precisão, o local em que vai construir, reconstruir ou reformar a obra, a espécie e dimensão desta, o tempo necessário para conclusão do trabalho, apresentando mais o seguintes elementos:

- a) plantas de cada um dos pavimentos, do telhado e das dependências. Nestas plantas serão indicados os destinos de cada um dos compartimentos com as respectivas cotas;
- b) planta do porão;
- c) elevação das fachadas, gradis ou muros voltados para a via pública;
- d) secção transversal e longitudinal do edifício por construir;
- e) planta de locação em que se indiquem: 1º - a posição do edifício e anexos, em relação às divisas do terreno, 2º - a orientação, 3º - a localização das faces mais próximas dos prédios vizinhos, 4º - os perfis longitudinais e transversais do terreno, em posição média, sempre que este não for de nível, tomando a guia ou o meio da rua na falta daquela, como referência de nivelamento;
- f) Planta da situação, em relação às esquinas mais próximas, com indicação das distâncias;
- g) quando a Prefeitura o exigir, os cálculos de resistência e estabilidade da obra;
- h) título de propriedade de caráter definitivo ou não, que se trate da edificação nova quer de reforma, acréscimo ou reconstrução;
- i) quando o título de propriedade não for de caráter definitivo, isto é, quando se tratar de escritura ou de caderneta de compromisso de compra e venda, deve vir o título de propriedade do vendedor compromissário, salvo si trata-se de lotes de arruamentos aprovados ou aceitos pela prefeitura;
- j) prova de que o respectivo terreno se acha registrado na repartição de Estatística Imobiliária;
- k) memorial descritivo, destino da obra e especificação dos materiais a empregar.

Art. 164º - As plantas serão assinadas pelo proprietário ou seu procurador, pelo construtor e pelo autor do projeto, apresentadas em triplicata, e desenhadas com nitidez em papel de boa qualidade, sem emendas, rasuras ou explicações que as alterem ou modifiquem, dobradas em formato de ofício e devidamente grampadas.” (1934, p.54-57)

⁵¹ O caso do edifício Cury parece ser o mais significativo: o projeto foi desenvolvido pelo engº-arquiteto José Maria da Silva Neves e a construção ficou sob a responsabilidade de Segurado.

⁵² Papel tela - tecido de cambráia de linho recoberto por uma camada protetora.

Assim como a estrutura dos escritórios resumia-se a poucos funcionários - o engenheiro, um desenhista e uma secretária -, o canteiro de obras era também conduzido por uma equipe reduzida e encabeçada por um mestre-de-obras experiente e de confiança.

Relatos do filho de Lix da Cunha, engenheiro José Carlos Cunha, (informação verbal),⁵³ salientam a extrema organização racionalizada do canteiro de obras: o engenheiro exigia que houvesse um servente para cada dois pedreiros nas obras. A limpeza da obra era diária, assim como as visitas do engenheiro. Tal era o grau de limpeza e organização da obra que o engenheiro visitava e acompanhava os trabalhos portando terno de linho. Um único depósito centralizava o armazenamento de todo o material de construção que seria utilizado nas obras em andamento. Principiava-se, assim, um processo de organização estrutural que ultrapassaria o campo de atuação de um escritório técnico de engenharia e ganharia ares de construtora.

De forma semelhante, o relato do genro de Penteado, engenheiro José Herculano Vicente (informação verbal)⁵⁴, também aponta um acurado acompanhamento de suas obras, manifestando o rigor que o profissional exigia em todos os detalhes construtivos. Ele mantinha a mesma equipe de trabalho de sua total confiança.

A prova incontestável do esmero desses profissionais no canteiro de obras era a qualidade que até hoje essas construções apresentam. Com as devidas manutenções, as edificações remanescentes desses profissionais exibem um alto grau qualitativo: sem rachaduras, sem problemas de infiltrações, firmes e estáveis no todo.

Estratégias publicitárias e de promoção profissional: publicações de arquitetura, participação em associações de classe

No Brasil, entre as décadas de 1930 e 1940, novas publicações⁵⁵ voltadas ao exercício da profissão despontavam no mercado editorial. Concomitantemente ao surgimento dessas

⁵³ Informação fornecida por José Carlos Cunha em Campinas, em abr. 2009.

⁵⁴ Informação fornecida por José Herculano Vicente, em abr. 2002.

⁵⁵ Revistas especializadas que são constituídas nesse período:

- **Revista de Arquitetura** (órgão oficial do diretório da Escola Nacional de Belas Artes) Rio de Janeiro, Ano I, nº1 maio de 1934. Mensal (a partir do nº10 de março de 193 incorpora o subtítulo engenharia – urbanismo – decoração). Publicação mais voltada aos arquitetos. Já no seu primeiro número apresenta artigo do arquiteto Gerson Pinheiro *Profissão de Arquiteto* e do profº de teoria e filosofia de arquitetura, Adolfo Morales de los Rios Filho, *Arquitetura não é engenharia*, defendendo uma posição independente da arquitetura em relação à engenharia. A discussão sobre distinção entre arquitetura e

poucas publicações especializadas, assistia-se também à formação das associações de classe, que passaram a estabelecer parâmetros para o exercício da profissão: a profissão do arquiteto estava sendo organizada e difundida naquele período histórico.

As revistas especializadas apresentavam ao leitor as mais novas discussões teóricas do momento, inclusive com traduções de outras revistas estrangeiras. Paralelamente às discussões teóricas, anunciavam novos materiais de construção, discutiam a legislação e publicavam projetos de colegas e de arquitetos internacionais. Esses periódicos colocavam os arquitetos e engenheiros a par do que acontecia no mundo, e eram indicadores profissionais significativos.

Em suma, pode-se dizer que a categoria estava, nesse contexto de época, organizando-se de todas as formas possíveis. As revistas especializadas e as associações são a prova desse envolvimento dos profissionais tanto na promoção da profissão quanto na defesa de seus interesses.

engenharia é uma questão que foi abordada exclusivamente nessa revista. Nada a esse respeito foi encontrado em outras publicações do gênero.

Nesse periódico foi publicada uma sequência transcrita de palestras proferidas na Rádio Educadora do Brasil, em 1933, por Gerson Pinheiro. Abordavam os seguintes temas: rumos da arquitetura, arquitetura moderna, profissão do arquiteto. Ainda, a revista dava informações da ENBA, publicava preferencialmente obras construídas ou projetos de ex-alunos, e também projetos internacionais. Não publicava só arquitetura ‘moderna’, as obras neocoloniais também têm seu espaço. Publica projetos de interiores, promove e comenta concursos de arquitetura, expõe textos de arquitetos renomados como, por exemplo, de Le Corbusier, apresenta novidades do segmento da construção civil, traz informações sobre a regulamentação da profissão de arquiteto, sobre legislação da construção, enfim divulga um panorama de atualidades para os profissionais da área. Sua linha editorial tende à discussão moderna, mas os projetos “tradicionais” ou ‘mexicanizados’ também estão presentes.

- **Revista da Directoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal** Ano I nº 1 julho de 1932. Rio de Janeiro. Periódico mais voltado às questões urbanísticas.
- **Revista Arquitetura e Urbanismo.** Bimestral Ano I nº 1 junho de 1936. Rio de Janeiro Órgão Oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil. Segue uma linha editorial semelhante à Revista da ENBA.
- **Revista Acrópole.** Ano I nº 1 maio de 1938. Mensal. São Paulo. Subtítulo - architectura urbanismo decoração. Ligada ao IAB paulista, Conselheiro editorial Eduardo Kneese de Mello. Representante de vendas em Campinas era a Livraria Genoud, segundo informativo publicado na página de rosto da publicação de nº13 de maio de 1939.
- **Revista FORMA** nº 1 setembro de 1930. Mensal. Revista de architectura, engenharia e artes plásticas. Redação Rio de Janeiro. Gerente Di Cavalcanti. Sucursal de São Paulo a cargo de Gregori Warchavchik, sucursal de Belo Horizonte a cargo de Alfredo C. Santiago.

Figura – Capa e contra-capal da Revista de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, nº1, 1934. (Fonte: Biblioteca da FAU-USP)

Figura – Revista da Directoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, nº1, 1932. (Fonte: Biblioteca da FAU-USP)

Os projetos publicados nas revistas especializadas não obedeciam a uma única vertente arquitetônica; por exemplo, o número 2, junho de 1934, da *Revista de Arquitetura da ENBA* publicou projetos modernos⁵⁶ e neocoloniais⁵⁷ em páginas consecutivas, procedimento frequente nas revistas da época⁵⁸.

⁵⁶ Projeto do ex-aluno da ENBA engº-arquiteto H. Assis – uma residência moderna: plantas e perspectiva publicadas na página 26.

Figura – Revista de arquitetura da ENBA, nº 2 de 1934. Projeto moderno publicado na página 26, à esquerda e projeto neocolonial publicado na página 27, à direita.
(Fonte: Biblioteca da FAU-USP)

Também é interessante observar que essas revistas privilegiavam as produções de suas entidades originárias ou de seus associados quando correspondiam a uma associação. A *Revista de Arquitetura da ENBA*, fundada em 1934, privilegiava a publicação de obras de alunos e ex-alunos da escola, assim como a *Arquitetura e Urbanismo*, revista oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), fundada em 1936, dava destaque às obra de seus associados. As duas revistas eram mais ligadas à produção do Rio de Janeiro. A *Acrópole*, no entanto, era mais voltada a São Paulo e ao núcleo do IAB estadual. Todas elas, no entanto, desempenharam um papel importante para os profissionais na divulgação de seus trabalhos

⁵⁷ Projeto do ex-aluno da ENBA engº- arquiteto E.P. Sigaud – residência neocolonial: plantas e perspectiva publicadas na página 27.

⁵⁸ Outro exemplo entre muitos: Revista AU, julho e agosto de 1939, publicou projeto do Ministério da Educação e Saúde, residência modernista João Lech Jr, projeto de Mário Penteadó e também um projeto de capela não moderno de Arquimedes Memória.

para o público em geral: um projeto publicado conferia ao profissional prestígio e reconhecimento público junto à categoria e à clientela⁵⁹.

O engenheiro-arquiteto Mário Penteado um projeto publicado na Record (São Paulo, nº14-15, 1935) e dez projetos na Revista de Arquitetura e Urbanismo, órgão oficial do Instituto dos Arquitetos do Brasil:

- Ano II, jan/fev 1937- res. Celso José Gerin;
- Ano II, mar/abr 1937 – res. José Ferreira Penteado;
- Ano II, set/out 1937 – Instituto Penido Burnier;
- Ano III, jul/ago 1938 – res. Oswaldo de Oliveira Lima;
- Ano IV, mai/jun 1939 – Pavilhão da Casa de Saúde Bierrembach de Castro;
- Ano IV, jul/ago 1939 – res. João Lech Jr.;
- Ano IV, nov/dez 1939 – res Leôncio Queiroz;
- Ano V, jul/ago 1940 – res. Múcio Murgel e res. Amis Paes Cruz;
- Ano V, set/dez 1940 – res. José Estevam Teixeira Mendes.

A Revista Acrópole nº9, jul/1946, publicou o edifício Cury (Hotel Terminus), construção de Segurado e projeto de José Maria da Silva Neves. O projeto da residência Antonio Bento Ferraz (L nº384), de autoria de Lix da Cunha, foi publicado na Acrópole nº111, jul. 1947.

As obras publicadas apresentavam fotos da edificação e as respectivas plantas. Não há indicação de que a publicação de obras fosse comercializada pela revista; ao contrário, parecem ser colaborações enviadas pelos profissionais para apreciação e seleção do corpo editorial⁶⁰. Durante o levantamento realizado nas revistas profissionais da época, foram

⁵⁹Na pesquisa realizada junto às publicações especializadas foram encontrados: 10 projetos de Penteado, publicados na Revista Arquitetura e Urbanismo, entre os anos de 1937 e 1940. Um projeto de Segurado publicado na Acrópole nº 99 de julho de 1946, um projeto residencial de Lix da Cunha publicado na Acrópole nº 111 de julho de 1947 e um álbum comemorativo dos 25 anos do escritório de Segurado, intitulado Revista de Arquitetura e Construções, de setembro de 1951. Os três escritórios de engenharia faziam constantemente anúncios publicitários na revista Acrópole. Também publicaram projetos e anúncios nos álbuns comemorativos da cidade.

⁶⁰ Chamada de projetos na Revista Acrópole nº9, jan/1939. “*Snrs arquitetos, construtores, urbanistas, historiadores – Acropole em todos os recantos do paiz, nas estações climatericas, grandes transatlânticos, em todos os continentes, difunde o que é nosso ... o que é brasileiro. Inscrevam-se hoje mesmo como colaboradores de ACROPOLE – o melhor veículo de divulgação. Basta enviarem à redação – rua Alvares Penteado, 2 – 4º andar – São Paulo, os originaes, copias de plantas e fotografias (brilhantes) acompanhadas de legendas. Para S. Paulo, na falta de boas ilustrações, possui ACROPOLE competente profissional (Foto: Leon Liberman). Chamamos a atenção dos Snrs Arquitétos e Construtores, estar Acropole, perfeitamente aparelhada para a confecção de ricos Álbuns de Arquitetura, com apresentação idêntica a das melhores revistas estrangeiras. Brevemente, Acropole editará o seu primeiro álbum.*”

encontrados também anúncios publicitários dos escritórios de Penteadó, Segurado e Lix, publicados na seção *Indicador Profissional de Campinas* e inseridos nas páginas finais da revista Acrópole.

Revista Acrópole, n.º 98, São Paulo, jan. 1946

Indicador Profissional de Campinas	
LIX DA CUNHA Engenheiro Civil e Arquiteto CAMPINAS — Rua Conceição 124, - 3.º Andar - Telefone, 2636 - Caixa Postal 367 SÃO PAULO — RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 93 - 2.º Andar, Fone 63090	M. Penteadó ENG-ARQUITETO RUA CAMPOS SALES-888 FONE 3888-CAIXA 388-CAMPINAS
PROJETOS - CONSTRUÇÕES H. N. SEGURADO ENGENHEIRO-CIVIL E.P.S.P. - C.R.E.A. 1002 RUA CONCEIÇÃO, 12 - 1.º ANDAR - TEL. 3667 CAMPINAS	Edson Barreto Engenheiro Civil Engenharia, Arquitetura e Construção Rua Barão de Jaguara, 1136 1.º Andar. CAMPINAS
D. L. BROCHADO DE ALMEIDA ENGENHEIRO CIVIL PROJETOS - CONSTRUÇÕES - TOPOGRAFIA ENGENHEIRO CIVIL E ARQUITETO RUA CONCEIÇÃO, 124 (4.º A.) SALA, 1-2 CAMPINAS FONE, 4469	
Indicador Profissional de São Paulo	
PROJETOS E CONSTRUÇÕES — Escritório Técnico SYLVIO JAGUARIBE EKMAN ENGENHEIRO CIVIL SÃO PAULO — FORTALEZA Largo de São Francisco, 103 — 2.º andar — Fone 2-8792 — SÃO PAULO	Sociedade de Engenharia Cyrol Ribeiro Pereira Ltda. CONSTRUÇÕES CIVIS Engenharia — Arquitetura R. José Bonifácio, 250 - 11.º and. Sales 111-112 - Fone 2-3697 SÃO PAULO
EDUARDO KNEESE DE MELLO ENGENHEIRO ARQUITETO Largo da Misericórdia, 23 — 12.º andar — Fone 2-7910	
TAVARES & PINHEIRO LTDA. BRENNO TAVARES — Engenheiros — TASSO PINHEIRO Praça Ramos de Azevedo, 209 — Fone 4-2573 — SÃO PAULO	
DACIO A. DE MORAES & CIA. LTDA. ENGENHARIA — ARQUITETURA — CONSTRUÇÕES RUA LIBERIO BADARÓ 158 — FONE 2.6539	
WARCHAVCHIK ARQUITETO Rua Barão de Itapetininga, 120 — S. PAULO	Moya & Malfatti ARQUITETOS CONSTRUTORES ★ RUA MARCONI, 53 5.º ANDAR Telefone, 4-2978 SÃO PAULO
RUA XAVIER DE TOLEDO, 40 - 1.º ANDAR — TELEFONE, 4-8892 — SÃO PAULO	
REGIS E AGOSTINI LTDA ENGENHEIROS Marcel, 23 - 6.º andar Tel. 4-5102 - S. PAULO Quitanda, 71 - 2.º e 4.º andar Tel. 23-5041 - RIO	

Figura - Anúncios comerciais dos escritórios de: Lix da Cunha, Mário Penteadó e Segurado sempre atentos à necessidade de publicidade como forma de consolidação profissional. Observar o anúncio do escritório de Warchavchik na mesma página.
(Fonte: *Revista Acrópole*, n.º98. São Paulo, jan 1946)

A publicação de obras e anúncios publicitários em periódicos parece ter sido um procedimento eficaz e usual entre os profissionais da época. Como os engenheiros e arquitetos diplomados ainda dividiam o mercado de trabalho com mestres-de-obras e arquitetos licenciados, a divulgação de obras já construídas era um instrumento para atrair novos clientes. O prestígio obtido pelo profissional a partir da publicação de suas obras podia lhe render proveitos comerciais: era um chamariz que favorecia a atração por mais e novos

clientes. O uso da publicidade como instrumento de promoção da carreira profissional era uma prática que se desenvolveu conjuntamente à criação das revistas especializadas e à institucionalização das associações de classe. Muitos foram os meios empregados para divulgação da profissão e dos profissionais. A estratégia de uso da publicidade representa mais um de seus traços modernos.

Penteado, por exemplo, como associado, fez várias palestras no Rotary Club de Campinas, propalando a profissão de arquiteto. Essas palestras⁶¹ eram comentadas em matérias publicadas nos jornais locais. Seu alcance superava o círculo dos rotarianos, figuras influentes na cidade e que constituíam um grupo de formadores de opinião.

Perfil da clientela

Os dados colhidos sobre a clientela desses escritórios permitem várias leituras. A primeira delas dá conta da heterogeneidade social e econômica dos clientes: membros da burguesia local, grandes e pequenos comerciantes, industriais, instituições religiosas, instituições bancárias, órgãos públicos, profissionais liberais, empreendedores imobiliários, ou pessoas buscando a realização do projeto individualizado da casa própria.

Os escritórios desses engenheiros realizavam desde grandes obras até pequenas reformas. Geralmente fiéis ao profissional contratado, os clientes demandavam um projeto para a residência própria e também para o seu negócio. São inúmeros os casos em que essa conduta aconteceu⁶². O escritório de Segurado, por exemplo, foi responsável pelo projeto e construção da residência do médico Januário Pardo Meo (S nº206), localizada na av. Júlio de Mesquita, 285, e também pelo projeto e construção de sua clínica médica na av. Andrade Neves, 589 (S nº224). Geralmente a linguagem estética das obras variava segundo o programa funcional; nesse caso específico, as duas edificações representam a vertente arquitetônica do *art déco*.

⁶¹ Palestras que Penteado proferiu, no Rotary Clube de Campinas, relacionadas à arquitetura: *O arquiteto e sua missão na coletividade* (1943), *Arquitetura Moderna Brasileira* (1944), *Impressões de sua visita à futura capital Brasília* (1960), *Aspectos do Plano de Urbanismo de Campinas* (1962).

⁶² De Penteado: cliente Fábio Maia: Indústria Fabio A. Maya/galpões (P nº9) e residências de aluguel (P nº9); de Segurado: cliente família Cury Zakia: Chapéus Cury/galpões industriais (S nº 99/ 101/ 138/ 139/ 143/ 169/ 170/ 177/ 299), vila operária Cury (S nº263), edifício Cury/hotel Terminus (Snº229), posto de gasolina – Três Avenidas (S nº294) e as respectivas residências dos proprietários (projetos S nº211/ 221/ 259/ 264/ 284/ 287/ 303/ 308); cliente família Cantúcio: Edifício comercial Santa Tereza (S nº252) e residência (S nº222); de Lix da Cunha: cliente família Cantúcio: Cortume Cantúcio /galpões industriais (L nº211/ 233/ 238/ 284) e a residência (L nº249).

Lix foi responsável pela construção das edificações, ampliações e reformas do Curtume Cantúsio e da residência neocolonial de Augusto Cantúsio, um dos proprietários do estabelecimento industrial. Foi responsável também pela construção do edifício Colúmbia, em 1938, e da residência de familiares proprietários do empreendimento, em 1939.

Segurado construiu, ampliou e reformou a indústria de Chapéus Cury, as residências de todos os membros da família proprietária da empresa, de outros negócios imobiliários (Hotel Cury, Posto de Gasolina Três Avenidas) e inclusive uma vila operária que contava com 56 casas geminadas. Os projetos residenciais estão vinculados ao neocolonial, e os edifícios comerciais ao *art déco*. Segurado chegou a ser membro do Conselho Fiscal da empresa entre os anos de 1945 e 1979.

Penteado foi responsável pelo projeto e construção da residência particular de Ricardo Manarini, situada na rua Guilherme da Silva, de conjunto de sobradinhos de aluguel também localizados no Cambuí, além de realizar ampliações e reformas na sua empresa, Companhia Gessy Industrial, situada em Valinhos. Também construiu a residência de Armando Valle Bastos, na av. Júlio de Mesquita, uma série de sobradinhos geminados de aluguel e a sede da sua fazenda, Bela Aliança.

Algumas vezes ocorreu de um mesmo cliente adotar diferentes escritórios, mas o que mais se pôde notar foi a manutenção da fidelidade da clientela aos escritórios e profissionais escolhidos. O industrial Fabio Maia, por exemplo, encomendou a obra de duas residências geminadas e de galpões industriais ao engº Penteado (P nº7 e nº9 - 1933) e de novos galpões ao engº Lix da Cunha (L nº204 - 1937); o médico Eduardo Almeida foi cliente de Segurado (S nº77 - 1933), de Lix da Cunha (L nº217 - 1938) e de Penteado (P-1946); o médico Leôncio de Souza Queiroz também encomendou residência ao engº Segurado (S nº84 - 1933) e ao engº Penteado (P nº33 - 1938); a família Cantúsio foi cliente de Lix da Cunha para projetos residenciais e industriais (L nº211 - 1937, nº233 - 1938, nº238 - 1939, nº249 - 1939 e nº284 - 1941) e de Segurado para outros projetos residências e do edifício comercial de nove pavimentos Santa Teresa (S nº222 - 1941 e nº252 - 1944).

Especificamente em relação à ocupação do bairro Cambuí, constatou-se que um mesmo cliente encomendava além de sua própria moradia outras menores que serviam como renda imobiliária. Com esse perfil, mencionam-se os seguintes clientes:

- Ricardo Manarini, que encomendou sua própria habitação (S nº100) para Segurado em 1934 e, posteriormente, treze outras pequenas residências (P nº52 e P nº85) para o engenheiro Penteado. Sua moradia representa o repertório de características do neocolonial de maneira exemplar; situada na Rua Guilherme da Silva, no trecho entre avenida Júlio de Mesquita e rua Cel. Quirino, tem 290,00 m². A poucas quadras de sua residência, encontra-se um pequeno conjunto de três pequenas habitações, projetadas por Penteado, e construídas em 1942, na esquina da rua Irmãos Bierrembach com rua Pedro Magalhães (P nº52). Manarini encomendou também ao engenheiro Penteado, em 1949, um conjunto de mais dez residências geminadas (P nº85), localizadas na rua Antonio da Costa Carvalho. Outro projeto para a mesma família também foi demandado a Penteado em 1944: uma residência para Leda Manarini (P nº57), situada na rua Guilherme da Silva, ao lado da de Ricardo.
- Armando do Valle Bastos, cliente de Penteado, encomendou sua própria residência, situada à avenida Julio de Mesquita (P nº63), em 1947, e um conjunto de cinco residências consecutivas, em 1946, situadas na rua Cel. Quirino. Arthur do Valle Bastos encomendou duas pequenas residências geminadas, em 1945, situadas na rua Santa Cruz e, posteriormente, em 1947, mais quatro outras pequenas, localizadas na rua Cel. Quirino, nos lotes conseguintes às construídas para o irmão, Armando, conformando um conjunto de nove casas idênticas. Além dos projetos citados, Penteado também construiu, em 1949, para Armando, outra residência - cujas plantas não foram localizadas durante as pesquisas. (P nº80) -, situada na rua Regente Feijó, região central.

Em suma, os escritórios de engenharia partilhavam a clientela burguesa local, garantiam, por meio de associações de classe recém-fundadas, a fatia do mercado de trabalho mais seletiva, restando aos construtores e profissionais licenciados as obras menos representativas das classes populares.

CAPÍTULO IV.

MORADIAS MODERNAS – DÉCADAS DE 1930 E 1940

“- Avez vous une préférence pour un style?

- Je n'aime pas le moderne. Ces « caisses à savon » ce n'est pas joli ...

Je préfère une belle commode Louis XIV ou Directoire ; le galbe est beau. Il n'y a pas d'art dans le moderne. Une table c'est une planche avec quatre pieds droits et une petite moulure au coin. L'art moderne c'est une décadence ! Si les modernes ne font pas mieux que l'ancien, il vaut mieux prendre dans l'ancien les formes, qui sont belles ...

-Je ne contest pas la beauté des meubles anciens ... mais toute copie des siècles périmés, car les conditions techniques, sociales, culturelles ne sont plus les mêmes. Cette imitation des siècles passés est une preuve de plus de la décadence de la société actuelle. Nous en sommes à l'enfance de l'art moderne, dont le développement marchera de front avec celui de la société nouvelle.”

Interview d'une Secrétaire par Charlotte Perriand, 1936. (01/05/1936)

Nos capítulos anteriores, discorreu-se sobre o processo de modernização urbana de Campinas, ocorrido, sobretudo, nas décadas de 1930 e 1940. Nesse processo, destacaram-se, especialmente, quatro engenheiros - Eduardo Edargê Badaró, Lix da Cunha, Hoche Néger Segurado e Mário Penteado - cuja participação não foi limitada ao exclusivo exercício profissional de seus escritórios técnicos de engenharia: muito mais além, eles desempenharam um papel importante no âmbito do espaço urbano. Atuaram politicamente em prol da implantação do plano de urbanismo como representantes do poder legislativo ou como membros de associações civis que influenciavam nas decisões políticas na cidade, atualizaram o código de construções da cidade equiparando as leis locais às da capital paulista, divulgaram a profissão de arquiteto, e participaram da organização da categoria como fundadores da Associação de Engenheiros de Campinas e do IAB. Empenharam-se em estruturar seus escritórios da maneira mais eficiente possível, levando para o canteiro de obras uma racionalização que objetivava a economia de meios e a eficiência nos trabalhos. Otimização e racionalização da obra eram também propósitos profissionais. Souberam utilizar as formas mais modernas de promoção de seus escritórios e de divulgação de seus trabalhos por meio da publicidade. Anúncios em revistas especializadas e propagandas em álbuns e anuários comemorativos da cidade, que apresentavam fotos de seus mais recentes trabalhos, eram procedimentos habituais de seus escritórios. A publicação de projetos em revistas especializadas lhes garantia também prestígio entre a categoria.

Buscavam estar sempre atualizados em relação às discussões pertinentes à profissão¹. Estiveram presentes de forma atuante na formação e organização de sociedades e entidades de classe. Eram assinantes das mais importantes revistas especializadas e com frequência seus trabalhos eram nelas publicados. Em suma, eram homens modernos, de seu tempo, que souberam transpor para o campo de seu domínio profissional as transformações que a modernidade impunha: comodidade e conforto na habitação, inserção de novos equipamentos, racionalização do canteiro de obras, adoção de linguagens modernas, emprego de materiais industrializados e de consolidação do uso do concreto armado como nova opção de técnica construtiva adotada para as edificações verticalizadas e outros programas funcionais.

Crédulos nos benefícios do progresso industrial, estavam envolvidos com as transformações modernas. Suas obras refletem seu comprometimento com a modernização da cidade. O vasto volume de obras que realizaram num curto espaço de tempo alterou a paisagem urbana da cidade. Eles foram responsáveis pelo projeto e construção dos mais importantes edifícios de comércio, industriais, de serviços, institucionais, religiosos e públicos da região central, e que, *vis-à-vis* à implantação do plano, configuravam a nova cidade almejada.

O bairro residencial do Cambuí, locus escolhido pela elite local, foi praticamente dominado pelas construções desses engenheiros. Nas ruas e avenidas principais do bairro, encontravam-se as residências mais luxuosas; nas vias secundárias, as habitações mais modestas, por vezes conjuntos de casas geminadas que, pertencentes a um mesmo proprietário empreendedor, eram, geralmente, alugadas. Foram identificados pela pesquisa os seguintes conjuntos:

1934 - P nº7 – (seis res.) Fabio Maya. Rua Guilherme da Silva/ rua Pedro Magalhães;

1936 - S nº127 – (duas res.) Oswaldo Moraes Miranda. Rua Guilherme da Silva. (266,00m²);

1937 - S nº152 – (duas res.) João de Castro Pupo Nogueira. Rua Cel. Quirino. (284,00m²); S nº159 – (dez res.) Alberto Martins. Avenida Anchieta/ rua Joaquim Novaes/ rua 14 de dezembro. (1.444,00m²);

1939 - S nº193 – (três res.) H. N. Segurado. Rua Américo Brasiliense. (478,00m²);

1940 - S nº217 – (três res.) Horácio Antonio da Costa. Rua Irmãos Bierrenbach/rua Pedro Magalhães. (233,00m²);

¹ Durante a pesquisa, o autor teve oportunidade de consultar uma rica biblioteca, ainda existente, do engenheiro Lix da Cunha. As informações a esse respeito foram devidamente comentadas no capítulo referente às formações acadêmicas.

1941 - S nº225 – (duas res.) Odir Dias da Costa. Rua Gal. Osório (387,00m²); L nº274 – (sete res.) Paulo Rosa Carvalho. Rua Joaquim Novaes;

1942 - P nº52 – (três res.) Ricardo Manarini. Rua Irmãos Bierrembach/ rua Pedro Magalhães. (360,00m²);

1945 - P nº62 – (duas res.) Arthur do Valle Bastos. Rua Santa Cruz;

1946 - P nº69 – (cinco res.) Armando do Valle Bastos. Rua Cel. Quirino/ rua Carlos Guimarães;

1949 - P nº85 – (dez res.) Ricardo Manarini. Rua Antonio da Costa Carvalho.

Pode-se dizer que o bairro Cambuí, no geral, concentrava a moradia de profissionais liberais, comerciantes e industriais bem-sucedidos, isto é, uma parcela significativa da burguesia local.

Entre as décadas de 1930 e 1940, o Cambuí se conformou como sítio residencial moderno, onde as novas regras impostas pelo Código de 1934 estavam sendo implementadas de maneira bastante ligeira. Ocorreu, de fato, uma ocupação intensa dessa área, obedecendo às diretrizes do código. Resquícios da ocupação mais antiga ainda permaneceram em alguns pontos menos prestigiados e menos valorizados pelo capital imobiliário, mas, *grosso modo*, o novo modelo de ocupação dos lotes imposto pelo código passou a dominar a paisagem do bairro.

As construções seguiam os novos costumes com suas formas de habitar, com a nova estrutura urbana modernizada pelo plano de Prestes Maia e também com os ditames da moda, que influenciavam o estilo de vida. Assim como a moda, essas residências, ainda que obedecendo a linguagens plásticas diversas, conformam um conjunto que apresenta semelhanças em relação aos aspectos técnico-construtivos, à distribuição interna dos espaços em planta, à disposição do programa no lote, e às questões de conforto, salubridade, ventilação e insolação.

Em síntese, as proposições projetuais desses arquitetos são análogas, como se tivessem uma mesma formação de origem. Os projetos apresentam soluções bastante semelhantes, e as diferenças ficam restritas à adoção de diferentes linguagens plásticas vigentes naquele momento: um repertório de ornatos próprio do neocolonial, do estilo missões, que se pode considerar como uma das vertentes do neocolonial norte-americano, que cativou o público brasileiro pela influência do cinema e de revistas de variedades, e, por último, o que se

convencionou classificar como *art déco*, uma linguagem moderna que privilegia a simplificação de ornatos, com presença de poucas formas, geometrizadas, ou a quase supressão de qualquer ornamentação.

Enquanto para os programas comerciais e de serviços a linguagem moderna prevalece, em relação às residências uma gama mais variada de opções, com o predomínio do neocolonial, vai se afirmar como preferência plástica.

Cambuí – volume de obras, consolidação de um bairro moderno

As novas obras do bairro respeitavam as leis vigentes do Código de Construções de 1934 e também atendiam ao Decreto federal nº 23.569 de 11/12/1933, que regulamentava o exercício profissional do engenheiro, arquiteto e agrimensor, restringindo as funções circunscritas aos arquitetos licenciados e construtores que, sem titulação acadêmica, ainda competiam no mercado de trabalho com os profissionais de nível superior.

O volume de obras residenciais que os engenheiros Segurado, Lix da Cunha e Penteado realizaram no Cambuí é bastante expressivo. Badaró, como profissional liberal autônomo, restringiu-se à elaboração de poucos projetos entre os anos de 1940 e 1943, em que esteve afastado da chefia da seção de arquitetura da prefeitura de Campinas.

Uma sequência de tabelas com informações sobre essas obras é apresentada a seguir, juntamente com a localização dentro de um perímetro que envolve as seguintes vias: avenida Júlio de Mesquita, rua Coronel Silva Telles, rua Coronel Quirino, rua Guilherme da Silva, rua Presciliana Soares, rua 14 de dezembro, rua Joaquim Novaes, rua MMDC, rua José Guatemosin Nogueira, rua Américo Brasiliense, rua Irmãos Bierrembach, rua Maria Monteiro, rua Carlos Kaysel, rua Emília de Paiva Meira, rua Santa Cruz, rua Carlos Guimarães, rua Hildebrando Siqueira, rua Pedro Magalhães, rua Alferes Domingos e ruas Benjamin Constant, Barreto Leme e General Osório nos trechos entre avenida Júlio de Mesquita e rua Maria Monteiro.

O montante de obras dos três escritórios em Campinas é bastante significativo. Durante a pesquisa, foi possível identificar o número aproximado de 570 obras. No entanto, só foram selecionadas as residências situadas no Cambuí e edificações públicas e privadas situadas na região central da cidade, as quais, em sua maioria, não correspondem ao programa habitacional.

As residências unifamiliares do Cambuí

Implantação no lote

Os lotes não apresentam uniformidade de dimensões. Dessa forma, a paisagem do bairro torna-se heterogênea, sem qualquer traço de regularidade, a não ser em relação aos recuos frontais. Nos terrenos menores, encontram-se as casas mais modestas, por vezes geminadas duas a duas. As moradias com programas de uso mais extensos estão situadas nos maiores lotes da quadra, concentrados na avenida Júlio de Mesquita, rua Cel Quirino e rua Silva Telles.

A implantação das edificações nos lotes obedecia às imposições de recuos frontais e afastamentos laterais, que favoreciam um grau maior de liberdade para locação das aberturas segundo a melhor orientação de insolação e ventilação. A escolha da melhor orientação para insolação dos ambientes da residência é um procedimento de consenso geral, imposto pelo código de construções² e também um dos fatores de definição projetual dos arquitetos.

As faces norte e leste eram preferencialmente escolhidas para as aberturas de dormitórios e salas. A escolha da face das edificações das aberturas (janelas e portas-janelas) não era definida exclusivamente seguindo orientações sanitárias, pois fatores ligados ao decoro, por exemplo, também eram levados em conta. Vale ressaltar que as envazaduras voltadas para a via pública recebiam ornamentação mais elaborada, e suas dimensões também atendiam à composição plástica do projeto da fachada.

A implantação da edificação no lote invariavelmente seguia o paralelismo com a via pública, contrariando, em certos casos, as indicações para melhor insolação. Os jardins estabeleciam a transição entre o espaço público e o privado. Gradis ou muretas de alturas reduzidas, por volta de um metro de altura, delimitavam a testada do lote. As divisas laterais e de fundo eram formadas por muros.

O posicionamento dos espaços internos da residência era também estabelecido segundo uma relação de hierarquia social, que tinha na via pública o ponto alto. Os espaços nobres (salas e dormitório do casal) e/ou os espaços voltados à recepção social (sala de visitas) são situados na frente do lote. Ao fundo do lote, usualmente, fica disposta uma

² A secção III- da insolação, iluminação e ventilação: Artigos 205º a 211º trata exclusivamente das regras a serem cumpridas nos projetos das edificações. O Artigo 159º, item c, exige a indicação do norte nas plantas apresentadas à prefeitura.

edificação secundária que abriga a garagem e a dependência de empregada. As fachadas voltadas à via pública recebem tratamento diferenciado, com ornamentações frequentes e mais elaboradas do que no restante das elevações.

O aperfeiçoamento das técnicas construtivas também favoreceu o assentamento da edificação no rés-do-chão. A impermeabilização das fundações e o emprego de lajes de contrapiso³ no térreo, duas evoluções técnicas construtivas, permitiram que o porão pudesse ser eliminado da construção.

O programa residencial: usos e dimensões

O programa consistia na organização em planta dos seguintes espaços: hall de entrada ou vestíbulo, corredor ou circulação, sala de visita, escritório, varanda, terraço, copa, cozinha, lavabo, costura, abrigo e/ou garagem de veículos, WC de empregada, dormitório de empregada, dormitório do casal e toucador, dormitórios e banheiro comum, jardim frontal, quintal nos fundos e pátios.

As dimensões dos cômodos eram definidas segundo as necessidades de funcionamento. O vestíbulo ou hall de entrada é geralmente precedido por uma pequena varanda, que faz a ligação entre exterior e interior. Os vestíbulos são pequenos espaços de recepção que servem como polo de distribuição aos outros ambientes, e, nas moradias mais luxuosas, podem até ser grandiosos.

A sala de visita, de dimensões inferiores à de jantar, sempre alocada na porção frontal da residência, é local de uso restrito e esporádico, com decoração mais elaborada que serve à recepção social: o espaço de ostentação do *status quo* do morador. No entanto, em alguns projetos, já se encontra a denominação sala de estar, indicando uma transformação nos hábitos de viver, quando o convívio familiar se estabelece em um espaço de uso comum e diário que também serve à recepção social.

O escritório não é presença constante no programa dessas residências, mas quando incorporado a elas, fica localizado à frente da edificação, nos limites entre público e privado, por vezes com acesso independente, mas interligado aos outros espaços internos. Um espaço destinado ao homem da casa.

³ Segundo depoimento do engº José Carlos Cunha, filho de Lix da Cunha, seu pai construía uma laje dupla no contrapiso do pavimento térreo de forma a inibir ascendência de umidade proveniente do solo.

A sala de jantar é ampla e geralmente de dimensões superiores às das salas de visitas. Faz ligação com a sala de visitas, com a copa e com circulação da área íntima.

A copa, local de refeições matinais, é o cômodo que interliga a cozinha à sala de jantar. Nas casas mais modestas, a copa é suprimida do programa e a sala de jantar a substitui como local de convívio íntimo dos moradores.

O quarto de costura, local de pequenos afazeres domésticos femininos, é presença constante na área de serviços, costumeiramente ao lado da copa ou diretamente ligado à cozinha.

A cozinha, sempre alocada na porção posterior da construção, apresenta acesso externo independente. É um espaço de trabalho e uso constante, concebido de forma a valorizar questões de higiene. O novo código⁴ estabeleceu inclusive algumas condições específicas para garantir um grau maior de salubridade:

- Pé-direito mínimo de 2,5m;
- Dimensão mínima de 6m², quando em habitações residenciais;
- Piso ladrilhado;
- Paredes revestidas de material resistente, liso e não absorvente até a 1,50m de altura.

É o espaço que reproduz de forma evidenciada aspectos modernos vinculados à organização racional do trabalho doméstico e à recepção de inovações tecnológicas significativas, com a introdução dos eletrodomésticos e armários especificamente planejados. A organização desses equipamentos estava sujeita a uma lógica racional de otimização do trabalho. A concepção da cozinha passa a ser estudada nos pormenores, exigindo um tratamento especial do arquiteto. Os primeiros estudos sobre o ambiente da cozinha foram inclusive veiculados na mídia especializada. Destaca-se um artigo publicado na Revista Acrópole, 1941, que abordava aspectos de otimização funcional da cozinha, orientando os arquitetos para a aplicação de premissas do ideário moderno.

⁴ Código de Construções - Secção XV – das cozinhas, copas e dispensas. Artigos 268º a 273º. (1935, p.86-88)

Figura - Propagandas publicitárias: A) Piso de linoleum Armstrong, 1936; B) Westinghouse, 1936.
(Fonte: *30s All-American Ads*, 2003, p.660; p.692; p.16-17)

Figura - Propaganda publicitária: Westinghouse, 1936.
(Fonte: *30s All-American Ads*, 2003, p.660; p.692; p.16-17)

"It's a joy to work in a Kitchen like this"

NOW YOU CAN HAVE ONE...EASILY

● Imagine the thrill of having a beautiful, modern kitchen where everything is convenient... where electricity cooks meals automatically... even prepares frozen salads and desserts... then does the dishes!

The Westinghouse Kitchen Planning Department will design such a kitchen for your home, arranging it scientifically to save all extra steps and motions. The layout will include the modern appliances you now have, plus the equipment you will want for a

completely modernized kitchen. A friendly budgeting plan makes it surprisingly easy to obtain all this beauty and convenience on a simple step-by-step plan.

In celebration of its Golden Jubilee year, Westinghouse brings to America's kitchens the most modern, beautifully styled electric appliances you have ever seen. The line is headed by the Westinghouse Golden Jubilee Refrigerator that sets a new standard of refrigerator value... the sensational Golden

Jubilee Ranges with their new "Economy" speed units that cut electric cooking costs 18%... and a complete line of great Golden Jubilee appliances for every home need.

On the next page is shown a beautiful 7-color portfolio that tells the whole entrancing story. On its 24 big pages are "before" and "after" pictures of kitchens, showing what *you* can accomplish, economically. Mail coupon with 10c to cover partial cost. Portfolio will be sent you at once.

WESTINGHOUSE
1894 **W** 1936
GOLDEN JUBILEE

Every house needs
Westinghouse

Figura - Anúncio publicitário da Westinghouse, 1936.
(Fonte: *30's All-American Ads*, 2003, p.695)

Os anúncios norte-americanos de eletrodomésticos e de materiais de cozinha associam as imagens de seus produtos a um ambiente claro, de muita limpeza e de refinamento estético. A cozinha não necessariamente é local de trabalho, pode também ser espaço de recepção social de donas de casa elegantes. Essas propagandas apresentam ambientes que transpiram modernidade: mobiliário de tubos de aço moderno, paredes recobertas por armários planejados e até a icônica janela de canto moderna.

PEQUENAS COSINHAS RACIONAIS

ARTHUR WITZIG

(Especialista em instalações racionais de cozinhas, lavanderias, frigoríficos etc.)

Considerações Gerais

As instalações modernas de cozinhas visam dar a estas um aspecto mais atraente e mais higiênico e tornar, além disso, mais fáceis e menos fatigantes os serviços culinários.

O que, porventura, for dispendido a mais com uma instalação moderna de cozinha será largamente compensado apenas pela economia de tempo e de trabalho. Isso, sem falar da grande satisfação que se terá em viver num ambiente de ordem e asseio. Acresce a isso ainda a vantagem de ter a mesa uma comida higienicamente preparada. Uma cozinha moderna dessas exige instalações absolutamente adequadas. No caso de cozinhas bem pequenas, a questão espaço implica, de antemão, a necessidade de uma disposição própria. Uma cozinha moderna deve subordinar-se aos seguintes princípios:

Construção do recinto e respectivo equipamento

- 1) A cozinha não deve ser maior que o estritamente necessário, para evitar passagens superflúas.
- 2) Janelas amplas, para dar o máximo de claridade à cozinha. Não devem encontrar-se, porém, mais baixo que 1,25 m. do piso. Isto é necessário para que se possa trabalhar sob as mesmas, junto às pias e às mesas.
- 3) Para a rápida e fácil limpeza das paredes, estas devem ser revestidas, até à altura de 1,50 — 1,80 m. de azulejos claros ou de eternite brilhante. Acima dessa faixa as paredes e o forro devem ser pintados com tinta clara, de preferência tinta de cal, para melhor aproveitamento da luz.
- 4) O piso deve ser coberto de ladrilhos, terrazo (granilito) ou congêneo, que são de mais fácil limpeza.
- 5) Ao longo das paredes deve ser construída, para facilitar a lavagem do piso, uma base de apoio na altura de ca. 8 cms., em que serão colocados armários, pias, fogão, etc.. Essa base deve estar afastada 4 cms. sob os armários, etc., a fim de evitar que os pés toquem nela.
- 6) Todos os cantos das paredes, do piso e teto devem ser arredondados para melhor asseio.
- 7) Boa ventilação e dispositivos adequados para eliminação dos vapores, colocação eventual de uma cúpula por cima do fogão, com chaminé, ou por meio de uma instalação de condicionamento de ar. Na última hipótese, a cozinha pode ser mais baixa e o canal de ventilação que se estende ao longo da parede e do

teto pôde ser trazido até à altura dos respectivos armários, de modo que se estabeleça uma ligação direta entre a frente dos armários e o teto. Isto favorece grandemente o aspecto estético e a limpeza da instalação.

8) Colocação eventual, nas janelas, de tela contra moscas.

9) Lampadas, colocadas em posição central, para iluminação geral, com luz semi-direta, eventualmente também iluminação local em certos lugares em que se trabalha.

Móveis para cozinhas

Armários de paredes externas lisas que facilitem a respectiva limpeza, esmaltados de branco, ou outra cor clara, para melhor aproveitamento da luz.

Divisão interna apropriada que permita a fácil supervisão dos objetos, para que estes possam ser apanhados num golpe rápido.

Se os armários forem de madeira, devem ser parafusados, sem a tábua do fundo, diretamente na parede, bem calafetadas em volta, para evitar a penetração o uso de baratas.

Os armários devem ser bem arejados.

Disposição dos móveis na cozinha

Os armários e as gavetas devem ser colocados de forma tal, que os objetos nêles contidos e necessitados nos vários lugares em que se trabalha se encontrem ao alcance da mão. Com isso, evitam-se caminhadas inúteis e, conseqüentemente, desperdício de tempo e trabalho.

Em cozinhas pequenas dispensem-se os armários altos, de pé, e substituam-se-os por armários baixos e armários suspensos, reduzindo, assim, a um mínimo a distância para alcançar os objetos. Os armários baixos poderão servir, ao mesmo tempo, como mesas de trabalho. Os armários suspensos facilitam a colocação dos utensílios imediatamente acima do lugar em que se trabalha. Essa colocação dos armários oferece a vantagem de uma grande economia de espaço, visto que os armários e as mesas de trabalho não são dispostos lado a lado, mas, sim, aqueles acima destas.

O teto dos armários suspensos não deve ser mais alto que 2 mts. acima do chão para facilitar o acesso aos objetos de cima. Porém, sobre esses armários podem ser colocados outros armários que servirão como depósitos de materiais e mantimentos pouco usados.

ACROPOLE 311
DEZEMBRO 1941

Figura - Artigo publicado na Revista Acrópole nº44, ano IV, dez. 1941.

Figura - Cozinha planejada da res. João Lech Jr. (P n°31), Projeto Mário Penteadó, 1938. Rua Guilherme da Silva. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC, 2003)

No projeto, de 1938, da residência do médico João Lech Jr, Penteadó aplicou, na organização dos equipamentos da cozinha, o receituário moderno com o qual estava comprometido teoricamente. Ressalte-se para a presença da geladeira, dos armários planejados e do telefone. A presença da máquina era um dos indicadores de modernidade destacados pelos engenheiros-arquitetos, o que explica o interesse desses profissionais em inserir a figura do automóvel quer seja nas representações gráficas dos projetos quer seja nas fotos das obras já concluídas.

Garagem e dependência de empregada (quarto e um pequeno banheiro) formam uma construção secundária que constantemente se situa nas divisas de fundo do terreno. A garagem comportava um só veículo, fechada por portões duplos e sem comunicação com outros compartimentos⁵. Um tanque coberto também estava incluso nesse anexo posterior.

⁵ Código de Construções - artigo 285º - a garage e os depósitos de essências não poderão ter comunicação direta com nenhum outro compartimento. (1935, p.90)

Os dormitórios tinham dimensões diferentes; o do casal, o maior entre todos, tinha um anexo, de semelhantes dimensões, denominado toucador, destinado ao vestir e pentear feminino. Quando situados no pavimento superior, os dormitórios apresentam sacadas ou pequenos terraços.

O quarto do casal, a sala de visitas e a de jantar tinham dimensões avantajadas em relação aos outros espaços e geralmente estavam localizados na porção frontal da edificação. Suas envazaduras também eram mais ornamentadas que as dos outros cômodos.

Um único banheiro completo com lavatório, bacia, bidê, chuveiro e/ou banheira serve ao setor íntimo da moradia. O banheiro, assim como a cozinha, também recebe tratamento diferenciado no que se refere às questões sanitárias: ambiente amplo e arejado, de proporções razoáveis. As questões de salubridade são determinantes na concepção projetual desses espaços, que também evocam glamour. Os artigos 274º a 279º do Código de Construções dispõem sobre as exigências legais para construção de banheiros e latrinas.

Figura - Banheiro da res. Sonia Rocha Brito (P n°14), projeto Penteado, de 1936. Observar a sofisticação dos revestimentos de mármore claro e escuro das paredes, que formam o nicho especial para de instalação da banheira. A ampla janela completa o ambiente, oferecendo abundante iluminação e ventilação.
(Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura - Anúncio do escritório norte-americano de projetos de interiores Crane Co., 1930 (Fonte: 30s All-American Ads, 2003, p.689)

NEO CLASSIC BATH
MODERN DESIGN IN A FAVORITE SETTING

NEO CLASSIC

A new form for plumbing fixtures, modeled by a designer of recognized authority and taste, introduced by "Standard" - Neo-Classic bath is a distinct departure from the usual plumbing fixture design - its individuality is expressed in their simplicity which is in accord with modern design. And it is this very simplicity which permits the Neo-Classic to be used with the latest in modern and contemporary settings.

The simplicity of the Neo-Classic motif has this further advantage - it is carried out equally well in the design of both modern and contemporary settings. In the design of both modern and contemporary settings. In the design of both modern and contemporary settings. In the design of both modern and contemporary settings.

You are invited to visit a "Standard" Showroom to see the Neo-Classic designs which, in this bath model, may be had in regular sizes or "Standard" sizes. Also, a "Standard" Neo-Classic bath is available in white or color. All Neo-Classic baths, both modern and contemporary, are available in white and each of the Neo-Classic colors. A "Standard" Showroom for the Neo-Classic Plumbing Fixtures for the house will be located in regular.

Standard Plumbing Fixtures, 1931

Standard Plumbing Fixtures, 1931

Beautiful Modern / Good Taste for the Finest Homes

The LAKESIDE
Our Finest Set

162.50

57.95

Buy this...
FIRST QUALITY OUTLET
You have about 15
The GLENN ELLYN

New Budget Plan of Easy Payments

Plumbing Fixtures, 1931

Plumbing Fixtures, 1931

HERE'S A STOREHOUSE OF Valuable Ideas for you

ON Bathroom Planning

The master plan your conception of an ideal bathroom and its design is of paramount importance and also to help you plan it in the Crane Bathroom Planning. Suggestions on the floor and their arrangement - suggestions on color harmonies and decorative ideas - suggestions on a wide variety of materials for floors and walls and ceilings to meet every taste.

Crane Bathroom makes a bathroom bathroom because they reflect the spirit that is in bathroom. They are made in a wide variety of styles and you will be surprised to know how fast a Crane Bathroom will suit. Ask your Plumbing Contractor and he will be glad to consult the Crane Bathroom Planning or see a Crane Bathroom Planning for the advice of the one nearest to you.

CRANE

Libbey-Owens-Ford Glass Co., 1937

Libbey-Owens-Ford Glass Co., 1937

IT'S THRILLING TO HAVE A BATHROOM THAT *everyone* ADMIRES!

THAT'S one reason why so many people these days are building their bathroom with a wide variety of styles and you will be surprised to know how fast a Crane Bathroom will suit. Ask your Plumbing Contractor and he will be glad to consult the Crane Bathroom Planning or see a Crane Bathroom Planning for the advice of the one nearest to you.

CRANE

Pittsburgh Plate Glass Co., 1937

Pittsburgh Plate Glass Co., 1937

Figura - Anúncios norte-americanos: A) Standard Plumbing Fixtures, 1931; B) Plumbing Fixtures, 1931; C) Libbey-Owens-Ford Glass Co, 1937; D) Pittsburg Plate Glass Co, 1937. (Fonte: 30s All-American Ads, 2003, p.688)

Figura - Projeto residencial não identificado de Lix da Cunha. Observar a ampla dimensão do banheiro e os dois grandes caixilhos ornamentais de vitral que iluminam e ventilam o espaço. As louças estão dispostas por três paredes, o conjunto formado pelo bidê e pela bacia está dissociado.
(Fonte: *Campinas de ontem e de hoje*, 1998, p.75)

Distribuição espacial em planta

A distribuição do programa dessas residências obedecia a uma lógica tributária do funcionalismo moderno. Os espaços eram agrupados em três áreas distintas - social, íntima e de serviços - e distribuídos de forma que a entrada e a sala de visitas estivessem sempre voltadas para a via pública. O setor destinado aos serviços, sempre ao fundo do lote, e a área íntima na porção frontal e lateral da edificação, quando de um só pavimento, e, habitualmente, no andar superior, quando de dois pavimentos. Corredores, vestíbulos e hall organizavam a relação entre os demais cômodos. A edificação era composta habitualmente por dois corpos distintos: um principal, que abriga os espaços mais importantes, e o outro secundário e menor, que aloja dependência de empregada e garagem.

A garagem geralmente está localizada ao fundo do lote, juntamente com o tanque, WC e quarto de empregada.

Também é bastante comum a existência de uma passagem coberta para o automóvel na porção lateral do corpo principal da residência. Essa passagem também permite o acesso à edificação. Encontramos poucos projetos onde a garagem estava situada junto ao corpo principal da edificação e na frente do lote. (vide projeto L nº202, res. Lix da Cunha -1937)

Pode-se perceber por meio dos exemplos apresentados a seguir que regras de simetria não orientam a distribuição dos espaços. Vigora a racionalização da distribuição dos usos sem qualquer indício de comprometimento com cânones de simetria.

Os cômodos que comportam instalações hidráulicas estão racionalmente dispostos para assegurar economia de materiais. O banheiro do piso superior é usualmente alocado sobre a cozinha ou adjacências. A sobreposição das paredes do pavimento superior sobre as paredes do inferior indica que, para além das questões técnico-construtivas, a economia de materiais também era preocupação no desenvolvimento dos projetos.

Figura - res. Lix da Cunha (L nº202), 1937. Rua 14 de dezembro. (Fonte: Arquivo Municipal)

O projeto da res. Lix da Cunha (L nº202) dispõe o banheiro sobre o lavabo e a copa; essa mesma prumada hidráulica que serve aos dois pavimentos indica a preocupação com racionalidade técnica e com economia de materiais. Também deve ser ressaltado que essa é uma das raras obras na qual a garagem se encontra anexada ao corpo principal da morada e alocada na sua porção frontal.

A busca pela proximidade na alocação das instalações hidráulicas revela o comprometimento com questões pragmáticas de economia de materiais e de racionalização da distribuição de espaços.

PROXIMIDADE NA ALOCAÇÃO DAS
INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

Figura - res. João Baptista Correa Nery (P nº37), 1940. –Rua 14 de dezembro.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Para o projeto da residência térrea João Baptista Correa Nery (P nº37), Penteadó dispôs os espaços com instalações hidráulicas em contigüidade, de forma a assegurar a racionalidade técnica e econômica.

A distribuição tripartite do programa residencial é um padrão adotado na quase totalidade dos projetos analisados: o setor social locado à frente do terreno, o de serviços ao

fundo e o íntimo situado entre ambos ou no pavimento superior, quando em casas assobradadas.

Figura - res. Guilherme de Nogueira (S nº164), Segurado - 1938. Rua 14 de dezembro.
(Fonte: Arquivo Municipal)

No projeto acima apresentado, foi assinalada a localização das áreas social, íntima e de serviços. Essa disposição modelo é uma constante nos projetos realizados pelos quatro engenheiros. Observa-se que no projeto da res. Guilherme de Nogueira, elaborado por Segurado, a garagem e as dependências de empregada estão situadas ao fundo do lote, no corpo secundário da residência. Esse é outro traço comum desses projetos.

PASSAGEM COBERTA
PARA AUTOMÓVEL -
ACESSO DA RESIDÊNCIA

BLOCO SECUNDÁRIO:
GARAGEM E DEPENDÊNCIA
EMPREGADA

BLOCO
PRINCIPAL

Figura - res. Francisco Alves Correa (L nº254), Lix da Cunha – 1939. Rua Joaquim Novaes.
(Fonte: Arquivo Municipal)

BLOCO
SECUNDÁRIO

BLOCO
PRINCIPAL

Distribuição por funções: social – serviços - íntimo
Dois Blocos: principal e secundário

Figura - res. José E. Vasconcellos Neto (S nº165), Segurado – 1938. Rua Joaquim Novaes.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Observar: distribuição por funções: social, serviços e íntimo; dois blocos: principal e secundário; racionalização do projeto: cômodos superiores sobre cômodos inferiores; economia - instalação hidráulica (banheiro sobre cozinha).

Figura –res. H. N. Segurado (Snº183), Segurado – 1939. Rua Presciliana Soares
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura –res. José Teixeira Mendes (P nº28), Penteadó – 1938. Rua Guilherme da Silva.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura –res. Mário Penteadó (P nº21), Penteadó – 1937. Rua Guilherme da Silva.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Em suma, o programa residencial é equacionado segundo uma lógica funcionalista, não sujeito aos cânones de simetria: a planta é livre.

Figura - res. Ricardo Manarini (S nº100), Segurado – 1934. Rua Guilherme da Silva.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Sistema construtivo

A estrutura das edificações residenciais é basicamente de alvenaria autoportante: as paredes externas com espessura de um tijolo e as internas de meio. O concreto aparece nas percintas das aberturas, nas fundações, em escadas e em lajes de piso ou de cobertura. A estrutura de alvenaria impossibilita qualquer intenção projetual de desenvolvimento da planta livre. Em muitas das edificações assobradadas, o piso do pavimento superior é de assoalho de madeira sobre estrutura de madeira, com acabamento de estuque na porção inferior. A estrutura do telhado é na grande maioria das vezes de madeira com telhas cerâmicas, com exceção da casa modernista de Penteado, que possui uma laje-terraço como cobertura.

Na residência Januário Pardo Meo, projeto de Segurado, o concreto aparece com mais intensidade: em lajes planas de cobertura e na estrutura do mirante coberto por uma laje abobadada. Ainda é tímida a presença do concreto armado na estrutura das edificações residenciais. Os espaços internos apresentam dimensões que a tecnologia da alvenaria permite: ambientes de grandes vãos livres não aparecem nessas construções. Também os cômodos superiores são invariavelmente coincidentes aos inferiores. Pequenos balanços são bastante comuns. Enquanto para os programas comerciais de prédios de médio e grande porte a presença do concreto se dissemina, no setor de construções residenciais predomina a estrutura de alvenaria.

Figura – projeto da res. Januário Pardo Meo (S nº206), Segurado –1940. Av. Júlio de Mesquita.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Projeto da res. Januário Pardo Meo (S nº206), Segurado –1940. Av. Júlio de Mesquita.
Mirante: estrutura de concreto. Laje de contrapiso do térreo: concreto. Fundações: sapata de concreto.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – projeto res. Paulo Bolliger (S nº195), Segurado – 1939. Rua Joaquim Novaes.
Cobertura: estrutura de madeira e telhas de barro.
(Fonte: Arquivo Municipal)

O uso do concreto armado, como está assinalado nos projetos, foi bastante restrito.

Figura - res. Lix da Cunha (L n°261), Lix da Cunha – 1939. Rua Cel. Quirino. Sapata de fundação: concreto. Laje de contrapiso do térreo: concreto. Piso intermediário: assoalho. Forro do pavimento superior: estuque de gesso.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura - res. Oswaldo O. Lima (P n°27), Penteadó – 1938. Rua Cel. Quirino. Sapata de concreto. Contrapiso do térreo e laje de piso do pavimento superior de concreto.
(Fonte: CAV-FAU/PUCC)

Figura - res. Lúcia Arantes do Amaral (L nº300), Lix da Cunha - 1942. Rua Guilherme da Silva. Fundação: sapata de concreto. Piso térreo: laje de contrapiso. Piso intermediário: assoalho. Forro do térreo e do pavimento superior: estuque de gesso. Cobertura: estrutura de madeira e telhas de barro.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura - res. Lúcia Arantes do Amaral (L nº300), Lix da Cunha - 1942. Rua Guilherme da Silva. Fundação: sapata de concreto. Piso térreo: laje de contrapiso. Piso intermediário: assoalho. Forro do térreo e do pavimento superior: estuque de gesso. Cobertura: estrutura de madeira e telhas de barro.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Constatou-se que a leis do Código de Construções aplicadas aos projetos analisados consolidaram transformações modernizadoras vinculadas às questões de salubridade, ventilação e insolação. Inovações técnicas no sistema construtivo foram parcialmente empregadas: o uso do concreto armado ficou restrito às fundações, escadas e lajes. Em relação às técnicas construtivas e aos materiais empregados, as escolhas recaíram sobre as opções mais racionais, econômicas e adequadas ao saber fazer corrente. Não há experiência técnica nem proposição espacial de vanguarda; os profissionais buscaram atender da melhor forma possível às demandas de conforto do viver moderno. São construções sólidas compatíveis às necessidades de sua época.

Também deve ser registrado que o próprio Código de Construções, cuja elaboração ficou também a cargo dos engenheiros Lix da Cunha e Segurado, fornecia indicações precisas no sentido de obstruir o emprego de técnicas artesanais de construção em detrimento do uso de materiais industrializados.

O código instruía sobre os materiais de construção, determinando dimensões, composições e exigindo obediência a índices específicos de qualidade e resistência experimentados e divulgados pelo Laboratório de Ensaios e Materiais da Escola Politécnica de São Paulo. Os artigos de nº296 a nº 308 regulavam sobre os seguintes materiais: tijolos, areia, cal, cimento, argamassa, concreto, madeira, ferro e aço. A indicação de materiais a serem empregados na construção civil corrobora o processo de modernização em curso; as técnicas tradicionais e artesanais de construção são obliteradas por essa nova legislação. Os sistemas construtivos tradicionais e artesanais da taipa de pilão e do pau-a-pique são desconsiderados como opções técnicas e de materiais. Dessa forma, a alvenaria de tijolos ocupa o lugar das antigas vedações de barro artesanal, e a espessura das paredes segue o padrão definido pelas dimensões dos tijolos prescritas pelo código (24x11,5x5,25cm). Essas orientações são consonantes ao processo de industrialização dos componentes da construção civil. Em relação às argamassas, a regulação meticulosa do código determinava inclusive as proporções dos componentes de suas fórmulas, estabelecendo um padrão de qualidade passível de controle e fiscalização. O código, ao definir as opções de materiais construtivos, buscava concomitantemente controlar a qualidade da edificação e imprimir um signo de modernidade: indicava materiais industrializados e coibia o uso de técnicas tradicionais e artesanais. Essas exigências, quando acatadas pelos profissionais, resultavam em obras de qualidade construtiva, como se pode verificar. Eram obras adequadas ao seu presente.

Volumetria e composição das fachadas

Os projetos das residências analisados apresentam uma complexa volumetria, composta por um jogo de pequenos e grandes blocos complementado por saliências e reentrâncias. Sacadas, varandas e terraços alternam-se na composição de cheios e vazios. Os telhados recortados e em diferentes alturas aliam-se à complexidade da composição dos volumes. Na disposição da parte frontal das edificações, encontra-se o vestíbulo de entrada – espaço de transição entre o público e o privado -, geralmente representado por um corpo menor e vazado justaposto ao principal, que tem maiores dimensões. Falsas chaminés e pequenas sacadas ou balanços trazem movimentação às fachadas. Os terraços e as varandas contribuem para o jogo de luz e sombra. Os diferentes volumes são agrupados de forma dinâmica. A volumetria das edificações é bastante elaborada mesmo nos programas mais reduzidos. A linguagem plástica também não interfere na composição dos sólidos. O corpo principal da edificação recebe maior atenção, e a elevação frontal, voltada à via pública, é mais ornamentada e mais trabalhada volumetricamente que as demais.

A simetria na disposição dos volumes só é perseguida quando nos programas de edificações geminadas; para as construções individuais e isoladas no lote, a assimetria prevalece como lógica da composição volumétrica. O descomprometimento com regras de simetria possibilita a racionalização na distribuição dos usos.

Figura - res. Oswaldo Lima (P n°27), Penteadó – 1939. Rua Cel. Quirino
Composição de cheios e vazios, luz e sombra: varandas, sacadas, terraços. Pequenos volumes salientes, cobertura de várias águas. (Fonte: CAD-CEATEC-PUCC)

Figura - res. João Lech jr. (P N°31), Penteado – 1938. Rua Guilherme da Silva.
A disposição da planta em L contribui para a dinâmica da volumetria. Um corpo cilíndrico foi justaposto à intersecção dos dois sólidos, que apresentam vazios na porção superior, correspondentes aos terraços do primeiro pavimento. O jogo volumétrico é bastante dinâmico, mesmo sem a presença dos planos do telhado que estão camuflados pelas platibandas. (Fonte: CAD-CEATEC-PUCC)

Figura - res. Zelina Pontes Ferreira (P n°1), Penteado – 1934. Rua Cel. Quirino.
Volumetria complexa.
(Fonte: CAV- CEATEC-PUCC)

Figura – res. Guilherme Nogueira (S nº164), Segurado – 1938. Rua 14 de dezembro.
(Fonte: Revista de Arquitetura e Construções, 1951)

Figura – res. Sonia Rocha Brito (P nº14), Penteadó – 1936. Rua Cel. Quirino.
Justaposições de volumes de diversas dimensões e formas - prismáticos e cilíndricos.
(Fonte: CAD-CEATEC-PUCC)

Figura – res. José Koperstik (S nº98), Segurado – 1934. Rua Cel. Quirino.
Mesmo o programa residencial reduzido não interfere na elaboração da volumetria. Sacadas, pequenas saliências, vestíbulo de entrada formam o conjunto tridimensional dinâmico.
(Fonte: Arquivo particular Segurado)

Figura – res. Alcindo Tórtima (S nº109), Segurado – 1936. Rua Cel. Quirino.
O jogo volumétrico é percebido nas duas faces voltadas às vias públicas.
Ornamentos das elevações frontais: pilastras retorcidas, janelas duplas, óculo, pequenos apliques de cerâmica e/ou telha. (Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura – res. Eduardo Freire (S nº147), Segurado – 1937. Rua 14 de Dezembro.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

As características apresentadas nessa obra se repetem em muitas outras:

- Volumetria elaborada por meio da justaposição de elementos: sacadas;
- Jogo de cheios e vazios: vestíbulo de entrada, terraço superior, passagem lateral coberta;
- Profusão de ornamentos na fachada frontal: pequenas jardineiras inseridas nas paredes, nichos, pedras incrustadas ao longo do perímetro das arcadas, aplicação de azulejos, pilastras retorcidas, balaustre recortado de madeira, e
- caixilharia de ferro trabalhada.

Figura – res. Moyses Lucarelli (S nº85), Segurado – 1934. Rua Guilherme da Silva.
(Fonte arquivo particular Segurado)

Figura – res. Raymundo Bittencourt Prado (S nº83), Segurado – 1936. Rua Presciliana Soares.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura – res. Hermas Braga (S nº88), Segurado – 1934. Av. Júlio de Mesquita.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Residências geminadas e simetria (volumes, plantas, ornatos)

As regras de simetria são aplicadas nas residências geminadas, evidenciando seu caráter econômico pragmático. O rebatimento da solução projetual implica a redução de custos da obra. O espelhamento da planta, que obedece à lógica funcionalista, é aplicado simultaneamente para duas residências. A intenção plástica fundada em preceitos de simetria serve, nesses casos, ao propósito econômico de racionalizar o canteiro de obras e de propiciar economia de meios materiais.

Figura – res. Alberto Martins (S nº159), Segurado – 1938. Rua 14 de dezembro.
Projeto simétrico.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura - res. Hermas Carvalho Braga (S nº149), Segurado – 1938. Rua Barreto Leme.
Simetria.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – res. Moyses Lucarelli (S nº163), Segurado – 1937..Rua Benjamin Constant.
Simetria.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – res. Bonifácio de Castro Filho (S nº176), Segurado – 1939. Rua Maria Monteiro.
Simetria.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – res. Fabio Maia (P nº7), Penteadó – 1935. Rua Pedro Magalhães.
Simetria. Características do neocolonial: telha arrebitada finalizando espigão, enquadramento das envazaduras, arco rebaixado, alizar e frontispício centralizado.
(Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura – res. Carolina Mundt (S nº105), Segurado 1935. Rua Joaquim Novaes.
Características do neocolonial: arcos aviajados, rebaixados e plenos, pináculos, coluna salomônica, telha final do espigão arrebitada.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Ornamentação das elevações

O tratamento das fachadas varia de acordo com a relação espacial público-privado. Dessa maneira, as elevações que apresentam maior ornamentação são as frontais, que, voltadas ao espaço público, têm o poder de representar o *status* social almejado pelo morador. As fachadas frontais correspondem à representação social do morador diante do público. Daí, o maior grau de ornamentação e preocupação plástica no tratamento da elevação.

O repertório de ornamentos é variado e depende da linguagem adotada, que pode tanto apresentar referências da arquitetura dita tradicional ou neocolonial como também apresentar uma linguagem modernizada, que emprega decorações geometrizadas próprias ao *art déco*, uma linguagem de referências do neocolonial norte-americano, aqui reconhecido como californiano ou missões, e até certa mescla dessas referências plásticas.

As edificações apresentadas abaixo guardam entre si grande semelhança no que se refere à volumetria e à ornamentação, com o emprego de arcos aviajados, plenos, ogivais, uso de colunas salomônicas, de janelas duplas ou trípticas, presença de sacadas, de vestíbulos avarandados de acesso principal e de pedras incrustadas – um repertório que contém elementos da linguagem neocolonial mesclado a outras referências estilísticas.

Figura – res. Lix da Cunha (L nº202)- 1937. Rua 14 de dezembro. (Fonte: arquivo Municipal)

Figura – res. Eduardo Freire (S nº147), Segurado – 1937. Rua 14 de dezembro.
(Fonte: Arquivo Municipal)

O chalé pitoresco é uma linguagem que ficou restrita a poucas edificações, mas faz parte do conjunto de obras dos três engenheiros, com grande semelhança entre os projetos.

Figura – res. Lix da Cunha (L n°206), Lix da Cunha – 1937. Rua Cel. Quirino.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – res. Ruy Lopes Burgos (S n°153), Segurado – 1937. Rua Cel. Quirino.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – res. Silvino de Godoy (P n°22), Penteado – 193. Av. Barão de Itapura.
(Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

As conquistas modernas de equacionamento funcional da planta, de racionalização construtiva, de economia de meios, de introdução de inovações tecnológicas e de adequação à moderna legislação vigente impõem-se para além do emprego plural de opções formais. Apesar de certa diversidade de linguagens plásticas, o repertório do neocolonial prevalece. O conjunto de características do neocolonial é bastante presente nos projetos residenciais encontrados na pesquisa. Esse repertório, defendido enfaticamente pelos adeptos da causa nacionalista, ironicamente não era menos fantasioso e repleto de enxertos disparatados que os outros, como, por exemplo, o repertório do neocolonial missões.

Uma linha mais próxima do que os defensores da arquitetura nacional tradicionalista proclamaram pode muito bem ser exemplificada por meio de obras realizadas por Segurado durante a década de 1920. As residências analisadas, quando cotejadas ao conjunto de preceitos⁹ defendidos por alguns dos expoentes dessa corrente de arquitetura, como José Mariano Filho, José Wasth Rodrigues, Ricardo Severo e Alexandre Albuquerque, servem como modelo. Ainda que o auge dessa corrente arquitetônica tenha ocorrido na década de 1920, certos traços do neocolonial ainda se impõem durante a década de 1930, mesmo que diluídos e mesclados a outras

⁹ As questões do neocolonial, isto é, da nominada arquitetura tradicional, foram amplamente discutidas e publicadas no jornal O Estado de S. Paulo, em abril de 1926. Formam um conjunto de nove artigos relacionados nas referências bibliográficas.

tendências. Esses estilemas surgem com frequência, sobretudo na composição de ornamentos das fachadas frontais.

O repertório neocolonial pode ser, em linhas gerais, identificado pelos seguintes aspectos:

- volumetria trabalhada;
- presença de alpendres, sacadas e balcões;
- composições assimétricas;
- telhados complexos e recortados;
- uso de telhas romanas, arrebitadas no arremate do espigão;
- beirais largos;
- espigões recurvados terminados por uma telha simples ou recortada em forma de pombo;
- beiral sobeira; com cachorros;
- águas furtadas;
- elementos da arquitetura religiosa colonial/barroca como referência e inspiração para criação de adornos e ornamentos na composição estética das fachadas;
- frontões curvos, com volutas e contravolutas;
- pináculos sobre pilastras angulares;
- portadas imponentes (frontispícios);
- óculos quadrilobados;
- janelas alinhadas;
- enquadramento de envazaduras;
- janela com sacada, com aplicação de rótulas ou guarnecidas de gelosias;
- arco abatido;
- janelas trípticas ou duplas;
- emprego de azulejos em alisares, painéis, bancos e chafarizes;
- pátio interno;
- guarda-corpos de elementos vazados (meia-lua);
- colunas torsas (salomônicas);
- cunhais;
- revestimentos trabalhados.

Figura – res. José Strazzacappa (S n°5), Segurado - década 1920. Rua Antonio Cesarino.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura –res. Alberto Souza Moraes (S n°7), Segurado- década 1920. Av. Júlio de Mesquita.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura - res. Oswaldo F. Camargo (S n°11), Segurado década 1920. Av. Júlio de Mesquita.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura - Estudo para banco ornamental – Segurado (sem identificação de data)
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figuras - Detalhe do banco ornamental e do chafariz projetados por Penteado para a res. Joaquim Azevedo Queiroz (P nº44) -1940. Rua Guilherme da Silva.
(Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

As edificações a seguir estão inseridas no recorte temporal delimitado pela pesquisa, que se situa a partir da década de 1930, e constituem-se em modelos de neocolonial, de similaridade notáveis. Casas térreas com beirais amplos, finalizados por telhas arrebitadas; vestíbulo vazado formado por arcos plenos alocados na porção lateral da elevação frontal; frontispício no lado oposto ao do vestíbulo marca a envazadura: porta ou janela tríplice, dupla ou única. Presença de elementos ornamentais, como: óculos quadribolados sobre o enquadramento das envazaduras, bancos, painéis de azulejos, jardineiras.

Figura – res. Henrique Husemann (S nº111), Segurado –1936. Rua Joaquim Novaes.
(Fonte: Arquivo particular Segurado)

Figura - res. Antonio Souza Mariz (P nº11), Penteadó – 1935. Rua Cel. Quirino.
(Fonte: CAD-CEATEC-PUCC)

Figura - res. João Vedovello – (L nº sem identificação), Rua s/ identificação
(Fonte: arquivo particular Lix da Cunha)

Figura – res. Joaquim Azevedo Queiroz (P nº44), Penteado – 1940. Rua Guilherme da Silva.
(Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura- Projeto da res. Antonio Souza Mariz (P nº11), Penteado –1935. Rua Cel. Quirino.
(Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura – projeto da res. Henrique Husemann (S nº111), Segurado – 1936. Rua Joaquim Novaes.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Do conjunto analisado, encontrou-se um grande número de residências filiadas à corrente do neocolonial, poucas construções de linguagem moderna ou *art déco* e muitas edificações cuja linguagem plástica apresenta referências múltiplas.

Do neocolonial, de repertório “brasileiro”, ainda podemos citar as residências Hermas Braga, Carlos Penteado Stevenson, Firmino Costa, Antonio Gonçalves Soares,

Jorge Mundt e Ricardo Manarini. Todas elas são de autoria de Segurado, que nos pareceu o mais adepto à corrente nacionalista. No entanto, a partir de meados da década de 1930, Segurado passou a buscar outras referências formais, assim como Lix e Penteadado.

Figura – res. Hermas Braga (S n°88), Segurado – 1935. Av. Júlio de Mesquita.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura – res. Carlos Penteadado Stevenson (S n°90), Segurado – 1934. Av. Júlio de Mesquita.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura – res. Firmino Costa (S nº92), Segurado – 1934. Rua Moraes Sales.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura – res. Ricardo Manarini (S nº100), Segurado – 1934. Rua Guilherme da Silva.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura - res. Antonio Gonçalves Soares (S nº112), Segurado – 1935. Rua Moraes Salles.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura –res. Jorge Mundt (S nº118), Segurado – 1935. Rua Moraes Salles.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

De meados da década de 1930 em diante, os projetos tendem a buscar uma simplificação de ornamentos, entretanto percebe-se a multiplicação de edificações cujo repertório não se filia a uma linguagem precisa: a composição plástica deriva de um conjunto de referências aleatórias.

Para Lix da Cunha, as referências plásticas são diversificadas, mas prevalece o comedimento no uso de ornamentos: suas obras são mais austeras, mais econômicas talvez. Não se percebem, por exemplo, grandes variações entre as elevações frontais ou posteriores.

Nas obras de Penteado, identifica-se claramente a linguagem escolhida. O arquiteto precisa com exatidão o repertório adotado em cada obra. Se, por um lado, Penteado utiliza linguagens variadas, por outro, elas são claramente identificáveis.

Com Segurado, encontra-se, além da profusão de linguagens, a mesclagem de referências variadas num mesmo projeto, o que por vezes remete a resultados estéticos confusos. Essas são mais umas das peculiaridades que permitem distinguir, entre eles, a autoria dos projetos.

Figura – res. Leônicio de Souza Queiroz (S nº84), Segurado – 1933. Rua Cel. Quirino.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura – res. Orestes Nogueira (S nº102), Segurado – 1934. Rua Francisco Glicério.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

No caso dos programas residenciais, os exemplares filiados ao *art déco*, com emprego de formas simples e geometrizadas, são menos numerosos. Interessante

observar que um mesmo cliente, Eduardo de Almeida, contratou, em momentos distintos, Segurado, em 1933, e Lix, em 1938, para elaborar duas residências. Esses dois projetos empregaram a linguagem modernizada que caracteriza o *art déco*, possivelmente em atenção ao gosto do cliente.

Figura - res. Eduardo de Almeida (S nº77) Segurado – 1933. Linguagem art déco. Rua Regente Feijó
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura - res. Eduardo de Almeida (S nº77) Segurado – 1933. Linguagem art déco. Rua Regente Feijó
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura - res. Eduardo de Almeida (L nº217), Lix da Cunha – 1938. Linguagem art déco, Rua Presciliana Soares. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura - res. Eduardo de Almeida (L nº217), Lix da Cunha – 1938. Linguagem art déco, Rua Presciliana Soares. (Fonte: Arquivo Municipal)

As plantas obedecem à mesma distribuição funcional setorizada, à mesma lógica construtiva, ao mesmo padrão de implantação no lote. As imagens que se seguem apresentam outras obras filiadas a essa corrente.

Figura - Conjunto de 5 residências geminadas Fortunato Figueiredo Tavares (S nº73), Segurado – 1932. Rua Saldanha Marinho (Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura - res. Afonso Colaferri (S nº74), Segurado – 1933. Linguagem modernizada. Rua Joaquim Novaes (Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura – conjunto de 4 residências Hugo Gallo (S nº140), Segurado – 1936. Rua José Paulino e Av. Orozimbo Maia.
(Fonte:Arquivo Municipal)

Figura – res. Januário Pardo Meo (S nº206), Segurado – 1940. Linguagem modernizada. Av. Júlio de Mesquita.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura - res. Múcio Murgel (P nº6), Penteadão – 1934. Rua Cel. Quirino. Linguagem moderna.
(Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura - res. Múcio Murgel (P nº6), Penteadão – 1934. Rua Cel. Quirino. Linguagem moderna.
(Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura – res. Mário Penteadó (P nº12), Penteadó – 1935. Linguagem moderna. Rua Guilherme da Silva. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Este é um dos projetos no qual a garagem encontra-se alocada à frente do lote e inserida no corpo principal da edificação: traço moderno de disposição em planta.

Figura – Perspectiva em pastel da res. Mário Penteadó (P nº12), Penteadó – 1935. Linguagem moderna. Rua Guilherme da Silva. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura - res. José Passos Maia (P nº25), Penteadó – 1937. Linguagem moderna. Rua Cel. Quirino.
(Fonte: CAV e CAD-CEATEC-PUCC)

Figura - res. José Passos Maia (P nº25), Penteadó – 1937. Linguagem moderna. Rua Cel. Quirino.
(Fonte: CAV e CAD-CEATEC-PUCC)

Figuras - res. João Lech Jr (P nº31), Penteadó – 1938. Linguagem moderna. Rua Guilherme da Silva
(Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

O neocolonial californiano ou missões também foi bastante empregado pelos três engenheiros. Alguns exemplos significativos dessa corrente, cuja influência chegou pelos meios de comunicação em massa - a publicidade, as revistas de variedade e cinema norte-americano -, foram selecionados e apresentados a seguir.

Suas características são:

- distribuição em planta conformando um pátio interno;
- inserção de volumes cilíndricos (torres e caixas de escada);
- pequenos beirais;
- painéis de azulejos;
- balcões de madeira trabalhada e muxarabis;
- ornamentos de ferro forjado: portões, gradis e luminárias de ferro trabalhado;
- falsas chaminés;
- vitrais;
- chafarizes e bancos justapostos às paredes;
- pequenas saliências ou balanços no pavimento superior apoiados por vigotas de madeira formando abobadilhas;
- arcos plenos;
- incrustações de pedra ou de elementos cerâmicos, argamassa de revestimento com texturas;
- janelas duplas ou triplas sem requadramento e separadas por colunas torsas;
- elementos decorativos demarcando a entrada da edificação: ânforas e vasos.

Figura - res. Leôncio de Souza Queiroz (P nº33), Penteado – 1938. Av. Júlio de Mesquita.
(Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura - res. Sonia Maria Rocha Brito (P n°14), Penteado – 1936. Rua Cel. Quirino.
(Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura - res. Sonia Maria Rocha Brito (P n°14), Penteado – 1936. Rua Cel. Quirino.
(Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura – Projeto da res. Armando do Valle Bastos (P nº63), Penteado –1945. Av. Júlio de Mesquita.
(Fonte: CAD-CEATEC-PUCC)

No projeto acima exposto, a distribuição dos espaços em planta forma um pátio central. Um chafariz ao centro do pátio e as arcadas de entorno completam a configuração do pátio. O grande volume cilíndrico, tal qual uma torre, que abriga a escada, destaca-se na volumetria da edificação. O telhado tem pequenos beirais. Sacadas, terraços e varandas complementam essa configuração típica do repertório missões.

Figura - res. Alcindo Tórtima (S nº109), Segurado–1936. Rua Cel. Quirino.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura - res. Eurico Villela (S nº121), Segurado – 1936. Rua Cel. Silva Telles.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura - res. Antonio Lourenço (S nº123), Segurado –1936. Rua Cel. Quirino.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura - res. Paulo Mangabeira Albernaz (L nº171), Lix da Cunha – 1936. Rua 14 de dezembro.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura res. Lix da Cunha (L nº205) 1937. Rua 14 de dezembro.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura - res. Augusto Cantúcio (L nº249), Lix da Cunha – 1939. Rua Américo Brasiliense.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura - res. Lix da Cunha (L nº261), Lix da Cunha – 1940. Rua Cel. Quirino.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura - res. Lix da Cunha (L nº315), Lix da Cunha – 1943. Rua Cel. Quirino
(Fonte: Arquivo Municipal)

Sobre o tratamento das fachadas, durante a década de 1930, os elementos decorativos estão presentes em maior número; já na década de 1940, há uma tendência à simplificação ornamental. A profusão de apliques, de colunas torsas, de falsas chaminés, de serralheria excessivamente trabalhada, de frontões, de enquadramentos rebuscados e de toda sorte de elementos decorativos vão se diluindo e sinalizando para uma tendência de despojamento ornamental (L nº261 e L nº 315, por exemplo). No geral, as obras de Segurado são mais carregadas de ornamentações; as de Penteado

obedecem com mais rigor à linguagem escolhida – não mescla repertórios –, suas obras são, ora mais ornamentadas, ora menos; e, por fim, as de Lix são ligeiramente mais discretas, ainda que no contexto de época prevaleça o gosto pela decoração das fachadas por parte da clientela burguesa.

A única solução projetual mais ousada de moradia, em relação à linguagem plástica, é a casa que Penteado construiu, em 1934, financiada pelo pai. A nova proposição de espacialidade da cobertura surpreende, mas, mesmo sendo inovadora em relação ao conjunto de habitações estudadas, a distribuição dos espaços em planta é tão semelhante quanto de outra qualquer.

A distribuição dos cômodos em planta obedece à lógica funcional do programa habitacional estabelecida segundo os costumes e padrões de viver. Importante ressaltar que uma mesma distribuição em planta pode corresponder a várias composições de fachadas, e também um mesmo jogo volumétrico pode ser adotado por diferentes linguagens plásticas. Nesse sentido, é pertinente o cotejamento entre dois projetos realizados em 1934: o primeiro deles, um projeto moderno, publicado na capa da Revista de Arquitetura da ENBA, nº6, e o segundo, de autoria de Lix da Cunha, a res. Estanislau Ferreira de Camargo (L nº138).

O que se depreende da comparação entre os projetos citados é que independentemente da linguagem plástica adotada, a proposição projetual apresentada em planta para o programa residencial é praticamente idêntica. A implantação da edificação no lote, a disposição dos espaços, as dimensões dos cômodos e o sistema construtivo apresentam a mesma solução. Para um mesmo programa residencial, foi adotada uma mesma solução construtiva, distributiva e volumétrica. O que difere as duas obras é a linguagem plástica.

Ainda sobre essa questão, observar dois projetos residenciais de Penteado: o projeto da res. Francisco Andrade Nogueira (P nº23) e o da res. José Passos Maia (P nº25), ambos realizados em 1937. Nesse caso, o jogo de volumes é similar, a solução em planta se repete, assim como a utilização do mesmo sistema construtivo, mas a linguagem formal é completamente díspar. O primeiro projeto emprega o repertório simplificado do neocolonial e o segundo de linhas modernas, inclusive pela adoção do arredondamento das quinas da edificação. As edificações estão dispostas em dois corpos: o principal, que abriga o programa residencial propriamente dito, e o

secundário, que aloja a garagem e as dependências de empregada. Uma passagem de carro coberta e integrada à edificação principal facilita o acesso dos passageiros do veículo à residência.

Figura - Projeto residencial de linguagem moderna, de autoria de ex-aluno da ENBA. Observar no campo de fundo a presença do recém inaugurado Cristo Redentor, Rio de Janeiro: Concorrência de imagens modernas.
(Fonte: Revista de Arquitetura da ENBA, nº6, 1934)

Figura - Elevação frontal do projeto da res. Estanislau Ferreira de Camargo (L nº138), Lix da Cunha – 1934. Rua Francisco Glicério. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura - Observar a semelhança na implantação e na distribuição dos espaços em planta: Pavimento térreo. À esquerda, projeto moderno, publicado na Revista de Arquitetura da ENBA, em 1934. À direita, projeto da res. Estanislau Ferreira de Camargo (L n °138), autoria de Lix da Cunha. Rua Francisco Glicério. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura - Observar a semelhança na implantação e na distribuição dos espaços em planta: Pavimento superior. À esquerda, projeto moderno, publicado na Revista de Arquitetura da ENBA, em 1934. À direita, projeto da res. Estanislau Ferreira de Camargo (L n.º 138), autoria de Lix da Cunha. Rua Francisco Glicério. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura - res. Francisco de Andrade Nogueira (P n°23), Penteadó – 1937. Rua Conceição.
(Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura - res. José Passos Maia (P n°25), Penteadó – 1937. Rua Cel. Quirino.
(Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Os dois projetos apresentados acima guardam semelhanças entre si e também com os projetos citados anteriormente, o publicado pela revista da ENBA e o de Lix da Cunha, de n°138. Todos apresentam o mesmo sistema construtivo, a mesma solução distributiva e a mesma composição volumétrica para propostas plásticas distintas.

As novas possibilidades de espacialidade que o concreto oferece não foram inteiramente exploradas devido, ao menos, a dois fatores distintos: questões econômicas relativas aos materiais – ferro e cimento¹⁰, e de resposta à demanda social mais conservadora, que responde de forma lenta e gradual às transformações nos hábitos e padrões de morar.¹¹

Em relação ao primeiro fator, podemos dizer que produção de cimento e ferro no país era ainda incipiente, e, com o advento da segunda guerra, que impôs dificuldades e limites à importação de materiais, a situação se agravou. Como atestava a reportagem publicada em 11 de setembro de 1945, no jornal local: *“Como em toda parte, em Campinas, o ritmo de construções decresceu sensivelmente durante o período de guerra, em consequência da elevação dos preços de material de construção. O surto progressista que dominava a cidade sofreu um colapso e inúmeras obras projetadas foram adiadas para ocasião oportuna.”* (Correio Popular, 11 set. 1945)

Em suma, o uso do concreto armado era restringido pelas dificuldades econômicas emanantes de sua própria produção.

Verificou-se, nos projetos analisados, que permanece a segregação e compartimentação de usos em espaços claramente definidos. Ainda que o concreto fosse economicamente acessível, a nova forma de espacialidade fluida e unificadora de usos não concernia ao programa residencial da clientela burguesa. Os hábitos e padrões de viver não sinalizavam para tal direção.

Nesse sentido, a temporalidade das alterações nos padrões sociais é diferente daquela, por exemplo, ligada às inovações tecnológicas. Essa discussão foi

¹⁰ A produção nacional de ferro e cimento era ainda incipiente, e deve ser salientado que o recorte temporal da pesquisa coincide com os anos da 2ª Guerra Mundial (carestia de produtos, como, por exemplo, o ferro, material essencial e requisitado numa economia de guerra). A produção de ferro no país, por meio da criação de uma grande siderúrgica nacional, era projeto alentado por Vargas desde 1930 e visava o desenvolvimento econômico e a própria soberania nacional. No entanto, só foi possível a concretização do projeto de criação da Companhia Siderúrgica Nacional, após acordo estabelecido entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, como resultado das negociações da política de boa vizinhança, em 1941. Até 1921, o país contava somente com a produção nacional de ferro da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

Também a produção de cimento nacional só ganharia impulso depois da implantação da Companhia Brasileira de Cimento Portland, em 1926. Até então, o consumo de cimento dependia exclusivamente da importação do produto.

¹¹ Eleb, Monique. “Généalogie de l’habitation et histoire sociale” In: *Les cahiers de la recherche architecturale et urbaine. Méthodes en histoire de l’architecture*. n° 9-10. Janvier 2002.

apropriadamente abordada pela historiadora Monique Eleb, no artigo intitulado *Généalogie de l'habitation et histoire sociale*:

(...) la distribution intérieure a une stabilité très forte car elle est liée aux mentalités, qui évoluent très lentement. Un règlement peut transformer la façade d'un immeuble, sa hauteur ou son rapport à la rue. Il ne pourra que très rarement imposer un système distributif, lié à la conception de la sociabilité ou des rapports à l'intérieur du groupe familial. C'est dire qu'il faut ici prendre en compte la longue durée, ne pas confondre l'évolution de l'urbain et celle de l'architecture domestique, et dissocier aussi cette dernière des grands événements historiques. (2002, p.149)

Considerando que as transformações, no modo habitar, demandam um longo tempo de maturação, parece evidente que as propostas de espacialidade sugeridas pela vanguarda moderna não seriam absorvidas espontaneamente pelo público. Ignorar esse fato, em detrimento de um comprometimento com os preceitos do Movimento Moderno, que poderiam inviabilizar o exercício profissional regular por parte desses engenheiros, significa simplificar o complexo contexto de modernização da arquitetura na primeira metade do século passado. Desconsiderar a produção arquitetônica de profissionais não reconhecidos como modernos pela historiografia consagrada seria o mesmo que negar essa realidade.

Classificá-los exclusivamente como bons construtores é uma forma de obliterar todo o conjunto de ações modernizadoras que realizaram no âmbito do espaço urbano, na organização da categoria profissional (fundação e participação em agremiações de classe), na estruturação de seus escritórios técnicos e canteiro de obras e na formas de consolidação profissional (uso da publicidade) em consonância com as discussões correntes tanto do campo prático (inovações técnicas), quanto do campo teórico e artístico (conhecimento e concordância ou não com o discurso das vanguardas e/ou com o discurso do movimento neocolonial: questão de nacionalidade polarizada à de universalidade). Seria reducionismo definir a obra desses engenheiros como um conjunto de construções bem-feitas sujeitas ao gosto do cliente e à influência superficial e fútil dos meios de comunicação em massa. O poder de persuasão do cinema, das revistas e da publicidade é, sem dúvida, significativo, mas não determinante. A própria formação sólida e consistente que esses profissionais receberam se encarregava de coibir a assimilação superficial de aspectos modernizadores propalados pela mídia da época.

Os engenheiros Badaró¹², Lix, Penteado e Segurado tinham uma formação acadêmica de excelência, estavam em sintonia com as grandes discussões teóricas, artísticas e práticas de seu tempo e optaram conscientemente pelo exercício profissional voltado ao mercado, atendendo às necessidades do momento. Portanto, suas propostas projetuais não devem ser consideradas ultrapassadas ou conservadoras. Eram, de fato, adequadas à sua realidade.

Penteado, ao explicar o papel do arquiteto, em palestra realizada no Rotary de Campinas, em 1943, manifesta sua postura de comprometimento com o tempo presente, que é moderno: *“o arquiteto deverá refletir o espírito de seu tempo, ser funcional e racional, isto é, considerar acima de tudo, as necessidades da vida quotidiana, a facilidade de movimentos, dando-lhe por seu traçado, expressão livre e completa.”*

Nesse pequeno trecho de seu discurso, Penteado indica, ainda, que a lógica de distribuição dos espaços é prioritariamente vinculada à racionalidade da circulação funcional, aspecto que libera a planta das amarras das simetrias compositivas.

A historiadora Eleb¹³ também faz uma importante referência à importância histórica desses “outros arquitetos”, que não se arrogaram o direito demiurgo de definir o modo de viver, e foram desconsiderados pela historiografia da arquitetura moderna, sendo reconhecidos simplesmente como bons construtores, pois sua arquitetura não se

¹² As poucas obras que Badaró realizou entre os anos de 1940 e 1943, ainda que relevantes, não puderam ser apresentadas devido à falta de qualidade das imagens. Trata-se de um pequeno rol de residências muito similares às outras apresentadas nesse capítulo.

¹³ Do artigo *Les autres modernes*, transcrevemos: *“En fait, l'historiographie officielle du Mouvement Moderne nous a habitués à ne considérer comme modernes que les architectes se ralliant aux discours utopistes, à la rhétorique de la rupture et de la table rase et il était devenu inconvenant de trouver des qualités à l'habitat des bourgeois. Plutôt que de croire à l'histoire mythique, tâchons de comprendre l'histoire réelle, de la réévaluer. Ce déni de l'intérêt des oeuvres de certains architectes renvoie à une question d'éthique : s'adapter à la demande émanant de la bourgeoisie relève-t-il du compromis ou de la compromission pour des architectes défendant des positions théoriques ? Question toujours d'actualité. Des architectes ont donc été méconnus sinon méprisés sous prétexte qu'il ont, eux, assumé un rôle millénaire : faire une architecture qui tient compte de la vie quotidienne, qui soutient les mœurs et étaye la culture. Ils ont refusé, consciemment ou non, le mépris de l'habitant, s'intéressant aux arts de vivre, ne se posant pas en donneur de leçons sur la vie quotidienne. Deux positions coexistent alors pour les architectes construisant pour la bourgeoisie. Certains, malgré le caractère de la commande, travaillent à créer un bâtiment à l'incontestable modernité d'écriture, c'est le cas de Ginsberg notamment pour son immeuble avenue de Versailles. D'autres s'appliquent d'abord à la modernisation du rapport entre l'intérieur et l'extérieur, des dispositifs de l'habitation et des équipements, pour répondre à la demande d'une clientèle bourgeoise exigeante. Pour autant, ils ne renoncent pas à rechercher une écriture qui convienne au XX siècle. C'est en effet le moment des jupes courtes, de la coiffure à la garçonne' et les motifs géométriques dans le décor de la vie quotidienne ont remplacé les fleurs.”* (1999, p.91)

filiava ao discurso utopista das vanguardas. Na realidade, as cidades são tributárias dessa arquitetura por eles desenvolvida e que respondia às muitas e novas demandas da vida cotidiana.

O paralelo entre essa pertinente análise e o estudo em questão permite asseverar que se construiu no seu tempo para homens do seu tempo adotando as expressões plásticas atualizadas, que correspondiam às discussões artísticas locais ou internacionais do momento (neocolonial – vanguarda moderna; regionalismo versus universalismo) e outras (missões - *art déco*) assimiladas por influência dos mais novos e significativos meios de comunicação de massa: o cinema e a publicidade.

Definir a produção arquitetônica do período entre-guerras como conservadoramente eclética revela uma postura reducionista diante do contexto cultural da época.

O volume de obras que esses engenheiros edificaram no Cambuí impressiona. O mapa anexado ao fim do capítulo comprova essa situação. Porém, além do elevado número de obras, interessa ressaltar que a paisagem do bairro foi sendo modernizada concomitantemente às alterações viárias propostas pelo plano de urbanismo e às novas construções que obedeciam aos ditames do código de construções e representavam plasticamente as correntes arquitetônicas do momento presente.

Ficou evidenciado que a linguagem moderna não foi bem aceita para os programas residenciais. Poucos foram os exemplares dessa expressão plástica localizados pela pesquisa. O mais significativo, entre eles, é o projeto da residência José Ferreira Penteado (P nº2), que Penteado construiu para seu pai, em 1934, logo no início de sua carreira individual.

De linguagem moderna também devem ser mencionadas as seguintes residências, já devidamente analisadas:

- Res. Affonso Colaferri, de 1933. Situada à rua Joaquim Novaes. (S nº74);
- Res. Múcio Murgel, de 1934. Situada à rua Coronel Quirino. (P nº6);
- Res. Mário Penteado, de 1935. Situada à rua Guilherme da Silva. (P nº12);
- Res. J. Passos Maia, de 1937. Situada à rua Coronel Quirino. (P nº25);
- Res. João Lech Jr., de 1938. Situada à rua Guilherme da Silva. (P nº31);
- Res. Eduardo de Almeida, de 1938. Situada à rua Presciliana Soares. (L nº217);

- Res. Januário Pardo Meo, de 1940. Situada à avenida Júlio de Mesquita. (S n°206).

No entanto, verificou-se que a grande maioria das habitações apresenta soluções plásticas de correntes arquitetônicas variadas, mas pertinentes ao seu contexto histórico. São proposições derivadas das demandas da clientela e dos debates teóricos relativos à afirmação de valores de nacionalidade diante dos valores universalizantes propalados pelas vanguardas.

Ao menos quatro explicações concorrem para a aplicação de várias linguagens plásticas no enfrentamento do programa residencial: questões relativas ao âmbito social, psicológico, político e o último no que tange à formação do gosto do público.

A primeira explicação é referente ao aspecto social, denota o vínculo entre a forma e as premissas do decoro: a residência caracteriza simbolicamente o papel do morador dentro da sociedade - é a sua representação social. Fatores relacionados às grandes dimensões dos espaços, à valorização dos ornamentos nas fachadas voltadas aos logradouros públicos e ao emprego de materiais sofisticados indicam o *status* social da clientela, e, nesse caso, o profissional atento às demandas dos clientes conservadores propõe soluções formais que as atendam. Nesse sentido, a depuração estética proposta pelas vanguardas não empolga a maioria da clientela, que a interpreta, superficialmente, como sinal de pobreza plástica. A linguagem moderna para o programa residencial é preterida em detrimento de outras proposições, que oferecem aspectos de fausto.

A segunda explicação está relacionada a fatores psicológicos. As expressões estéticas modernas de despojamento formal são recusadas conscientemente pelos arquitetos, em detrimento ou não das demandas da clientela, por não inspirarem o acolhimento espiritual que a ambiência doméstica deve refletir. Sob esse ponto de vista, a ojeriza à nudez formal está relacionada à sensação psicológica de frieza que os ambientes modernos exprimem ao ignorarem traços de domesticidade e de conforto emocional¹⁴. Resulta dessa rejeição ao moderno, a difusão dos valores tradicionais

¹⁴ As críticas à sensação de frieza que os ambientes modernos podem inspirar e ao modo de habitar imputado pelos arquitetos perduraram por décadas. Os filmes do cineasta Jacques Tati, *Mon oncle* e *Playtime*, produzidos respectivamente em 1958 e 1967, ainda exploram essa visão negativa em relação à arquitetura moderna, de forma cômica. No cultuado *Mon oncle*, a arquitetura moderna é a protagonista que induz ao comportamento robótico e programado dos moradores da moderna Vila Arpel. O gestual mecanizado dos protagonistas e o uso exacerbado de inovações tecnológicas são habilmente ridicularizados nessa sátira que a fita nos proporciona. Sobre *Playtime*, vide: Ockman, Joan. "Architecture

vinculados ao passado histórico. Dessa forma, o horror à nudez formal vem corroborar os preceitos defendidos pelo movimento tradicionalista denominado neocolonial

Sobre o aspecto de ambiência, mais uma vez o discurso de Penteado serve de sustentáculo à ideia formulada: *“Tal como o médico que tem o desejo de penetrar no organismo do doente para conhecer o seu mal, assim também, tem o arquiteto de introduzir-se no íntimo do cliente, a-fim-de poder, proporcionar-lhe o ambiente que ele necessita para viver com alegria e saúde. É no estudo minucioso dos hábitos e costumes de seus fregueses que o arquiteto deve por o melhor de si mesmo.”* (1943, grifo nosso)

Vale também ressaltar a importância que o arquiteto atribui às questões de salubridade, ratificando o peso desse constituinte do receituário moderno.

A terceira explicação diz respeito às questões políticas de valorização da nacionalidade e de consolidação da noção do estado, que engendraram o movimento neocolonial, que recebeu, no caso específico do Brasil, a adesão dos ‘conservadores’ e dos modernos.

A última explicação diz respeito à formação do gosto popular influenciado pela publicidade e pelos meios de comunicação de massa. Atribui-se ao cinema, às revistas e à própria publicidade mercadológica o poder de disseminar padrões de vida, de comportamento e de modismos. Ferramentas essencialmente modernas – publicidade, cinema, revistas, etc. – foram utilizadas como vetores de transmissão de valores que não são considerados modernos pelas vanguardas, como, por exemplo, a difusão do estilo missões norte-americano e o *art déco*.

Paralelamente à força da mídia como instrumento de propagação de certos modelos estéticos, coincidiu o discurso eloquente das vanguardas na defesa da expressão moderna. Os arquitetos modernos se investiram do papel de impor um novo modo de morar, que nem sempre correspondia às necessidades, vontades e gostos dos clientes e nem às possibilidades tecnológicas construtivas vigentes no momento.

in a mode of distraction: eight takes on Jacques Tati’s Playtime”. IN: Lamster, Mark. *Architecture and Film*. New York: Princeton Architectural Press, 2000.

No canônico texto *O leite de cal*¹⁵, Le Corbusier proclama que é necessário fazer de cada indivíduo um juiz sagaz na perseguição da perfeição. Segundo ele, cabe ao arquiteto aperfeiçoar o gosto do público, educando seu olhar para as artes.

Seria importantíssimo, pois, fazer de cada indivíduo um juiz sagaz. (...) A arte está em toda parte na rua, que é o museu do presente e do passado. Basta saber reconhecê-la e fica supérfluo querer acrescentar-lhe outra. Onde há séria falta dela é no indivíduo. É aí que essa ausência, multiplicada por milhões, cria um fato coletivo cujas consequências sociais são graves: o abandono dos lares. É ao indivíduo que se deve levar a arte e para isso é útil proporcionar um juízo ao indivíduo. Falta ao indivíduo um juízo. (1996, p.189)

Constatou-se, no entanto, que o aspecto formal imposto pelo discurso moderno não se fez presente nos casos das moradias analisadas, provavelmente porque propostas que implicam mudanças nos costumes e modos de viver correspondem a uma temporalidade diversa daquela da inserção de inovações tecnológicas que resultam em maior conforto.

As análises das edificações apresentadas indicam que, para além das questões plásticas, os projetos residenciais revelam a aplicação de significativos preceitos modernos:

- Na adoção de técnicas e materiais construtivos correntes e industrializados. O próprio Código de Construções teve papel importante no processo de modernização da construção ao induzir o emprego de materiais industrializados, como, por exemplo, concreto e alvenaria de tijolos, e de suprimir o uso de técnicas locais tradicionais como a taipa.
- Na distribuição funcional setorial - íntimo, social e de serviços - que libera a planta dos preceitos de simetria da composição arquitetônica.
- Preocupações sanitaristas que visam atender os níveis de insolação e ventilação considerados satisfatórios.
- Racionalidade construtiva gerando economia de materiais, seja pela organização do canteiro de obras, pela coincidência de prumadas hidráulicas ou pelo ajustamento da compartimentação dos cômodos entre pavimentos. O uso do sistema construtivo de alvenaria impõe tal procedimento, uma vez que a flexibilização espacial oferecida pelo concreto ainda não havia sido explorada

¹⁵ Título original, em francês: *Le lait de chaux; la loi du ripolin*, 1925.

até seus limites; seu emprego foi parcimonioso, possivelmente por conta do custo-benefício.

- Introdução de inovações tecnológicas, que proporcionavam aos moradores maior grau de conforto, sobretudo, nas cozinhas e banheiros. Também deve ser citada a introdução dos armários embutidos nos dormitórios.
- Alterações no programa funcional para adaptá-lo à nova ordem de costumes urbanos: supressão de espaços como, por exemplo, as alcovas e os porões, que não correspondem mais aos hábitos e aos modos de viver de uma sociedade urbana, e inserção de outros condizentes à nova realidade: garagem para automóveis, escritórios privativos (espaço tipicamente masculino), quartos de costura e toucadores (espaços femininos).

Em síntese, o programa residencial, diferentemente dos outros, revela, de forma explícita, além de significativos traços da modernidade, a riqueza dos debates teóricos e estéticos que vigoravam naquele momento de posições conflituosas.

A adoção de variadas correntes arquitetônicas exemplifica o panorama desse contexto de modernidade que conjuga permanências e inovações. Essa produção arquitetônica não deve ser considerada como de transição, uma vez que o moderno, em arquitetura, não chegou pela via da tábula rasa, como seus defensores mais fervorosos pregaram. Ao contrário, foi assimilado em temporalidades distintas e promoveram a coexistência entre soluções variadas num mesmo projeto.

Figura - Repertório neocolonial – S nº90, res. Carlos Stevenson – av. Júlio de Mesquita (1920) (Fonte: Arquivo particular Segurado)

CAPÍTULO V.

EDIFÍCIOS PÚBLICOS: UMA NOVA URBANIDADE

“Destruo toda esta arquitetura de importação literária, grega, rococó, colonial, servil. Destruo toda esta escultura convencional e imbecil, esta pintura mofina. Destruo toda essa literatura acadêmica, romântica, literatura que só é literatura e não vida e energia. Construo com o granito, com o ferro, com a madeira, que a terra pródiga me oferece, a morada simples, clara, forte, graciosa do brasileiro. Ergo os palácios, as fábricas, as estações, os galpões, não copiando as nossas florestas, os nossos montes, mas com força dinâmica libertadora do espírito moderno, que cria coisa própria. Recolho a língua do meu povo e transformo a sua poesia em poesia universal. Faço da minha atualidade a forja do Futuro”.

(Aranha, apud Teles, 2009, p.470)

A produção arquitetônica realizada na região central passava por um amplo processo de remodelação urbanística a partir da aprovação do plano desenvolvido por Maia, em 1938¹. Um plano fundado em amplas premissas moderna, de visão progressista, que em muitos aspectos se aproxima ao discurso² eloquentemente difundido por Le Corbusier – *Conceber primeiro, construir depois*:

Conhecendo o que a arquitetura (o que é; por ordem), pode realizar actualmente, de profundamente humano, nós procuramos proporcionar a felicidade. Proporcionar a felicidade ela libertação do indivíduo: aparelhamento, organização, preparação das cidades. Nós saberemos que a base de toda a actividade humana é esta curta medida de tempo que, no dia solar se estende a hora de nos levantarmos e a de nos deitarmos. É sobre a medida de 24 horas que organizaremos a actividade sã e harmoniosa do homem machinista. Nós estabeleceremos o horário desta actividade diária; um horário onde se encontrem as horas de trabalho útil e as de recreação indispensável; onde intervenham os actos da participação colectiva e os silêncios da livre disposição individual. (...) Os planos são a verdade dos tempos modernos. São os dictadores.

¹ Plano de Melhoramentos Urbanos é aprovado pelo Ato nº118 de 23/04/1938.

² Trecho extraído do artigo intitulado *Conceber primeiro, construir depois*, de Le Corbusier, publicado originalmente na revista *L'architecture d'aujourd'hui* nº10, 1933, e traduzido por Gerson Pompeu Pinheiro para a Revista de Arquitetura de ENBA, nº8, dez. 1934. Texto original: “*Concevoir d’abord, construire ensuite – (...) Connaissant ce que l’architecture (qui est: mise en ordre) peut aujourd’hui réaliser de profondément humain, nous chercherons à donner du bonheur. Donner du bonheur par la libération de l’individu: équipement, organisation, aménagement des villes. Nous saurons que la base de toute l’activité humaine est cette courte mesure de temps qui, dans la journée solaire, s’étend entre le lever et le coucher. C’est sure la mesure de 24 heures que nous organiserons la journée saine et harmonieuse de l’homme machiniste. Nous établirons l’horaire de cette journée; un horaire où s’insèrent les heures de travail utiles et celles de la récréation indispensable; où interviennent les actes de la participation collective et les silences de la libre disposition individuelle. (...) Les plans sont la vérité des temps modernes. Ils sont les dictateurs. Tous les moyens sont à pied d’oeuvre. C’est concevoir qu’il faut. Concevoir, décider, organiser, agir, décréter l’ère des grands travaux. Concevoir d’abord. Construire ensuite.*” (Le Corbusier, 1933, p.30)

*Todos os meios estão prontos a serem empregados. É conceber que precisamos. Conceber, decidir, organizar, agir decretar a era dos grandes trabalhos. Conceber primeiro. Construir depois.*³

Um expressivo contingente de novas edificações contribui para a configuração da paisagem urbana dessa cidade que despertava como um emergente polo industrial. Os padrões de convívio estabelecidos por uma população eminentemente urbana suscitam novos programas funcionais. Edificações são reformadas e muitas outras são construídas para atender à demanda dessa nova qualidade de espaço público. Para os programas urbanos já existentes era necessário o redimensionamento e a requalificação dos espaços, para os recém introduzidos era necessário sua construção.

Além das edificações especificamente industriais, o setor de serviços é amplificado com a inserção de programas voltados às massas:

- de trabalho: salas comerciais, lojas, escritórios;
- instituições financeiras;
- de serviço: hotéis, restaurantes e bares, postos de abastecimento de combustíveis;
- condomínios residenciais verticais;
- conjuntos de casas operárias;
- instituições de ensino;
- de lazer: cinemas, teatros, clubes, instalações esportivas;
- edificações hospitalares: clínicas particulares, centros médicos públicos, hospitais, etc.;
- edificações institucionais públicas: fórum, prefeitura, militares.

A tabela elaborada a partir dos dados obtidos nos relatórios oficiais elaborados anualmente pela prefeitura de Campinas⁴ oferece um panorama do crescimento do número de construções na cidade. (Tabela 1) O período compreendido entre os anos que sucedem a crise de 1929 e os de duração da segunda guerra apresenta um número de construções que se mantém praticamente estável. Mas, após o final da guerra ocorre uma expansão vertiginosa do setor imobiliário, que refletia o forte crescimento econômico.

³ 1934, p.13-16.

⁴ A prefeitura organizava anualmente todos os dados coletados pelas diversas diretorias municipais e os compilava num único relatório assinado pelo prefeito em exercício e enviava para a devida aprovação do poder legislativo. Não foram produzidos relatórios para os anos de 1937 e 1946.

Tabela 1

QUADRO COMPARATIVO DO MOVIMENTO DA DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO

ANO	PRÉDIOS NOVOS	REFORMAS	Cidade (nº prédios novos)		
			Parte antiga	Loteam. novos	Bairros (distritos)
1929	361	166			
1930	399	143			
1931	366	135			
1932	305	152	171	116	18
1933	326	203	226	86	14
1934	295	202	225	57	13
1935	262	180	206	41	15
1936	295	133	232	48	15
1937	314	127			
1938	277	166	193	62	22
1939	347	237	241	89	17
1940	464	227	316	133	15
1941	442	196	282	144	16
1942	291	189	183	88	20
1943	279	173	177	88	14
1944	220	160	140	58	22
1945	419	157			
1946	766	225			
1947	679	366	408	187	84
1948	1580	367	751	698	131
1949	1333	354	984	264	85
1950	1709	464	1358	259	92

(Fonte: Relatórios oficiais da Prefeitura de Campinas dos anos de 1929 a 1950.)

OBS. Não foram realizados relatórios para os anos de 1937 e 1946.

Gráfico 1 – Movimento da construção civil, em Campinas.

As modificações na paisagem urbana começam a transparecer após a entrada em vigor do Código de Construções, de 1934. Algumas leis também foram criadas com o intuito de incentivar as construções previstas no plano de urbanismo e que correspondiam à nova ordem econômica de uma cidade industrial. Entre elas, vale citar a Lei nº 491, de 23 de novembro de 1936, que cria a Comissão de Melhoramentos Urbanos e autoriza a Prefeitura a entrar em acordo com o Estado para construção de um novo quartel para a Força Pública do Estado, a Lei nº 496, de 14 de dezembro de 1936, que autoriza a isenção de impostos para os prédios com mais de três andares; a Lei nº 498, de 16 de dezembro de 1936, que dá providências sobre construção de habitações populares; e a Lei nº 499, de 16 de dezembro de 1936, que autoriza a Prefeitura Municipal a entrar em acordo com o governo do Estado, para construção de um edifício destinado à instalação do Fórum, Caixa Econômica e repartições estaduais. Os poderes legislativo e executivo estavam em sintonia para dar andamento ao grande projeto de modernização espacial de Campinas.

Uma matéria jornalística publicada em 04 de setembro de 1936, intitulada *A febre de construção na terra campineira*, apresenta com entusiasmo os números oficiais de construções registrados pela Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura (DOV). Uma grande foto⁵ da residência José Ferreira Penteado, projeto moderno de Penteado, ilustrava essa matéria, salientando sua importância enquanto edificação que apresentava novos padrões estéticos para a cidade.

A partir do final da década de 1930 inicia-se um longo processo de desapropriações, alargamentos e demolições que ocorria em virtude das especificações do plano de urbanismo. As modificações espaciais eram sempre acompanhadas pela mídia e anunciadas oficialmente pela prefeitura. Os relatórios anuais da Diretoria de Obras e Viação da prefeitura detalhavam todos os trabalhos urbanísticos que aconteciam no ano corrente de 1938:

*Urbanismo: Em obediência ao Plano de Melhoramentos Urbanos, aprovado pelo Ato nº118, de 23 de abril de 1938, a Prefeitura adquiriu, mediante desapropriações, o imóvel da rua José Paulino esquina rua dr. Campos Salles, cuja demolição torna-se necessária para o alargamento das ruas dr. Campos Salles e José Paulino. Realizaram-se também vários entendimentos para a desapropriação de diversos imóveis, tendo sido organizado, entre outros, um processo relativo ao alargamento da rua Benjamin Constant, entre as ruas Luzitana e Francisco Glicério.*⁶

⁵ Acompanhando a foto a legenda transcrita a seguir: “Uma elegante e moderna residência de Campinas: a do dr. Mário Penteado, no Cambuhy.”

⁶ Relatório dos trabalhos realizados pela prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1938, apresentado ao Departamento das Municipalidades pelo prefeito dr. Euclides Vieira, 1940, p.5.

O andamento das desapropriações era bastante intenso, conforme pode ser verificado nos relatos do ano seguinte, 1939:

5) *Urbanismo*: – O plano de melhoramentos, aprovado pelo ato (...), mereceu toda a atenção da Prefeitura.

a) *Quarteirão 16*: foi ultimada a demolição de todos os prédios deste quarteirão, (...) cuja área se destina à construção do futuro Palácio da Justiça. O custo total do terreno, incluídas as desapropriações realizadas em anos anteriores, eleva-se a 807:445\$5000

b) *Rua Benjamin Constant* – O alargamento desta rua (...) executado parceladamente, foi concluído no trecho compreendido entre as ruas Luzitanas e Francisco Glicério. (...)

c) *Avenida Julio de Mesquita* – Foi completado o alargamento desta avenida, entre as ruas Benjamin Constant e General Osório. (...)

d) *Rua dr. Campos Salles* – As desapropriações, para alargamento desta rua, tiveram prosseguimento, sendo adquiridos diversos prédios, que na sua maior parte já foram demolidos.

e) *Rua General Osório* – Em cumprimento ao ato nº118, esta rua deverá ser alargada, entre Barão de Jaguara e Irmã Serafina. (...)

f) *Alargamentos diversos* – Na conformidade do ato nº118, várias outras desapropriações foram levadas a efeito nas ruas José Paulino, Proença, prolongamento de Culto à Ciência e travessa Irmãos Bierrenbach.⁷

No mesmo relatório, referente ao ano de 1939, constavam as seguintes informações sobre o projeto do Palácio da Justiça e do Centro de Saúde:

Palácio da Justiça. Por ocasião da visita feita à Campinas, o Sr. Interventor Federal colocou a primeira pedra do futuro Fórum, na quadra compreendida entre as ruas Campos Salles, José Paulino, General Osório e Regente Feijó. O projeto do edifício, que terá proporções monumentais, com sete pavimentos, é de autoria do arquiteto José Maria das Neves, da Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado. Tudo faz crer que o início dessas obras verifique-se em 1940.

Centro de Saúde. Por motivos alheios à Prefeitura deixou de ser iniciada a construção do prédio próprio, projetado pela D.O.V., para o Centro, às expensas do Município, no terreno situado no cruzamento da av. Orozimbo Maia com a rua José Paulino, embora também tenha sido colocada a primeira pedra o snr. Interventor Federal.⁸

⁷ Relatórios dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1939 apresentado ao Departamento de Municipalidades pelo prefeito dr. Euclides Vieira, 1941, p. 4-5.

⁸ Ibid., 1941, p.55.

Estavam sendo providenciados com agilidade os trâmites referentes à construção dos mais importantes edifícios de caráter público como o Fórum, o prédio dos Correios e Telégrafos, do Centro de Saúde, do Quartel do 8º Batalhão de Campinas, das repartições estaduais, da Caixa Econômica, etc, assim como estabelecia a Lei nº 499, de 1936.

Figura - Vista panorâmica da região central, década de 1930. (Fonte: Centro de Memória da Unicamp-CMU)

Figura - Vista panorâmica da região central, final da década de 1930. (Fonte: CMU)

No final da década de 1930, poucas edificações se destacavam no centro da cidade, entre elas, as torres das igrejas da Catedral, do Rosário e o edifício Santana, com seus seis pavimentos. O processo de verticalização e de remodelação viária da região central ainda não havia sido iniciado.

Figura - Vista posterior do Largo do Rosário, futura praça cívica do Fórum. 1939.
(Fonte: CMU)

A imagem acima mostra que os terrenos situados ao fundo da igreja do Rosário e ao seu lado já haviam sido desapropriados e as respectivas edificações demolidas para a futura construção do Fórum. As intervenções urbanísticas estavam em curso.

Nessa mesma imagem pode-se perceber a presença de dois edifícios que se destacam na paisagem: o Santana, primeiro arranha-céu da cidade (L n°182) e o edifício Colúmbia (L n°228), de 1938, ambos projetados e construídos pelo eng° Lix da Cunha. Os dois prédios foram construídos para o uso exclusivo comercial. O edifício Santana já foi objeto de extensa análise, apresentada no capítulo II. O edifício Colúmbia, pertencente à família Franceschini, proprietária de uma cervejaria de mesmo nome, abrigava no térreo e no primeiro pavimento, respectivamente, um bar e um restaurante. Os pavimentos segundo e terceiro eram ocupados por salas comerciais e os dois últimos, quarto e quinto, por serviço hoteleiro. As duas

composições tiram partido da implantação em esquina: paredes e sacadas arredondadas que contribuem para a conformação volumétrica movimentada, assim como as pequenas saliências e reentrâncias das vedações exteriores.

Na realidade, essas primeiras edificações verticalizadas do centro, que empregaram o concreto armado como estrutura e que apresentavam uma linguagem plástica despida de ornatos, simbolizavam a modernidade que se instaurava na cidade. São obras que se distinguem pela clareza e despojamento formal.

Figura – Edifício Santana, 1968. Projeto e construção do engº Lix da Cunha (L nº182). Situado na esquina da rua Barão de Jaguará com César Bierrenbach. (Fonte: Museu da Imagem e do Som - MIS)

Figura – Edifício Colúmbia, 1938. Projeto e construção do engº Lix da Cunha (L nº228). Situado na esquina da rua Barão de Jaguará com General Osório. O topo da edificação foi aproveitado para anunciar, por meio de um grande letreiro publicitário, as cervejas Colúmbia e Mossoró, produzidas pela cervejaria homônima, Colúmbia, pertencente ao mesmo proprietário do edifício. (Fonte: MIS)

Alterações mais profundas na região central ocorreram no início da década de 1940. Um dos primeiros alargamentos viários concluídos foi no trecho da rua Conceição, entre a rua Francisco Glicério e Barão de Jaguará. O aspecto viário da região central durante a execução das intervenções urbanísticas era de desordem: demolições diversas, ruas e avenidas com larguras variáveis.

Figura - Vista do Largo da Catedral: rua Conceição alargada no trecho entre rua Francisco Glicério e Barão de Jaguará, 1940. (Fonte: MIS)

O edifício assinalado na imagem acima foi construído e projetado pelo engº Segurado para o cliente Antonio Dias Rangel (S nº210), em 1940. Assim como comentado pelo relatório da prefeitura, o edifício de linguagem moderna completava a paisagem modernizada que se almejava.

Segundo informações do relatório do D.O.V. referente ao ano de 1940:

5) Urbanismo: (...) b) Alargamento da rua Conceição – Foi entregue ao trânsito, devidamente pavimentado, o trecho desta rua, entre Barão de Jaguará e Francisco Glicério. A construção simultânea dos edifícios ao lado do alargamento, modernizou o aspecto desse trecho central da cidade.⁹

⁹ Relatório dos trabalhos realizados pela prefeitura de Campinas durante o exercício de 1940 apresentado ao Departamento das Municipalidades pelo prefeito dr. Lafayette Álvaro de Souza Camargo, 1942, p.4-5, grifo nosso.

Figura – Vista da rua Francisco Glicério, tendo em destaque o Edifício Cury e ao fundo a Igreja do Rosário. O trecho em questão já havia sido alargado e dois novos edifícios construídos: Cury e São Paulo, ao lado.
(Fonte: CMU, Unicamp)

As desapropriações da rua Francisco Glicério foram iniciadas em 1941, como aponta o relatório do referido ano:

Alargamento da rua Francisco Glicério – foi iniciada a transformação da rua, em avenida, no trecho entre as ruas 13 de maio e dr. Campos Salles, (...). As desapropriações dos demais imóveis do referido trecho foi, igualmente, iniciada de forma a tornar possível a efetivação do melhoramento no próximo ano.¹⁰

A porção da rua Francisco Glicério entre a avenida Campos Salles e a rua Costa Aguiar foi ampliada, aguardando a aprovação da demolição da igreja, fato que gerou um delicado embate entre o poder público e os representantes religiosos locais. Só após 1956, com a demolição da igreja, é que o alargamento da rua Francisco Glicério pode ser finalizado e a praça cívica frontal ao Palácio da Justiça devidamente organizada.

À margem direita alargada, dois significativos edifícios comerciais privados se destacavam: o edifício Cury, que abrigava o hotel Terminus, e o edifício São Paulo, de salas comerciais. No prolongamento da rua, pode-se observar a presença do também recém construído edifício dos Correios e Telégrafos.

¹⁰ Relatório dos trabalhos realizados pela prefeitura de Campinas durante o exercício de 1941 apresentado ao Departamento das Municipalidades pelo prefeito dr. Lafayette Álvaro de Souza Camargo, 1943, p.36.

Correio e Telégrafos

Ed.Cury

Figura - Vista da torre da Igreja do Rosário: rua Francisco Glicério alargada no trecho entre avenida Campos Salles e rua 13 de Maio. Final da década de 1940. (Fonte: MIS)

Figura - Estudo do projeto do edifício Cury, perspectiva em aquarela do autor do projeto, engº-arquiteto José Maria da Silva Neves. (fonte: Arquivo Pessoal)

Figura – Ed. Cury, projeto do engº-arquiteto José Maria da Silva Neves e construção de engº Segurado (S nº229) 1943-1946. (Fonte: Arquivo pessoal)

Figura – Ed. São Paulo (L nº386), projeto e construção do engº Lix da Cunha, 1946-1948. (Fonte: MIS)

Figura – Ed. Correios e Telégrafos, situado na Avenida Francisco Glicério. 1942-1943. (Fonte: MIS)

O projeto do edifício dos Correios, que também estava localizado na porção já alargada da rua Francisco Glicério, foi elaborado pelo engº Ernesto do Prado Seixas Netto, do Departamento dos Correios e Telégrafos, em 1942. A construção foi a expensas do governo do Estado, assim como o do prédio da Caixa Econômica, do Fórum e do Quartel do 8º Batalhão.

Sobre o prédio do Quartel da Polícia, o Relatório de 1940 informava:

Quartel da Polícia: – Após a aquisição, em 1938, dos imóveis indicados nas leis municipal nº 491 e estadual nº 2.841, o Comando da Força Pública, verificando a exigüidade da área para a necessária instalação, entrou em novo entendimento com a Prefeitura e obteve o aumento da área inicial de 17.930m² para 41.299m² (...)»¹¹

Ao final das negociações entre Prefeitura e Governo do Estado, ficou decidido que o quartel seria construído no terreno situado na rua João Jorge, saída de Campinas, em detrimento da área entre a confluência das ruas José Paulino e Canal de Saneamento/ avenida Orozimbo Maia (lote que foi utilizado para a construção do Centro de Saúde).

O projeto do quartel ficou a cargo da Sessão de Engenharia da Força Pública e constitui um dos poucos exemplares de edificação pública da região central que segue a linguagem plástica do neocolonial. Também remete ao neocolonial o edifício da Escola Preparatória de Cadetes, cujo projeto foi realizado pelo engº-arquiteto Hernani do Val

¹¹ Relatório dos trabalhos realizados pela prefeitura de Campinas durante o exercício de 1940 apresentado ao Departamento das Municipalidades pelo prefeito dr. Lafayette Álvaro de Souza Camargo, 1942, p.13.

Penteado da Diretoria de Obras Públicas da Secretaria da Viação e Obras Públicas e cuja construção foi realizada pela Sociedade Construtora Brasileira Ltda. As plantas e maquete do projeto, de 1946, foram publicadas na Revista Acrópole nº 95, de março de 1946. A escola está localizada na antiga Fazenda Chapadão, região noroeste de Campinas.

Figura – Planta de localização do 8º Batalhão da Força Pública, avenida João Jorge. Responsável técnico pelo projeto: 1º Tenente Chefe da 2ª Seção de Engenharia Valfrido de Carvalho. (30/09/1938).
(Fonte: Arquivo Municipal de Campinas)

Figura – 8º Batalhão da Força Pública do Estado de São Paulo, projeto obedece à linguagem plástica do neocolonial simplificado. Inaugurado em 25/05/1941. (Fonte: MIS)

Figura – Escola Preparatória de Cadetes de Campinas, década de 1940. (Fonte: Arquivo Pessoal)

O relatório de 1941 informava sobre o andamento dos projetos do Centro de Saúde, do Palácio da Justiça, da construção da Vila operária Estanislau e do Parque Infantil da Vila Industrial.

O Centro de Saúde foi projetado pelo engº-arquiteto Badaró, responsável pela Seção de Arquitetura da Diretoria de Obras e Viação, e sua construção foi determinada por concorrência pública, cuja empresa vencedora foi Morse & Bierrenbach, sediada em São Paulo (rua Senador Paulo Egydio, 22 – 5º andar).

Centro de Saúde – esta construção, contratada, em concorrência pública, por 450:000\$000, pela firma Morse & Bierrenbach, e iniciada em fins de 1940, ficou concluída neste exercício. Além da verba de 50:000\$000 previstos na lei de orçamento, a prefeitura teve que despendar mais 12:951\$000, com serviços extraordinários de terraplanagem do terreno, abertura de rua, demolição de muros e canalização de águas pluviais. Ficaram por executar, pelo Estado, o ajardinamento, passeios ao lado das ruas José Paulino e avenida Orozimbo Maia, passeios internos, muros de perímetros, etc., serviços avaliados em cerca de 20:000\$000.¹²

O prédio do Centro de Saúde se configurava como um volume compacto de dois pavimentos que tirava partido da situação em esquina. Um eixo de simetria traçado na confluência das vias Orozimbo Maia e José Paulino ordenava a distribuição e composição volumétrica do edifício. A entrada era assinalada por um volume cilíndrico proeminente. As janelas em forma de óculos faziam alusão aos motivos náuticos em voga, pela linguagem

¹² Relatório dos trabalhos realizados pela prefeitura de Campinas durante o exercício de 1940 apresentado ao Departamento das Municipalidades pelo prefeito dr. Lafayette Álvaro de Souza Camargo, 1943, p.40.

modernizante difundida pela Exposição de Artes decorativas de Paris, de 1925, que disseminou correntes modernas de arquitetura, entre elas, a que se convencionou chamar *art déco*.

Figura - Centro de Saúde, projeto do engº- arquiteto Badaró, chefe da seção de arquitetura da prefeitura, e construção da firma Morse& Bierrenbach, 1940. (Fonte: CMU)

Figura – croqui do projeto do centro de Saúde, desenvolvido por Badaró, 1939. (fonte: *Correio Popular*, Campinas, 11 abr. 1939)

O terreno para a construção do Palácio da Justiça já estava liberado, a prefeitura aguardava o início da construção, que ficou a cargo do Estado de São Paulo.

Palácio da Justiça – Continua à disposição do Governo do Estado, desde o começo de 1940, o quarteirão entre as ruas dr. Campos Salles, José Paulino, General Osório e Regente Feijó, que a prefeitura desapropriou para a construção do Fórum. Os serviços de pavimentação das ruas de contorno do futuro palácio, com as larguras previstas no plano de remodelação da praça, assim como, a canalização para a instalação subterrânea, que competiam à prefeitura, também forma concluídas. A prefeitura recebeu uma comunicação do Snr. Secretário da Viação e Obras Públicas, anunciando o início das obras, em 1942.¹³

A construção do Palácio da Justiça se prolongou por alguns anos, o projeto do prédio foi desenvolvido pela Secretaria da Viação e Obras Públicas. Segundo informações do relatório de 1939, seria um edifício de sete pavimentos com projeto de autoria do engº-arquiteto José Maria da Silva Neves. No entanto, só foram encontradas no Arquivo Municipal as plantas do projeto de adaptação, que foi elaborado pelo engº Romano S. Telles, em 1942. O projeto original encontrado era para construção de um prédio de quatro pavimentos: térreo e mais três pavimentos superiores, o novo projeto apresenta a mesma solução em planta para mais três outros pavimentos, num total de sete.

Figura – Palácio da Justiça, elevação frontal, 1942. (Fonte: Arquivo Municipal)

¹³ Ibid., p.41.

Figura – Palácio da Justiça, elevação frontal, 1942. (Fonte: Arquivo Municipal)

Ao final, o edifício foi construído com cinco pavimentos superiores, suprimindo o último andar, que aparece na planta acima apresentada.

Figura – Palácio da Justiça. (Fonte: CMU)

Os projetos dos novos edifícios públicos eram desenvolvidos nos respectivos departamentos e secretarias do governo: municipal ou estadual, no entanto, suas construções eram estabelecidas por concorrência pública a profissionais e empresas privadas. A finalização da construção do Fórum ficou a cargo do engº Lix da Cunha (L nº316), em 1943. Ainda que não tivesse desenvolvido o projeto, assegurado pela própria esfera pública, foi

responsável pela conclusão dessa importante obra pública. Ora estava envolvido no projeto e construção, ora somente na construção.

O Parque Infantil da Vila Industrial foi mais uma das novas obras públicas, cujo projeto foi realizado pela municipalidade e a construção desenvolvida por Lix da Cunha (L nº290), em 1941). O projeto foi de autoria do engº-arquiteto Badaró, responsável pela 2ª seção da Diretoria de Obras e Viação de Campinas.

Segundo informações do relatório de 1941:

*Parque Infantil – o engº Lix da Cunha contratou, em concorrência pública, pela importância de 58:797\$000, a construção do pavilhão do futuro parque infantil da Vila Industrial, projetado pela 2ª Secção desta Diretoria. O pavilhão foi localizado, em terreno municipal, com cerca de 9.000 m² com frente para a praça João Jorge, avenida Amoreiras e prolongamento da rua São Carlos. Identicamente ao pavilhão já construído na praça Imprensa Fluminense compreende este, 1 salão central, ladeado por salas para biblioteca, médico, dentista, professores, copa e cosinha, instalações sanitárias e chuveiros para os dois sexos.*¹⁴

Além da construção de novos equipamentos o problema de deficiência de qualidade e quantidade de habitações operárias preocupava o poder público. A proliferação de cortiços que se espalhavam pela cidade exigiu atenção dos órgãos públicos, que restringiram sua existência por meio do artigo nº 354, do Código de Construções, que estabelecia: “*Não serão permitidas reformas, reconstruções e acréscimos nos cortiços existentes. Serão demolidos os cortiços infectos e insalubres*”.¹⁵

E, para regular a necessária construção de casas populares, os artigos de nº 344 a 353 estabeleciam regras específicas. No quadro de crescimento populacional e de agravamento do problema da habitação de baixa renda, o grupo de engenheiros destacou-se em atuações pontuais, que contribuíram para estabelecer as primeiras diretrizes de um programa que enfrentasse a questão. Desde 1936, quando eleito vereador, no curto período de duração do legislativo, antes do golpe de Vargas, o engº-arquiteto Mário Penteado encaminhou à Câmara, na sessão realizada em 24 de agosto de 1936, um projeto de lei dispondo sobre a construção de casas operárias. O projeto de lei foi apresentado por seu autor precedido de um discurso introdutório, parcialmente transcrito abaixo:

¹⁴ Ibid., p.38.

¹⁵ *Código de Construções*, 1935, p. 110.

O problema da habitação popular, ou melhor, das casas operárias, é dos que mais tem preocupado o mundo, e, talvez, o único que não tenha sido resolvido satisfatoriamente. (...) Na construção da casa operária devemos observar os seguintes princípios: 1) simplicidade de desenho e eliminação de todos os ornamentos desnecessários; 2) adaptações às condições mesológicas; 3) projectada para estimular o uso de todos os ambientes e lugares; 4) distribuição lógica para facilitar o acesso às diversas dependências. Um fator de grande importância na solução deste problema é o da isenção de taxas e emolumentos, relativos à construção de casas operárias, bem como, os impostos municipais que recaírem sobre o imóvel.¹⁶

O projeto aprovado pela Câmara passou a vigorar como Lei nº 497, de 16 de dezembro de 1936, que concede favores para construção de habitações populares, e como Lei nº 498, de 16 de dezembro de 1936, que providencia sobre construção de habitações populares¹⁷. Com base nessas leis, em 1941, a Prefeitura entra em entendimento com o sr. Estanislau Ferreira de Camargo para construir um núcleo residencial operário.

Segundo as informações contidas no relatório da Prefeitura, de 1941, ficou estabelecido o seguinte:

Vila Estanislau – A Prefeitura, visando solucionar o problema das habitações proletárias, entrou em entendimento com o Snr, Estanislau Ferreira de Camargo, para a construção, nesta cidade, de um núcleo residencial operário, composto de 150 residências, de 1 a 4 dormitórios, casa comercial, escola e clube, praça de esportes e diversos recantos arborizados, dispostos em uma área de, aproximadamente, 50.000 metros quadrados. (...) A Prefeitura, além de conceder isenção de imposto predial e viação, (lei nº497, de 1936) por 5 anos, deverá dar cooperação técnica da Diretoria de Obras e Viação, na execução de tão importante obra filantrópica, a qual mais uma

¹⁶ *Correio Popular*, 25 de agosto de 1936, grifo nosso.

¹⁷ Segue abaixo a transcrição do projeto de lei enviado à Câmara, pelo vereador Mário de Camargo Penteado:
“Artigo 1º - Fica concedida a isenção dos emolumentos e taxas sobre licenças para construção, bem como, dos impostos predial, territorial e viação, durante os cinco primeiros anos de sua existência, a quem construir casas de habitação popular, isoladas ou em vilas, desde que obedeçam as exigências estabelecidas pelo Código de Construções e as disposições da presente lei.

Artigo 2º - Para gozarem dos favores desta lei, os interessados ficarão sujeitos às seguintes condições:

a) Construírem pelo menos dez casas de habitação do tipo aprovado pela municipalidade;

b) Localizá-las em bairros determinados pela Prefeitura, mas dentro do perímetro servido por água, luz e esgoto;

c) alugá-las até o preço máximo de 80\$000 (oitenta mil réis) mensais, não podendo ser aumentadas sem determinação da Prefeitura.

Artigo 3º - As casas construídas poderão ser adquiridas por pessoa que não possua outra casa, nem por si, nem por seu cônjuge ou filhos, (...) e continuará a gozar das mesmas (...) até completar o espaço de cinco anos, com a condição de que seu proprietário nela resida.

Artigo 4º - Não se compreendem a disposição do artigo 3º os proprietários cujos filhos vivem com economia separada.

Artigo 5º - A Prefeitura fará pela sua Diretoria de Obras organizar três planos de habitações populares, correspondendo a casas de um, dois e três quartos com respectivas cozinhas e banheiros, os quais servirão de base para as construções que os proprietários pretendam fazer. Artigo 6º - O Executivo baixará um regulamento para a boa execução da presente lei. Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.” (*Correio Popular*, 25 de agosto de 1936)

vez ligará, a Campinas, o nome do seu digno realizador. O início das obras está na dependência da escolha do local para a vila. O conjunto compreende: 3 casas de 4 dormitórios, com aluguel de 115\$000 a 120\$000; 124 casas de 3 dormitórios, com aluguel de 90\$000 a 95\$000; 43 casas de 2 dormitórios, com aluguel de 80\$000; padaria e confeitaria, com aluguel de 200\$000; açougue, com aluguel de 150\$000; Armazém, com aluguel de 200\$000; laticínios, com aluguel de 150\$000; armarinhos, com aluguel de 150\$000; escola, com aluguel de 300\$000 e clube, com aluguel de 400\$000.¹⁸

Esse importante conjunto de casas operárias, cujos procedimentos de sua viabilização estavam em adiantado entendimento junto à prefeitura, em 1941, foi projetado pelo engº-arquiteto Penteado.

O projeto está impregnado pelos conceitos modernos de habitação mínima, que estabelecem regras de funcionalidade e racionalidade. Como salientava Penteado, em seu discurso de apresentação do projeto de lei para habitações populares, o projeto arquitetônico das moradias populares devia perseguir o despojamento plástico, a funcionalidade na distribuição do programa residencial e adequação dos materiais à realidade econômica e às condições topográficas e climáticas.

Desde sua formação na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), que coincidiu com a reforma imposta por Lúcio Costa, Penteado já tinha contato com o tema da habitação mínima. No projeto para a Vila Estanislau, Penteado pôde, então, explorar modos de enfrentamento do problema da casa popular. Ainda que a resposta fosse incipiente, é notória a atuação do grupo diante da situação que se agravava.

Como afirmou o ex-aluno da ENBA Abelardo de Souza sobre o ensino após a reforma do promovida por Costa, novos temas passaram a integrar as discussões, aqueles relacionados aos novos padrões de uma sociedade urbana vinculada à economia industrializada:

Longe daqueles temas bombásticos já citados que os alunos eram obrigados a fazer nos anos anteriores a trinta e que os dos quinto e sexto anos continuavam a fazer, pois os novos professores lecionavam apenas nos três primeiros anos, nós seus alunos, com grande entusiasmo, passamos a estudar temas mais práticos como 'casa mínima', postos de gasolina, grupos escolares, equipamentos de cozinhas e banheiros. Esses temas eram estudados em todos os seus mínimos detalhes, observando seu funcionamento com muito cuidado. E esta já era uma coisa que até então nós desconhecíamos: a FUNÇÃO das coisas que éramos chamados a projetar. Era a função de cada cômodo; era a utilidade de uma cozinha, observando seu funcionamento e disposição de seu equipamento; era a interligação desses cômodos, mais os quartos e salas, que davam a

¹⁸ Relatório dos trabalhos realizados pela prefeitura de Campinas durante o exercício de 1940 apresentado ao Departamento das Municipalidades pelo prefeito dr. Lafayette Álvaro de Souza Camargo, 1943, p.37-38.

funcionalidade da planta. Tínhamos uma planta livre, sem os cânones e a simetria até então obrigatórios.¹⁹

O projeto de Penteadó para a Vila Estanislau exemplifica seu comprometimento com a questão da habitação mínima.

Figura- Projeto da Vila Estanislau, sem data. (Fonte: CEATEC--PUCC)

Para esse conjunto de habitações, o arquiteto desenvolveu dois tipos de blocos residenciais: o tipo I, com duas residências geminadas e o tipo II, de três residências geminadas. A implantação das casas conformava pequenas quadras completadas por áreas livres comuns. O projeto correspondia aos preceitos modernos estabelecidos pelo Código de Construções.

A questão da habitação operária foi programa também enfrentado por Segurado, no caso da vila operária Cury e tema abordado na Lei nº 19, de 1948, proposição de Badaró, quando vereador por Campinas.

¹⁹ Souza, 1978, p.27, grifo nosso.

Em 1945, Segurado projetou e construiu um conjunto de 48 casas que compõem a vila operária da indústria Chapéus Cury. A vila está localizada nas proximidades do Liceu Salesiano, no bairro Guanabara, a algumas quadras da fábrica. O projeto consiste em construções idênticas de dois pavimentos geminadas formando quatro blocos de doze unidades cada, dispostos paralelamente aos logradouros. Cada casa é composta por sala, cozinha, dois dormitórios e um banheiro. A área total construída de cada casa é de 33,50 m². Cada lote tem aproximadamente 80,00m². Os lotes de esquina são maiores, com cerca de 118,00m². O projeto está inserido na lógica funcionalista da construção da casa mínima, tema caro à modernidade.

Figura – Vila Cury, projeto e construção do engº Segurado, 1945. (S n°263) (Fonte: arquivo pessoal)

Figura – Projeto Vila Cury, desenvolvido por Segurado, em 1945. (S nº263) (Fonte: arquivo pessoal)

O engº-arquiteto Badaró, ao longo de sua trajetória profissional, também atuou politicamente enquanto vereador eleito para o mandato de 1948 a 1951. A questão da habitação operária foi objeto de projeto de lei por ele proposto, e aprovado como Lei nº 19, de 1948, que criava facilidades concedidas pela prefeitura para a construção de casas populares. O comprometimento desses engenheiros – Lix, Segurado, Penteadó e Badaró – com os problemas urbanos e de melhoria da qualidade de vida, não se restringia ao exercício estrito da arquitetura; eles também atuaram em diferentes instâncias políticas, ora em defesa da categoria, ora lutando pelo estabelecimento de novos padrões de urbanidade que propiciassem melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, fossem eles seus clientes particulares ou não.

Ao longo de toda a década de 1940, muitas construções foram sendo erguidas na região central. Todo esse processo de renovação urbana era acompanhado pela mídia impressa. O artigo “Com o término da guerra as construções em Campinas vão retomando seu ritmo anterior – Importantes edifícios estão sendo construídos – um arranha-ceo de 10 andares no centro da cidade”, publicado no jornal *Correio Popular*, de 1945, fazia um relato das novas construções que estavam sendo erguidas no centro, dando especial destaque ao arranha-céu de dez andares, Edifício Santa Tereza, projeto e construção do engº Segurado:

*Como em toda parte, em Campinas o ritmo de construções decresceu sensivelmente durante o período da guerra, em consequência da elevação dos preços de material de construção. (...) Presentemente, nota-se que a situação esta se normalizando e os preços do material tendem a diminuir (...). Algumas importantes construções já estão sendo feitas e a zona central vai aos poucos se modernizando, com a derrubada implacável de velhos edifícios, substituídos por outros de linhas arquitetônicas arrojadas e elegantes. Dentre os edifícios mais importantes ora em construção, destacamos o que se levanta à rua Conceição esquina com rua dr. Quirino, por iniciativa do Sr. José Cantúcio, que terá vários andares com inúmeras dependências, destinadas a apartamentos, escritórios, etc.*²⁰

O arranha-céu referido na matéria, Prédio Santa Tereza (S nº 252), foi projetado e construído pelo engº Segurado para o industrial Cantúcio, proprietário do curtume homônimo. As obras foram iniciadas em 1945, e o prédio contava com nove pavimentos mais o térreo. Além dessa importante edificação, outras obras foram também mencionadas: o Banco Nacional da Cidade de São Paulo (P nº 64), projeto e construção do engº-arquiteto Penteado, iniciado em 1945 e concluído em 1947; o edifício do Orfanato N. Sra. do Calvário (S nº 144), projeto e construção de Segurado, de 1936, localizado no bairro Cambuí; o cine Carlos Gomes (L nº 370), projeto e construção de Lix da Cunha, iniciado em 1945 e concluído em 1947; o edifício Cury (S nº 229), no largo da Catedral, construído por Segurado, iniciado em 1943 e concluído em 1946; o prédio do Correios e Telégrafos, as obras de ampliação da Caixa Econômica Estadual, localizada na esquina das ruas Tomás Alves e dr. Quirino, projeto desenvolvido pelos engenheiros José Maria da Silva Neves e Hernani do Val Penteado da Secretaria de Viação e Obras Públicas, cuja construção ficou sob responsabilidade do firma Morse & Bierrenbach, de São Paulo, também contratada para a construção do Centro de Saúde e posteriormente da Caixa de Aposentadorias e Pensões, projeto de Penteado, obra iniciada em 1946.

O texto também fazia menção à construção da Escola de Cadetes, mencionada anteriormente: *“Fora do perímetro urbano, duas soberbas construções estão sendo empreendidas. Trata-se dos edifícios da Escola de Cadetes e da divisão moto-mecanizada, que se levantam no Chapadão, ocupando vastíssimas áreas de terreno.”*²¹

²⁰ *Correio Popular*, 11 set. 1945.

²¹ *Correio Popular*, 11 set. 1945.

Figura – Caixa Econômica Estadual, 1939-1945. Projeto: José Maria da Silva Neves e Hernani do Val Penteadó da Secretaria de Viação e Obras Públicas, construção de Morse & Bierrenbach. (Fonte: MIS)

Figura – Banco Nacional da Cidade de São Paulo (P n°64), projeto e construção do engº-arquiteto Penteadó, 1945-47; Edifício Regina (S n°279), projeto e construção do engº Segurado, 1946-1948. (Fonte: MIS)

Figura – Aquarela do projeto para o Banco Nacional da Cidade de São Paulo (P nº 64), projeto e construção do engº-arquiteto Penteadó, 1945-47. (Fonte: CAD-CEATEC-PUCC)

O artigo dava conta do intenso processo de renovação da paisagem urbana, com a construção de edificações que estabeleciam novos padrões de sociabilidade. Como tem sido ressaltado ao longo do capítulo, foi bastante expressivo o envolvimento dos quatro engenheiros nesse processo de remodelação da cidade. Boa parte dos edifícios citados na matéria foi projetada e/ou construída por eles. A lista de condomínios verticais (uso comercial, residencial ou misto) relacionados abaixo corrobora a asserção. (Tabela 2)

O volume de obras que construíram em Campinas vai muito além dessas primeiras e importantes edificações verticalizadas. Desenvolveram projetos de hotéis, cinemas, postos de gasolina, escolas, indústrias, vilas operárias, templos religiosos, clínicas, hospitais, estádio e toda gama de programas voltados às necessidades de uma sociedade essencialmente urbana.

Na foto abaixo apresentada, com exceção do prédio dos Correios e Telégrafos, todas as demais edificações são obras dos engenheiros Segurado (demarcadas em vermelho) e Lix da Cunha (demarcadas em preto): Cine Carlos Gomes (1945 – L nº 370); Associação Comercial (1940 – S nº 198); Rosário (1948 – L nº 454); Santana (1936 – L nº 182); Piratininga (1946 – S nº 277); Santa Tereza (1944 – S nº 252); Correio Popular (1940 – L nº

268); Conceição (1941 – L nº 283); R. Monteiro (1946 – S nº 298); São Paulo (1946 – L nº 386); Cury (1943 – S nº 229).

Figura – Vista aérea da região central –1946. (Fonte: CMU)

Figura – Centro de Ciências, Letras e Artes. (L n°271), 1941. Rua Francisco Glicério esq. Rua Bernardino de Campos. Inaugurado em 09/06/1942. (Fonte: MIS)

Figura – Correio Popular (L n°268), 1940. Rua Conceição esq. Rua Barão de Jaguará. Inaugurado em 23/06/1941. (Fonte: MIS)

Figura – Associação Comercial (S n°198), 1940. Rua José Paulino esq. Rua Campos Salles. Inaugurado em 28/09/1942. (Fonte: MIS)

Figura – Elevação do projeto da Casa do Livro Azul – gráfica (L n°191), Lix da Cunha, 1936. Rua Barão de Jaguará. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Caixa de Pensões e Aposentadorias– Zona Mogiana (P), 1946. Localizado na rua Barreto Leme.
(Fonte: MIS)

Figura – Ed. Comercial Francisco Andrade Nogueira (P nº13) / escritório de Penteadó, 1935. Situada à rua Campos Salles, 888. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Da lista extensa de obras, destacamos:

Badaró (como Chefe da Secção de arquitetura da Diretoria de Obras e Viação): Centro de Saúde (projeto), Parque Infantil da Vila Industrial (projeto), Restaurante do Bosque dos Jequitibás (projeto), Estádio da Ponte Preta – Moyses Lucarelli (projeto); Liceu Salesiano (reforma, como profissional autônomo)

Lix da Cunha: ed. Santana, Ed. Colúmbia, Ed. Conceição, Ed. São Paulo, Ed. Anchieta, Ed. Moreira Salles, Ed. Rosário, Ed. Valverde, Centro de Ciências, Letras e Artes, Palácio da Justiça (construção parcial), Cine Carlos Gomes, reforma do Cine-teatro Rink, Cine Voga (construção), Caixa Econômica Federal, Correio Popular, Casa do Livro Azul, Hotel (av Francisco Glicério, 1130), Parque Infantil Vila Industrial, Grupo Escolar Cambuí, Convento Ave Maria, Companhia de Óleos, Curtume Cantúcio, Instituto Penido Burnier (ampliação), Hospital Círculo Italiano (atual Casa de Saúde, ampliação), Maternidade de Campinas (construção parcial do prédio novo), Posto de Combustíveis Macchi Lima & Cia.

Segurado: Associação Comercial, Ed. Cury (construção), Ed. Santa Tereza, Ed. Piratininga, Ed. R. Monteiro, Ed. Kauffmann, Galeria Trabulsi, Ed. Regina, Pavilhão do Instituto Agrônômico (construção), Igreja Nossa Senhora das Dores, Igreja Nossa Senhora do Carmo (reforma), Instituto das Missionárias, Asilo de órfãs da Santa Casa da Misericórdia, Orfanato Nossa Senhora do Calvário (atual escola Madre Cecília), Colégio Atheneu Paulista, Colégio Álvaro Ribeiro, Noviciado das Missionárias (atual Colégio D. Barreto), Fábrica de Lápis L. Faber & Cia, Fábrica de Chapéus Cury, Vila operária Cury, Posto de combustíveis Três Avenidas, Clínica Pardo Meo, Clínica Stevenson, Casa de Saúde de Campinas (ampliação).

Penteado: Banco Nacional da Cidade de São Paulo, Caixa de Aposentadorias e Pensões – zona Mogiana, Ed. Posato Manfredini, Casa de Saúde Bierrenbach de Castro, Clínica Manoel Affonso Ferreira, Instituto Penido Burnier, Maternidade de Campinas (finalização da construção do prédio atual), Cine Voga (projeto), Loja Maçônica Independência, Rádio Educadora, Posto de Combustíveis Helio Miranda.

Figura – demolição da igreja do Rosário para a ampliação da Praça Indaiatuba – 1956.
(Fonte: CMU)

Figura – Praça Indaiatuba. Década de 1950. (Fonte: CMU)

As imagens acima apresentam o encerramento das modificações urbanísticas da região central propostas pelo plano de Maia, quando finalmente a Igreja do Rosário é demolida e o seu adro é transformado em praça cívica – praça do Fórum. Depois de uma longa disputa entre poder público e igreja, é acordada a demolição da igreja, em 1956.

O período de abundantes demolições e alargamentos das vias estava concluído com a ampliação da Praça Indaiatuba. O primeiro ciclo de obras de implantação do plano estava encerrado.

Em 1948, a prefeitura concluíra entendimentos com o governo estadual e o federal para a construção do aeroporto de Viracopos e dava prosseguimento à instalação e organização do Parque Taquaral, a avenida perimetral do parque já estava aberta. Uma estação provisória de embarque de passageiros funcionava, desde 1951, no aeroporto de Viracopos, aparelhado como alternativa de Congonhas. O relatório de trabalhos realizados pela prefeitura na gestão de Miguel Cury, de 1948 a 1951, fornece informações sobre as modificações que estavam sendo impostas ao plano original de Maia.

Revisão do Ato 118: Acha-se no Legislativo Municipal, encaminhado pela Prefeitura, o projeto de revisão do plano de Prestes Maia. Contém o projeto algumas modificações substanciais da situação atual, decorrentes da nova entrada da cidade pela Via Anhanguera, com passagem forçada pela Avenida João Jorge e pelo pontilhão da Companhia Paulista. Influíram também em certas modificações do plano o extraordinário desenvolvimento da cidade nos últimos anos e a confiança na continuação do progresso da cidade. Afim de aparelhar a cidade para o crescimento admitido de cerca de 100% nos próximos 10 anos, impõem-se a abertura de novas avenidas complementares por larguras maiores do que as constantes do plano anterior.²²

Segundo o relatório, algumas alterações e revisões no plano original precisavam ser realizadas. As modificações visavam a atender o fluxo de tráfego proveniente da entrada da cidade (avenida João Jorge) e fazer a ligação com as novas praças esportivas em construção, uma, no bairro da Ponte Preta, e outra, junto ao Bosque dos Jequitibás. O projeto elaborado pela Diretoria de Obras e Viação foi exposto ao engº Prestes Maia, que externou sua aprovação. Dessa forma, ficou decidido que um elevado seria construído sobre os trilhos da ferrovia, na confluência das avenidas João Jorge, Moraes Salles e Senador Saraiva.

O alargamento da Moraes Salles facilitará o acesso à avenida Francisco Glicério e ao novo centro esportivo acima referido; por outro lado, alargada a rua Senador Saraiva e ligada à avenida Orozimbo Maia, através da rua Jorge de Miranda, teremos uma grande diagonal, que unirá diretamente as entradas das rodovias de São Paulo e de Mogi-Mirim e no seu trecho mais central, favorecerá a expansão da zona comercial que se comprime na rua 13 de Maio e adjacências. O projeto elaborado na D.O.V. foi, recentemente, exposto ao engº Prestes Maia, que externou sua aprovação às medidas recomendadas, congratulando-se com a cidade pela execução

²² 1951, p.4.

*que vem sendo dada ao Plano de Urbanismo, o qual embora não tão rapidamente como seria de desejar, está sendo levado À frente, com firmeza e constância.*²³

Segundo dados do referido relatório, as obras do Parque Taquaral, que já atraía grande número de frequentadores, também estavam adiantadas: o lago havia sido aumentado mediante a elevação da barragem, a arborização e o fechamento da área do parque estavam concluídas.²⁴

Figura – Vista do Viaduto Cury, década de 1950. (Fonte: MIS)

Figura – Vista do Viaduto Cury, década de 1960. (Fonte: arquivo pessoal)

²³ *Resumo dos trabalhos realizados na Prefeitura Municipal de Campinas no quadriênio de 1948 a 1951*, 1951, p.26.

²⁴ 1951, p.29.

Figura – Matéria publicado no jornal Correio Popular sobre o novo restaurante do Bosque dos Jequitibás, 1937.
(Fonte: *Correio Popular*, 10 set 1937)

Figura – restaurante do Bosque dos Jequitibás, década de 1940 (Fonte: MIS)

O engenheiro-arquiteto Badaró, chefe da Secção de Arquitetura da Prefeitura, elaborou o projeto para o restaurante do Bosque dos Jequitibás, em 1937. Era mais um equipamento público que vinha completar os espaços de lazer da cidade modernizada. O arquiteto empregou para esta obra pública, a linguagem do neocolonial, bastante empregada em obras públicas.

Badaró também foi responsável pelo projeto do estádio de futebol da Ponte Preta, ofereceu gratuitamente seus préstimos²⁵ para a realização do parque esportivo. Em 12 de outubro de 1948, seria inaugurado o estádio “Majestoso” da Associação Atlética Ponte Preta, posteriormente, nominado Moyses Lucarelli. O jornal *Diário do Povo*, de 20 de março de 1946, informava que a planta do estádio seria entregue naquele dia.

*Segundo foi nossa reportagem científica ficará pronta hoje a planta do monumental estádio que a Associação Atlética Ponte Preta construirá no bairro do mesmo nome e que está a cargo do engenheiro Edargê Badaró. De acordo com o referido anteprojeto que está sendo caprichosamente elaborado por aquele competente engenheiro, coadjuvado pelo Dr. Veiga e pelo Sr. Júlio Boschiero, o estádio pontepretano será um dos maiores do Estado, com capacidade para 30.000 assistentes comportando uma ampla sede social e outras instalações.*²⁶

Par a par a todas as obras urbanísticas empreitadas pela municipalidade, o setor privado também em crescimento demandava novas edificações, que foram, em grande parte, encomendadas aos escritórios mais operosos da cidade: de Lix da Cunha, de Segurado e de Penteado.

As imagens a seguir apresentam algumas das mais significativas obras particulares realizadas nesse período, a começar pela construção do novo estúdio da Sociedade Rádio Educadora, a primeira rádio de Campinas PRC - 9, que funcionava desde novembro de 1933. O novo estúdio, projetado e construído por Penteado, estava situado no bairro da Vila Nova. Foi inaugurado em dezembro de 1937.

Figura – Rádio Educadora, projeto e construção de Penteado (P n° 19), 1937. (Fonte: CAV – CEATEC- PUCG)

²⁵ “O dr. Eduardo Badaró, ilustre engenheiro da Prefeitura Municipal, leu eloqüente improvisado, enalteceu a vida da agremiação e ofereceu-se para gratuitamente fazer o projeto do estádio em colaboração com o dr. Alberto Giordano Ribeiro.” (Rossi, 1994, p.142)

²⁶ *Diário do Povo*, Campinas, 20 mar. 1946.

Figura – Instituto Penido Burnier (P nº 15), projeto e construção de Penteado, 1937.
(Fonte: CAV- CEATEC-PUCC)

Figura – Casa de Saúde Bierrenbach de Castro (P nº 32), projeto e construção de Penteado, 1939.
(Fonte: CAV - CEATEC- PUCC)

O projeto da Casa de Saúde, publicado na *Revista Arquitetura e Urbanismo*²⁷, de 1939, apresenta certas curiosidades que merecem ser comentadas: a entrada modernizada pela configuração em quina e o posicionamento do caixilho também de quina não espelham a liberdade construtiva que o concreto armado oferece. O típico caixilho de canto empregado

²⁷ *Revista Arquitetura e Urbanismo*, Rio de Janeiro, Ano IV, p.50-51, mai./jun. 1939.

como ícone moderno perde o sentido quando dividido pela estrutura de concreto do pilar de sustentação. A edificação com uma linguagem despida de ornatos, como indicava o receituário moderno, também aplicava, na sua composição, os cânones clássicos clássica, como se comprova pela planta do projeto original. Uma platibanda na porção da quina escondia a cobertura tradicional de telhas de barro. Um projeto que mescla permanências e aponta modernizações superficiais. Sobre esse tema, o professor Souza, ex-aluno da ENBA, observou: *“Por influência da arquitetura moderna européia, principalmente a alemã, então importada, sobre a que nos era mostrada pelos nossos mestres europeus ou de formação européia, usava-se muito as janelas de canto, fachadas lisas e uma planta ainda com resquícios de arquitetura clássica.”*²⁸

Figura – Casa de Saúde Bierrenbach de Castro (P nº 32), 1939. (Fonte: CAD-CEATEC-PUCC)

Muitas foram as obras desenvolvidas para programas modernos, que, mesmo sendo elaboradas segundo a lógica funcionalista e de economia de materiais e promovendo a consolidação do emprego de materiais industrializados, estavam ainda vinculadas a um processo de projetar fundado em preceitos da composição clássica: de simetria, de eurritmia, de decoro, isto é, com o enobrecimento das fachadas principais, por meio de utilização de materiais especiais ou, por exemplo, com a sobrelevação da entrada principal da edificação. Esses são artifícios projetuais que convivem com o emprego de premissas modernas. Foram aplicados em muitas das obras que realizaram.

²⁸ Souza, 1978, p.27.

Figura – Clínica Pardo Meo (S nº 2240), 1941. Avenida Andrade Neves (Fonte: MIS)

O projeto da Clínica Pardo Meo corresponde à linguagem modernizada do *art déco*: janelas que fazem alusão às escotilhas náuticas, despojamento de ornatos, platibandas encobrindo telhado convencional de telhas cerâmicas, fachadas lisas, linhas geometrizadas, volumes cilíndricos, predomínio de assimetrias.

Figura – Clínica Pardo Meo (S nº 2240), 1941. Avenida Andrade Neves esq. Rua dr. Mascarenhas. (Fonte: Arquivo particular Segurado)

Figura – Instituto Penido Burnier (P nº 70), 1947. Rua dr. Mascarenhas esq. Rua Barão de Parnaíba. (Fonte: MIS)

O projeto da Clínica médica Burnier, desenvolvido por Penteadó, consolida a linguagem modernizada nos programas de instalações hospitalares.

Figura – Instituto Penido Burnier (P nº 70), 1947. Rua dr. Mascarenhas esq. Rua Barão de Parnaíba. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura – Projeto de Segurado para Hospital Santa Rita, obra não construída. (Fonte: Arquivo Particular Segurado)

O prédio da antiga Maternidade de Campinas, embora não tendo sido projetado pelos engenheiros estudados, foi objeto de reformas e ampliações realizadas por Segurado, Lix da Cunha e Penteado. A reforma, realizada em 1930, foi responsabilidade de Segurado (S nº 49), a de 1933 ficou a cargo de Lix da Cunha (L nº 131) e a última e maior, foi realizada sob o comando de Penteado (P nº 50), entre 1942 e 1943. Não foi encontrada documentação gráfica dos referidos projetos de ampliação e reforma. A importância do fato reside na constatação da participação dos três profissionais na mesma obra.

Figura – Maternidade de Campinas (S nº 49), 1930; (L nº 131, 1933) e (P nº 50), 1943. Av. Andrade Neves (Fonte: MIS)

Um aparte em relação à construção da nova maternidade de Campinas: ainda que a obra esteja inserida em período posterior ao do escopo da pesquisa, cabe ressaltar o envolvimento de Lix da Cunha e Penteado no processo de sua construção. O prédio da nova Maternidade, cujo projeto foi desenvolvido pelo próprio Ministério da Educação e Saúde, em meados da década de 1950, é um representante da arquitetura moderna, por excelência. A obra corresponde ao momento de plena consolidação da arquitetura moderna brasileira. As características modernas estavam representadas pela planta livre, pelo uso de pilotis, pela implantação à revelia do paralelismo em relação ao logradouro público, buscando a melhor insolação, pelo emprego de caixilharia horizontal e pela cobertura de laje plana de concreto. O projeto é de autoria do arquiteto Lucídio Guimarães de Albuquerque, a construção ficou a cargo da firma de engenharia de Lix da Cunha até fevereiro de 1955, quando passou a ser de responsabilidade do engº Penteado. A obra foi concluída no princípio da década de 1960.

Figura – Maternidade nova de Campinas, projeto do arq. Lucídio Guimarães de Albuquerque, responsável pela Divisão de Organização e Cooperação do Departamento Nacional da Criança, Ministério da Educação e Saúde. Construção: Lix da Cunha, até 1955 e Penteado a partir de 20/02/1955. (Fonte: MIS)

Os cinemas são, por excelência, o programa símbolo dos anos 1930-40. Em Campinas, três das principais salas de exibição foram construídas por Lix da Cunha e Penteado. A reforma que modernizou as instalações e a fachada do Cine Rink, localizado na esquina da rua Barão de Jaguará com rua Conceição, foi realizada por Lix da Cunha, em 1940. O prédio do Cine Voga foi objeto da parceria Penteado e Lix da Cunha, em 1941. E, por fim, o Cine Carlos Gomes, projetado e construído por Lix da Cunha, em 1947.

Em todos esses projetos, foi empregada a linguagem moderna, o uso do concreto armado e a distribuição segundo preceitos da funcionalidade. É bastante comum o emprego de linhas curvas, motivos náuticos, janelas em forma de escotilha em clara alusão aos transatlânticos. Composição volumétrica escalonada, com alternâncias de planos, emprego de frisos e ornatos geometrizados e predomínio de cheios sobre vazios, com acessos semi-embutidos. Buscava-se também a valorização das esquinas como entrada principal.

Figura – Cine Rink, reforma sob comando de Lix da Cunha (L nº 266), 1940. Rua Conceição, 70
(Fonte: CMU)

A obra do cine Voga apresenta o caráter peculiar de envolver a parceria, até então, inabitual entre Penteado e Lix da Cunha. Enquanto coube ao primeiro o desenvolvimento do projeto, ao segundo ficou a responsabilidade técnica da construção, procedimento que sinaliza um futuro desinteresse de Lix da Cunha pela elaboração projetual, em detrimento da construção, propriamente dita. Enquanto Penteado continuaria por toda carreira profissional elaborando seus projetos, Lix da Cunha, ao contrário, tornava-se um empresário da construção civil.

Figura – Cine Voga: projeto de Mário Penteadó e construção de Lix da Cunha (L nº 269), 1941. Rua Gal. Osório esq. Rua Irmã Serafina. (Fonte: Arquivo particular Lix da Cunha)

Figura – Estudo da elevação do projeto para Cine Voga: projeto de Mário Penteadó e construção de Lix da Cunha (L nº 269), 1941. Rua Gal. Osório esq. Rua Irmã Serafina. (Fonte: CAD-CEATEC-PUCC)

Figura – Projeto do Cine Voga (L nº 269), 1941. Rua Gal. Osório esq, rua Irmã Serafina. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura- planta original do projeto Cine Voga (L n° 269), 1941. (Fonte: CAD-CEATEC-PUCC)

Figura – Cine Carlos Gomes (L n° 370), projeto e construção de Lix da Cunha, 1947. Av. Campos Salles. (Fonte: Arquivo particular Lix da Cunha)

Os postos de abastecimento de combustíveis, assim como os cinemas, correspondem a um programa funcional que, no contexto da época, são introduzidos como novos expedientes di ofício de arquiteto. Penteado, Lix da Cunha e Segurado elaboraram, cada qual, para clientes diferentes, os projetos do posto Machi Lima & Cia, Helio Miranda e Três Avenidas.

Figura – Elevação do projeto do Posto Macchi Lima & Cia (L n° 286), Lix da Cunha, 1941.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Planta do projeto do Posto Macchi Lima & Cia (L n° 286), Lix da Cunha, 1941.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Elevação do projeto do Posto Helio Miranda (P nº 46), Penteadó, 1941.
Av. Anchieta esq. Rua Major Solon. (Fonte: CAD-CEATEC-PUCC)

Figura – Posto Três Avenidas (S nº 294), Segurado, 1949. Av. Brasil / Av. Orozimbo Maia / rua D. Libânia.
(Fonte: arquivo Particular Segurado)

As proposições privilegiaram os aspectos funcionais, foram construídas com concreto armado e empregaram uma linguagem plástica sem ornatos, com fachadas lisas: expressão formal moderna. Antigos procedimentos compositivos clássicos de disposição simétrica adquirem novos valores plásticos, estreitamente ligados aos apelos modernizantes do *art déco*, como se pode verificar nas propostas para o posto Três Avenidas e Helio Miranda, respectivamente elaboradas por Segurado e Penteadó. Uma entrada central, que se sobressai

pela altura e por uma laje semicircular, estabelece o eixo de simetria da composição da fachada. Os grandes panos envidraçados da elevação frontal assinalam a modernidade.

O projeto buscava conciliar aspectos funcionais da organização dos espaços, em planta, com uma composição das elevações regida por regras clássicas, mas modernizada pelo despojamento de ornatos e emprego de elementos construtivos industrializados de caixilharia.

Figura – Perspectiva do Ed. Posato Manfredini (P n° 72), Penteado, 1946 – não construído. Rua Ernesto Kuhlman. (Fonte: CAD-CEATEC-PUCC)

Figura – Projeto da Loja Maçônica Independência (P nº 58), Penteado, 1944. Rua Regente Feijó.
(Fonte: CAD-CEATEC-PUCC)

Figura – fachada do projeto de Hotel (L nº 362), projeto e construção de Lix da Cunha, 1946.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Ed. Com. Manoel Penteado (P n°5), Penteado, 1935. Rua 13 de Maio. (Fonte: CAD-CEATEC-PUCC)

Figura – Ed. Com. Hugo Piccolotto (S n°190), Segurado, 1939. Rua 13 de Maio. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Ed. Com. José Mancini (S nº 179), Segurado, 1939. Rua 13 de Maio. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Ed. Com. Osório Alves (L nº 239), Lix da Cunha, 1939. Rua Bernardino de Campos esq. Av. Andrade Neves. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Ed. Conceição (L n°283), Lix da Cunha, 1941. Rua Conceição. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Ed. Res. Emile Blanc (L n°393), Lix da Cunha, 1948. Av. Francisco Glicério. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Ed. Com. Hugo Piccolotto (S nº 194), Segurado. Rua 13 de Maio. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Ed. Com. Euclides de Arruda Camargo (L nº 252), Lix da Cunha, 1939. Rua 13 de Maio. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Ed. Com. Francisco de Andrade Nogueira (P n° 13), Penteadó, 1936. Av. Campos Salles.
(Fonte: CAD-CEATEC-PUCC)

Figura – Ed. Ind. Fabio Maya (L n° 204), Lix da Cunha, 1937. (Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Ed. Ind. Renato Álvaro & Cia (S nº 240), Segurado, 1943. Rua Vitoriano dos Anjos.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Fábrica de Lápis Faber & Cia (S nº 75), Segurado, 1935. Rua Major Solon.
(Fonte: Arquivo particular Segurado)

Figura – Fábrica Chapéus Cury (S n° 169), Segurado, década de 1940.
Rua Barão Geraldo de Resende, 142. (Fonte: Arquivo pessoal)

Figura - Fábrica Chapéus Cury (S n° 139), Segurado década de 1936. Rua Barão Geraldo de Resende, 142.
(Fonte: Arquivo particular Segurado)

Figura – Chapéus Cury (S nº 169), Segurado, década de 1940. Rua Barão Geraldo de Resende, 142.
(Fonte: arquivo pessoal)

Figura – Elevação do projeto do Grupo Escolar Cambuí (L nº 306), Lix da Cunha, 1942.
(Fonte: Arquivo Municipal)

Figura – Perspectiva do projeto do Colégio Álvaro Ribeiro (S nº 292), Segurado, 1948.
(Fonte: Arquivo particular Segurado)

Figura – Colégio Ateneu Paulista (S nº 187), Segurado, 1939. (Fonte: Arquivo particular Segurado)

Figura – Instituto Agrônomo de Campinas, Divisão de Expedição e Pesquisa (S nº 220), Segurado, 1941. Av. Barão de Itapura. (construção)
(Fonte: Revista de Arquitetura e Construções, arquivo particular Segurado)

Figura – Elevação do projeto Instituto Agrônomo de Campinas (S nº 220), Segurado (construção), 1941.
(Fonte: arquivo particular Segurado)

O projeto do pavilhão do Instituto Agrônomo foi realizado pelo escritório de Ramos de Azevedo, em São Paulo. Coube ao engº Segurado a construção do edifício. Trata-se de uma composição fundamentalmente clássica, na qual os cânones de simetria, de euritmia, de decoro são rigorosamente atendidos.

Outros projetos de caráter público como o da Igreja Nossa Senhora das Dores e o do Orfanato Nossa Senhora do Calvário merecem destaque. Para o enfeite desses dois programas de cunho religioso, Segurado aplicou o vocabulário formal do neocolonial, assim como o fez para grande parte das residências que construiu. Para os demais programas funcionais, Segurado manteve a opção pela linguagem moderna, ainda que em sua obra sempre estivessem presentes os preceitos acadêmicos de sua formação.

Figura – Igreja Nossa Senhora das Dores (S nº 160), Segurado, 1938. Rua Maria Monteiro. (Fonte: MIS)

Orfanato N. Senhora do Calvário.

Figura- Orfanato Nossa Senhora do Calvário (S nº 144), Segurado, 1936. Av. Silva Telles. (Fonte: arquivo pessoal)

Figura – Igreja Nossa Senhora das Dores (S nº 160), Segurado, 1938. Rua Maria Monteiro.
(Fonte: Arquivo Particular Segurado)

Figura – Elevação do projeto do Orfanato Nossa Senhora do Calvário (S nº 144), de 1936, projeto e construção do engº Segurado, situado na avenida Silva Telles, bairro Cambuí.
(Fonte: arquivo particular do escritório de Segurado)

Figura.- Elevação acima e planta abaixo. Estudos para o Asilo de órfãs da Santa Casa da Misericórdia (S n° 216), Segurado, 1940. Av. Anchieta – atual terreno da Prefeitura Municipal. (Fonte: arquivo particular Segurado)

Figura – Projeto de Pavilhão do Brasil, exposição de Bogotá. Penteado, década de 1930.

O conjunto numeroso de obras que Lix da Cunha, Segurado e Penteadó realizaram entre as décadas de 1930 e 1940 não só atendia à demanda da crescente clientela como estava em perfeita consonância com as intenções plásticas do plano urbanístico desenvolvido por Prestes Maia.

A modernização urbanística de Campinas foi consequência da concordância entre a implantação do plano de Maia e o expressivo volume de novas construções realizadas, sobretudo pelos de Lix da Cunha, de Segurado e de Penteadó, vide Apêndice H.

Como disse o arquiteto Gropius:

A palavra 'projeto' abrange o domínio todo da ambiência visível criada pelo homem, desde as coisas mais comuns até as mais complicadas articulações de uma cidade. Se fosse possível conseguir com base conjunta para a configuração e compreensão da forma, isto é, se pudéssemos extrair um denominador comum dos fatos objetivos, livre de interpretações individuais, ele poderia valer como chave para todo tipo de projeto e design, pois o projeto de um grande edifício e o de uma simples cadeira diferencia-se apenas na proporção não no princípio.²⁹

A ideia, cara aos modernos da vanguarda, de um design total repercutiu no meio profissional desses engenheiros, que se mantinham sintonizados com as discussões coetâneas, fosse por meio da participação em congressos internacionais, em reuniões nas organizações da categoria ou pelo contato com publicações especializadas, nacionais e internacionais.

Com esse espírito em mente, Penteadó introduz em Campinas o uso do mobiliário moderno. Desde a inauguração da residência José Ferreira Penteadó, seu primeiro projeto individual, Penteadó apresentava ao público local uma seleção de cadeiras desenvolvidas em aço tubular para a produção industrial em larga escala. É possível identificar na foto que apresenta esse mobiliário exposto e espalhado na revolucionária laje-terraço da residência, inclusive, um exemplar da cadeira que Mart Stam projetou, em 1926, na Bauhaus. A inserção desse mobiliário num projeto residencial vem demonstrar o quão engajado com as propostas modernas, Penteadó estava naquele preciso momento de início de carreira.

O intuito de apresentar o novo e suscitar o interesse do público por essa nova modalidade de mobiliário foi em certa medida bem-sucedida. Penteadó pôde, em dois projetos que desenvolveu posteriormente, acomodar um mobiliário em total correspondência ao ambiente proposto para a Clínica Manoel Affonso Ferreira – Instituto Penido Burnier (P nº 15) e para a residência João Lech Jr (P nº 32).

²⁹ 1994, p.45-46, grifo nosso.

Figura – Observar mobiliário moderno de aço tubular e, em destaque, a cadeira Mart Stam, projeto desenvolvido na Bauhaus.

Laje terraço da res. José Ferreira Penteadó (P nº 2), 1934. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Não foi possível identificar como o mobiliário moderno de aço tubular foi adquirido por Penteadó. Durante a pesquisa, conjecturou-se a possibilidade desse mobiliário ter sido comprado nas oficinas de Warchavchik, ex-professor da ENBA quando Penteadó ainda era estudante. Como as luminárias dessa obra foram desenvolvidas por Warchavchik, obedecendo rigorosamente ao desenho das luminárias da residência da rua Itápolis, foi aventada a hipótese de as cadeiras terem sido produzidas diretamente nas oficinas do mesmo arquiteto ou por ele terem sido importadas, já que mantinha contato com a escola Bauhaus. Mas, segundo declarou o arquiteto Carlos, neto de Warchavchik, não existe nenhuma espécie de documentação a respeito da oficina de seu avô, portanto não podemos comprovar a procedência desse mobiliário moderno que Penteadó exibiu em sua casa.

Figura – Destacam-se da foto a luminária e a cadeira de aço tubular, estrategicamente dispostas na entrada da casa Penteadó (P nº 2), 1934. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura – Luminárias da residência Warchavchik, rua Itapólis, de proporções maiores que a da res. Penteadó. (fonte: fotos do autor, nov. 2010)

Em 1932, Warchavchik realizou, no Rio de Janeiro, a reforma do apartamento de Manoel dos Santos Dias, irmão do pintor Cícero Dias, no edifício Olinda, que foi inaugurada com uma exposição aberta ao público, de cujo folheto se extrai o seguinte texto: “*Exposição de um Apartamento Moderno – Arquitetura – Interiores – Móveis.*”³⁰

Interessa destacar essa exposição de Warchavchik, no Rio de Janeiro, por ocasião do pioneirismo no emprego do mobiliário moderno, que fora produzido em sua própria oficina, em São Paulo, como relatou Lira:

*Pouco depois da exposição da Toneleros, em 5 de janeiro de 1932, também o proprietário do apartamento de cobertura do edifício Olinda, em Copacabana, reformado por Warchavchik, abriu o imóvel para uma exposição pública de arquitetura, decoração e design, cuja montagem ficaria a cargo do jovem judeu alemão Alexandre Altberg. (...) A Exposição de um Apartamento Moderno, em cuja produção Altberg trabalharia representava mais um gesto no combate deslanchado na cidade desde a demissão dos modernistas da ENBA. Tratava-se então de expor o modo como o arquiteto ‘racionalizou todos os elementos da construção, de móveis e de outras utilidades para servirem à vida do homem moderno’, desenhando-os e fabricando-os em suas oficinas de São Paulo.*³¹

O jornal carioca *Correio da Manhã*, em 06 de janeiro de 1932, publicou uma matéria sobre a exposição do apartamento moderno, na qual enfatizava: “*Realizou-se, ontem às 5 horas da tarde, no edifício Olinda, a exposição do apartamento moderno, que o arquiteto russo Gregori Warchavchik racionalizou em todos os elementos de construção, de móveis e de outras utilidades para servirem à vida do homem moderno.*”

Em outra matéria publicada no periódico *O Jornal*, em 06 de janeiro de 1932, que também abordava a exposição, enfatizou-se o pioneirismo na utilização de móveis de aço: “*Pela primeira vez nesta capital são utilizados móveis de aço!*”

Vale salientar que, da mesma maneira que, em 1932, Warchavchik introduzia o uso de móveis modernos de aço no Rio de Janeiro, em Campinas, somente dois anos após, esse mesmo modelo de mobiliário estava sendo, de forma precursora, adotado no projeto da residência Penteado:

*Entre 1928 e 1933 Warchavchik desenvolveu uma completa linha de móveis abrangendo uma diversificada gama de tipos e modelos, todos eles executados segundo os princípios básicos da modernidade. Os principais materiais utilizados eram a madeira, principalmente a imbuia lustrada ou esmaltada em cores, os tubos de metal cromado, o couro, tecidos e veludos para estofamentos.*³²

³⁰ Lira, 2011, p.296.

³¹ Lira, 2011, p.294-295, grifo nosso.

³² Santos, 1995, p.44.

A produção e comercialização de mobiliário moderno no Brasil na década de 1930 eram bastante restritas. Um grupo, formado por artistas como Lasar Segall, John Graz, Cássio M'Boi, pelo arquiteto Warchavchik e por Theodor Heubeger, este último ligado à animação cultural, produzia artesanalmente esses móveis em seus próprios ateliers, contrariando a sua própria lógica projetual, que visava à produção industrial, em larga escala. A primeira loja a comercializá-los, no Brasil, era a Galeria Casa & Jardim, fundada em 1926 e sediada no Rio de Janeiro, propriedade de Heubeger. Lá era vendida uma linha moderna de móveis rústicos executados em nó de pinho. Só em 1938 uma filial seria aberta em São Paulo, com o nome A Forma Decorativa S.A.

O pioneirismo de Penteado não se restringiu à introdução do mobiliário moderno, mas, sobretudo, por buscar uma coerência moderna total. Unia-se o mobiliário, o paisagismo de toque tropical, o desenho do calçamento público à edificação propriamente dita.

Portanto, Penteado colocava Campinas em sintonia com os acontecimentos mais relevantes da arquitetura do momento.

Os móveis de aço tubulares (mesa, cadeiras e sofás) para o Instituto Penido Burnier (P nº 15) foram possivelmente desenvolvidos por Warchavchik. Existe grande semelhança entre o mobiliário do Instituto Penido Burnier e o da residência Alfredo Schwartz, 1932, Rio de Janeiro, elaborado por Warchavchik.

Figura – Instituto Penido Burnier (P nº 15), Penteado, 1937. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura – Instituto Penido Burnier (P nº 15), Penteado, 1937. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura – Instituto Penido Burnier (P nº 15), Penteado, 1937. (Fonte: CAV- CEATEC-PUCC)

Devem ser observados também o abajur de pé, o porta-vasos, situado à esquerda da imagem, o sofá de canto e o desenho do piso que sugere um tapete. Todos esses elementos de linguagem moderna concorrem para criação de uma ambiência essencialmente funcional e de asseio, pertinentes aos ambientes hospitalares.

Já nos projetos da Casa de Saúde Bierrenbach de Castro (P nº 32) e da residência do médico João Lech (P nº 31), Penteado utilizou móveis de madeira com desenho moderno,

cuja autoria não foi identificada. Apresentam similaridade com os móveis desenhados por Lasar Segall, retratados e referenciados por M. Cecília L. dos Santos, em *Móvel Moderno no Brasil*: “Segall (...) que desenhou alguns exemplares de mobília construídos com base nos princípios modernos: linhas retas, funcionalidade, embora se possa assinalar que a disposição dos volumes e o gosto pelos laqueados tiveram um resultado um tanto pesado bem aproximado ao espírito do estilo art déco.”³³

Figura – Casa de Saúde Bierrenbach de Castro (p nº 32), Penteado, 1938. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura – Casa de Saúde Bierrenbach de Castro (p nº 32), Penteado, 1938. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

³³ 1995, p.4.

Figura – Res. João Lech jr. (P n° 31), 1938. Rua Guilherme da Silva. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura – Res. João Lech jr. (P n° 31), 1938. Rua Guilherme da Silva. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

A res. Lech exemplifica a forma cuidadosa como Penteadó unificou ao projeto arquitetônico de linhas modernas os elementos decorativos e o mobiliário: luminárias (arandelas, abajur de pé, sancas de iluminação indireta), espelhos com discretas molduras, tapetes de desenhos geométricos, móveis de linhas retas, sem ornamentações aplicadas e por

fim, os armários planejados da cozinha aliam conceitos de comodidade, simplicidade e extrema funcionalidade. Fica evidente que a intenção plástica era de total simplificação formal.

Figura – Res. João Lech jr. (P n° 31), 1938. Rua Guilherme da Silva. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Figura – Res. João Lech jr. (P n° 31), 1938. Rua Guilherme da Silva. (Fonte: CAV-CEATEC-PUCC)

Em suma, pode-se dizer que a modernização da paisagem urbana de Campinas é tributária dos trabalhos dos engenheiros Badaró, Lix da Cunha, Segurado e Penteado, quer fossem os restritos à construção civil, quer fossem os relativos à implantação do plano. A participação política ativa desses engenheiros em muito contribuiu para a concretização do plano ora atuando em cargos públicos, ora como membros das comissões de urbanismo, ora como representantes de entidades civis e de classe ou membros do poder legislativo.

Observou-se que, para o enfrentamento dos programas de uso público, os engenheiros buscavam uma linguagem despojada de ornamentações compatível com a imagem modernizada da cidade. O uso do concreto armado e de materiais industrializados é marca de do processo de racionalização e de organização do canteiro de obras, com o qual estavam comprometidos. As questões utilitárias e econômicas ganham primazia sobre a linguagem plástica. Os projetos são concebidos de forma racional, sob uma ótica estritamente abstrata e que considera a aplicação de inovações técnicas objetivando maior economia de meios. A imagem dos edifícios públicos indica os apelos modernizantes vinculados às questões de praticidade, de disposição funcional e de economia.

Estavam envolvidos na elaboração de toda sorte de projetos ligados à modernidade. Ocuparam-se de todos os programas inseridos nos novos padrões de urbanidade: cinemas, postos de gasolina, condomínios comerciais verticalizados, bancos, lojas, indústrias, clubes, escolas, edificações esportivas, estabelecimentos de saúde pública, casas operárias. Nenhum projeto foi considerado como arquitetura menor. Todos foram abordados seguindo o mesmo raciocínio lógico, como corroboram as colocações de Penteado:

*O arquiteto concienzoso, consome na atividade profissional, a melhor parte de suas energias mentais; assim: estuda, reflete, analisa e discute consigo mesmo, até encontrar uma ou mais soluções aceitáveis para os seus problemas, e então, começa a projetar que, é coordenar, sintetizando diversos pensamentos. É persistindo nessa tarefa, que, afinal chega ao ponto ambicionado, qual seja, uma conclusão sensata e lógica. Essa será tanto melhor quanto mais parecer extremamente simples, espontânea e sintética.*³⁴

Ainda que em algumas obras as permanências de cânones acadêmicos sejam evidentes, o exercício projetual demonstra a busca objetiva pela funcionalidade distributiva dos espaços, pela economia de recursos e pela racionalidade construtiva no projeto e no canteiro de obras. Suas obras, que resistem ao tempo como testemunhos de época, destacam-

³⁴ Penteado, 1943.

se pela qualidade construtiva e pela integração ao grande projeto progressista de modernização urbanística em curso.

Na Campinas moderna, ia-se ao cine Voga, ao Rink, aos bailes dançantes do Cultura Artística, às corridas de cavalo do Jockey, almoçar no restaurante do Bosque, festejar na cervejaria Colúmbia, flunar nas ruas centrais de comércio, tomar chá no salão do Hotel Terminus, frequentar clubes esportivos, jogar futebol e assistir às partidas entre Guarany e Ponte. Um viver mais público, onde os espaços urbanos, adaptados ao novo estilo de vida, ganhavam novas feições. *“Todos para a rua: é lá que a ação está.”* (Sevcenko, 1992, p.33)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do período estudado, décadas de 1930 e 1940, Campinas passou por uma série de transformações. Uma nova estrutura econômica, voltada aos setores secundários e terciários, estava sendo organizada. Outros modos e padrões urbanos de viver despontavam. Num cenário de reestruturação econômica e social, a paisagem urbana foi consequentemente acometida por diversas alterações.

Para configurar a paisagem da cidade industrializada, um plano de urbanismo deveria ser traçado. Uma empreita de tal magnitude só poderia ser viabilizada mediante a adoção de um conjunto de ações prévias. Na articulação desse processo, esteve envolvido um grupo restrito de personagens, que mesclava integrantes da velha oligarquia rural e novos atores da burguesia local: comerciantes, industriais, profissionais liberais. A categoria dos engenheiros merece destaque especial na efetivação das mudanças espaciais. Eles compartilharam o poder no comando das diretrizes de modernização da cidade, espelhando suas formações acadêmicas positivistas, pragmáticas e racionais de crença no progresso industrial. Seu papel, em diferentes instâncias do setor público e do privado, foi incisivo para o desenvolvimento do projeto. No poder público participaram como membros do legislativo ou do executivo; no setor privado, em associações cívicas, em entidades de classe, em instituições culturais e comissões de urbanismo. Entre os atores engajados no processo de modernização urbana, destacamos os mais influentes: Eduardo Edargê Badaró, Lix da Cunha, Hoche Néger Segurado e Mário Penteado. O primeiro deles, como vimos, foi responsável pela implantação do plano de Prestes Maia; os demais, eram representantes dos três escritórios de engenharia mais importantes da cidade. Sob sua direção, foram construídas as mais significativas edificações do centro comercial e parcela considerável das residências situadas no Cambuí. Há também a participação de Lix da Cunha e de Segurado na elaboração do primeiro Código de Construções do município.

O plano de urbanismo serviria como ferramenta que, ao organizar o espaço físico, induziria e contribuiria para o desenvolvimento econômico da cidade. Dessa maneira, foi sendo moldado conforme as demandas presentes e as projeções futuras de crescimento.

A princípio, o traçado tomou como referência a estrutura de circulação ferroviária: a cidade seria organizada a partir das linhas férreas e de suas estações. No entanto, ao longo do processo de implantação das reformas urbanísticas, o automóvel passou a dominar

paulatinamente a estrutura viária da cidade; a consolidação do transporte rodoviário é marcada pela construção do viaduto, posteriormente, nominado Cury, que organizava a circulação das principais vias de acesso à cidade. A concretização do plano, já na década de 1950, culminou com a fundação do aeroporto de Viracopos, que sinalizou a importância futura do transporte aéreo para o desenvolvimento continuado da cidade. A par de todo esse processo de reorganização urbana, a categoria dos engenheiros se firma como força motriz da modernização.

Vivia-se o momento de reformulação urbana e de afirmação do profissional engenheiro e arquiteto. O envolvimento da categoria não era fortuito: ser moderno era reflexo da própria formação acadêmica.

Durante a década de 1930, após a entrada em vigor da lei que regulou o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, os diplomados conquistaram prerrogativas ao exercício profissional em detrimento dos construtores licenciados, competidores no mercado de trabalho. Os construtores e arquitetos licenciados locais continuaram partilhando o mercado de trabalho com os diplomados, realizando contingente expressivo de obras, ainda que fossem as menos representativas do contexto urbano. Essa partilha de mercado perdurou por mais alguns anos, quando os licenciados vão sendo paulatinamente preteridos pela clientela atenta ao reconhecimento legal do título acadêmico.

Ainda, nos anos 1930, percebe-se com mais intensidade a mobilização dos engenheiros e arquitetos na estruturação da profissão. Entidades de classe são fundadas e organizadas para defender os direitos da categoria e estabelecer normas ao exercício profissional: modelos de contrato, tabelas de honorários, especificações de atribuições técnicas etc. Surgem as publicações especializadas vinculadas aos órgãos e instituições representativos da categoria como a Revista Arquitetura e Urbanismo do Instituto dos Arquitetos do Brasil, a Revista de Arquitetura da ENBA e a Revista de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal.

No âmbito local, a atuação dos engenheiros Badaró, Lix da Cunha, Penteado e Segurado foi exemplar: foram membros das entidades nacionais e regionais existentes e estiveram envolvidos na fundação de associações de classe local, como, por exemplo, da Associação de Engenheiros de Campinas, e realizaram um intenso trabalho de divulgação e valorização da profissão e de elucidação da importância da titulação acadêmica junto à

sociedade. Penteado proferiu várias palestras no Rotary Clube, nos quais abordou a importância da arquitetura e o papel do arquiteto na sociedade. Representou o país como delegado oficial, indicado pelo IAB-RJ, para o XV Congresso Internacional de Arquitetura de Washington, em 1939.

Badaró também atuou na promoção da profissão por diversas vezes. Em 1944, esteve diretamente envolvido na apresentação da mostra *Brazil builds*, em Campinas, que aconteceu no Centro de Ciências, Letras e Artes.

Em 1949, o departamento paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil promoveu na cidade, com o apoio da prefeitura e com a colaboração dos engenheiros locais mais uma importante exposição de arquitetura - Mostra de Arquitetura Contemporânea -, na sede da Associação de Engenheiros de Campinas. A mostra foi inaugurada pelo diretor da entidade, Eduardo Kneese de Mello, e contou com a presença maciça dos profissionais da região.

Em suma, esses quatro profissionais estavam em sintonia com as discussões éticas, estéticas e técnicas da profissão, envolvidos direta ou indiretamente na organização de eventos de valorização e de divulgação da profissão. Como forma de asserção profissional, esses engenheiros empregaram várias estratégias de divulgação: exposições abertas ao público de obras singulares, como, por exemplo, a residência modernista de Penteado e a primeira obra particular de Badaró, a residência José Faber de Almeida Prado; publicidade comercial por meio de veiculação de anúncios dos seus escritórios técnicos ou publicação de obras em anuários, álbuns comemorativos e revistas, em geral. Além da publicidade comercial, também tiveram inúmeros projetos publicados em revistas especializadas, o que lhes propiciava prestígio entre pares.

Essa geração de engenheiros atuou em dois momentos distintos de definição do exercício profissional: o primeiro, em defesa da categoria profissional com titulação acadêmica diante dos construtores licenciados; e o segundo, estabelecendo atribuições específicas à categoria dos engenheiros-arquitetos e à dos civis.

No decorrer da década de 1940, aconteceu um processo gradual de cisão da categoria: de um lado, os profissionais que controlam a execução do projeto, dirigindo o canteiro de obras; e, de outro, aqueles responsáveis pela elaboração do projeto arquitetônico e estrutural.

A princípio, esses engenheiros projetavam, desenhavam, calculavam e dirigiam as próprias obras. Eram responsáveis por todo o processo de construção: projeto de arquitetura,

cálculos estruturais, construção, compra de materiais, definição do mobiliário e de elementos decorativos. O exclusivo exercício projetual foi, ao longo dos anos 1940, ganhando autonomia em relação ao processo de edificação da obra. Essa partição entre atribuições dos profissionais não é excludente, mas sinaliza um procedimento que se dissemina posteriormente como modelo. Aqueles que se dedicaram à construção propriamente dita tinham a opção de transformar a estrutura inicial de seus escritórios técnicos em empresas construtoras, e aqueles vinculados ao trabalho intelectual de elaboração projetual, mantiveram-se como liberais autônomos.

No caso em questão, verifica-se que tanto Lix da Cunha quanto Segurado foram se desvinculando da elaboração projetual e ampliando o campo de trabalho de construção; em algumas das obras estudadas, já sinalizavam esse futuro procedimento, como, por exemplo, no projeto do cine Voga, elaborado por Penteado e construído por Lix da Cunha, e no do Edifício Cury, projeto de autoria de José Maria da Silva Neves e construção de Segurado.

Esses engenheiros desempenharam significativo papel na viabilização da reformulação espacial da cidade e no fortalecimento da categoria profissional. Atuaram de forma pioneira no que se refere à promoção da profissão, na defesa de seus direitos e na própria organização operacional de seus escritórios. Penteado, por exemplo, participou do movimento estudantil em prol da reforma do ensino da ENBA, em 1930. Eram, portanto, homens atuantes no seu tempo presente.

A cidade industrializada exigia a construção de novos espaços adequados ao cotidiano urbano. Aos profissionais da construção civil ampliava-se o campo de trabalho, quer fosse pela demanda qualitativa por novos programas funcionais, quer fosse pela demanda quantitativa, decorrente do crescimento da clientela.

As obras de Lix da Cunha, Penteado e Segurado marcaram e modificaram a paisagem urbana pela expressiva quantidade, pela qualidade construtiva e pela resposta coerente às demandas propostas. Projetaram e edificaram toda sorte de programas e a nenhum tipo de propositura foram indiferentes: edifícios comerciais, cinemas, estádios, restaurantes, clubes, indústrias, galpões de armazenamento, postos de abastecimento de combustíveis, hotéis, escolas, bancos, instituições públicas, clínicas médicas, hospitais, templos religiosos, residências unifamiliares, condomínios residenciais verticalizados, casas operárias etc.

As soluções apresentadas eram baseadas em premissas modernas de funcionalidade, de confortabilidade, de incorporação de novas tecnologias (elevadores, eletrodomésticos residenciais, sistema de aquecimento de água), de emprego de materiais industrializados, respeitando as novas normas estabelecidas pelo código.

Ao longo da pesquisa, foram identificados vários procedimentos projetuais que se repetem na grande maioria das obras estudadas: a fluidez na distribuição dos espaços; a preocupação com questões higienistas de insolação e ventilação dos espaços, a racionalização na distribuição espacial, objetivando a economia de materiais e, por fim, o despojamento ornamental adotado preponderantemente nos programas não residenciais.

Em relação ao programa residencial, talvez o mais susceptível às alterações nos padrões sociais que evoluem mais lentamente, percebe-se a permanência de certos cânones acadêmicos, em especial o vinculado à questão do decoro. No caso das residências unifamiliares a expressão formal carregada de ornatos é um importante indicador do *status* social do morador. A linguagem plástica despojada de elementos decorativos não corresponde à demanda dessa clientela, que requisita o conforto proveniente dos avanços tecnológicos, mas que prescinde da assepsia ornamental e da “frieza” da ambiência moderna.

A utilização de variações formais no enfrentamento do programa residencial unifamiliar traduz o comprometimento dos profissionais em relação às demandas do momento presente. Eles não se pretenderam à frente de seu tempo, não representavam a vanguarda, mas estavam plenamente sintonizados com seu momento histórico moderno. Suas obras não podem ser consideradas passadistas ou conservadoras, eram profissionais atualizados. Empregaram, em seus projetos residenciais, o repertório plástico neocolonial porque essa vertente arquitetônica fazia parte do embate político e estético moderno, que antagonizou questões regionais às universais. Quando escolheram o neocolonial norte-americano, estavam atendendo ao gosto do cliente influenciado ou não pelos meios de comunicação de massa, sobretudo, pelas fitas de cinema.

Analisar uma obra arquitetônica exclusivamente sob um único ponto de vista, a ótica plástica, por exemplo, significa impor limites à compreensão do complexo jogo político, social, econômico, artístico e acadêmico que envolve a produção da arquitetura. Continuar classificando praticamente toda a produção arquitetônica das décadas de 1930 e 1940 como eclética, aquela que representa o passado, em oposição à moderna e boa arquitetura, é um

reducionismo que só serve para reiterar o discurso operativo de afirmação de uma vertente arquitetural. Trata-se de um discurso conveniente aos seus propósitos, que o tempo se encarregou de datar e invalidar enquanto explicação histórica.

Em síntese, esses engenheiros foram corresponsáveis pela configuração modernizada da cidade de Campinas, tendo contribuído com parcela significativa da produção arquitetônica realizada entre nas décadas de 1930 e 1940. Atuaram pela afirmação da categoria, organizando entidades de classe, estabelecendo regras modernas para o exercício profissional, elaborando o primeiro código de construções da cidade, propagando um padrão de escritório técnico. O papel que desempenharam exemplifica a importância do esforço dessa geração pela consolidação do exercício profissional de qualidade. Suas obras refletem seu tempo de uma modernidade múltipla, pontuada por conquistas relativas à transformação dos modos de sociabilidade, e também por crenças progressistas que a história cuidou de desmitificar.